

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS FRANCO**

**AS ARMAS DE OUTUBRO:**  
**militares e políticos no movimento belicista de 1930 no sul do Brasil**

**CURITIBA**

**2010**

**ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS FRANCO**

**AS ARMAS DE OUTUBRO:**

**militares e políticos no movimento belicista de 1930 no sul do Brasil**

**Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná. Área de concentração: cultura e poder.**

**Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira.**

**CURITIBA**

**2010**

**Catálogo na publicação**  
**Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985**  
**Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR**

Franco, André Luiz dos Santos

As armas de outubro: militares e políticos no movimento belicista de 1930 no sul do Brasil / André Luiz dos Santos Franco. – Curitiba, 2010. 187 f.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. História militar – Brasil – 1930. 2. Militares – políticos – relações.

3. Poder militar – poder político – Brasil – 1930.

I. Título.

CDD 322.5



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
**E-mail:** cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

### **PARECER DA BANCA EXAMINADORA**

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de André Luiz dos Santos Franco, intitulada: *As armas de outubro: militares e políticos no movimento belicista de 1930 no sul do Brasil*, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua \_\_\_\_\_, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, treze de agosto de dois mil e dez.

Prof. Dr. Dennison de Oliveira (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira (UFPR)  
1º Examinador

Prof. Dr. Angelo Jose da Silva (UFPR)  
2º Examinador

**A minha amada e saudosa mãe: Maria Auxiliadora. Pela vivência do compromisso solidário, pelo aprendizado da humildade e pelo exemplo de amor e fé.**

## AGRADECIMENTOS

Fazer esta dissertação foi, acima de tudo, um ato de satisfação. Espero ter conseguido reproduzir em suas laudas o prazer que senti na realização de cada uma de suas fases. Este trabalho foi concretizado à luz da efetiva colaboração de muitas pessoas que passo a mencionar.

Inicialmente, minha gratidão dirige-se ao meu orientador, Prof. Dr. **Dennison de Oliveira**, por todo o zelo intelectual, a paciência e o comprometimento destinados à orientação de mais este trabalho. Sua análise precisa sobre os meandros do ofício do historiador facilitou enormemente a construção desta obra. Sua inestimável contribuição com críticas argutas foi imprescindível a cada passo dessa pesquisa.

Agradeço também aos professores **Ângelo José da Silva** e **Ricardo Costa de Oliveira**, pelos oportunos apontamentos apresentados na minha banca de qualificação.

Aos professores **Euclides Marchi**, **Fátima Regina Fernandes**, **Helenice Rodrigues da Silva**, **Marcella Lopes Guimarães**, **Renan Frighetto** e **Renato Lopes Leite**, pelas inquietações intelectuais apresentadas nas disciplinas obrigatórias e optativas cursadas na linha de pesquisa “Cultura e Poder”.

Estendo meu “obrigado” a todos os amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a execução desse trabalho, ou com suas críticas e opiniões, ou com a companhia e conversas descomprometidas ao longo desses longos dois anos.

Por fim, agradeço a minha amada esposa **Claudia Simone Nogueira da Costa dos Santos Franco**, que sempre me apoiou na árdua missão de tornar realidade esta dissertação, bem como a meu querido filho **André Luiz dos Santos Franco Júnior**, que compreendeu a ausência do seu pai nesse período. Sem vocês, minha conquista não teria sentido.

## RESUMO

O tema deste trabalho está focado em uma reflexão histórica acerca das relações de poder entre militares e políticos que conduziram o movimento belicista de 1930 no sul do Brasil, buscando diagnosticar as diferentes armas discursivas de legalidade e legitimidade manifestadas por esses atores sociais. Os objetivos estão calcados na investigação da comunidade de imaginação, cujo alcance ultrapassou os limites da cultura política vigente, bem como na abordagem de um novo viés cultural dessas relações de poder, desvendando o processo de utilização da manifestação bélica como alternativa à hegemonia política dos grupos dominantes daquele período. Na realidade, *As armas de outubro* enfoca o fim da Primeira República e o começo da desordem para alcançar a ordem. Neste sentido, procura-se inovar ao centrar a análise na observação da cultura bélica que circulou por caminhos formais e informais. Os textos produzidos pela imprensa periódica escrita nos diferentes níveis de poder, assim como os documentos confeccionados por instituições governamentais, permitem compreender como as percepções desse movimento armado estavam inseridas nos diversos discursos sobre a legitimidade da quebra da legalidade. Desta forma, diante da pluralidade de estudos historiográficos sobre esse evento, mostra-se um cenário teórico-metodológico que aborda a tensão existente entre as matrizes interpretativas das culturas militar e política na constituição de uma aliança de poder que veio a convergir em uma representação bélica comum, onde o imaginário legalista foi alterado, permeando todas as instâncias de poder sulinas. O olhar sobre o dramático palco, repleto de incertezas e tensões, no complicado jogo político-militar, permite reviver os trágicos acontecimentos que fizeram sibilar os projéteis das armas nos campos de batalha do sul. A análise das fontes primárias do período desvenda como o intercâmbio dos poderes político e militar alicerçou esse movimento belicista na região meridional brasileira.

**Palavras-chave:** movimento belicista de 1930, relações de poder entre militares e políticos, comunidade de imaginação, história cultural, história militar.

## ABSTRACT

The theme of this work has focused on a historical reflection of power relations between the military and politicians who led the warmogering movement of 1930 in southern Brazil, seeking to diagnose the different arms discourses of legality and legitimacy expressed by these social actors. The goals are shaped by the research community's imagination, whose range exceeded the limits of political culture and the approach of a new cultural bias of these relations of power, revealing the process of using the outbreak of war as an alternative to the hegemony of the political groups dominant that period. In fact, *As armas de outubro* focuses on the end of the First Republic and the beginning of the disorder to achieve order. In this sense, we seek to innovate by focusing the analysis on the observation of the culture war that has circulated for formal and informal ways. The texts produced by the periodical press written at different levels of power, and the documents made by government institutions, enable us to understand how perceptions of armed movement were entered in the various discourses on the legitimacy of breaking the law. Thus, given the plurality of historiographical studies about this event, shows a scenario theoretical and methodological approaches the tension between the headquarters in interpretation of military and political cultures in the formation of an alliance of power that come to converge on a representation of war common, where the imaginary has changed legalistic, permeating all levels of power southern fringes. The look on the dramatic stage, full of uncertainties and tensions in the complicated political-military game, allowing you to relive the tragic events that made the bullets of arms pinging on the battlefields of South. The analysis of the primary sources of the period reveals how the exchange of political and military cemented that warmogering movement in the Brazilian southern area.

**Keywords:** the warmogering movement of 1930, power relations between the military and politicians, community of imagination, cultural history, military history.

## RESUMEN

El tema de este trabajo se ha centrado en una reflexión histórica de las relaciones de poder entre los militares y políticos que llevaron al movimiento belicista de 1930, en el sur de Brasil, tratando de diagnosticar las diferentes armas discursivas de la legalidad y la legitimidad expresada por los actores sociales. Los objetivos son moldeados en la investigación de la comunidad de la imaginación, cuyo alcance supera los límites de la cultura política vigente y el enfoque de una nueva tendencia cultural de estas relaciones de poder, que revelan el proceso de usar de la manifestación bélica como una alternativa a la hegemonía de los grupos políticos dominante de ese período. De hecho, *As armas de outubro* se centra en el final de la Primera República y el comienzo de la desorden para lograr la orden. En este sentido, tratamos de innovar, al centrar el análisis en la observación de la cultura bélica que ha circulado por medios formales e informales. Los textos producidos por la prensa periódica escrita en diferentes niveles de poder, y los documentos realizados por instituciones de gobierno, nos permiten comprender cómo las percepciones de ese movimiento armado que se inscribieron en los diferentes discursos sobre la legitimidad de violar la ley. Así pues, dada la pluralidad de los estudios historiográficos sobre este evento, muestra un escenario teórico y metodológico de la tensión entre las principales interpretaciones de las culturas políticas y militares en la formación de una alianza de poder que viene a converger en una representación bélica común, donde el imaginario legalista ha cambiado, que impregna todos los niveles de poder del sur. La mirada en el teatro dramático, lleno de incertidumbres y tensiones en el complicado juego político-militar, lo que le permite revivir los trágicos acontecimientos que hicieron sonar los proyectiles de las armas en los campos de batalla del sur. El análisis de las fuentes primarias de la época revela cómo el intercambio de los poderes político y militar cimentou esse movimiento belicista en la región meridional brasileña.

**Palabras clave:** movimiento belicista de 1930, relaciones de poder entre los militares y políticos, comunidad de la imaginación, historia cultural, historia militar.

## LISTA DAS FIGURAS

1. Mapa político da região sul do Brasil.....	48
2. Mapa político do Rio Grande do Sul.....	59
3. Mapa político do Paraná.....	67
4. Mapa com o resultado final das eleições presidenciais de 1930.....	76
5. Dispositivo defensivo proposto pelo comandante da 5ª Região Militar.....	103
6. Município de Santo Ângelo às vésperas da eclosão do movimento armado de 1930.....	110
7. Ações bélicas em Porto Alegre (03/10/1930).....	114
8. Organizações militares do noroeste gaúcho em 1930.....	121
9. Embarque do 8º Corpo Provisório na estação ferroviária de Santo Ângelo em 1930.....	131
10. Ações bélicas em Curitiba (05/10/1930).....	146
11. Formatura geral das tropas rebeldes em Curitiba (05/10/1930).....	147
12. Manifestação de populares em Curitiba (05/10/1930).....	149
13. Populares procurando alistamento no 15º B.C. (07/10/1930).....	154
14. Avanço bélico das tropas rebeldes pela região sul do Brasil em outubro de 1930.....	158
15. Peças de manobra no combate da fazenda Morungava-PR (16/10/1930).....	164

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 A EXPECTATIVA.....</b>	<b>16</b>
1.1 Comunidade de imaginação.....	16
1.2 Relações e escalas de poder.....	24
1.3 Metamorfose da legalidade militar.....	31
<b>2 A CRÍTICA.....</b>	<b>35</b>
2.1 Experiências de ruptura.....	36
2.2 Experiências de continuidade.....	39
2.3 Reflexão crítica.....	44
<b>3 O CENÁRIO.....</b>	<b>47</b>
3.1 O sul gaúcho e paranaense.....	47
3.2 Os planaltos missioneiro e curitibano.....	57
<b>4 O ELENCO.....</b>	<b>71</b>
4.1 Atores e a fraude eleitoral.....	71
4.2 Atores entre heróis e mitos.....	82
<b>5 A PEÇA BÉLICA.....</b>	<b>97</b>
5.1 Primeiro ato: a conspiração final.....	97
5.2 Segundo ato: o tornado gaúcho.....	113
5.3 Terceiro ato: a ofensiva paranaense.....	139
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>168</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>177</b>

## INTRODUÇÃO

*Quer na biografia ou na história contada diretamente, o objetivo do autor é – ou devia ser – manter a atenção do leitor. Barbara W. Tuchman. A prática da história.*

Esta dissertação visa a analisar as diferentes armas discursivas dos atores sociais (GOFFMAN, 1996)<sup>1</sup> envolvidos na formulação e execução do movimento belicista de 1930 no sul do Brasil, aliadas as suas imagens (CAPRETTINI, 1994)<sup>2</sup> a respeito dos conceitos de legalidade e legitimidade. O estudo propõe a compreensão dos sujeitos históricos inseridos, ao mesmo tempo, em uma realidade estrutural marcada por mudanças nas relações de poder do sistema político do estado brasileiro, bem como em uma conjuntura sociocultural específica, formada por militares e políticos dissidentes, que foi construída no interior de uma comunidade de imaginação sulina.

Esses atores valorizaram a cultura bélica como alternativa viável para alcançarem o poder, com nítidas pretensões de supremacia militar e política da região sulina no cenário nacional. Apesar das diferentes representações da legalidade dentro desse grupo dissidente, a adesão ao discurso bélico e o alinhamento com a ruptura constitucional acabaram sendo identificados como a melhor estratégia para a realização das pretensões individuais e coletivas desses militares e políticos.

Nessa vertente, a cultura bélica (VIDAL, 1978)<sup>3</sup> circulante percorreu caminhos formais e informais (MARTINS, 2002, p. 76). Os primeiros estavam baseados nos documentos governamentais, com forte ênfase legalista na valorização da ordem e do progresso. A força desta narrativa formal abrigava o imaginário coletivo de significativa parte da sociedade, independentemente da sua posição social ou cultural. Políticos situacionistas e de oposição, militares fieis à instituição Exército Brasileiro e ex-militares tenentistas, caudilhos e coronéis, bem como a maioria da população sulina formavam um grupo social que compartilhavam o mesmo imaginário discursivo típico daquela comunidade de imaginação (BAZCKO, 1985, p. 321).

Os segundos alicerçados pelos editoriais produzidos pela imprensa periódica escrita, com um viés discursivo sobre a legitimidade ou não do uso da força bélica para obtenção das reformas políticas. Nestes caminhos, a narrativa obedeceu a uma dinâmica específica do cotidiano político, estruturado no contato e/ou contágio social nos diferentes níveis de poder. Segundo Wiese e Becker (1976, p. 128-136), a noção de contato/contágio social compreende contatos físicos, psíquicos e

---

<sup>1</sup> São sujeitos que se movimentam na sociedade, a partir de objetivos estrategicamente definidos com vistas a exercerem alguma dimensão de poder em condições de debate/embate público.

<sup>2</sup> São representações mentais de uma realidade visualizada de que se pretende criar um efeito de verossimilhança, bem como a construção de um discurso feito de analogias e similitudes com padrões conhecidos. O lugar representado numa imagem é sempre uma projeção do mundo, e muitas vezes de um mundo idealizado, aperfeiçoado ou engrandecido até aos limites da imaginação.

<sup>3</sup> Está atrelada ao pensamento militar, aliando teorias e doutrinas castrenses às políticas e estratégias bélicas.

físico-psíquicos. São fenômenos de curta duração, que não constituem processos sociais de associação e dissociação, mas que podem desencadeá-los, originando novas relações sociais.

Esses espaços sociais de comunicação<sup>4</sup> (dentro e fora do âmbito governamental) proporcionaram tais contatos/contágios que asseguraram intercâmbios e interseções das representações desses atores sociais numa dimensão de poder bélico institucionalizado. Para Martins (2002, p. 76), esta versão do poder social geralmente concorre com o poder institucionalizado do Estado, particularmente nas instâncias do executivo e do legislativo.

Para dar conta desse objeto de pesquisa, o presente estudo lança as seguintes hipóteses de análise.

1. Militares e políticos dissidentes pensaram e conduziram o movimento belicista de 1930 em meio a um contexto de diferentes discursos e imagens sobre legalidade e legitimidade, tanto no interior do Exército Brasileiro quanto dentro da ordem política nos níveis municipal e estadual. Ao longo da segunda metade da década de 1920, os desdobramentos da crise da política dos governadores<sup>5</sup> (SOUZA, 1969, p. 187)<sup>6</sup> alteraram a correlação de poder dos estados centrais da federação, gerando uma série de tensões e conflitos políticos que desembocaram na insurreição bélica de 1930. No sul do Brasil, a oligarquia intermediária gaúcha gradualmente reforçou seus laços políticos e militares com as oligarquias periféricas do Paraná e de Santa Catarina, sob a bandeira da legitimidade da utilização da força bélica como alternativa legalista, consubstanciada pela reunião das lideranças locais não vinculadas à política dos governadores e de militares insatisfeitos, servindo na região sulina brasileira.<sup>7</sup> Esta aliança entre políticos sulistas e militares descontentes foi abordada por Fausto (1995, p. 103) e McCann (2007, p. 370-371), contudo não foi desenvolvida uma discussão sobre a metamorfose legalista do período.

2. No sul do Brasil, com um recorte sobre os planaltos missioneiro gaúcho e leste paranaense, ficou evidenciada essa transformação legalista, por meio da formação de diferentes discursos e imagens da ordem institucional vigente.<sup>8</sup> Na observação de Capellani (2004), a ordem institucional é responsável por operar as atividades de todas as outras instituições sociais, regulando as práticas dessas instituições. Estas visões narrativas foram observadas no contexto do imaginário social do período pré-1930, evidenciando uma rede de significações de poder entre militares e políticos locais, materializada por documentos governamentais (caminhos formais) e editoriais de periódicos (caminhos informais), cruzando-se em torno de uma nova perspectiva cultural de ruptura do *status quo* vigente, alicerçada pelo viés bélico (BORGES, 2007, p. 171). Para Bazcko (1985, p. 309), é por

---

<sup>4</sup> São espaços de negociações e de constante tomada de decisões dos atores sociais.

<sup>5</sup> A política dos governadores foi caracterizada pela hegemonia política de São Paulo e Minas Gerais e pela sua condução do processo político, por meio do compromisso dos outros estados para a escolha do presidente da República.

<sup>6</sup> Ver ainda Fausto (1969, p. 233); Denys (1993); Franco (1980) e Geraldo (2004).

<sup>7</sup> Ver ainda De Decca (1988); McCann (2007); Ramos (1961); Silva (1972) e (1975); Sodré (1979) e (1986).

<sup>8</sup> Ordem institucional caracteriza-se por um conjunto de regras que rege e organiza a sociedade.

meio de seu imaginário social que um grupo designa a sua identidade, elabora uma determinada representação de si, “estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais”, “exprime e impõe crenças comuns”, formula uma espécie de código de “bom comportamento”.

3. Com o diagnóstico da inserção estrutural dos atores sociais (identificação das relações sociais na origem histórica), pode-se analisar a inserção social (contatos sociais) de militares e políticos dissidentes, operacionalizando a categoria de grupo (representação interna) com intuito de demarcar o quadro cultural dos segmentos compostos por estas personagens sociais. Este quadro será capaz de desvendar, dentro do movimento armado:

- a. os diferentes discursos e representações que estavam em jogo na conspiração pré-1930;
- b. os pontos de aproximação e distanciamento das relações de poder entre seus membros;
- c. os conteúdos de homogeneidade e heterogeneidade desse grupo dissidente.

Nesse quadro, está contemplada a dimensão social e cultural das diferentes imagens elaboradas por militares e políticos a respeito da legalidade do desencadeamento de um movimento bélico para alcançar o poder nacional. Da mesma forma, revela-se a dinâmica das lutas internas em torno dos diferentes discursos e representações da ruptura institucional. Segundo Santos (1986), esta ruptura institucional é vista como uma consequência da crise de paralisia decisória. Esta estagnação de decisão abriu caminho para que alguns grupos procurassem romper o impasse existente por meios violentos e pela mudança ilegal das regras do jogo político.

4. Para tanto, foram selecionados dois grupos de memórias que exemplificam a transmissão das representações dessas personagens sobre a cultura política e militar do sul do Brasil: a imprensa escrita do período e a documentação governamental produzida por militares e políticos que participaram do evento. Cada um a sua maneira, construiu um discurso, uma imagem, uma visão sobre a ruptura da ordem para alcançar a paz social e o progresso econômico. Partindo destas fontes primárias, avançou-se além da bibliografia pertinente ao período, procurando solucionar as seguintes dúvidas: Por que o discurso bélico ocupou o lugar central no pensamento do grupo dissidente? Como a comunidade de imaginação reconheceu o discurso bélico? Qual a relação dos discursos da legitimidade armada, proferidos por militares e políticos dissidentes, com o perfil legalista de 1930? Qual foi a importância do sul do Brasil nesta representação bélica?

Após delimitar as hipóteses de trabalho, cabe destacar as motivações que conduziram ao estudo do movimento armado de 1930. A pesquisa em história tem seu pressuposto alicerçado em motivações que estão além de seus próprios limites. À luz desta assertiva, a presente dissertação sedimenta seu enfoque temático sobre duas visões complementares. A primeira perspectiva defende a ideia de que o estudo histórico tem a função de estruturar percepções passadas das experiências humanas na busca de subsídios para uma análise contemporânea das identidades e dos processos

socioculturais. Desta forma, a dinâmica da produção historiográfica tem sua gênese nas inquietações atuais do historiador (RÜSEN, 2001).

Na segunda visão, observa-se a história como um prisma complexo, configurado em experiências vividas socialmente dentro de uma determinada realidade cultural. Assim, o processo histórico é construído por pessoas reais, com sentimentos de euforia e de tristeza também reais. Neste sentido, visualiza-se que o ato de fazer pesquisa histórica está relacionado à recuperação da efetiva ação dos diferentes grupos e personagens que atuaram num passado determinado, procurando compreender as motivações que levaram o processo histórico a tomar uma dada direção. Fazer história, na realidade, é o resgate das injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não outras (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1990, p. 11).

Nesse perfil motivacional, é válido enquadrar as inquietações pessoais e profissionais deste pesquisador à guisa de esclarecimentos ao leitor sobre as origens desta interpretação histórica. Valendo-se da inserção social, cabe ressaltar que, como oficial de carreira do Exército Brasileiro, formado na Academia Militar das Agulhas Negras, carrego comigo traços e costumes típicos da principal instituição bélica do país. Nesse ambiente castrense, a história militar invadiu meu imaginário, aguçando minhas expectativas intelectuais. Ao concluir o bacharelado em história na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fui impregnado pelas categorias sociais da história cultural, fato que provocou uma verdadeira metamorfose na minha visão sobre as variáveis da história militar no contexto dos imaginários culturais.

A lógica teórico-metodológica de utilizar conceitos da história cultural no passado bélico nacional é o primeiro indício motivador deste trabalho de mestrado. Uma segunda vertente motivacional foi a possibilidade de travar contatos/contágios sociais com personagens integrantes da sociedade do sul do Brasil. Como oficial da Força Terrestre permaneci em Santo Ângelo por quatro anos (2002-2005) e atualmente estou servindo em Curitiba desde 2007. Nestas oportunidades, foi possível observar e estudar as características próprias de cada região sulina, bem como abstrair suas analogias, particularmente no que tange ao sentimento de apreço para com o Exército Brasileiro. O convívio com lideranças locais evidenciou a simpatia genuína que estas sociedades mantêm, em dias atuais, para com a Força Terrestre.

A inserção social militarizada deste autor aliada aos seus contatos/contágios civis com a comunidade sulina não abarca, na sua totalidade, as motivações deste estudo histórico. A efetiva presença de inúmeros aquartelamentos do Exército Brasileiro nas regiões missioneira gaúcha e curitibana paranaense completa o quadro motivacional pessoal que abriu as portas do passado bélico meridional do Brasil. A percepção de que a sinergia da população da atualidade com o mundo castrense está intimamente ligada à materialidade dos quartéis da Força Terrestre corroborou

minha convicção de que as ações armadas do passado ainda ressoavam no imaginário coletivo da comunidade sulina.

Na realidade presente, a política de defesa nacional elegeu a região amazônica como ponto mais vulnerável do país, transferindo as principais hipóteses de emprego da Força Terrestre do extremo sul para o norte e noroeste do Brasil. Mesmo com esta lógica belicista, o número de quartelamentos do Exército Brasileiro não diminuiu nas regiões missioneira, com pouco mais de 20 organizações militares, e curitibana, com 25 quartéis da força verde-oliva. Em muitos casos, a pressão política, social e cultural impediu a saída dessas unidades militares, cuja identidade com a comunidade de imaginação local ultrapassa a lógica bélica de defesa ao nível federal.

A própria história do Exército Brasileiro corrobora a validade motivacional do estudo sobre as relações de poder entre militares e políticos no movimento armado de 1930. Na independência política do Brasil, a Força Terrestre atuou como baluarte da manutenção da unidade nacional, evitando, pelo fragor das armas, que ânsias separatistas regionais tivessem êxito naquele momento histórico. Já no primeiro Império, o Exército Brasileiro estava intimamente alinhado com os interesses da coroa nacional, imbricando uma intensa interdependência entre os anseios castrenses e políticos. Com isso, a maioria dos seus oficiais passou a ocupar cargos civis de projeção nacional, formando um estrato significativo da elite política imperial. Esta promiscuidade entre as lideranças militares e políticas acabou enfraquecendo o poder bélico do exército nacional, ao mesmo tempo, fortaleceu, no plano interno, as milícias locais e regionais, sob a alcunha da Guarda Nacional.

Subjugado a um plano secundário no período do segundo Império, cedendo inclusive espaço político para a Guarda Nacional, a partir de 1850, a Força Terrestre iniciou seu viés de alta com a hecatombe da Guerra da Tríplice Aliança, na segunda metade do século XIX. Logo após esse expressivo conflito bélico, as elites militar e civil do Império Brasileiro entraram em atrito, pois os militares que detinham o poder da força bélica não aceitavam mais ser mandados pelos políticos que dispunham do poder da força política.

Nesse contexto, impulsionada pelo sucesso armado nos campos de batalha do Paraguai, a elite castrense procurou retomar sua participação política no cenário nacional. Contudo, diferentemente da lógica adotada no primeiro Império de alinhamento com a corte, as lideranças militares postaram-se contra Dom Pedro II e a ordem imperial. Assim, o Exército Brasileiro e seus integrantes passaram a valorizar os ideais positivistas, fomentando em corações e mentes castrenses a certeza de que somente pela ordem um país poderia alcançar o seu progresso. Esta formação discursiva ultrapassou os muros dos quartéis e ganhou os palanques políticos, unindo militares da Força Terrestre aos civis de oposição ao Estado Imperial. Estava pronto o palco da proclamação da República, com a efetiva presença do exército nacional.

O protagonismo político dos militares nos anos iniciais da República Velha foi materializado pelos presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, porém a nítida inabilidade para participar do jogo de artimanhas políticas e a ineficiência para resolver os problemas econômicos internos enfraqueceram os governos castrenses. As elites civis, que apoiaram a eclosão da República, viram-se alijadas do poder central, por isso fomentaram dissidências regionais que foram violentamente combatidas pelo braço forte do Exército Brasileiro, tabernáculo da integridade territorial nacional. Apesar da vitória no campo militar, os governos dos marechais acabaram sendo derrotados na esfera política, abrindo espaço para a volta ao poder da elite civil agroexportadora, que chefiou o país, amparada no pacto federativo da política dos governadores.

Essa estrutura civil de revezamento entre estados da federação no governo central, com base em São Paulo e Minas Gerais, foi quebrada pela presença do marechal Hermes da Fonseca, no cargo de presidente da República. O retorno de um militar às entranhas do poder político foi uma estratégia empregada pelas elites dominantes para conter o aumento da autonomia das unidades da federação. Com isso, o presidente utilizou o seu principal instrumento de coerção – Exército Brasileiro – para acabar com as revoltas regionais, estabelecendo a ordem interna em sinergia com os ideais positivistas que ainda tocavam fundo no imaginário coletivo da população da caserna.

O êxito belicista do marechal Hermes da Fonseca não garantiu a volta completa dos militares ao campo político nacional, pois a liderança desses militares junto à Força Terrestre causava sérias preocupações na elite civil, que não desejava ter seus interesses afetados por instituições e por grupos sociais nacionalistas, como no caso do Exército Brasileiro e dos militares. Além de evitar a presença dos militares na política, também ocorreu um expressivo movimento para restringir ao máximo a penetração das questões políticas nos quartéis e, principalmente, nas escolas militares. Apesar deste notório esforço da elite civil dirigente, a política passou a integrar o cotidiano dos militares, forjando uma eclosão de revoltas e rebeliões jamais vistas em terras brasileiras.

Nesse contexto, surgiram militares (jovens oficiais) que acreditavam que a força das armas legitimava a chegada ao poder político, haja vista a desestruturação e a fragmentação da estrutura civil de governabilidade da Primeira República. Assim, ao longo da década de 1920, a Força Terrestre e seus componentes protagonizaram os movimentos tenentistas que assolaram o país com combates fratricidas.

A constatação da indefectível importância da presença do Exército Brasileiro na vida política nacional justifica o resgate histórico das injunções que permitiram a concretização do movimento armado de 1930. Neste caso belicista, militares da caserna e ex-militares tenentistas uniram-se aos políticos dissidentes do sul do Brasil para galgarem o poder central. Mais uma vez, o Exército Brasileiro e seus integrantes ocuparam o papel de protagonistas no jogo político do país.

Além dessa percepção, outra questão impulsionou o presente estudo, tornando-se o ponto central: entender como a cizânia política, daquele momento histórico, ultrapassou a estrutura cultural da legalidade institucional e precipitou a disputa para a força das armas. Para Hall (2000, p. 331-347), a estrutura cultural atua com padrão institucionalizado do cotidiano social.

Partindo dessas inquietações, procurou-se trilhar os caminhos que conduziram à aliança entre militares e políticos dissidentes das oligarquias dominantes da Primeira República brasileira. Da mesma forma, entender como a comunidade de imaginação presente no sul alicerçou o projeto de chegada ao poder destes atores sociais. A análise das biografias dos principais atores desse grupo dissidente apresenta alguns pontos que os alinham histórica e politicamente. Velhas origens comuns se sobressaem, por exemplo, nas trajetórias de Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha: ambos tiveram sua estreia política nos quadros do Partido Republicano Rio-Grandense. Por sua vez, o general Góes Monteiro, na época de aluno da Escola Militar de Porto Alegre, manteve contato com estudantes de direito que se filiariam ao mesmo partido gaúcho.<sup>9</sup>

Controvertidas interpretações de cunho político-ideológico fomentam o recente debate sobre o papel dos grupos dirigentes na sociedade brasileira. A bipolaridade político-partidária entre esquerda e direita tem passado por diversas transformações, deixando indefinidos os papéis sociais e os limites de atuação de cada cultura política (BERNSTEIN, 1998). A troca de valores, crenças e informações, como horizonte de possibilidades, identificada por Velho (2001) em diferentes tipos de mediação, é própria, portanto, dos atores sociais. A perspectiva de viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose, dá aos indivíduos e aos grupos específicos a condição de mediadores quando conseguem estabelecer, de modo sistemático, essas práticas. “O maior e o menor sucesso de seus desempenhos lhes dará os limites e o âmbito de sua atuação como mediadores” (VELHO, 2001, p. 25).

Já Bernstein (1998, p. 350) afirma que a cultura política pode ser utilizada de várias formas, não sendo uma chave universal para explicar comportamentos. O autor conceitua cultura política como um código ou conjunto de referentes criados e consolidados por partidos, famílias ou naturalizados pelas tradições locais da política.<sup>10</sup> Tal crise de identidade dos grupos dirigentes, na qual convivem conceitos de ruptura e permanência, acarreta incertezas quanto aos futuros projetos de assunção de poder que invariavelmente afetarão todo o conjunto da sociedade.

Observa-se um cenário de crise de identidade político-ideológica que culminou num rearranjo dos grupos dirigentes dentro dos diferentes panoramas culturais de poder. Neste contexto, novas e

---

<sup>9</sup> Ver Love (1975); Fonseca (1987); Coutinho (1955, p. 65); Svartman (1999, p. 73).

<sup>10</sup> Nesta mesma vertente, Sani (1998, p. 307) argumenta “que a cultura política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de subculturas, isto é, por um conjunto de atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si”.

velhas personagens (militares e políticos)<sup>11</sup> aglutinaram-se em torno de um imaginário de conquista do poder.<sup>12</sup> Disputando entre si, o grupo dissidente formulou diferentes discursos e imagens da legitimidade da força bruta, materializados pelos textos produzidos por militares e políticos nos periódicos locais<sup>13</sup> e nas correspondências oficiais ou não, evidenciando uma rede comum de significações que deram origem à cultura bélica do movimento de outubro de 1930.

Nesse sentido, acredita-se que os interesses de um grupo social têm sua origem apenas em suas relações com outros grupos, seja do ponto de vista do confronto ou das alianças. Assim, para efeitos do estudo sobre o poder e, conseqüentemente, para entender a relação entre os indivíduos e o grupo, torna-se oportuno compreender como os indivíduos agem no interior do grupo social ao qual pertencem, especialmente quando participam ativamente da definição e da realização dos interesses do mesmo ou apenas quando, de maneira direta ou indireta, conferem legitimidade político-militar a tal definição (FARIA, 2003, p. 78). Estas relações de poder foram materializadas nos diferentes discursos elaborados por políticos e militares sulinos, especialmente aqueles localizados nas regiões dos planaltos missioneiro gaúcho e leste paranaense.<sup>14</sup>

Cabe detalhar ainda outra questão que agiu como motivadora deste trabalho: a análise sociocultural a partir da história político-militar. Esta interpretação buscou fornecer respostas para temas que já ganharam certos engessamentos teóricos e metodológicos. Ao construir este objeto histórico, não se pretende incorporar novas visões da pesquisa histórica de uma forma antiga. Buscaram-se outras possibilidades de investigação para alcançar uma análise próxima da complexidade do real social.

De maneira geral, observa-se que a história militar tem sido vista como mais um ramo da história política, onde são privilegiados grandes personagens e fatos, cujos valores norteiam o processo histórico.<sup>15</sup> Acrescenta-se, ainda, que é possível encontrar na historiografia da política brasileira duas formas básicas de abordar a história militar. A primeira abarca um universo mais amplo de intelectuais que confere aos militares um papel praticamente determinante, enquanto condutor do processo histórico. Este lugar de destaque está diretamente relacionado à associação do chefe militar ao homem de estado, à esfera da cultura política do poder responsável pela tomada de decisões.<sup>16</sup> A segunda abordagem é basicamente restrita aos próprios militares que utilizam a

---

<sup>11</sup> Líderes oligárquicos regionais das velhas e novas gerações (coronelismo e caudilhismo), bem como oficiais superiores legalistas e capitães e tenentes rebeldes.

<sup>12</sup> O mundo da imaginação faz parte da sociedade na qual vivemos, podendo materializar-se em conflitos bélicos. A análise do imaginário de uma sociedade pode descortinar as relações de poder inerentes à formulação de conceitos representativos.

<sup>13</sup> Revista do Globo - RS (1931); Diário da Tarde (1930); A Tarde (1930) e Gazeta do Povo (1930) - PR.

<sup>14</sup> Relatórios dos intendentos de Santo Ângelo (1925-1930); Mensagens dos Presidentes do Estado do Paraná (1927-1930); Boletins Internos do Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria (1927-1931); Almeida (1932); Tourinho (1980); COUTINHO (1955).

<sup>15</sup> Opondo-se a essa visão da história militar, ver Azéma (1996); Corvisier (1999); Castro; Izecksohn; Kraay (2004).

<sup>16</sup> Dentre os quais se destacam: Bello (1972); Carone (1977); Carvalho (1990) e (2005); Coelho (1976).

história militar para uma pragmática visão da arte da guerra.<sup>17</sup> Obviamente, existem tangências entre esses dois extremos, contudo é legítima a afirmativa de que a historiografia brasileira pouco explorou a formação das comunidades imaginárias bélicas. Inseridos neste enfoque, é possível perceber traços característicos de uma sociedade no bojo dos conflitos armados.

Nesse contexto, acredita-se que uma pesquisa histórica sobre os discursos e imagens político-militares dos formuladores e executores do movimento cívico-militar de 1930, integrados às representações coletivas da população sulina brasileira, evidencia um universo extremamente rico para identificar, na história militar, um novo viés reflexivo para a história cultural. O conjunto destas representações facilita a compreensão do pensamento dos atores que alicerçaram o evento armado de 1930, bem como a observação da sua identidade bélica.

Esse viés identitário estava integrado à própria comunidade de imaginação existente no sul do Brasil. A identidade bélica foi forjada socialmente e desenhou as escolhas políticas e militares desse grupo dirigente dissidente. A reivindicação desta identificação bélica foi inserida num quadro de dividendos políticos e militares do extremo meridional brasileiro. A construção dessa identidade belicista se fez no interior dos contextos sociais que determinaram a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas no mundo das armas. “Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais”. (COUCHE, 1999, p. 181-183).

Acredita-se, portanto, que as características culturais de uma sociedade em um determinado período podem ser causadoras de conflitos bélicos, bem como a guerra pode realizar transformações culturais contundentes nas sociedades diretamente envolvidas nas disputas armadas. No bojo desta análise, busca-se realizar uma abordagem mais complexa da tradicional relação entre políticos e militares, descortinando as dimensões estruturais, sociais e culturais, que, em conjunto, agem nos processos de representação da realidade e de tomada de decisões.

Procurando construir uma reflexão em torno dessas questões, foram selecionadas algumas fontes com intuito de realizar leituras referentes ao imaginário social que sustentou a comunidade de imaginação, além das fronteiras da legalidade institucional. Com isso, a Revista do Globo (RS) e os jornais Diário da Tarde e Gazeta do Povo (PR) foram discursos significativos desse momento histórico. Em 1930, alguns destes periódicos apresentaram severas críticas ao governo federal, outros, realizaram a defesa do sistema político vigente, todos emitindo opiniões e pareceres, evidenciando a tentativa de cooptação da opinião pública regional. Estes veículos de comunicação também demonstraram os diferentes discursos e imagens sobre a legalidade institucional e a legitimidade armada que as lideranças militares e políticas apresentavam em cada estado.

---

<sup>17</sup> Ver Calógeras (1967); Carvalho (1962); Magalhães (1998).

Os relatórios e livros publicados por militares e políticos da região sul do Brasil também foram selecionados como fontes. Primeiramente, porque apresentam uma forma de abordagem diferente daquela a que se tem acesso nos periódicos. Mas, principalmente, por permitir a reflexão sobre os diferentes discursos e imagens que os militares e políticos assumiram no bojo do movimento bélico de 1930. Tanto defendendo a manutenção da legalidade institucional, quanto fomentando a chegada ao poder por meio das armas, a participação dos militares, em especial do Exército Brasileiro, e dos políticos, com destaque para os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, foi extremamente ativa neste processo.

Os documentos governamentais são os relatórios dos intendentes gaúchos e dos presidentes paranaenses. Estes discursos oficiais descortinam as formas simbólicas de legalidade manifestadas pelos articuladores do movimento armado de 1930, percorrendo os níveis de poder no sul do Brasil.

<sup>18</sup> Os boletins internos das forças governamentais e revoltosas apresentam a visão dos militares legalistas contrários ao golpe de 1930, bem como dos rebeldes adeptos da insurreição. Nesta vertente, também será utilizado o livro do General Gil de Almeida (1932), comandante da 3ª Região Militar (Porto Alegre) que manteve cerrada comunicação com a guarnição militar de Curitiba. As obras de Tourinho (1980) e Coutinho (1955) enfatizaram a metamorfose legalista do processo de institucionalização do Exército Brasileiro. Neste sentido, busca-se observar como a comunidade de imaginação atravessou as fronteiras da legalidade institucional da Força Terrestre, dentro e fora dos quartéis, afetando a imagem simbólica<sup>19</sup> que a organização militar adquiriu perante a sociedade da Primeira República.

A proposta desta dissertação pode ser resumida nos objetivos que se pretende alcançar ao longo do seu desenvolvimento:

- entender as relações entre militares e políticos nas diferentes esferas do poder na região sul do Brasil, às vésperas do movimento belicista de 1930, diagnosticando as armas discursivas utilizadas por estes atores sociais que legitimaram o uso da força;

- compreender os diversos processos de integração entre militares e políticos, no final da década de 1920, bem como a rede de contatos/contágios sociais que conduziu estas personagens ao interior de uma comunidade de imaginação bélica, cujo alcance foi além dos limites discursivos da legalidade institucional;

- esmiuçar os embates bélicos, ocorridos durante o movimento armado de 1930, caracterizando a íntima ligação das atividades militares com a cultura sulina, desvendando o

---

<sup>18</sup> Esta investigação sobre a organização das formações simbólicas de militares e políticos dissidentes por meio dos diferentes discursos produzidos tanto a nível estadual quanto ao nível das localidades foi inspirada pelo estudo da legislação escravista presente em Gebara (1986).

<sup>19</sup> Imagem simbólica é a representação do Exército Brasileiro idealizado como baluarte da ordem e do progresso, é uma imagem compensatória das disputas políticas da República Velha.

processo de utilização da autodeterminação da cultura bélica como alternativa aos determinantes políticos e sociais daquele período.

Para alcançar esses objetivos, procura-se avançar no estudo teórico-metodológico das histórias cultural e militar para que se possa explicar aquela realidade do passado. Para tanto, utiliza-se o olhar da história cultural sobre as manifestações culturais dos líderes políticos e militares nas esferas do poder, capturando suas formulações discursivas e simbólicas sobre aquela situação concreta. Acredita-se que tais construções discursivas e simbólicas sejam a chave dos processos de tomada de decisão das diferentes personagens do grupo dirigente dissidente.<sup>20</sup> Assim, verifica-se que a linguagem da cultura política pode ser utilizada “retoricamente para criar um senso de comunidade e, ao mesmo tempo, estabelecer novos campos de luta social, política e cultural” (HUNT, 1992, p. 22).

A história militar é uma ferramenta importante para entender os embates armados, com o cuidado em avançar além da armadilha do reducionismo de abordagens técnicas e instrumentais dos conflitos bélicos. Defende-se uma conduta armada sempre atrelada à cultura política do poder. Com isso, buscam-se os aspectos informais da cultura política, aqueles invisíveis do exercício do poder.<sup>21</sup> Desta forma, observam-se os movimentos alicerçados por armas, tanto pelo seu viés de consecução de fins políticos quanto pelos valores que povoam o imaginário social de determinada coletividade.

O ponto de tangência entre essas duas correntes historiográficas reside na comunidade de imaginação bélica. Em termos teóricos, essa comunidade surgiu a partir da luta entre diferentes discursos e imagens concorrentes, ou seja, a legitimidade de um poder é duramente disputada entre indivíduos ou grupos, sendo que as relações de força necessitam de uma relação de sentido (BAZCKO, 1985, p. 298-299). No caso do grupo sulino, remeter à questão da legitimidade do uso do seu poder bélico, chamando atenção de gaúchos e paranaenses para os acontecimentos e as atitudes do governo federal, é buscar uma justificativa imagética para a quebra da legalidade das instituições vigentes.

A comunidade de imaginação bélica esteve apoiada em uma rede de significação<sup>22</sup> que se tornou hegemônica na forma de pensar a ruptura da legalidade institucional como alternativa para a manutenção da ordem e do progresso do Brasil, por parte dos militares e políticos dissidentes. Neste aspecto, a cultura política atuou como uma espécie de mecanismo sutil para a manutenção da ordem, do significado e da coesão social (DESAN, 1992, p. 86).

É importante observar que esses atores reforçaram, por meio dos discursos formais e/ou informais, um sistema cultural que estava imerso no espaço social destas noções, formando assim

---

<sup>20</sup> Sobre a história cultural, ver Hunt (1992); Falcon (2002); Burke (2006); Pesavento (2004).

<sup>21</sup> Sobre abordagens culturais na história militar, ver Mommsen (1995); Franco (2003).

<sup>22</sup> A rede de significação facilitou a atuação dos atores sociais na busca de um objetivo comum de conquista do poder, conformando uma comunidade imaginária. A rede de significação facilitou determinadas ações dos atores sociais, principalmente a circulação de informações.

uma espécie de escudo contra todos aqueles que questionassem o seu poder. Com isso, militares e políticos trabalharam no imaginário da sociedade sulina com intuito de representar a ruptura da legalidade para o restabelecimento da ordem, garantindo o progresso sulino. Para Castoriadis (1987, p. 130), “haverá sempre uma dimensão da instituição da sociedade encarregada desta função essencial: restabelecer a ordem, garantir a vida e a operação da sociedade contra todos e contra tudo o que, atual ou potencialmente, a coloca em perigo”. Desta maneira, os diferentes discursos e imagens da legalidade institucional puderam legitimar a utilização das armas. Parafraseando Baczko (1985, p. 321), a aliança entre militares e políticos sulinos pressupõe não só uma presença coletiva e um princípio de estruturação, mas também uma comunidade de imaginação.

Além da perspectiva conceitual da comunidade de imaginação, procura-se investigar o tema proposto em relação à extensa bibliografia existente sobre a conhecida “Revolução de 1930”.<sup>23</sup> Neste aspecto, verifica-se que a literatura disponível<sup>24</sup> pouco avançou sobre os diferentes discursos e imagens criadas por militares e políticos sobre a legalidade institucional antes e durante a eclosão do movimento armado de 1930. A especificidade destas novas questões foi pouco abordada na bibliografia<sup>25</sup> sobre o tema, apesar desses atores já terem sido exaustivamente estudados por diversos historiadores e jornalistas.

Poucos estudos da “Revolução de 1930” discutiram as interpretações do movimento armado a partir do conceito de representação (BORGES, 2007, p. 181-182). Apesar de várias obras terem analisado os periódicos da época detalhadamente, bem como os documentos governamentais, nenhuma delas tentou refletir como os discursos de militares e políticos reforçaram o imaginário bélico da comunidade sulina, tornando-se uma alternativa viável aos determinantes políticos. Devido a esta ausência de abordagens históricas mais específicas, acredita-se na necessidade de interpretar estas fontes a partir do imaginário que as manipulava e das representações que se conformaram na sociedade do sul do Brasil.

Dessa forma, estabelece-se um recorte para analisar algumas representações referentes à comunidade de imaginação bélica, presente no movimento armado de 1930, em sua relação de poder com militares e políticos dissidentes. Assim, observam-se, nas fontes primárias, tentativas de manipular a opinião pública no que tange às representações sobre a legalidade institucional, principalmente no âmbito político-militar do poder.

Ressalta-se ainda a imperiosa necessidade de alertar ao leitor sobre a ausência do termo “Revolução de 1930” neste trabalho. Apesar do termo “revolução” aparecer em diferentes citações

<sup>23</sup> A “Revolução de 1930” é um dos temas que mais suscitaram debates entre historiadores do período republicano, havendo, portanto, uma produção enorme sobre a questão. Porém, dois importantes balanços gerais do evento e seus antecedentes foram realizados, ambos reunindo autores de diferentes matrizes teóricas e interpretativas: **A Revolução de 1930**: seminário realizado pelo CPDOC/FGV. Brasília: UnB, 1983; **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: Erus, 1983.

<sup>24</sup> Ver Borges (2007); Capelato (2007); Cerqueira; Boschi (1977); De Decca (1988).

<sup>25</sup> Ver Carvalho (2005); Coelho (1976); Fausto (1995); Lima Sobrinho (1983); Meirelles (2005).

das fontes primárias e secundárias utilizadas nesta exposição científica, não é objeto de estudo desta abordagem epistemológica. A preocupação norteadora desta dissertação é entender os instrumentos culturais que foram utilizados por determinados atores sociais para metamorfosear a lógica política legalista em uma legítima ação bélica. Desta forma, a abrangência da terminologia revolução não se enquadra à perspectiva belicista-cultural esmiuçada nesta pesquisa, pois abriria espaço para outras variáveis sociais que não fazem parte da especificidade deste tema.<sup>26</sup> Assim, o evento ocorrido em outubro de 1930 no sul do Brasil não se apresenta como uma revolução (tanto no seu aspecto mais restrito quanto geral), mas sim como movimento armado ou belicista.

No desenvolvimento dessa proposta, esta pesquisa se estrutura de acordo com o seguinte plano de exposição: a primeira parte, intencionalmente teórica, realiza uma breve análise dos diferentes conceitos das ciências humanas que alicerçam o enfoque temático em questão. Nesta abordagem, busca-se o aprofundamento do suporte conceitual já apresentado nesta introdução, com destaque para o entendimento do seu viés operacional. Com isso, tem-se a expectativa de esmiuçar a dinâmica própria de interpretações sobre uma comunidade de imaginação, sustentada por suas inserções, representações e imaginários sociais. A perspectiva das relações e escalas de poder entre militares e políticos é outra faceta conceitual que sustenta toda a presente dissertação, aliada à metamorfose da legalidade militar que assolou a comunidade de imaginação sulina e o próprio Exército Brasileiro, antes e durante o processo insurrecional.

A segunda segmentação mantém o tom teórico, contudo se preocupando em apresentar o espaço de experiências historiográficas sobre o movimento armado de 1930. Nesta vertente, analisam-se as obras mais representativas da historiografia nacional que avançaram sobre o tema da formação de uma aliança político-militar durante a insurreição de 1930. As visões de continuidade e de ruptura da hecatombe bélica são privilegiadas neste segmento, demonstrando a ausência de consenso acerca do que realmente levou ao sibilar dos projéteis das armas de outubro no sul do Brasil.

Após uma pequena análise crítica sobre as experiências historiográficas, entra-se no terceiro capítulo destinado à apresentação do cenário belicista. O recorte espacial utilizado ao longo do desenvolvimento desta dissertação caracteriza-se fundamentalmente pelos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, no nível governamental estadual e pelos planaltos missioneiro gaúcho e leste paranaense, no espaço regional e local. Desta maneira, descortina-se, em termos macros, a dicotomia entre os governantes sul-rio-grandense e paranaense, em relação ao apoio ao governo federal, demonstrando que a região sul era um caldeirão pronto para explodir. Ainda, adentra-se

---

<sup>26</sup> Uma visão mais ampla do conceito de “Revolução de 1930” foi apresentada por Silva (1996, p. 26-27). Para o autor, a Revolução de 1930 foi “um processo percorrido por contradições e conflitos e que redundou numa transformação radical das relações intra e interclasses, da forma de atuação do Estado burguês e do modelo de acumulação e intervenção política das frações hegemônicas”.

num olhar micro sobre a municipalidade do planalto das Missões do Rio Grande do Sul em analogia com o planalto leste do Paraná.

Em consonância com o espaço das injunções militares e políticas, foi necessário restringir o recorte temporal que sustentou toda a análise proposta. Ao longo dos capítulos expositivos, descortinam-se momentos distintos para abordar as relações de poder no sul brasileiro. O período entre os anos de 1926 a 1928 marcou os primeiros anos do governo de Washington Luís, da ascensão de Getúlio Vargas e de Affonso de Camargo aos governos dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, da momentânea união política do grupo dirigente dissidente e da constatação do perfil militarizado das sociedades sulinas. Em outro corte temporal, os anos de 1929 e 1930 ganham ênfase, pois descortinam o esfacelamento institucional do Exército Brasileiro, o surgimento de atores mitificados, a consolidação do grupo dirigente dissidente com a crise da política do *café-com-leite* e a legitimidade do uso das armas durante o movimento armado de 1930.

O quarto momento tem a missão de apresentar as especificidades das personagens que estruturaram o grupo político-militar que sustentou a insurreição armada. Expostos no cenário bélico sulino, esses atores foram dispostos em políticos dissidentes, cujas oligarquias entraram em conflito com o poder central, e em militares descontentes, desde os tenentistas da década de 1920 até os oficiais e praças insatisfeitos com a estrutura organizacional do Exército Brasileiro. Neste segmento, também coube espaço para apresentar os políticos situacionistas sulinos, que se mantiveram aliados ao governo federal, bem como os militares legalistas que não abriram mão das suas convicções de amor à ordem institucional, por meio da garantia da lei constitucional. As idiossincrasias deste elenco multifacetado são expostas juntamente com uma abordagem empírica dos eventos que antecederam o movimento armado. As contradições das fraudes eleitorais, bem como a mutação de heróis e o surgimento de mitos forjam a ligadura entre estas personagens, aproximando-os e afastando-os à luz dos interesses específicos de cada ator e/ou grupo social.

Na última parte, o objetivo é observar a peça bélica em si. Com uma estruturação baseada em três atos. O primeiro abordando a conspiração final que alicerçou a eclosão do movimento armado, diagnosticando todo cabedal discursivo que alimentou a transformação da legalidade política na legitimidade bélica. O ato seguinte inicia-se com os primeiros disparos das armas de fogo em Porto Alegre e a ressonância que este tornado rebelde alcançou em todo Rio Grande do Sul, com especial destaque para as missões gaúchas. O sucesso militar dos revoltosos sul-rio-grandenses permitiu o início do ato derradeiro: a ofensiva paranaense e a vitória do movimento armado de 1930. Em todos os atos, o teatro das relações de poder é subsidiado por ricas fontes primárias e secundárias que possibilitam os contrapontos necessários ao entendimento das ações desenvolvidas naquele instantâneo histórico.

A análise desse final de processo, a par do seu desenrolar a nível estadual, dá-se no nível das localidades, independentemente da sua opulência. Tanto nas capitais estaduais, quanto nos menores municípios do interior sulino, emergiram combates reais que marcaram o processo de metamorfose do imaginário legalista militarizado. A hegemonia sociocultural do grupo dirigente dissidente foi alcançada ao longo dos conflitos eleitorais, cuja formação simbólica de mitos e heróis sustentou a lógica do uso da força bruta, em cidades como Porto Alegre, Curitiba e Santo Ângelo. Com a eclosão do movimento armado, políticos, militares e sociedade tomaram posicionamentos em sintonia com a sua comunidade de imaginação, fazendo sentido as ações belicistas do período.

O desenvolvimento dos cinco capítulos buscou apresentar de maneira metafórica a estrutura de uma peça teatral bélica, cujas partes compõem a expectativa sobre o espetáculo, a crítica acerca de anteriores encenações, o cenário espacial e temporal de atuação das personagens, o elenco e a importância dos atores que protagonizaram as ações, os textos enquadrados dentro da lógica da comunidade de imaginação vigente e a própria peça em si que descortina as disputas políticas e o sibilar das metralhas de outubro de 1930. Cabe ressaltar que a utilização deste recurso vai ao encontro do jogo político-militar que marcou a comunidade de imaginação do período, pois deixou espaço, mesmo com a delimitação do cenário sulino e de textos específicos, para a metamorfose dos atores sociais, que assimilaram de forma diferenciada às questões de ordem, de legalidade e legitimidade que a realidade do final da República Velha lhes colocava. Outro objetivo desta narrativa foi deixar a redação da dissertação um pouco mais leve, sem comprometer a apresentação dos resultados reflexivos e empíricos da pesquisa.

É fundamental ressaltar que este trabalho é o fruto de solitárias horas de pesquisa e redação, mas que somente teria o formato final que se descortina graças às revisões seguras e responsáveis do meu orientador, Dennison de Oliveira, bem como de conversas e debates com outros professores da linha de pesquisa “Cultura e Poder”. A todos sou grato pelas trocas de ideias e sugestões ao longo desta prazerosa caminhada. Boa leitura.

## 1 A EXPECTATIVA

*Cabe portanto ao historiador a tarefa de dizer o que é a história humana, e quais são as forças que realmente nos impulsionam. Barbara W. Tuchman. A prática da história.*

O historiador tem a expectativa de contextualizar o acontecimento passado imerso no espaço de suas experiências e no horizonte de suas possibilidades. Koselleck (Apud DOSSE, 2001, p. 91) observou o acontecimento no âmago de uma “estrutura antropológica da experiência temporal e de formas simbólicas historicamente instituídas”. Neste aspecto, esta pesquisa entende que os acontecimentos históricos ocorridos em 1930 não são possíveis sem atos de linguagem, bem como “as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem” (KOSELLECK, 2006, p. 267). Destarte, a problemática do sentido do acontecimento reside na sua individualização, pois sua identidade sofre as influências da temporalização, da ação e da individuação dinâmica. Desta forma, procura-se, nesta dissertação, avançar além do nível da pura descrição do fato histórico, valendo-se do “caráter operacional dos conceitos históricos, sua capacidade estruturante e ao mesmo tempo estruturada por situações singulares” (DOSSE, 2001, p. 91). Assim sendo, o suporte conceitual é a principal ferramenta para as ciências humanas trabalharem os acontecimentos, associando linguagem e história.

Além disso, a percepção de que as conspirações políticas e o fragor dos conflitos bélicos têm algo em comum com o mundo teatral percorre toda a lógica narrativa desta dissertação. Portanto, neste capítulo inicial, apresenta-se o escopo teórico conceitual, que sustenta a fase empírica da presente pesquisa, sob a perspectiva da estreia de uma peça no teatro. Toda a expectativa que um programa teatral gera antes da sua primeira apresentação é resgatada na composição deste segmento de abertura.

### 1.1 Comunidade de imaginação

Antes de partir para a caracterização do conceito central deste estudo – a comunidade de imaginação – é preciso entender as variáveis da inserção social dos principais atores que forjaram a reflexão armada sobre o movimento oposicionista de 1930. O estudo conceitual da penetração social das personagens desta dissertação também atende à terceira hipótese de trabalho que visava à identificação das relações sociais no seu escopo histórico, com base na inserção social de militares e políticos sulinos. A compreensão das origens sociais desses atores sociais às vésperas do conflito belicoso da década de trinta permite integrar a estrutura social e suas personagens, introduzindo o sujeito e sua vontade individual dentro da ação social.

A inserção social do grupo dirigente dissidente pode ser apresentada a partir da interseção de duas variáveis: a questão da classe da qual faz parte e a do grupo com o qual está comprometido. Assim, observar o conjunto de personagens político-militares pela variável da classe social à qual pertencem, descortina o fato desses atores apresentarem origens socioculturais distintas entre si. Os políticos, invariavelmente, são oriundos das classes sociais dominantes, vinculados às oligarquias políticas estaduais e regionais. Com uma proporção numericamente significativa no conjunto dos atores que confrontaram a política dos governadores e uma visão elitista hegemônica, própria das classes detentoras do poder político e econômico, os políticos dissidentes não conseguiram evitar, ao longo do processo histórico de cisão das oligarquias, que clivagens ideológicas e interesses locais específicos atrapassem um pensamento monolítico no que tange ao seu projeto de poder.

Com a classe social dos políticos buscando alternativas para superar suas divergências, outros atores aglutinaram-se ao conjunto de dissidentes: os militares. Apesar de não ser caracterizada como uma classe social, os militares tiveram importância significativa no desencadeamento da luta política para o movimento armado. Nesse sentido, o conceito de classe social não pode explicar na sua totalidade o conjunto das personagens que romperam com o pacto federativo da República Velha, simplesmente porque políticos e militares não pertenciam a mesma classe social. Para Lange (1996, p. 47), os militares são caracterizados como um determinado grupo de membros de uma sociedade, cuja posição econômica e social não foi consequência das relações de propriedade, mas sim da forma que possui a superestrutura correspondente aquele grupo. Com isso, os militares, por mais representativos, não podem ser entendidos como uma classe social, mas sim como uma camada social.

Para complementar a ideia de classe faz-se necessário abordar outra variável: grupo. O conceito de grupo perpassa clivagens ideológicas dos segmentos de classe e tem a capacidade de agregar elementos vinculados às camadas sociais distintas. Esse conceito abre a possibilidade de comportar atores de procedência diferente. Tal possibilidade é assegurada pela constante parcialidade das identidades ideológicas e dos interesses que o grupo estrutura no seu interior (SVARTMAN, 1999, p. 24). No caso específico do grupo dirigente dissidente em questão, observam-se personagens comprometidos com uma visão legalista militarista que se vilipendiaram, política e ideologicamente, rompendo com a legalidade institucional, tomando o rumo da luta armada, em uma aparente ruptura com o imaginário social vigente (BAZCKO, 1985; CASTORIADIS, 1982).

Diagnosticar a inserção social do grupo dirigente dissidente com base nas duas variáveis acima destacadas permite, simultaneamente, perceber os fatores que caracterizam sua homogeneidade, como atores que alcançaram o poder federal em aparente discordância com a forma de organização político-militar que reinava no Brasil da República do *café-com-leite*. Ao

mesmo tempo, percebem-se sensíveis diferenças de percepção do imaginário social legalista militarista entre os diversos segmentos de políticos e militares que configuravam o grupo dirigente dissidente. Essa operacionalização do conceito de grupo confere praticidade aos eventos passados, esclarecendo e exemplificando os argumentos expostos pelas hipóteses introdutórias.

A inserção social dessas personagens deve ser consubstanciada pela efetiva ação que foi desencadeada ao longo do processo histórico de ruptura com o sistema governamental federal vigente. Para tanto, este trabalho percorre as decisões históricas tomadas e efetivadas nos três níveis de poder. As perspectivas socioculturais que são alicerçadas pelas formas de representação social adotadas e a relação dialética com o imaginário social das populações que embasavam os nichos de poder do grupo dirigente dissidente. Com isso, defende-se a visão de Svartman (1999, p. 24), segundo a qual, “a ação no campo das ideias, ou do universo da cultura, possui uma função, um papel histórico vinculado à sua inserção social”.

Os contatos/contágios sociais vivenciados por militares e políticos sulinos fornecem subsídios para se interpretar as representações do grupo em consonância com a comunidade de imaginação que demarcava a atmosfera cultural destes atores sociais. As variáveis desses encontros geraram diversas apropriações imagéticas que explicam os conteúdos de homogeneidade e heterogeneidade no interior do grupo dissidente e da própria sociedade do sul do Brasil.

Para Chartier (1990), as representações são determinadas pelos interesses específicos do grupo social que as fomenta. Cabe ressaltar que não se pode pensar na influência das representações somente no plano discursivo, muito pelo contrário, elas são capazes de forjar estratégias e práticas que legitimam o grupo tanto na imposição em relação a outros grupos quanto no que tange a sua identificação. Desta maneira, as percepções coletivas do social não são discursos neutros, pois “produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...]” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Com isso, chega-se à constatação de que as representações sociais elaboradas pelo grupo dirigente dissidente foram, ao mesmo tempo, consubstanciadas na sua realidade social e nessa atuaram intensamente. A investigação das representações do sujeito histórico em questão foi entendida dentro de um campo de concorrências e de competições cujos desafios se apresentaram em termos de poder e dominação. As representações são importantes para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17). Desta forma, as representações coletivas são consideradas, ao mesmo tempo, matriz e efeito das práticas construtoras do mundo social. O imaginário social tido como um sistema de ideias-imagens de representações coletivas passa a ser considerado o outro lado da realidade. Nesse caminho, percebe-se que os conceitos de

imaginário e representação sociais estão atrelados ao teórico e alicerçados pelas práticas sociais. Isto é, o papel social desempenhado pelo grupo dirigente dissidente reforçou dialeticamente uma das dimensões da sua própria realidade social, fornecendo as bases para a metamorfose do imaginário social legalista militarizado.

Projetando uma investigação mais profunda sobre o enfoque temático deste trabalho, acredita-se ser necessário observar o cerne do conceito de imaginário social. A análise da influência do imaginário sobre uma determinada sociedade deve ser delimitada, com o risco de se perder o aprofundamento necessário para a interpretação do tema. Por isso, partindo do macro sistema social estadual, a pesquisa chega às sociedades curitibana paranaense e missioneira gaúcha. Estas microestruturas foram também privilegiadas, porque apresentam, antologicamente, uma gama de situações que sintetizam todo o processo de metamorfose do imaginário social experimentado pelo Brasil sulino no final da década de 1920. Para tanto, busca-se o referencial teórico e filosófico de Castoriadis (1982) e sua abordagem sobre o imaginário social por meio de uma perspectiva institucional de uma sociedade sustentada pelo conjunto das suas significações imaginárias. Nesse contexto, o autor afirma que,

a instituição da **sociedade** é toda vez instituição de um **magma de significações imaginárias**, que podemos e devemos denominar de **mundo de significações**. Porque é o mesmo dizer que a **sociedade** institui cada vez o mundo como seu mundo ou seu mundo como o mundo, e dizer que ela institui um **mundo de significações**, que ele se institui instituindo o mundo de significações que é o seu correlativamente ao qual somente um mundo existe e pode existir para ela (CASTORIADIS, 1982, p. 404). **(grifo nosso)**

A instituição da sociedade brasileira, no nível estadual e mais especificadamente das regiões curitibana paranaense e missioneira gaúcha, na perspectiva local, está totalmente inserida no pensamento de Castoriadis (1982), pois a formação institucional dessa sociedade esteve atrelada a um mundo de significações imaginárias tanto no campo político-militar como no sentimental-religioso. Na macroestrutura regional, os conflitos bélicos ocorridos no Paraná, particularmente na República, como a revolta federalista, o cerco da Lapa, o Contestado e a rebelião tenentista, construíram um conjunto de valores políticos e militares que legitimavam um magma de significações imaginárias da imposição da ordem pelo sibilar das armas. Como capital do estado paranaense, a comunidade curitibana vivenciou cada uma dessas escaramuças bélicas, por meio dos caminhos formais e informais que assolavam a população com narrativas simbólicas que instituíram a lógica armada no modelo político vigente.

No patamar da microestrutura, o viés sentimental-religioso inserido na formação cultural da sociedade missioneira gaúcha tem seu alicerce eucarístico baseado na significativa presença dos padres jesuítas e na sua influência sobre a religiosidade dos índios guarani. O aspecto sentimental

está atrelado ao extermínio da maioria dos índios missioneiros durante a Guerra Guaranítica da segunda metade do século XVIII. Com isso, fundamenta-se que a instituição da sociedade local das Missões foi a instituição de um conjunto de significações imaginárias que acabou condicionando, num determinado momento histórico, a um único imaginário social: o político-militar.

A unificação do mundo de significações imaginárias das destacadas sociedades paranaense e gaúcha em torno do viés político-militar proporcionou a unidade social dessas populações. Tal perspectiva sociológica encontra amparo na afirmação de Castoriadis (1982, p. 405): “a instituição da sociedade é instituição do fazer social e do representar/dizer social”. Desta forma, o autor defende a ideia de que qualquer sociedade somente se reconhece como tal a partir do seu efetivo funcionamento (“fazer social”) e da sua respectiva identificação (“representar/dizer social”). Diante desta assertiva, percebe-se que, no final da década de 1920, a instituição da sociedade sulina tinha na presença militar a instituição do “fazer social” e no discurso político republicano de ordem e progresso a instituição do “representar/dizer social”.

Trazendo a prática para a teoria filosófica de Castoriadis (1985, p. 103), pode-se afirmar que a instituição da sociedade sulina foi a instituição da significação imaginária do paradigma político-militar. Essa “significação imaginária social faz ser as coisas como tais coisas, coloca-as como sendo aquilo que são - ou aquilo que, sendo posto pela significação, é indissociavelmente princípio de valor, princípio de ação”. Apesar da veracidade espaço-temporal desta afirmativa, visualiza-se o fato do mundo das significações imaginárias ser extremamente mutante e sensível às transformações no fazer e no representar sociais. Nas palavras de Castoriadis (1982, p. 411),

[...] não se pode reduzir o **mundo das significações** instituídas às **representações individuais** efetivas [...]. As significações não são, evidentemente, o que os indivíduos se representam consciente ou inconscientemente, ou aquilo que eles pensam. Elas são aquilo, mediante e a partir do que os indivíduos são formados como indivíduos sociais, podendo participar do fazer e do representar/dizer social, podendo representar, agir e pensar de maneira compatível, coerente, convergente mesmo se ela é **confitual** (o conflito mais violento que possa dilacerar uma sociedade ainda pressupõe um número infinito de coisas “comuns” ou “participáveis”). Isso faz com que (e certamente também requer) uma parte das **significações imaginárias sociais** encontre um “equivalente” efetivo nos indivíduos (em sua representação consciente ou não, em seu comportamento, etc.) e que as outras aí se “traduzam” de uma certa maneira direta ou indireta, próxima ou longínqua. **(grifo nosso)**

O mundo das significações político-militar que instituiu a sociedade sulina não pode ser entendido como um mero somatório das representações individuais da população local da capital paranaense ou do noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Esse mundo político-militar foi forjado ao longo de diversos conflitos bélicos internos e externos vivenciados pela região brasileira do sul, com a participação ativa dos indivíduos no fazer social. Contudo, somente na fase republicana, esse

fazer social militarizado foi atrelado, pelo grupo dirigente regional, ao representar social de legitimidade, de legalidade, de ordem e de progresso.<sup>27</sup>

Nesse aspecto, busca-se, ao longo desta pesquisa, demonstrar que o conflito bélico de 1930 apresentou características, no nível local, de ruptura e de permanência com o *status quo* vigente. Mesmo rompendo com algumas representações sociais como legalidade e ordem, o movimento armado manteve a sociedade sulina coerente e convergente com a legitimidade do seu fazer social militarizado, fazendo com que uma parte das significações imaginárias sociais afetadas pela ação armada civil-militar encontrasse seu “equivalente” no grupo dirigente dissidente que conduziu a marcha bélica do final da década de 1920.

Além da análise da microestrutura local pela lente das significações imaginárias sociais de Castoriadis (1982; 1985), utiliza-se também o olhar aguçado de outro teórico do imaginário social: Baczko (1985). Valendo-se da teoria deste autor, configura-se a assertiva de que o imaginário social legalista militarizado da sociedade regional sulina foi forjado no fogo da representação social bélica que conduziu e orientou as práticas coletivas, principalmente, ao longo da República Velha. Dentro deste enfoque específico, destaca-se a percepção de Baczko (1985) sobre os imaginários sociais. Para o autor, tais categorias sociais

[...] constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual [...] ela se percebe, divide e elabora seus objetivos. [...] É assim que, através dos seus **imaginários sociais**, uma coletividade designa sua **identidade**; elabora uma certa **representação** de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “**chefe**”, o “bom súdito”, o “**guerreiro corajoso**”, etc (BAZCKO, 1985, p. 309-310). (**grifo nosso**)

Com as palavras de Baczko (1985), corrobora-se a afirmativa de que foi através do imaginário social militarizado que a coletividade sulina designou sua identidade bélica, elaborou uma representação social legalista militarizada impondo a crença de que a presença militar era condição *sine qua non* para a ordem e o progresso regional, além de permitir que o grupo dirigente local instalasse um modelo de chefia (caudilhismo/coronelismo) atrelado ao guerreiro corajoso (militarismo). Nesta micro perspectiva político-militar sulina, observa-se que não se podem separar os atores sociais e os seus atos de suas representações que, na verdade, “definem comportamentos, inculcam valores, atribuem méritos, corroboram ou condenam atitudes/ decisões” (BAZCKO, 1985, p. 306).

Cabe destacar que o estudo pormenorizado do imaginário social legalista militarizado de Curitiba e do noroeste do estado do Rio Grande do Sul tem o primordial intuito de desvendar as origens do movimento armado de 1930, bem como observar como aquele microssistema político-

<sup>27</sup> Sobre a manipulação do grupo dirigente local republicano do mundo político-militar missionário, ver Franco (2003).

militar sulino possibilitou instituir uma realidade sobre a qual se instaurou e, a partir de um determinado momento histórico, tornou-se instrumento de sua própria transformação. A análise deste microssistema permite verificar o processo de organização do grupo dirigente dissidente do nível mais restrito ao mais geral de estruturação. A adaptação dos conceitos mais gerais às realidades e condições locais permitiu, ao grupo dirigente dissidente, a necessária continuidade a nível regional, dando à proposição da classe dominante um caráter unificador. Concomitantemente, forneceu os instrumentos fundamentais para, a nível estadual, romper com os laços da política do *café-com-leite*.

Nesse sentido, este trabalho pretende percorrer o caminho que levou o imaginário social local a decompor os sentidos da coletividade que migraram através de formações discursivas, ao mesmo tempo, homogêneas e heterogêneas do grupo dirigente dissidente, criando uma percepção aparentemente saturada da presença militar institucionalizada na capital paranaense e no noroeste gaúcho que proporcionou a manutenção do *status quo* vigente. Com isso, acredita-se que a sociedade sulina produziu, na Primeira República, uma representação social bélica capaz de legitimar a ordem estabelecida. Para Baczko (1985, p. 310), “o imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”. Neste viés, procura-se alicerçar o jogo político que reformulou os planos do grupo dirigente curitibano e missioneiro no que tange à percepção sobre as mutações no imaginário social local, buscando antes de tudo a manutenção do controle da sociedade.

O imaginário bélico sulino, apesar de forjado e manipulado ao longo da República Velha, somente foi enraizado na sociedade, após a construção de uma comunidade de imaginação belicista, de uma comunidade de sentido. O mito do estabelecimento da desordem armada para manter a ordem progressista só foi legitimado porque havia um terreno social e cultural alinhado a esse discurso simbólico. “Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elementos de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo” (CARVALHO, 1990, p. 89).

Como já visto na fase introdutória, a comunidade de imaginação bélica caracterizava os grupos sociais da região sul brasileira que compartilhavam do mesmo imaginário armamentista. A comunidade de imaginação mantém um substrato alicerçado por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória social de uma cultura. Assim, a imaginação forjada por esta comunidade é uma produção coletiva, pois é depositária da memória que os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano.

Nessa dimensão, identificam-se diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, possibilitando verificar como eles se visualizam como partes de uma sociedade. Por isso, a comunidade de imaginação tem a capacidade de fornecer sentido ao grupo

social, designando sua identidade, por meio das suas representações sociais, determinando os papéis sociais, reforçando visões comuns, estabelecendo uma conduta discursiva semelhante.

Dessa forma, os integrantes da comunidade de imaginação formulam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças (BACZKO, 1984, p. 54). A comunidade de imaginação utiliza este campo discursivo como fator regulador e estabilizador da sociedade, além de permitir que os modos de sociabilidade existentes não sejam considerados definitivos e como os únicos possíveis, e que possam ser concebidos outros modelos e outras fórmulas (BACZKO, 1985).

A comunidade imaginária permite observar a vitalidade das criações dos sujeitos: o uso social das representações e das ideias. Os discursos simbólicos revelam o que está por trás da organização da sociedade. A eficácia político-militar das formulações imagéticas bélicas na alvorada da década de trinta dependeu da existência da própria comunidade de imaginação, comunidade de sentido. As significações imaginárias bélicas despertadas pelos discursos do grupo dirigente dissidente determinaram referências simbólicas que definiram, para militares e políticos da mesma comunidade, os meios inteligíveis de seus intercâmbios com as instituições.

Parte-se do suposto que o sucesso do uso do discurso da legitimidade bélica – em especial, por militares e políticos – às vésperas e durante o movimento armado de 1930, teve como base uma comunidade de imaginação criada anteriormente em função das ações belicosas ocorridas na região sul do Brasil. Desta maneira, o discurso de ordem e progresso construído e constantemente recriado por periódicos gaúchos e paranaenses, fonte privilegiada na presente análise, alicerçou sua aceitação, apropriação e reconstrução, na existência da comunidade de imaginação bélica sulina. Ou seja, uma predisposição da sociedade do sul do Brasil em identificar-se com as ideias de legitimidade do conflito armado.

O surgimento e propagação do discurso belicista por parte do grupo dirigente dissidente foi uma maneira de cooptar a população sulina a partir da comunidade de imaginação bélica, bem como garantindo sua própria identidade coletiva. Nas palavras de Baczko (1984, p. 53),

o nascimento e a difusão dos signos imagéticos e dos ritos coletivos traduzem o desejo de achar uma linguagem e um modo de expressão correspondente a uma **comunidade de imaginação** social, assegurando um modo de comunicação das massas que buscam dar a si mesmas uma **identidade coletiva**, reconhecer-se e afirmar-se em suas ações. Mas, por outro lado, o mesmo simbolismo e o mesmo ritual fornecem uma paisagem e um suporte aos poderes que se instalam sucessivamente e que buscam se estabilizar. Com efeito, é notável que as **elites políticas** se dêem conta rapidamente do fato de que o dispositivo simbólico constitui um instrumento eficaz para impressionar e orientar a sensibilidade coletiva, para impressionar as massas senão para manipulá-las (**grifo nosso**).

Dentro desse perfil teórico, observa-se que o discurso simbólico belicista somente foi eficaz porque se assentou na comunidade de imaginação bélica existente no sul do Brasil. Se ela não existisse, o referido discurso não faria sentido naquela vida coletiva (BACZKO, 1985, p. 325).

Assim, a comunidade de imaginação é uma categoria viável para teorizar as práticas desenvolvidas pela sociedade do sul do Brasil em 1930. A comunidade sulina é exemplificada à luz do seu imaginário social, cuja máxima conceitual nada mais é do que a representação social da realidade, ou seja, da prática social. A sinergia das categorias apresentadas depende da presença do conceito de grupo e de suas diversas inserções sociais, facilitando a constatação de que a prática bélica estava relacionada ao grupo dirigente dissidente que os atores sociais (militares e políticos) pertenciam, cujo imaginário e representações refletiram o espectro maior da comunidade de imaginação na sociedade sulina. A união de militares e políticos em 1930 forjou um novo grupo social, cuja identidade coletiva foi legitimada pela experiência dos conflitos bélicos passados, aliados aos discursos de rompimento com a cultura política da Primeira República.

## **1.2 Relações e escalas de poder**

A eficácia da narrativa bélica funciona como pedra de toque da identidade histórica do movimento armado de 1930, sendo verificável pela operacionalização dos conceitos na pesquisa empírica. O imaginário e a representação sociais sustentaram a elaboração da comunidade de imaginação que somente foi descrita pelas práticas reais, pois certos objetos, acontecimentos e processos apresentam características semelhantes. Assim, os conceitos vão desde ideias sobre objetos muito simples até as abstrações de alto nível, bastante distanciadas do patamar do concreto. O pensamento e o desenvolvimento em todos os domínios da atividade humana dependem da exatidão dos conceitos.

Desta forma, este estudo apropriar-se dos conceitos como representações mentais que apreendem características distintivas existentes num número significativo de elementos pertencentes à realidade da prática social passada. Constata-se, pois, que as problemáticas para as quais aponta o conceito de comunidade de imaginação somente tem sentido na sua articulação com as relações de poder.

Sem deixar de lado o repertório cultural do indivíduo, deve-se compreender como as representações sociais coletivas atuam sobre os atores sociais, ajudando-os a modificarem ativamente uma determinada situação estimuladora, dentro de um processo de resposta a estas representações. Entender as mutações do pensamento e do comportamento destes atores como verdadeiras transformações complexas, qualitativas, de uma forma de pensamento em outra que, necessariamente, não precisa ser totalmente diferente da realidade anterior. Para Swidler (1986, p.

273), a cultura coletiva modela a ação individual por fornecer fins ou valores na direção em que a ação é dirigida, então fazendo dos valores o central elemento causal da cultura.

Acredita-se que quanto mais complexa a ação militar e menos direta a solução, maior era a importância que o discurso político desses atores assumiu na sua inserção social dentro do grupo. Foi o discurso do progresso sustentado pela ordem legal que habilitou as personagens a buscarem ajuda para a solução dos problemas, a atenuarem atitudes impulsivas, a planejarem antes de executar e a controlarem o próprio comportamento, pois a integração entre o discurso e os signos foi o meio mais eficaz de contato social entre os sujeitos da comunidade de imaginação. O discurso político e a ação militar possuíram função primordial na metamorfose do imaginário social, alvo desta pesquisa, estruturando a própria lógica de sua gênese dentro do processo histórico. Esta complexa relação entre discurso e ação é o resultado de um desenvolvimento sociocultural profundamente enraizado na íntima ligação entre as histórias política e cultural.

Cabe ressaltar também que as funções simbólicas incluídas nesse imaginário influenciaram decisivamente no comportamento do grupo em questão e da própria sociedade brasileira. Tendo por base esta constatação, observou-se um investimento considerável do grupo dirigente dissidente na construção de símbolos capazes de dar sustentação político-militar à metamorfose almejada. Tais símbolos davam direção comum às escolhas realizadas pelos membros do grupo em questão, escolhas que no imaginário coletivo tinham a função de legitimá-las para conferir representatividade e coesão do grupo dirigente dissidente.

Obviamente, o grupo em questão não configurou a transformação do imaginário social apenas baseado em fatos imediatos. Na realidade, existiu um longo processo de construção antecedente que tornou disponíveis fragmentos do passado, que, conseqüentemente, transformaram-se em uma nova forma de sintetizar as experiências político-militares com os fatos desencadeados nas vésperas do movimento armado de 1930.

Além da metamorfose ocorrida dentro das relações interpessoais do grupo dirigente dissidente, também aconteceu a transformação da sociedade que recebeu influência direta desse grupo. Ao se perceberem como donos do poder, local ou estadual, o grupo dirigente passou a influenciar o próprio ambiente social que o cercava. Com isso, paranaenses e gaúchos, na sua grande maioria, em sua relação com o ambiente político-militarizado valorizado pelo grupo detentor do poder, reconstruíram seu comportamento.

Pode-se ainda observar o conceito de cultura política para entender os fenômenos políticos e militares que ocorreram no período estudado. A noção de cultura política refere-se a “um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus autores” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 4). Com isso, a compreensão da cultura política sulina no final

da República Velha permite incorporar ao presente estudo os aspectos subjetivos da visão bélica naquele momento histórico (OLIVEIRA, 2000).

A atmosfera política pesquisada permite observar, no âmbito da sociedade sulina, como o seu grupo dirigente dissidente transformou-se e ajudou a reforçar a lógica bélica no âmago da sua comunidade de imaginação. A cultura política do período também possibilita verificar o imaginário coletivo dessa sociedade, cuja coesão em torno do militarismo, favoreceu sua dispersão, abandonando a ordem legal, em prol da legitimidade das armas. As relações de poder revelam ainda a unidade e a coerência ideológica do grupo estudado, dentro da perspectiva político-militar, bem como seus conflitos em busca do poder, seu aparente desenvolvimento político-militar ou sua falência dentro das instituições, a firmeza de seus princípios legais ou sua flexibilização golpista, sua capacidade de definir e realizar seus interesses objetivos específicos de chegada ao poder nacional ou seu desmantelamento às vésperas do movimento bélico, sua condição de estabelecer estratégias e prioridades de ação político-militar ou sua desorganização por vezes evidenciada dentro do próprio grupo, enfim de seu poder.

Nesse enfoque, a cultura política belicista da região sul do Brasil constituiu um conjunto coerente na eclosão e no desenvolvimento do movimento armado de 1930 em que os elementos políticos e militares estavam em estreita relação uns com os outros, “permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, 1998, p. 350). Corroborando com a perspectiva cultural de Berstein, Baquero (2001, p. 100) afirma que

a cultura política de uma sociedade é resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, tornam-se vivas e atuantes ao longo do tempo, pois a menos que grandes rupturas históricas forcem os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais.

Na realidade, o grupo dirigente dissidente, quando em ação na sociedade, usou e abusou do discurso para transpor para o imaginário coletivo o que de fato era seu interesse, resultado de seu longo processo de metamorfose político-militar. Ao estabelecer relações com a sociedade, o grupo social em questão buscou a todo custo ter suas aspirações, de natureza política e militar, assumidas pela população dos diferentes níveis de poder: estadual e municipal. Para isso, não utilizava qualquer discurso, somente aquele capaz de expressar sua vontade no imaginário coletivo; não quaisquer símbolos, mas os que poderiam ser aceitos pela coletividade como compatíveis com sua identidade político-militar; não qualquer passado, mas aquele que justificasse e corroborasse o seu discurso bélico. Obviamente, este processo foi contínuo e dinâmico, independente do resultado específico, operou-se uma permanente transformação, tanto na sociedade como no grupo que reforçou o imaginário social, alterando as relações interpessoais e o desenvolvimento intrapessoal

dos indivíduos, que, por seu turno, resultou em novas percepções e em novos conteúdos de intervenções (FARIA, 2003, p. 82).

Para Galbraith (1986), as fontes do poder se referem aos atributos que distinguem os que detêm o poder daqueles que a ele se submetem. Nos casos paranaense e gaúcho, estes atributos são bastante relevantes. De início, pode-se destacar a personalidade ou liderança dos políticos e dos militares, principalmente na capital paranaense e no interior do Rio Grande do Sul, que remetem a qualidades e características pessoais e institucionais que dão acesso a um ou mais instrumentos de poder. Outro atributo que favorece o poder é a propriedade ou riqueza característica dos coronéis paranaenses e estancieiros gaúchos, que invariavelmente se tornavam políticos ou militares de altos postos. Este atributo confere autoridade ou proporciona os meios para comprar a submissão, como nas fraudes eleitorais, constantes na República Velha. Por fim, organização em grupos, considerada a fonte mais importante e até mesmo indispensável ao poder na sociedade da Primeira República. O grupo dirigente sulino, no final da década de 1920, conseguiu dirimir as divergências históricas e configurar um grupo relativamente coeso na busca de interesses relativamente comuns.

Portanto, Galbraith (1986, p. 9-10) defende a ideia de que todo grupo social busca o poder para promover seus próprios interesses e para estender seus valores à sociedade. No caso do movimento armado de 1930, a organização efetivada pela união de políticos e militares que partilhavam, naquele momento, os mesmos interesses e valores foi essencial para a conquista do poder nacional. Neste ponto, percebe-se que se deve levar em conta a própria dinamicidade de interesses dos atores sociais, pois “o conteúdo da cultura política pode variar em função dos períodos da história ou das sociedades consideradas” (BERSTEIN, 1998). Assim, a cultura política bélica sulina foi metamorfoseada à luz dos distintos comportamentos inerentes às mudanças sociais desencadeadas tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná. Na esteira do pensamento de Swidler (1986, p. 282), em tempos de um contexto estável, os valores dos grupos têm uma consistência mais fechada, encapsulada, com baixa determinação sobre a ação, enquanto em momentos de um contexto histórico de convulsão, há uma grande coerência ideológica e um forte controle sobre as ações, assim como a definição de novas estratégias para alcançá-las.

Dessa forma, a identificação da cultura política bélica existente no movimento armado de 1930 permite descortinar, pelo discurso de políticos e militares dissidentes, as raízes e as filiações dos indivíduos, restituindo-as às coerências dos seus comportamentos à luz da descoberta das suas motivações, estabelecendo uma lógica entre a dimensão individual e coletiva da cultura política vigente (BERSTEIN, 1998, p. 362). Com isso, as fontes de poder militar sustentaram a cultura política no sul do Brasil na década de 1930, conduzindo o grupo político dissidente a realizar alianças com o grupo castrense tenentista. Estes grupos se aproximaram à luz de percepções sobre a legitimidade do uso das armas diferentes e interesses de chegada ao poder político federal comuns.

Em consequência, eram grupos distintos sob a égide de uma vertente imaginária comum: tomar o poder federal e estadual, caso paranaense, pelo recuso bélico.

Outra assertiva do autor é bastante coerente com a realidade brasileira do final da década de 1920. Para Galbraith (1986, p. 11-12), o poder é subjetivo, pois, em determinados momentos, nem os que exercem e nem os que a ele se sujeitam estão obrigatoriamente conscientes de seu exercício, podendo ocorrer de maneira explícita (pelo discurso e pela educação) ou implícita (pela cultura), ainda que o poder explícito possa ser metamorfoseado paulatinamente em implícito, de maneira a transformá-lo cada vez mais aceitável pela sociedade. Transportando essa teoria para a prática histórica, percebe-se que o sucesso da empreitada de 1930 estava muito mais atrelado ao poder militarizado. Com isso, o poder subjetivo explícito dos conflitos internos que assolaram a sociedade sulina, transformou-se, ao longo do tempo, em poder culturalmente implícito dentro do imaginário social da comunidade de imaginação das populações do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Avançando no conceito das relações de poder, verifica-se a validade teórica das escalas de poder, colocando em destaque categorias que tiveram um papel importante nas alianças estratégicas desencadeadas pelo grupo dirigente sulista com outros grupos dirigentes dissidentes. Estes atributos, por sua vez, estão basicamente restritos à confiança, à reciprocidade e à reputação. Para Carvalho e Fischer (2003, p. 296), os referidos conceitos têm em comum o fato de não reterem materialidade e de serem atributos de indivíduos concretos. Neste sentido, a reputação legalista dos principais líderes gaúchos e paranaenses, com destaque para Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Ottoni Maciel e Octavio da Silveira, foi fundamental para que a formação da aliança estratégica, que resultou na Aliança Liberal, não fosse admoestada, na maior parte do tempo, pelo governo federal.

Além dessa característica, outra reputação dos paranaenses e gaúchos foi essencial para essa articulação: a formação bélica do Paraná e do Rio Grande do Sul. Da destacada reputação foi extraída a confiança (antecedente imediato das relações de cooperação) mútua entre os grupos dirigentes dissidentes. Ato contínuo, a articulação recíproca entre as principais lideranças gaúchas e mineiras com os grupos dirigentes de regiões de menor expressão político-militar, como no caso do Paraná e da Paraíba, foi fundamental para o processo de negociação das metas estabelecidas para alcançar o poder a nível nacional. Desta maneira, a abordagem das escalas de poder estadual e municipal, trazida para a temática da representação social, tendo como exemplo a eclosão do movimento armado de 1930 no sul do Brasil, é fundamental para se perceber como ocorreu a metamorfose do imaginário coletivo de legalidade militarizada ao longo do processo de tomada do poder pelo grupo dirigente dissidente.

Para consubstanciar a sua representação social, a grande maioria dos grupos e indivíduos vale-se do discurso. Neste aspecto, ganha relevo, na pesquisa sobre representações, os testemunhos, os registros escritos institucionais, a imprensa, entre outros suportes materiais da palavra e das ideias.

Nesse sentido, retorna-se a Chartier (1990, p. 19) e sua percepção de que as representações estão diretamente relacionadas às singularidades e ramificações da realidade social, bem como às escalas do poder. Desta forma, as representações sociais estruturadas pelo grupo dirigente dissidente traduzem a maneira como políticos e militares perceberam a sociedade ou projetaram uma realidade social afeta aos seus interesses nos diferentes campos de poder. Partindo dessa assertiva e ainda amparado nos ensinamentos de Chartier (1990, p. 24), percebe-se que, no presente estudo, o distanciamento da realidade passada (hiato de 80 anos) foi fundamental para realizar uma construção mais complexa das representações de políticos e militares no contexto espacial-temporal do poder. Assim, busca-se uma análise intensa das práticas dessas personagens, bem como as suas relações com a sociedade que as envolvem e que assimilou a metamorfose do imaginário social da legalidade militarizada.

Acredita-se, portanto, que as representações elaboradas pelo grupo dirigente dissidente estavam intimamente relacionadas à realidade social, que as condicionava e por elas era condicionada (SVARTMAN, 1999, p. 27). Esta perspectiva não pode se furtar a outro enfoque complementar: a identidade do grupo.

O poder de identificação está diretamente relacionado à capacidade do grupo social projetar representações discursivas e simbólicas a respeito de si e da própria sociedade. Com isso, a identidade do grupo deve, ao mesmo tempo, representar as suas particularidades em relação aos demais e a sua unidade entre seus integrantes (SVARTMAN, 1999, p. 27). Desta maneira, é importante observar o grupo dirigente dissidente pelo prisma da influência das suas representações nas diversas escalas de poder. Parafraseando Chartier (1994, p. 107), esta pesquisa procura analisar a história cultural do movimento armado de 1930 como um ramo da historiografia nos níveis local, regional e estadual que se ocupa das diferenças pelas quais a sociedade dos diferentes patamares político-militar separou do cotidiano um domínio particular da atividade humana e as dependências culturais da invenção, recepção e significação do mundo político-bélico do final da década de 1920. Tal análise fornece instrumentos valiosos para melhor compreender as peculiaridades da história cultural que são exploradas neste trabalho, focalizando a microanálise dentro do contexto histórico da macro-análise.

Propõe-se, nesta abordagem, que o termo cultural seja analisado como um terreno de união de diferentes sistemas simbólicos de uma sociedade historicamente identificada, cujos produtos e práticas sociais são encarados como sistemas de representações (CHARTIER Apud BURKE, 2006). Cabe destacar que este estudo adota o conceito de cultura enunciado por Gruzinski (1988). Tal

definição enquadra-se perfeitamente com a atmosfera político-militar vivenciada pela sociedade brasileira às vésperas e durante o movimento armado de 1930. Segundo o autor, cultura é

el conjunto - más o menos coherente y estable - de los modos de representación, de los ordenamientos y lãs lógicas simbólicas, los modelos de conducta, los sistemas de defensa y de adaptación a los cuales los individuos y los grupos sociales, según su posición, su trayectoria personal y los objetivos que persiguen, pueden tener (o no) acceso (GRUZINSKI, 1988, p. 9).

A questão da intrínseca relação entre representações e identidade fica claramente explicada nas palavras de Chartier (1990, p. 23), segundo o qual, “as representações articulam práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto uma posição”. A argumentação de Chartier (1990), em outra instância, deixa evidenciada que a cultura é uma fase da totalidade social, constituindo-se na real identidade de uma sociedade. Para o autor, todas as relações sociais, inclusive as político-militares, organizam-se de acordo com lógicas que colocam em jogo os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais. Assim, as representações sociais estruturam aquilo que poderá ser denominado cultura, seja esta comum ao conjunto de uma sociedade ou própria de um determinado grupo (CHARTIER, 1990, p. 66).

Essa dimensão cultural é valorizada neste trabalho por meio da pesquisa das relações político-militares na sociedade brasileira nos seus diversos patamares de poder governamental. Com isso, procuram-se analisar, nas escalas de poder dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul e, particularmente, dos municípios de Curitiba e da sua região missioneira gaúcha, as influências das representações político-militares criadas e compartilhadas com a sociedade local e estadual que permitiram, no nível discursivo e simbólico, construir a metamorfose no imaginário social de legalidade militarizada, sem comprometer a hegemonia do grupo dirigente nestas áreas de influência. Os discursos representativos da cultura da violência, incutidos no imaginário da comunidade sulina, foram capazes de canalizar o descontentamento da sociedade do sul do Brasil, em todas as escalas de poder.

Outra argumentação de Chartier (1990) demonstra como as representações elaboradas por um grupo social podem servir para legitimar sua hegemonia no poder. Na perspectiva doutrinária do autor, as representações podem se constituir em um importante instrumento de poder e dominação de um determinado grupo social sobre os demais, delimitando os discursos e símbolos que representam o poder e que só um grupo específico possui. Além disso, as representações criadas pelo grupo social hegemônico acabam eliminando a violência explícita como instrumento de coerção e de legitimação do poder (CHARTIER, 1990, p. 22). Desta forma, as representações fomentadas pelo grupo dirigente dissidente tratavam, discursivamente, de interferir na realidade social em prol de seus interesses. Tais subterfúgios simbólicos garantiam a supremacia do grupo

dirigente no poder, sem a necessidade do uso da força. Com isso, as categorias simbólicas de cunho político-militar tinham a função de domínio do grupo dirigente sobre os demais, tornando seus valores e interesses específicos aceitos por toda sociedade, legitimando o *status quo* vigente.

Nesse aspecto, as representações criadas pelo grupo em questão dentro do Paraná e do Rio Grande do Sul reforçaram a própria realidade social, dado o poder efetivo de que determinados integrantes deste grupo dispunham para atuar sobre o imaginário político-militar estadual e municipal. Analisar e interpretar estas representações moldadas pelo grupo dirigente dissidente fornece subsídios sobre a comunidade de imaginação daquele período histórico. Portanto, as práticas político-militares desenvolvidas por esse grupo específico estavam, ao mesmo tempo, relacionadas ao viés das suas representações e da própria inserção social dos seus membros nas diversas escalas de poder.

A dinâmica histórica do movimento armado de 1930 depende de outros conceitos para atender às expectativas da peça bélica. Por isso, fez-se necessário abordar as relações e as escalas de poder do grupo que conduziu a insurreição, apresentando as peculiaridades destes conceitos para o entendimento da prática armada. Na perspectiva teórica das relações de poder, deve-se integrar a estrutura aos atores sociais, introduzindo o sujeito e sua vontade individual no âmago da ação humana. Esta reflexão interpretativa da dinâmica social conduz a uma operacionalidade dos conceitos sobre o poder. Inseridos na mesma comunidade de imaginação bélica, militares descontentes e políticos dissidentes da região sul brasileira, desenvolveram relações de poder que promoveram seus interesses em sintonia com a lógica imagética reconhecível por aquela sociedade.

Nesse viés conceitual, as escalas de poder dão conta de alavancar a perspectiva de análise da realidade conspiratória de 1930 à luz do alinhamento da estrutura macro com a conjuntura micro. Assim, percebe-se que os atores sociais relacionavam-se em diferentes níveis de poder, conjugando seus interesses homogêneos e heterogêneos em prol de um objetivo comum: alcançar o poder central utilizando o recurso da força bélica. Neste ponto, os conceitos se complementam e sustentam a explicação prática do passado, diagnosticando que o imaginário belicista da comunidade sulina foi uma representação da realidade social daquela região brasileira, cujo sentido legitimou a utilização das armas como alternativa viável para conquistar a legalidade da ordem e do progresso.

### **1.3 Metamorfose da legalidade militar**

Além dos conceitos de comunidade de imaginação e das relações e escalas de poder, busca-se também percorrer o caminho que conduziu os diversos discursos e imagens da legalidade institucional a decompor os sentidos da coletividade que migraram, por meio das formações discursivas, ao mesmo tempo, homogêneas e heterogêneas de militares e políticos dissidentes,

criando uma representação contrária à cultura política vigente em 1930. Segundo Swain (1994, p. 48), um grupo social sofre transformações de diferentes imagens criadas por seus membros.

Acredita-se que esses discursos e imagens estavam condicionados às relações de poder do grupo dissidente em seus diversos níveis de atuação. Para se investigar a formação e a organização deste grupo, diagnosticando determinados discursos político-militares que influenciaram a metamorfose do imaginário social das coletividades sulinas, acha-se conveniente considerar o nível de atuação deste segmento, tanto a nível regional quanto ao nível das localidades. A manipulação do imaginário social foi fundamental para construir um conjunto de valores militares e políticos, que legitimasse a nova relação de poder no sul do Brasil, “particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 1990, p. 11).

A construção da expectativa conceitual passa finalmente pela questão da metamorfose da legalidade militar no sul do Brasil. A noção de metamorfose está intimamente ligada à mudança individual ou de grupo de indivíduos dentro e a partir de um quadro cultural específico (VELHO, 1994, p. 7). Apesar da existência da metamorfose, em diversos “grupos sociais e períodos históricos a permanência de costumes e a estabilidade de traços e características individuais foram claramente valorizadas” (VELHO, 1994, p. 8). Em consequência, a presença constante de mudanças dos indivíduos e das sociedades não é capaz de destruir costumes e traços característicos de um determinado grupo social.

Assim, mesmo nas mudanças aparentemente mais incisivas de identidade coletiva e individual, permanecem as experiências e vivências anteriores, embora reinterpretadas com outros significados e imaginários (VELHO, 1994, p. 9). Isto é, a mudança provocada pelo movimento armado de 1930, forjada nas relações de poder entre militares e políticos, não foi capaz de alterar as experiências e vivências legalistas da sociedade sulina brasileira, consubstanciando novo significado ao militarismo e à noção de ordem e progresso.

A percepção das metamorfoses produz um diagnóstico das transformações que ocorrem em função de contextos, situações e papéis diferenciados. Para Velho (1994, p. 8), estas mudanças são, constantemente, radicais, gerando questões desafiadoras para a teoria da identidade individual e coletiva. Neste contexto, pode-se transportar o conceito de metamorfose para a realidade institucional do Exército Brasileiro antes e durante o movimento armado de 1930.

Em termos institucionais, a Força Terrestre não apoiou a insurreição sulina. A elite militar, composta por generais e oficiais superiores, não participou da fase conspiratória do golpe cívico-militar, com raras exceções, como o tenente-coronel Góes Monteiro e o major Plínio Tourinho. Verifica-se, portanto, que o grupo dissidente do sul do Brasil não possuía o apoio irrestrito dos comandantes das tropas federais aquarteladas no Paraná e no Rio Grande do Sul. Contudo, tomando

por base o efetivo de oficiais intermediários, subalternos e praças, observa-se que em Curitiba e nos municípios missioneiros gaúchos, a maioria dos militares do Exército Brasileiro apoiou a revolta bélica em 1930, ficando a efetiva adesão ostensiva somente após a eclosão do movimento armado em outubro.

Com isso, os líderes da região sul buscaram a todo custo a participação da elite militar, principalmente dos comandantes dos quartelamentos das Missões gaúchas e da capital curitibana, pois perceberam que poderia faltar o recurso da força bruta para impor o movimento armado. Segundo Pascal (Apud CHARTIER, 1991, p. 186), “só os homens de guerra não estão disfarçados assim, porque na realidade a sua parte é mais essencial: estabelecem-se pela força, ao passo que os outros o fazem pela aparência”. Assim, trabalharam a aparente ruptura do imaginário militarizado legalista usufruindo uma nova representação social, imersa na realidade cultural da comunidade de imaginação sulina, para fabricar o apoio popular à causa que os conduziria ao poder nacional.

A transformação desencadeada na representação social da sociedade sulina acarretou sensível alteração na realidade das instituições político-militares que existiam na região. Especificamente falando do Exército Brasileiro, percebe-se que as organizações militares eram conjuntos sistêmicos, caracterizados por harmonia e consenso com a comunidade que os englobavam, com funcionalidade igual para todos os membros da corporação e relativa independência tanto em relação à ação humana como quanto ao contexto social. Neste aspecto, Chartier (1991) declarou que as representações sociais autorizam a articulação de

**três** modalidades de relação com o mundo social: de **início**, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a **realidade** é contraditoriamente construída pelos diferentes **grupos** que compõem uma sociedade; **em seguida**, as práticas que visam fazer reconhecer uma **identidade social**, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; **enfim**, as **formas institucionalizadas** e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do **grupo**, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p. 183). (**grifo nosso**)

A transmutação da configuração militarizada pela qual a realidade paranaense e gaúcha foi contraditoriamente construída no final da década de 1920 pelo grupo dissidente marcou o início da metamorfose da representação coletiva da sociedade sulina e do Exército Brasileiro como instituição. A ruptura da identidade castrense associada à ordem pública e ao progresso nacional foi o segundo passo para consubstanciar a nova representação do mundo social bélico do Paraná e do Rio Grande do Sul. A formação de grupos armados prontos para combater as organizações militares do Exército Brasileiro, instituição defensora da lei e da ordem, solidificou, no período histórico em questão, o novo imaginário social coletivo da população sulina e, mais especificadamente, do Paraná e no Rio Grande do Sul.

A percepção político-militar das mudanças nos cenários estadual e local foi o grande trunfo do grupo dirigente dissidente que acabou preservando o estatuto da dependência pessoal, das clientelas e da incorporação política "de fachada" da população de diversas regiões do Paraná e do Rio Grande do Sul que, nos currais eleitorais, reconheciam a integração à vida republicana militarizada pela mediação do sistema coronelista e caudilhista. Estas lideranças locais estavam atreladas à cultura política regional, por meio dos partidos republicanos, mas sem ligação com os governantes, fato que dificultou qualquer tipo de fidelidade aos chefes do executivo, nos diferentes níveis de poder.

A ação política e militar do grupo dirigente dissidente gerou uma significativa transformação da lógica legalista da região meridional nacional. Com isso, o conceito de metamorfose explica as mudanças individuais e coletivas no interior da sociedade sulina, com a manutenção do sentido bélico, pois os costumes imagéticos mais arraigados de uma comunidade permanecem ativos mesmo após grandes rupturas.

A quebra da expectativa conceitual acerca da trilha teórica que será abordada nesta dissertação não impede que outras categorias epistemológicas sejam apresentadas ao longo do processo discursivo deste trabalho. Contudo, acredita-se que o leitor já tenha um painel situacional dos principais conceitos que serão operados na viagem desta peça teatral.

A seguir, a metáfora do teatro apresenta seu segundo segmento: a crítica. Como uma adaptação de um roteiro conhecido, o movimento armado de 1930 já foi exaustivamente criticado, estudado e esmiuçado nesses últimos 80 anos. Portanto, cabe destacar as principais interpretações sobre o tema, demonstrando que a escolha deste enredo está ligada às origens profissionais e sociais específicas deste pesquisador.

## 2 A CRÍTICA

*Os leitores querem ver o homem fazendo o seu destino ou, pelo menos, lutando com ele, e esse é o estofa da história. Barbara W. Tuchman. A prática da história.*

A aventura de analisar o movimento armado de 1930 no sul do Brasil pela conformação narrativa de uma peça teatral encontra na crítica especializada um arcabouço bastante interessante sobre considerações históricas acerca do acontecimento passado. A metáfora da crítica teatral resgata as obras e textos que realizaram considerações válidas sobre o ponto fulcral do enredo bélico daquele outubro que metamorfosearam a República brasileira. Esta apresentação também permite que se possa estabelecer o olhar inovador desta pesquisa em relação às óticas anteriores, demonstrando que apesar do tema central ser demais conhecido, a nova perspectiva de análise colocará ao leitor uma reveladora percepção sobre o ocaso da rebelião belicista do início da década de trinta.

A temática relativa às alianças entre militares e políticos vem ganhando maior espaço na historiografia nacional, principalmente após os últimos governos castrenses do século XX. Observa-se ainda que uma demasiada concentração de estudos sobre este tema ocorreu com maior enfoque nos períodos ditatoriais republicanos. Estes momentos sempre exerceram maior fascínio sobre os pesquisadores históricos, devido à intrínseca relação de poder que os políticos governistas de regimes fortes tinham com sua principal força de coerção: o exército e os militares.

A análise dessa historiografia, com um olhar sobre as percepções acerca da construção discursiva e imagética desses atores sociais, tem a intenção de diagnosticar as principais visões interpretativas do fragor bélico abordado por este trabalho. Assim como, verificar as relações entre militares e políticos dissidentes nas diferentes esferas do poder na região sul do Brasil, às vésperas e durante o movimento armado de 1930. Existem duas correntes principais que abordam a produção histórica anteriormente referenciada e que se distinguem entre si de maneira mais enfática e crítica.

A primeira corrente interpretativa valoriza uma tradição historiográfica que defende uma relação entre militares e políticos caracterizada por uma conformação de fatos sucessivos na década de 1920 que conduziu a uma aliança entre estes agentes sociais que apresentavam mesmo objetivos de chegada ao poder. Este viés de interpretação se vale da homogeneidade discursiva e imaginária em torno do objetivo comum de conquista do governo federal. Ressaltam-se nesta visão, as obras de Virgínio de Santa Rosa (1932; 1963; 1976), Barbosa Lima Sobrinho (1983), José Maria Bello (1972), Edgar Carone (1975; 1977), Hélio Silva (1972; 1975; 1984) e Nelson Werneck Sodrê (1979; 1986). Cabe destacar que estas produções apresentam muitas diferenças de cunho teórico e metodológico, porém as argumentações factuais sobre as ligações dos militares rebeldes tenentistas

com os políticos oligárquicos dissidentes são semelhantes, interligando-as a uma mesma abordagem interpretativa. O mote desta corrente de pensamento ampara-se sobre a ideia de que a convulsão bélica ocasionou uma ruptura no sistema republicano vigente, enterrando velhas práticas políticas em prol da austeridade castrense.

Fugindo de uma intervenção narrativa de eventos sucessivos, encontra-se a outra corrente historiográfica que trata sobre o tema. Numa abordagem analítico-sistêmica do movimento armado de 1930, os historiadores deste olhar interpretativo buscaram entender os antagonismos entre os militares tenentistas e as oligarquias regionais do sul do Brasil. Nesta vertente, a lógica interpretativa observa a heterogeneidade dos discursos e imagens dos principais atores sociais do movimento bélico. Assim, agrupam-se neste grupo os trabalhos de Boris Fausto (1969; 1977; 1995; 2006), Edgar de Decca (1988), Edmundo Campos Coelho (1976), Maria Cecília Spina Forjaz (1976; 1977; 1978), Frank D. McCann (2007) e Robert A. Hayes (1991). Obviamente, são perspectivas mais recentes e por isso refletem o momento histórico vivenciado pelo Brasil pós-governos militares. Com isso, estas perspectivas procuraram observar o continuísmo de velhas práticas políticas da República Velha na nova lógica belicista vitoriosa com o golpe de 1930.

## **2.1 Experiências de ruptura**

Retornando às obras que valorizaram uma aliança entre militares e políticos baseada na cultura política, cuja origem estava nos movimentos tenentistas da década de 1920. Resgata-se o espaço de experiências anteriores ao último período dos governos militares. Santa Rosa (1963) foi o primeiro a observar o movimento armado de 1930 como uma insurreição bélica promovida pelas camadas médias nacionais. A produção de Santa Rosa (1932) apresenta ainda o Exército Brasileiro como única instituição nacional capaz de representar diversas regiões do país e camadas sociais. O autor narra o tenentismo como uma série de motins militares empenhados em implantar a desordem armada em benefício da nova ordem política. Santa Rosa (1976) vê este anseio tenentista em consonância com o pensamento político das oligarquias sulinas, principalmente pela defesa do voto secreto.

E os interesses dos senhores de latifúndios, aglutinados em clãs partidários, forçam a existência do regime de autonomias estaduais francas. Eles pretendiam manter a externa pressão sobre o governo central, através dos presidentes estaduais, assessorados pelas brigadas policiais (SANTA ROSA, 1976, p. 98).

Para Santa Rosa (1976, p. 53), os políticos gaúchos apresentavam pequenas diferenças daqueles que lideravam o governo central brasileiro. “Rebentos do mesmo tronco, filiados aos interesses dos latifúndios, esses políticos dissidentes se distinguiram apenas por mera gradação de tonalidade”. Com isso, Santa Rosa reforçou o ideário de que militares tenentistas e políticos sulinos

desenvolveram discursos homogêneos, fato que facilitou a unificação destes atores sociais em um mesmo grupo, cujo objetivo bélico coadunava com a ambição política. Porém, o autor não articulou as formas de colaboração entre os polos decisivos (oligarcas e tenentes) na fase conspiratória e no momento dos sibilares das metralhas.

Lima Sobrinho (1983) observa que as ligações entre militares e políticos, antes da eclosão do movimento armado de 1930, foram alicerçadas pela cisão das oligarquias estaduais, originada no sul do Brasil, e pelo apoio bélico dos militares tenentistas. O autor defende a construção da comunidade beligerante sulina, como consequência da valorização do regionalismo ao longo da República Velha. “Os recursos do tesouro público, as armas das forças estaduais, os dinheiros e a atividade das prefeituras, é que permitiram surgir o levante com as proporções e a segurança que tomou” (LIMA SOBRINHO, 1983, p. 180).

O bairrismo sul-rio-grandense foi bastante explorado por Lima Sobrinho (1983, p. 27), segundo o qual, “o Rio Grande não concordava com o jogo monótono das influências, que decidiam do domínio do Catete, pelo revezamento de Minas e São Paulo, no posto supremo da República”. Na visão do autor, as coalizões regionais, particularmente no sul do Brasil, e a presença oligárquica no jogo sucessório foram decisivos para o sucesso do movimento armado de 1930, pois reduziram a presença de outras forças sociais. Em consonância com as aspirações tenentistas, o Lima Sobrinho concluiu que a espinha dorsal do pensamento dos militares rebeldes se alinhava com os anseios de poder da oligarquia dominante gaúcha, tornando o imaginário bélico palatável para ambos os grupos sociais.

Na mesma linha de Lima Sobrinho (1983), Bello (1972, p. 294) também observou uma intrínseca relação entre políticos sulistas e militares tenentistas na conformação da insurreição bélica de 1930. Para o autor, estes políticos oligárquicos dissidentes viram como inevitável a participação dos atores tenentistas na formulação e condução do levante armado que pôs termo à Primeira República brasileira.

Na realidade, Bello (1972, p. 51) calcou sua análise na década de 1920, cujas origens estavam associadas ao crescimento mais rápido da economia, ao êxodo das fazendas para as cidades e à inquietação do fim da Primeira Guerra Mundial. Para o autor, estes fatores “conferiam um outro estado de espírito ao povo, circunstância esta não percebida pelos políticos, mesmo pelos mais atilados, quer se beneficiassem ou não das benesses governamentais”. Somente o pacto político-militar sulino deu conta de atender a essa nova lógica nacional.

Os trabalhos de Carone (1975; 1977), partindo de diferentes recortes, debruçaram-se exaustivamente sobre a articulação de militares e políticos na década de 1920. Contudo, em todos eles prioriza-se uma abordagem factual-narrativa em obras de grande fôlego. Os textos de Carone (1975; 1977) trilham linearmente uma esmiuçada cronologia de acontecimentos, cujo encadeamento

sucessivo explica a ligação entre políticos e tenentistas. Ao invés de uma análise teórica, o autor opta por uma explanação empírica dos fatos daquele período histórico. Segundo Borges (2007, p. 175), “Carone é o pesquisador que tem o maior número de títulos publicados sobre o período republicano”. O destacado autor descreve os fatos político-militares de 1922 a 1938, interpretando-os numa perspectiva histórica processual.

O tenentismo procurou porções mágicas para solucionar o impasse ideológico [...]. Esta visão do soberbo e do épico não está restrita a episódios revolucionários, mas se estende a períodos posteriores, porque é uma parte integrante do “mito dos tenentes” – um mito que precisa ser estudado [...]. Seu espírito é liberal, tem laivos reformistas às vezes e de tempos em tempos apresenta uma matriz socialista. Na verdade, ele traduz em toda plenitude as incertezas e as dúvidas do movimento (CARONE, 1975, p. 14-15).

Por sua vez, Silva (1972; 1975; 1984) realizou uma expressiva quantidade de pesquisas sobre este enfoque temático. Para Borges (2007, p. 175), o referido autor foi o divulgador da periodização da Era Vargas, com um extenso cabedal de entrevistas, documentos e cronologias factuais. Por sua visão factual-narrativa dos acontecimentos foi criticado pela superficialidade e a ausência de interpretação dos fatos. Silva (1984) defendeu que o tenentismo não foi uma manifestação do Exército Brasileiro. O movimento armado de 1930 não foi liderado pela Força Terrestre, mas “sim por três governos estaduais: Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, mobilizando as polícias estaduais. Atraiu e utilizou os homens da Coluna Prestes como incentivo político e no comando das tropas irregulares” (SILVA, 1984, p. 94).

Na visão do autor, a recusa de Luís Carlos Prestes em aceitar a liderança militar do movimento armado de 1930 deixou os tenentes perdidos, tornando-os reféns dos interesses políticos do grupo dirigente dissidente sulino. Silva (1972, p. 178-182) afirmou que os tenentes da insurreição de outubro queriam uma revolta bélica que lhes proporcionassem o retorno à carreira das armas, junto à instituição militar – Exército Brasileiro.

Sodré (1979; 1986) realiza uma análise baseada na ideologia marxista, segundo a qual a história tem seu desenvolvimento condicionado à dinâmica das forças produtivas, assim como os acontecimentos políticos estão atrelados aos fluxos evolucionistas da atividade econômica. Alicerçado por essa matriz interpretativa, Sodré observou dois forças produtivas em conflito às vésperas e durante o movimento armado de 1930: o velho Brasil pré-capitalista dos setores agroexportador (políticos situacionistas e militares legalistas) e o novo Brasil capitalista da burguesia do mercado interno (políticos dissidentes e militares tenentistas).

Nesse viés interpretativo, Sodré intuiu que a aliança entre políticos e militares sulinos foi conduzida por interesses imediatos comuns, cujo baluarte era a conquista do poder nacional, dentro de um processo global muito mais amplo. “O tenentismo, desfalcado da chefia de Prestes e da participação dos elementos que ficaram com a posição que ele defendia, integrou-se nas correntes

políticas de oposição ao governo federal” (SODRÉ, 1979, p. 229). Apesar dos antagonismos intrínsecos a esses grupos sociais, “políticos e militares descontentes refizeram os antigos entendimentos e entraram decisivamente na etapa conspirativa” (SODRÉ, 1986, p. 61). Com isso, o autor inferiu que o movimento bélico de 1930 caracterizou a ascensão da burguesia industrial à dominação política da República Velha.

Nessa primeira corrente interpretativa, as relações de poder entre militares e políticos são observadas de forma contraditória, haja vista que, apesar do centro das narrativas está calcado na participação destes atores sociais na construção da comunidade bélica, militares tenentistas e políticos oligárquicos são apresentados de maneira periférica à explicação histórica. Apesar de ocupar uma importância fundamental nesse processo interpretativo que guiou a uma aliança entre estes agentes sociais, o sujeito não é, em si, objeto da análise historiográfica.

O espaço das experiências apresentadas por esses autores demonstra uma mesma visão histórica sobre a unidade de pensamento do grupo que liderou a insurreição armada. Sem levar em consideração as variáveis da inserção social de militares tenentistas e políticos dissidentes, os renomados autores se prenderam apenas aos discursos homogêneos do recém-criado grupo social. Faltou ainda uma crítica mais profunda sobre o imaginário social dessas personagens, cuja representação da realidade convergiu para a mesma percepção imagética da solução bélica para problemas políticos.

A destacada linha de pensamento se preocupou em analisar as relações de poder, sem a necessária atenção para as diferentes escalas de análise, conferindo explicações pontuais ao todo da sociedade brasileira. Com isso, tornaram-se obtusos ao valorizar as experiências de ruptura em determinados níveis de poder como regra para o contexto macro da realidade nacional. Os sujeitos históricos nas análises historiográficas personalistas e factuais aparecem de maneira simplificada, sem maiores desdobramentos, apesar de alicerçarem toda a temática da narrativa. Os autores desta linha de pensamento colocam os atores sociais (militares e políticos) no centro dos acontecimentos, sem, contudo, contextualizar as permanências imagéticas desses sujeitos ao longo do processo de reforço representativo da comunidade de imaginação bélica. As análises relativas às experiências de ruptura ficaram encapsuladas ao discorrerem somente sobre um grupo monolítico que alterou definitivamente a lógica da política oligárquica da Primeira República, bem como a perspectiva institucional e organizacional do Exército Brasileiro.

## **2.2 Experiências de continuidade**

A produção historiográfica que neste estudo se adéqua ao conteúdo analítico-sistêmico também apresenta uma variada gama de obras das mais diversas matrizes teóricas. Por isso,

restringem-se as abordagens aos autores anteriormente referenciados, cujos discursos mais recentes descortinaram perspectivas de continuidade na dinâmica histórica da insurreição de outubro.

Segundo Fausto (1995), o movimento armado de 1930 não conduziu a burguesia industrial à dominação política. Na verdade, sua análise materializa a aliança cívico-militar como uma momentânea união dos setores dissidentes da oligarquia com militares rebeldes. Ao longo dos anos 1920, formou-se uma corrente de caráter mais progressista no Exército Brasileiro, formada por jovens oficiais nacionalistas que buscavam resgatar o país da República Velha e das estruturas oligárquicas. O autor observa que esses militares tenentistas tentaram várias alianças com intuito de alcançar seus objetivos de poder. Fausto (1995) afirma que uma das primeiras alianças ocorreu em 1924 com a pequena-burguesia paulista. Desse primeiro relacionamento político-militar surgiram temas de interesse nacional, a saber: a defesa do voto secreto, das liberdades individuais e do nacionalismo difuso.

Ainda analisando as relações de militares com políticos da época, Fausto (1995, p. 92) afirma que a vinculação de alguns rebeldes tenentistas com famílias tradicionais brasileiras, corrobora com a descaracterização do ingresso destes agentes na camada militar com o objetivo de ascensão social. Na sua visão, estas personagens eram portadores de um sentimento de liderança por integrarem a Força Terrestre. Com isso, o tenentismo não protestava apenas contra os quadros dirigentes civis, apontavam a própria cúpula militar por estarem a favor destes de forma subordinada, desviando o Exército Brasileiro de sua verdadeira função responsável pelo país.

Outra importante contribuição analítico-sistêmica de Fausto (1995, p. 103) foi sua perspicácia de que a participação do Exército Brasileiro não foi uma ação homogênea, determinada hierarquicamente. O setor militar mais dinâmico era composto por aqueles que haviam sido afastados do aparelho militar estatal. A cúpula bélica só entrou no movimento armado em um segundo momento, tentando agir como um poder moderador. Esta, aliás, é a grande contribuição do autor para o entendimento de que os discursos de militares e políticos sulinos eram heterogêneos na sua gênese, tornando-se mais tarde, às vésperas do movimento armado, homogêneos em busca do projeto comum de conquista do poder central.

Concordamos com Fausto quando este afirma que o movimento armado de 1930 foi resultado de uma aliança temporária entre grupos burgueses não associados aos agroexportadores cafeeiros e os militares tenentistas. Uma crítica mais detalhada do estudo de Fausto sobre a atuação de militares na política foi realizada por De Decca (1988).

No que se refere especificamente à análise do tenentismo sobressai a obra de Boris Fausto, que tenta redimensionar a análise do comportamento político das camadas médias no processo de crise da Primeira República e a suposta representatividade desse setor através dos tenentes. A atuação política do tenentismo deve ser referida não só a uma determinação de classe; mas à sua função no aparelho de Estado, enquanto membros das Forças Armadas, instituição que ressocializa os seus

membros e que possui uma autonomia relativa em face da sociedade civil (DE DECCA, 1988, p. 82-83).

A análise-sistêmica realizada por De Decca (1988) faz referência à construção da memória do vencedor. Esta reflexão avalia o movimento armado de 1930 como uma ação contrária de políticos oligárquicos dissidentes e militares tenentistas ao processo contestatório operário de 1928. O autor afirma que, ideologicamente, a produção de relações históricas para além da ideia de movimento armado de 1930, a qual, “resultante do processo de luta de classes, é também seu ocultamento” (DE DECCA, 1988, p. 78-79).

Tronca (1985) corrobora essa visão interpretativa aludida por De Decca. Para o autor, os acontecimentos de outubro de 1930, com seu desfile de personagens (Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Góes Monteiro), que a memória dos vencedores consagrou como movimento armado, não valorizaram a presença da classe operária (TRONCA, 1985, p. 92). Na realidade, De Decca faz referência à efetiva participação da sociedade brasileira na insurreição de 1930, fato bastante relevante na crítica histórica desses acontecimentos. Contudo, ao se prender somente aos proletários paulistas, o autor reproduziu o erro dos seus antecessores que se fecharam apenas na atuação do grupo dirigente dissidente. Neste espectro analítico, deve-se ressaltar a adesão espontânea da população sulina ao conflito bélico em sintonia com a comunidade de imaginação existe no sul do Brasil.

A diversidade de pensamento entre militares e políticos foi notoriamente tratada por Coelho (1976, p. 82-91). Para o autor, a década de 1920 marcou a profissionalização e a modernização do Exército Brasileiro, cujos baluartes destacaram-se da seguinte forma: o interesse gerado pelas inovações bélicas oriundas da Primeira Guerra Mundial, a consciência profissional imposta pela doutrina prussiana imposta nas escolas militares e a lógica governista de que a Força Terrestre deveria ser “obediente ao poder civil dentro dos limites da lei”.

Nesse sentido, Coelho (1976, p. 87) percebeu que a heterogeneidade do discurso tenentista com os dos políticos do sul nacional era evidente. Os tenentes tinham representações imagéticas voltadas para o Exército Brasileiro, pois desejavam “alterar aspectos do regime republicano que constituíam um obstáculo real à formulação de uma política militar ajustada às aspirações dos quadros mais profissionais e modernizantes do Exército”. Desta forma, concluiu que “os interesses envolvidos eram os da organização militar, tal como os ‘tenentes’ os percebiam, ainda que possam ter coincido com os interesses de qualquer outro setor da sociedade brasileira”.

O ponto mais importante da análise de Coelho (1976, p. 89) reside no fato de que

o “tenentismo” nada acrescentou ao que já fora formulado em termos de concepção do papel do Exército na sociedade brasileira. Embora refutando explicitamente a tese da neutralidade política do Exército, os “tenentes” não conseguem superar os limites da concepção moderadora, nos

termos da cláusula da obediência “dentro dos limites da lei”. Esta concepção [...] contém um iniludível componente de oportunismo. A percepção dos que a adotam não alcança mais do que os problemas imediatos, e as soluções propostas incorporam apenas uma perspectiva de curto prazo no que diz respeito às consequências previstas e desejadas.

Recorre-se agora ao olhar aguçado de Forjaz (1976, p. 61), segundo o qual o Exército Brasileiro exerce “quase a função de partido político, constituindo, aliás, o único grupo nacional organizado, com uma elevada expectativa sobre seu próprio papel”. Ainda na percepção da autora, o movimento armado de 1930 foi alicerçado pela “união de oligarquias dissidentes [...] e o movimento tenentista, amadurecido por uma década de lutas, no contexto da grande crise internacional do capitalismo” (FORJAZ, 1976, p. 62). Essa análise-sistêmica considera que a insurreição bélica facilitou ao desmantelamento do sistema agroexportador vigente em 1930, sem, contudo, acabar com a influência residual das lideranças oligárquicas.

Forjaz (1978, p. 19-20) trabalhou também o aspecto de que o comportamento político-ideológico dos tenentes apresentou duas dimensões convergentes. A primeira dimensão foi de caráter institucional como membros do aparelho militar do Estado, já a segunda privilegiou a sua composição social como membros das camadas médias urbanas. Para a autora, “a superposição dessas duas situações produziu o tenentismo”. Assim, o comportamento político dos tenentes estava em sintonia com a conjugação desses dois fatores. A participação no Exército Brasileiro, responsável pelo resguardo das instituições, explica o impulso intervencionista no processo político republicano, em claro afrontamento às elites políticas civis.

Os tenentes eram parte da sociedade e parte do Estado e sem esta dupla relação não se pode entender seu comportamento, que não foi nunca tão revolucionário como muitos pensaram mas estava sempre mesclado de liberalismo e autoritarismo, de democratismo e elitismo, de busca do apoio popular e de incapacidade de organizar o povo (FORJAZ, 1977, p. 31-32).

Observando a crítica de dois brasilianistas norte-americanos sobre o movimento armado de 1930, resgata-se a vertente da heterogeneidade imagética dos discursos proferidos por militares tenentistas e políticos dissidentes. McCann (2007, p. 10-11) construiu sua análise sobre a assertiva de que “o Exército era a única instituição nacional, o cerne do Estado brasileiro que se desenvolvia”. Neste sentido, o autor afirma que o discurso militar era nacionalista por definição, enquanto a prática discursiva dos políticos era carregada de regionalismo e/ou personalismo. Desta maneira, corrobora-se a defesa de que a heterogeneidade existiu antes e durante a formação do grupo sulino que alavancou a insurreição de 1930.

McCann (2007, p. 12-13) também deixa claro que “a ideologia modernizadora da oficialidade colidiu com a tenacidade das oligarquias agrárias regionais, empenhadas em conservar sua fonte de mão-de-obra barata”. A justificativa apresentada pelo autor para a aproximação dos militares aos políticos sulinos ecoa na efetiva participação de oficiais na política nacional antes da eclosão bélica

de outubro. “Oficiais governavam as cidades de fronteira estratégicas, mapeavam o país, demarcavam as fronteiras, construíam estradas e linhas telegráficas e férreas, quartéis, comandavam as forças policiais e o corpo de bombeiros no Rio de Janeiro e em outras cidades”. Assim, os militares tinham intensa participação nas políticas locais sob as ordens do poder federal, tudo à luz representativa de baluarte da lei e da ordem.

Outro brasilianista, Robert Hayes explorou a mística militar brasileira e sua influência imagética no discurso dos tenentes rebeldes de 1930. Para Hayes (1991, p. 146), o tenentismo não soube resolver a problemática sobre a legalidade e interpretação constitucional. Imersos na lógica legalista de defesa incontestada da lei e da ordem pública, o imaginário dos militares revoltosos foi afetado pela notória quebra dessa máxima institucional. “O debate girava em torno do artigo 14 da Constituição, que aparentemente limitava a obediência das forças armadas ao presidente à legalidade das ordens por este baixadas”.

Para o autor, o discurso da legalidade institucional revela o imaginário social castrense atrelado à valorização da mística da nação armada. Esta prática discursiva somente abstraiu as condições ideais para sua produção em um ambiente que aceitava essa lógica imagética. A notória “obsessão pelo legalismo parece constituir mais uma indicação da necessidade de definir a mística em termos racionais. Portanto, uma indicação da presença da mística e de sua participação ocorre quando os aspectos constitucionais das atribuições dos militares são considerados (HAYES, 1991, p. 146).

Esse segundo olhar crítico sobre as experiências vivenciadas por militares e políticos tem uma maior preocupação com a ação dos sujeitos históricos na dinâmica social. Com ênfase nas visões heterogêneas, por vezes dicotômicas, desses atores sociais, essa corrente interpretativa da história do movimento armado de 1930 permitiu uma melhor abordagem acerca dos papéis sociais desempenhados por grupos e personagens nas suas relações de poder. Sob uma ótica temporalmente mais recente e contrária às explicações monolíticas, essas contribuições tentaram coadunar o enfoque das coalizões sulinas com uma análise das inserções sociais. Tais perspectivas insistem na composição heterogênea dos interesses que comandaram a insurreição armada, antes da tomada do poder político.

O notório destaque para as idiosincrasias de militares tenentistas e políticos de oligarquias dissidentes proporcionou um espaço de experiências com forte apelo para uma noção de continuidade do processo político republicano, mesmo após o ocaso da insurreição de outubro. Desta maneira, os autores dessa linha de pensamento desconsideraram que toda dinâmica conjuntural carrega em si as estruturas imóveis ao longo do tempo histórico. O imaginário social de legitimação do poder bélico propagado por esses atores somente fez sentido no âmago de uma

comunidade de imaginação que absorveu com o passar dos tempos uma sintonia intrínseca com o mundo das armas.

Nessas produções com perfil analítico-sistêmico, os autores observaram a ação dos sujeitos históricos em circunstâncias distintas, buscando desconstruir os personalismos e a visão monolítica do movimento armado de 1930. Em contrapartida, pecaram ao supervalorizar o papel dos grupos sociais sobre os atores, desconsiderando que toda formação social é configurada à luz de aproximações e distanciamentos dos sujeitos históricos que passam a assumir papéis sociais dentro da comunidade de imaginação. A valorização dos discursos heterogêneos não conseguiu camuflar a existência real de mudanças conjunturais, apesar da efetiva continuidade de diversas práticas da República Velha.

O continuísmo da legalidade da imposição da ordem armada para se alcançar o progresso econômico e o consenso político não pode mascarar, em hipótese nenhuma, a metamorfose sofrida pelas instituições e pela própria sociedade. Assim, torna-se necessário avançar além das perspectivas estruturais de continuidade da história para abarcar um horizonte de explicações que dão conta de apresentar as transformações da conjuntura dos acontecimentos passados, ocasionadas por uma lógica bélica intrínseca no imaginário social da população sulina.

### 2.3 Reflexão crítica

Ao percorrer o perfil das análises historiográficas sobre as alianças entre militares e políticos sulinos às vésperas e durante o movimento armado de 1930, foi possível perceber que parte significativa desse passado historiográfico alicerçou sua percepção da unificação político-militar pelo viés da valorização oligárquica-tenentista, mantendo os interesses políticos e militares em posições consensuais e antagônicas. Tanto as abordagens personalistas e narrativas quanto as análises sistêmicas e processuais, não conseguiram observar a formação de um grupo dirigente dissidente sulino, forjado por atores sociais com inserções sociais distintas à luz de um mesmo imaginário bélico. Fugindo destes reducionismos inerentes a uma análise historiográfica pontual, apresenta-se uma reflexão crítica sobre o recorte teórico-conceitual que sustenta esta dissertação.

A realização do julgamento do passado evidencia a necessidade do historiador assegurar seu conhecimento sobre o objeto do que vai propor a sua reflexão crítica. Em analogia ao crítico teatral, o profissional da história deve manter suas leituras e pesquisas atualizadas, buscando ir além das análises existentes, descortinando um novo olhar sobre fatos e acontecimentos engessados por imagens historiográficas passadas.

Para avançar além dessas inquietações interpretativas sobre a tematização do sujeito histórico (militar e político) é *mister* focalizar a investigação científica tanto a nível estadual quanto a nível das localidades (GEBARA, 1986). Estes níveis são, na realidade, complementares, pois o jogo

político-militar nos estados da federação periféricos e os ditames do poder central geram reações de toda ordem, consubstanciadas em perspectivas regionais e municipais muito mais próximas dos anseios e inquietações do cotidiano sociocultural. Observar estes níveis, dialeticamente, é condição *sine qua non* para uma análise holística da conjuntura político-militar que legitimou a criação de um grupo dirigente contrário ao governo federal e à República Velha.

Realizar a pesquisa percorrendo os diferentes níveis oferece uma excelente área de observação do desenvolvimento dos diversos estágios do poder político - público e privado - no que tange à manutenção ou à ruptura com o *status quo* vigente, e, por outro lado, permite refletir sobre os perfis que os militares e políticos assumiram no bojo do movimento armado de 1930. No caso dos militares, tanto defendendo a manutenção da legalidade institucional, quanto fomentando a chegada ao poder por meio das armas, a participação destes atores, em especial do Exército Brasileiro, foi extremamente ativa no processo de transição aberto em novembro de 1926, com a ascensão de Washington Luís ao cargo de presidente do Brasil,<sup>28</sup> até seu ápice e epílogo em outubro de 1930.

Nesse ínterim, destaca-se a metamorfose legalista do processo de institucionalização do Exército Brasileiro. O principal questionamento é descobrir e analisar quais são os valores que os principais líderes militares compartilharam na construção da ruptura legalista, bem como de que recursos de poder bélico dispunham e como os utilizavam para a consecução de seus objetivos.

Outra dúvida reside em compreender como a instituição Exército Brasileiro sofreu esse processo de metamorfose (VELHO, 1994), dentro e fora dos quartéis, afetando extremamente a imagem simbólica (DURAND, 1995) que a organização militar adquiriu perante a sociedade da República Velha, principalmente pelo duplo papel que desempenhou, tanto na formação da identidade nacional, quanto na valorização da dimensão local e preservação de suas especificidades.

Numa abordagem mais ampla, vale a pena ressaltar que o período em questão também foi marcado por abalos violentos no modelo capitalista concorrencial, consubstanciados na mundialização da crise econômica decorrente da quebra da bolsa de Nova York em outubro de 1929. O diferencial desta crise foi exatamente o seu perfil mundial, em razão do próprio caráter mundial do capitalismo. Com isso, a Europa e a América Latina, que estavam em regime de estreita dependência econômica dos Estados Unidos, imediatamente foram atingidas com a restrição norte-americana do crédito externo (KOSHIBA; PEREIRA, 1987, p. 292-294).

O Brasil também foi atingido economicamente pela crise de 1929. Tal fato precipitou a insustentabilidade dos modelos político e econômico vigentes na República Velha. As oligarquias tradicionais da política do *café-com-leite* viram-se divididas e inseridas em um impasse na manutenção do modelo liberal agroexportador, centrado apenas num único produto, o café, e num parceiro econômico preferencial, os Estados Unidos da América (BURNS, 1977).

---

<sup>28</sup> Washington Luís assumiu a presidência como candidato da política do *café-com-leite*, pacto que selou o revezamento no poder de representantes das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo que perpetuavam o *status quo* vigente.

No bojo desse universo das micro e macroestruturas sociais do final da República Velha, é possível abstrair mais detalhadamente percepções político-militares que fundamentem o grupo dirigente dissidente por intermédio da delimitação da sua inserção sociocultural específica. Agora, após esmiuçar os espaços das experiências críticas sobre o tema bélico, começa-se a estabelecer o cenário (o palco) e o elenco (os atores) desta peça armada de 1930, analisando as conexões desses segmentos entre si e com a sociedade sulina como um todo, guardando as especificidades socioculturais de cada espaço de influência.

Para se investigar a dinâmica histórica que conduziu o grupo dirigente dissidente à instância máxima do poder governamental, é importante levar em consideração o cenário das instituições políticas e militares tanto no nível macro (Brasil, Paraná e Rio Grande do Sul) quanto no nível micro (Curitiba e região missioneira gaúcha). Com o objetivo de desenvolver uma percepção histórica que possa desvendar a simbiose de ruptura e permanência que ocorreu no imaginário social militarizado da sociedade brasileira, impõe-se o desenvolvimento de uma análise em distintas escalas de poder.

Essa aventura narrativa adentra no jogo político da administração central do Rio de Janeiro, desenvolvendo-se pelos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, até atingir as vísceras político-militares de Curitiba e do noroeste gaúcho. É neste palco de conflitos e alianças que este trabalho, a partir de agora, fundamentado teórica e criticamente, desvenda a metamorfose da legalidade política no bojo da legitimidade do movimento militarizado de outubro de 1930.

### 3 O CENÁRIO

*Especialmente num cenário [...] jamais tentei introduzir o nome de um lugar sem procurar localizá-lo em relação a algum outro já mencionado, nem apresentar uma pessoa sem descrever algum atributo seu que a fixasse na mente do leitor. Barbara W. Tuchman. A prática da história.*

A precisa definição espacial e temporal do cenário de fundo dos acontecimentos passados é vital para se poder relativizar o objeto de pesquisa. No contexto da dissertação, o palco dos fatos não está isolado, encontrando-se imerso em diferentes escalas de análise, desde o nível macro do poder estadual até a perspectiva micro das ações cotidianas dos atores sociais.

O cenário, no qual se desenvolveu o movimento bélico de 1930, apresenta-se sobre o viés das relações político-militares, evidenciando as aproximações e os distanciamentos que conduziram a disputa oligárquica para o caminho sem volta do conflito armado. A troca da ambiência também é inspirada no teatro, cujos painéis, figurinos, objetos cênicos são constantemente alterados para exaltar o típico dinamismo de uma peça de conspiração política e ação militar. Por isso, o passeio por este palco se inicia pelo plano estadual da região sul, com destaque para o Rio Grande do Sul e o Paraná, estados que, apesar das suas notórias especificidades, caminharam unidos rumo à conquista do poder central. Finalmente, o pano de fundo transforma-se na visão particular das sociedades dos planaltos das Missões gaúchas e do leste paranaense, cujo desmembramento valoriza os municípios de Santo Ângelo e Curitiba.

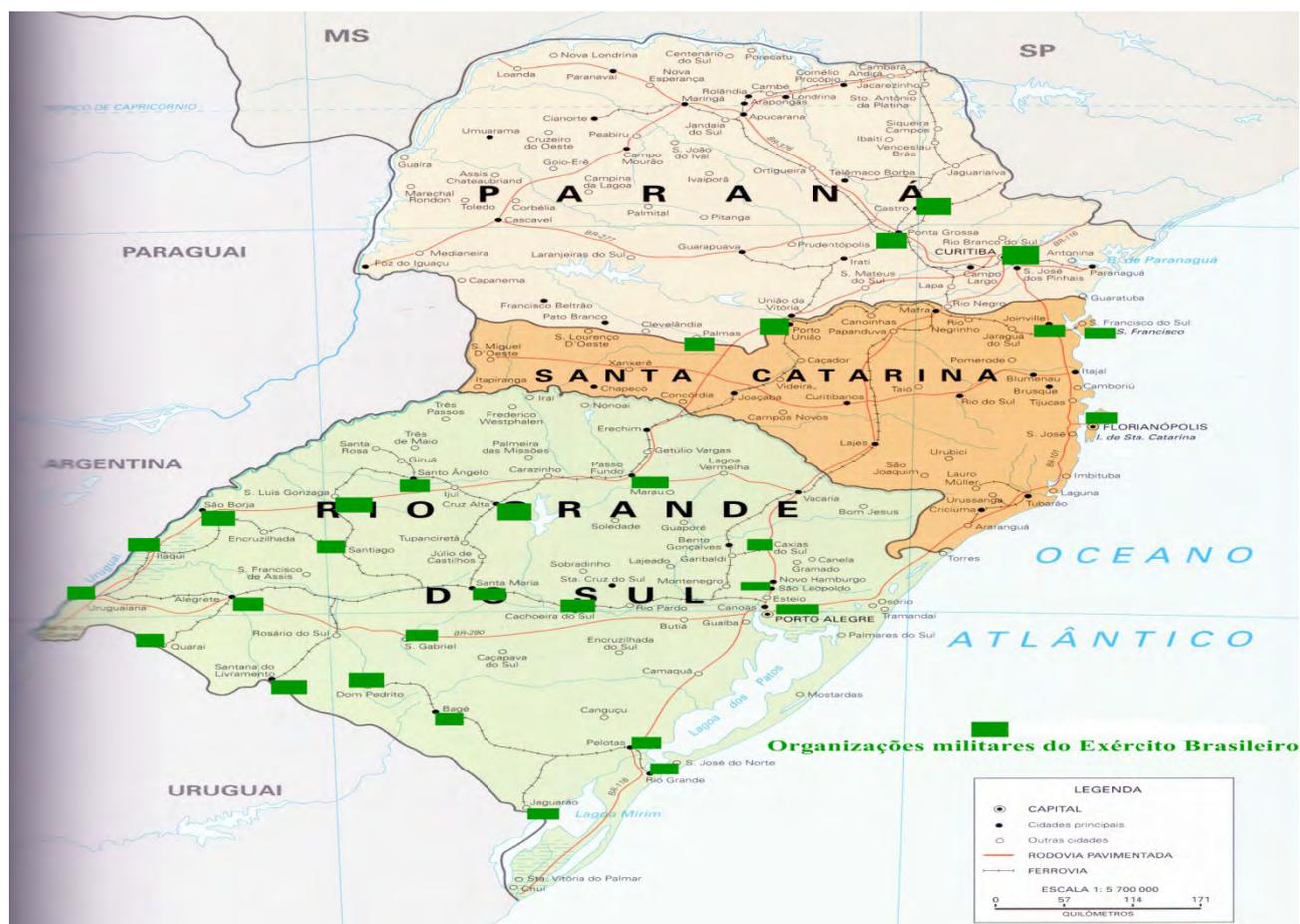
#### 3.1 O sul gaúcho e paranaense

A região meridional brasileira já contava, no final da década de 1920, com seus estados atuais: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na Primeira República, a região foi palco de diferentes disputas territoriais entre estes estados, com destaque para a guerra do Contestado no interior paranaense e catarinense. Tais animosidades deixaram marcas indeléveis que reforçaram ressentimentos e frustrações na fase derradeira da República Velha. Assim, contrapondo-se à lógica belicista dos rebeldes gaúchos e paranaenses, Santa Catarina não aderiu ao movimento armado, mantendo-se legalista no ocaso de outubro de 1930.

A posição geográfica de Santa Catarina poderia ter se tornado um grande obstáculo para o avanço militar das tropas sul-rio-grandenses, principalmente pela configuração transversal do seu relevo, facilitador de posições defensivas contra ataques no sentido sul-norte. Contudo, a eclosão do movimento armado de 1930 demonstrou que governo catarinense somente conseguiu oferecer resistência na faixa litorânea do estado, com destaque para a capital Florianópolis e a cidade de

Joinville.<sup>29</sup> No interior catarinense, a maioria dos coronéis aderiram à marcha rebelde, apoiando com logística própria as principais artérias ferroviárias que percorriam o estado até o Paraná, não oferecendo grandes resistências.

Dessa forma, o palco das ações bélicas em Santa Catarina não se caracterizou como fundamental para o sucesso teatral do movimento armado de 1930. Na realidade, o fracasso da resistência catarinense deve-se, em parte, ao inexpressivo contingente do Exército Brasileiro lotado naquelas terras. Como demonstra a figura 1, os poucos quartéis da Força Terrestre localizados no estado catarinense estavam concentrados no litoral, com a nítida vocação de defesa dos portos de Florianópolis e de São Francisco do Sul, fato que inviabilizou maiores contendas beligerantes no interior de Santa Catarina. Em contrapartida, a mesma ilustração apresenta uma expressiva concentração de tropas do exército nacional no interior do Rio Grande do Sul, particularmente na sua região missioneira, e no planalto leste paranaense. Por isso, o valoroso palco catarinense não é o objeto principal desta exposição, servindo de apoio para o deslocamento do tornado gaúcho em direção à ofensiva derradeira no Paraná.



**Figura 1** – Mapa político da região sul do Brasil, destacando as cidades que possuíam organizações militares do Exército Brasileiro no final da década de 1920.

**Fonte:** SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geotlas**. São Paulo: Ática, 2002, p. 109, original editado pelo autor, em 2010.

<sup>29</sup> Nunes (2009) realiza uma análise detalhada da resistência catarinense ao avanço do movimento armado de 1930.

Assim, o cenário político sulino é limitado, nesta dissertação, pelos dois estados irmãos que ombream lado a lado nos combates contra o poder central em 1930. Primeiramente, cabe ressaltar o belicista território gaúcho, palco militarizado por natureza, cuja determinação do espaço e do tempo define o cenário desta ação teatral. Além do espaço geográfico, delimitado pelos pampas, do espaço social, diagnosticado nas agruras políticas e bélicas, a República também marcou o espaço interior, forjando paixões, conflitos e sonhos que sustentaram a comunidade de imaginação do Rio Grande do Sul. Neste cenário ainda se projeta o tempo do período republicano, mais especificamente da República oligárquica, cuja época histórica impôs o esquema de adesão ao mundo das armas.

Do período histórico iniciado em novembro de 89 ao fim do governo de Castilhos, em janeiro de 98, transcorrerá quase uma década de grande agitação política, marcada por governos revolucionários (1889-1891) e constitucionais instáveis (1891-1893), por uma insurreição liberal (Revolução Federalista de 93), cujo término ocorrerá tão somente com a instalação, por Castilhos, da Assembléia de Representantes em outubro de 1895, quando conseguirá concluir seu mandato passando o cargo, em janeiro de 1898, a seu sucessor Borges de Medeiros (TRINDADE, 1979, p. 126).

Para entender a participação gaúcha na preparação do movimento armado de 1930 é necessário retroagir ao término do conflito federalista de 1923 que determinou uma reforma constitucional e uma adequação no jogo político regional. A aliança oposicionista gaúcha optou pelo recurso das armas para contestar o resultado das eleições estaduais que perpetuou Borges de Medeiros, como presidente do estado do Rio Grande do Sul. Lançando o movimento armado em janeiro de 1923, os revoltosos lutaram com bastante afinco, apesar da notória inferioridade numérica e de armas (FAUSTO, 2006, p. 31). Após conversações entre as lideranças revoltosas (Assis Brasil e Honório Lemes) e o governador Borges de Medeiros, assinou-se a sete de novembro de 1923 um acordo provisório de armistício, que foi consubstanciado em dezembro pelo tratado de paz denominado Pacto de Pedras Altas.

O destacado acordo determinava que Borges de Medeiros permanecesse no comando do estado gaúcho até o final do seu mandato, comprometendo-se, porém, a reformar a Constituição do Rio Grande do Sul, proibindo assim a sua reeleição, conforme o padrão das outras federações brasileiras (FROTA, 1983, p. 438). O acordo pôs fim à luta armada contra o governo estadual, determinado na sua primeira cláusula a “reforma do artigo nono da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentess”.<sup>30</sup>

Cabe destacar ainda o fato do governo de Arthur Bernardes ter, de certa forma, favorecido o movimento armado de 1923 para punir o governador Borges de Medeiros. Na perspectiva de Lima

---

<sup>30</sup> **Estado do Rio Grande do Sul.** Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 14/12/1923, p. 1.

Sobrinho (1983, p. 3), “no Rio Grande do Sul, admitindo o Sr. Borges de Medeiros, não esqueceu a punição, pois, se não concorreu para a revolução gaúcha de 1923, favoreceu-a, ou tolerou-a, nem teria ela surgido sem a esperança de seu amparo”. Apesar da derrota militar, “as oposições rio-grandenses, contando com as preferências federais, conseguiram quase todos os seus objetivos políticos” (FORJAZ, 1977, p. 55). A principal materialização desta vitória política foi a determinação que o armamento das tropas revolucionárias fosse confiscado por oficiais do Exército Brasileiro, bem como “os corpos e contingentes provisórios que forem mantidos depois de pacificado o Estado, terão caráter policial e poderão ser organizados militarmente”.<sup>31</sup> Além disso, o Tratado de Pedras Altas possibilitou uma maior conciliação entre os políticos gaúchos, “fator de grande importância na futura formação da Aliança Liberal, que lançaria a candidatura de Getúlio às eleições de 1930” (FAUSTO, 2006, p. 32).

Com o enfraquecimento político de Borges de Medeiros, Getúlio Vargas acabou se projetando no cenário regional. A ascensão de Vargas pode ser corroborada pela assunção em 1924 da liderança da bancada gaúcha na Câmara Federal, vindo, no final de 1926, ser nomeado ministro das finanças do governo federal. Com o prestígio político em alta, Vargas foi guindado à condição de candidato natural à sucessão do governo gaúcho (FAUSTO, 2006, p. 32-33). Nas palavras de Lima Sobrinho (1983, p. 33),

urgia encontrar para o governo gaúcho, depois de lutas tão ásperas, um homem conciliador, que os partidos e as facções recebessem com a mesma boa vontade. O Sr. Getúlio Vargas estava nesse caso. Seus antecedentes mais rudes, **no cenário estadual** e, principalmente, nas lutas nem sempre cordiais de S. Borja, haviam sido pouco a pouco eclipsados pela bondade de seu sorriso, a que não faltaria, entretanto, um rictus indecifrável. [...] A estima do governo federal acabou de aplainar o caminho, que o conduzia ao governo gaúcho. **(grifo nosso)**

Nesse cenário político, o estado do Rio Grande do Sul caminhou para o pleito de 1927 com um novo perfil institucional, deixando de lado as políticas públicas borgistas para dar espaço ao avanço de novas lideranças que nasciam nos municípios do interior, com destaque para o futuro presidente do estado que vinha dos *pagos*<sup>32</sup> missioneiros. Vale destacar o fato de Getúlio Vargas ter iniciado sua trajetória política em São Borja, cidade das Missões com forte ideologia legalista e conservadora. “Getúlio Vargas era filho do general Manuel do Nascimento Vargas, combatente da guerra do Paraguai, estancieiro e chefe republicano de São Borja” (FAUSTO, 1995, p. 40).

Quando Getúlio Vargas foi nomeado presidente do Rio Grande do Sul, em 15 de janeiro de 1928, o estado gaúcho estava caminhando para a união e pronto para demonstrar sua grandeza política, econômica e principalmente militar no cenário nacional. “O Rio Grande do Sul caminhava

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> Segundo os irmãos Nunes (1993, p. 340), *Pagos* é um substantivo que significa “**lugar em que se nasceu**, o lar, o rincão, a querência, o povoado, o município em que se nasceu ou onde se reside. Geralmente, usa-se no plural”. **(grifo nosso)**

para a união e a candidatura de Getúlio Vargas merecia um crédito de confiança da oposição” (SILVA, 1975, p. 48). O desejo de fazer o Rio Grande do Sul um estado de primeira grandeza sempre foi perseguido pelos políticos gaúchos. Prova disso, foram as diversas oposições sulinas aos candidatos à presidência do Brasil, indicados pelo conchavo da política do *café-com-leite*. Para Lima Sobrinho (1983, p. 27), os antecedentes políticos gaúchos da República Velha, diante da sucessão presidencial do Brasil, revelaram

a persistência de uma atitude de **rebelião**, mantida nas condições mais diversas, com uma constância indicadora da extensão, ou profundidade, das causas que a determinavam. O Rio Grande não concordava com o jogo monótono das influências, que decidiam do domínio do Catete, pelo revezamento de Minas e S. Paulo, no posto supremo da República. De oito presidências civis, somente uma fugira à exclusividade do monopólio, e isso mesmo pela circunstância de um dissídio entre os políticos de Minas e S. Paulo. Seis vezes, porém, na ocasião do debate da sucessão, o Rio Grande apareceu como **díscolo**, sustentando varonilmente a sua bandeira de autonomia, alheio às competições da vice-presidência em que se anulava a força dos Estados de **segunda grandeza**.<sup>33</sup> (**grifo nosso**)

Para combater a política de sucessão presidencial da Primeira República, o Rio Grande do Sul precisava urgentemente buscar a união política interna. Nesta vertente, o nome de Getúlio Vargas foi o baluarte para a formação da frente única gaúcha. Não que as correntes adversárias que passaram a República inteira pegando em armas para galgar o poder estadual tivessem a mesma ideologia política, contudo o enfraquecimento de Borges de Medeiros do Partido Republicano e o fortalecimento do Partido Libertador, criado em cinco de março de 1928, conduziram o Rio Grande do Sul à união política. Nas palavras de Lima Sobrinho (1983, p. 28),

convinha observar, porém, que se adotara uma política denominada de **frente única**, que convertera os **libertadores** numa espécie de ala **esquerda**, mais jovem e mais ardorosa, do **Partido Republicano**. Se eles convocassem as **mesnadas** gaúchas para o velho combate contra as candidaturas palacianas, a favor de um nome do Estado, seria precária, ou problemática, a resistência dos republicanos, diante das legiões que agremiariam todos os centauros dos Pampas, na batalha pelo **prestígio** e pela **glória** do Rio Grande.<sup>34</sup> (**grifo nosso**)

Obviamente, essa aliança tácita entre republicanos e libertadores não caracterizava uma ruptura com o *status quo* político vigente no Rio Grande do Sul. Na verdade, os grupos dirigentes que disputavam o poder no interior do estado gaúcho, conscientizaram-se que tinham que, momentaneamente, unirem-se para alcançar o poder no nível federal. Assim, o grupo dirigente gaúcho forjou uma aparente ruptura do imaginário social belicista da sociedade do Rio Grande do Sul, criando uma representação de união política em torno do discurso de valorização do estado meridional em relação aos demais estados da federação brasileira. Com isso, fabricou-se respeito e

<sup>33</sup> Geraldo (2004, p. 65) também comentou sobre a repulsa gaúcha à política do *café-com-leite*. Segundo Ferreira (1999, p. 689), *díscolo* é um adjetivo que significa “dissidente”.

<sup>34</sup> Ver também Geraldo (2004, p. 66). Para Ferreira (1999, p. 1323), *mesnada* é um substantivo feminino antigo que significa “porção de soldados assalariados; tropa mercenária”.

submissão da sociedade gaúcha diante do discurso unificador do grupo dirigente, sem a necessidade de se utilizar a força bruta das armas. “No nível político, a Frente Única gaúcha, reunindo libertadores e republicanos em torno da candidatura Getúlio Vargas, é uma composição de velhos oligarcas da política estadual e alguns jovens que surgem no interior das agremiações partidárias, mais como equipe de substituição do que de ruptura” (FAUSTO, 1995, p. 39). Este perfil foi renovado em 1930 à luz da ampliação deste pacto oligárquico para as terras paranaenses. Na realidade, era um acordo deliberado que eliminava alguns dos recursos políticos em prol da ampliação de outros, como o poder bélico.

Velhas lideranças oligárquicas são substituídas por novas oligarquias, em um complexo sistema de alianças que muitas vezes reforça segmentos marginais ou decadentes, neutralizando setores de maior dinamismo, por isso mesmo mais resistentes e menos maleáveis aos projetos e interesses do centro. [...] as oligarquias desempenharam, no plano político, papel de importância estratégica no processo de transição que se acelera com a Revolução de 1930 (CAMARGO, 1983, p. 6-7).

A formação do imaginário coletivo de união estadual foi consolidada por Vargas logo no início do seu mandato em janeiro de 1928, quando procurou atender todos os interesses do grupo dirigente que o havia colocado no mais alto posto do poder executivo do Rio Grande do Sul. Vargas imprimiu uma imagem de dinamismo, “desengavetando antigos projetos, propondo novos, e incorporando reivindicações dos produtores e opositores” (AXT, 2002, p. 4). “Sem que pudesse prever, ao ter um papel relevante na pacificação das disputas partidárias gaúchas, Getúlio passava a contar com um importante recurso político na disputa pela Presidência da República nas eleições de março de 1930” (FAUSTO, 2006, p. 35). Vargas acabou construindo seu carisma pela necessidade de legitimar e justificar uma identidade militarizada rio-grandense e, com isso, oferecer um componente histórico significativo para a projeção do estado no cenário nacional.

A valorização da Brigada Militar foi um dos trunfos simbólicos utilizados pelo governo estadual varguista para cooptar os políticos e a população dos pampas. A força de coerção pública sul-rio-grandense foi criada na alvorada da República por Júlio de Castilhos, com o objetivo de compor uma polícia organizada, cuja tarefa era garantir a lei e a ordem pública no estado. Na lógica caudilhista, diversos oficiais da Brigada Militar galgaram poder político local graças as suas funções militares (FAORO, 1977, p. 629).

Dessa forma, as representações coletivas de violentas disputas bélicas entre os grupos políticos incorporaram nos indivíduos do Rio Grande do Sul esquemas de percepção do mundo social gaúcho. As formas bélicas de exibição dessas disputas caracterizaram-se em signos simbólicos de atritos locais para decidir que grupo gaúcho conquistaria os privilégios do grupo dirigente federal. Contudo, quando se ofereceu a possibilidade de enfrentamento direto ao dominante nacional, a representação coletiva de um poder rio-grandense forte desfez aparentemente

as disputas internas, construindo uma identidade política estável e única perante a sociedade do Rio Grande do Sul. Assim, o grupo dirigente sofreu uma mudança dentro e a partir do quadro sócio-cultural específico do final da década de 1920: o fim dos conflitos caudilhistas para a mística de um poder único e empreendedor (AXT, 2002, p. 15). Do ponto de vista da associação política, os dois anos do governo estadual de Vargas foram muito importantes, pois incluiu alguns membros do Partido Libertador nos quadros da sua administração, bem como tomou “medidas para reduzir a fraude eleitoral” (FAUSTO, 2006, p. 33).

Vargas também procurou manter excelentes relações com o Exército Brasileiro, tanto pela afinidade ideológica oriunda do positivismo como pelo expressivo contingente federal estacionado na 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul. Este efetivo girava em torno de um terço do volume das tropas da Força Terrestre, com grande participação de oficiais gaúchos no exército nacional.

Nesse cenário de metamorfose política no Rio Grande do Sul, a alta hierarquia do Exército Brasileiro permaneceu com a política de valorização profissional dos seus quadros, buscando afastar-se cada vez mais das disputas partidárias gaúchas, na tentativa de acabar com as cisões internas provocadas pelo movimento tenentista. Em junho de 1928, a “Revista do Clube Militar” critica a “inépcia intelectual” da oficialidade do Exército Brasileiro, afirmando que os quartéis “são velhos reservatórios de anacronismos e deficiências”. A defesa do profissionalismo militar é estampada no seguinte trecho: “sentir e pensar, querer e agir, deve ser o quadrado onde o soldado se encontre a si mesmo”.<sup>35</sup> Destarte, os aquartelamentos localizados no Rio Grande do Sul ainda viviam os conflitos ideológicos inerentes aos assuntos sobre legalidade e interpretação constitucional do papel dos militares e do Exército Brasileiro diante da sociedade. As representações individuais legalistas dos militares acabaram encontrando um equivalente na significação imaginária social de definir o *ethos* da instituição como um todo. Para Hayes (1991, p. 146), esse *ethos* era caracterizado pela “mística militar em termos racionais”.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder do estado gaúcho abriu caminho para um maior entendimento entre os militares que apoiaram o tenentismo e os políticos oposicionistas de Borges de Medeiros. Obviamente, este entendimento não foi um ato simples, pois, desde 1924, a aliança entre jovens oficiais do Exército Brasileiro e velhos caudilhos do Rio Grande do Sul foi marcada pela falta de coesão ideológica. “Grandes diferenças separavam velhos políticos, arregimentados nas oposições, e jovens militares, envolvidos nos movimentos de rebeldia” (SODRÉ, 1979, p. 216). Tal dificuldade era fruto de interesses distintos, porque os velhos chefes opositores do antigo governo de Borges de Medeiros viam nos ideais tenentistas um caminho mais fácil e rápido para galgar o poder no âmbito estadual e federal. Já os oficiais oriundos dos movimentos tenentistas, acreditavam que a união dos partidos gaúchos poderia fortalecer o levante militar no Brasil, pois o

<sup>35</sup> GUY. Reforma de mentalidade. In: **Revista do Clube Militar**. Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, ano II, n. 9, jun. 1928.

Rio Grande do Sul possuía a maior guarnição federal do Exército Brasileiro, uma polícia militar muito bem aparelhada e estruturada, além de uma sociedade civil bastante militarizada. Cabe destacar também o fato do grupo dirigente gaúcho estar alicerçado na valorização da economia de mercado interno e no positivismo clássico, que facilitou a associação com os militares rebeldes (FAUSTO, 1995, p. 15).

Nesse palco de alianças políticas e militares gaúchas, ficou estruturado o cenário belicista da insurreição do final da década dos anos vinte. Com a crise sucessória de 1929 se estendendo até o fragor das metralhas de outubro de 1930, pode-se compor um espetáculo de recursos cênicos que expressou a performance de segmentos oligárquicos e tenentistas que reforçaram a dinâmica imaginária da comunidade sul-rio-grandense. Assim, “oligarcas históricos, jovem oligarquia e tenentes, com projetos embrionários que lhes são próprios” (CAMARGO, 1983, p. 10) construíram, antes e durante o movimento armado, sucessivas alianças entre si que definiram a lógica da insurreição bélica em terras pampeiras.

A ampliação do foco reflexivo sobre o objeto desta pesquisa facilita o entendimento acerca da realidade cênica do Rio Grande do Sul. Valendo-se do palco eleitoral gaúcho antes do epifenômeno de primeiro de março de 1930, observa-se que este pano de fundo serviu de sustentação para as aproximações e distanciamentos que se tornaram recorrentes nas relações de poder entre militares e políticos. Desta maneira de percepção, surge a compreensão que o movimento armado de outubro encontrou um cenário atípico no Rio Grande do Sul, com as oligarquias do estado unidas em uma frente contestatória à política dos governadores, cuja presença de ex-militares tenentistas e oficiais e praças descontentes com o exército nacional consolidou a construção do grupo dirigente dissidente gaúcho.

Na perspectiva paranaense, o cenário da preparação do movimento armado de 1930 foi estruturado fora do núcleo duro das lideranças estaduais. No final da República Velha, o Paraná apresentava poucas cidades, com a maioria localizada no planalto leste, sendo Curitiba a sua capital. Neste palco geográfico, seus principais políticos tinham uma profunda ligação de dependência com o governo federal. Affonso Alves de Camargo era o presidente paranaense entre 1928 e 1930, artífice de um expressivo alinhamento político e econômico com o governo de Washington Luís. (GERALDO, 2004, p. 257).

O resgate da identidade político-militar do Paraná fornece os subsídios básicos para entendermos a fidelidade desse estado para com o poder central brasileiro. Na visão de Oliveira (2001, p. xxi), o Paraná surgiu militarmente e politicamente em consonância com a ordem dominante central. Em termos políticos, a mais nova província do Império brasileiro cumpriu seu papel de modernizar, ocidentalizar e dinamizar um Brasil diferente. Na vertente militar, a região valorizou seu desígnio de guardiã geopolítica, principalmente “durante os embates de 1894 entre

federalistas e os florianistas, quando os primeiros não passariam do Itararé”. As lideranças civis e militares paranaenses, como Vicente Machado – presidente do estado, Otávio Ferreira do Amaral, coronel Dulcídio – comandante da força policial do Paraná e o tenente do Exército Brasileiro José Cândido da Silva Muricy, impediram que as tropas gaúchas federalistas chegassem ao território paulista em 1894, confirmando o enlace entre políticos e militares legalistas. Desta forma fica evidenciado que o Paraná foi cenário de diversos conflitos armados que ambientaram a população regional ao pleno entendimento do mundo de significações bélicas.

A aliança político-militar situacionista paranaense optou por uma unidade regional em harmonia com os anseios do poder central, desde o final do Império até o final da Primeira República. A motivação do grupo dirigente do Paraná foi estimulada e valorizada por sua lealdade ao centro político do poder nacional. Com isso, políticos e militares paranaenses se sentiram profundamente sintonizados com o centro de gravidade da política brasileira. Numa lógica cênica contrária a do Rio Grande do Sul com o seu complexo de periferia adversa, “o Paraná sempre assume o lado das tendências que constroem o consenso vitorioso nas conciliações políticas brasileiras. O seu destino em 1894 foi deter no seu território as vanguardas federalistas” (OLIVEIRA, 2001, p. xxvii).

A montagem do palco teatral que sustentou a associação de militares e políticos no nível do estado do Paraná desenvolveu-se à luz da própria formação da cultura política da região. Desde a importante presença da Guarda Nacional no território paranaense, servindo como instituição mediadora entre o grupo político local dirigente e a Corte Imperial, até a eclosão de guarnições militares do Exército Brasileiro, já na República Velha, marcaram a inerente simbiose entre o mundo bélico com a cultura política do Paraná.

Sua posição geográfica privilegiada, fazendo elo entre São Paulo e Rio Grande do Sul, conduziu o governo federal a dotar as unidades militares aquarteladas no Paraná com a grande maioria de oficiais eminentemente legalistas (GERALDO, 2004, p. 260). Esta ligação dos militares estaduais com o poder central era uma realidade desde os tempos da Guarda Nacional. Na realidade, ocorria a militarização do grupo político dirigente, sob o apanágio do poder estatal (OLIVEIRA, 2001, p. 173). Mesmo sendo uma organização sem regulamentos específicos, armas ou uniformes padronizados (URICOECHEA, 1978), a Guarda Nacional foi o vínculo privilegiado entre o poder público e o poder privado locais. Segundo Oliveira (2001, p. 173), era “muito mais importante um título da Guarda Nacional, do ponto de vista do seu valor simbólico, como capital político, do que a sua efetividade militar”. Com isso, a cultura política nas terras paranaenses foi estruturada sob a égide do mundo bélico, servindo de chave para explicar o comportamento armado das elites locais. O conjunto de referentes militares criados e consolidados pelo grupo dirigente local consubstanciou a lógica política nesta região sulina nacional.

No caso específico da recém-criada província paranaense, essa cultura política bélica tinha grande expressão a nível estadual.

A inter-relação entre os principais comandantes da Guarda Nacional de 1855 e o poder político regional era tão grande a ponto de quase todos os seus personagens centrais terem integrado a composição da primeira Assembléia Provincial. Dos comandantes da Guarda Nacional em 1855, apenas dois não foram deputados provinciais naquela conjuntura: Caetano José Munhoz e Antonio Alves de Araújo (OLIVEIRA, 2001, p. 175).

Essa cultura política atrelada ao mundo bélico conduziu à própria formação de um imaginário militar na lógica da recém-emancipada elite política paranaense. Nesta vertente cultural, já nos primeiros anos da República Brasileira, o Paraná tratou de consubstanciar uma força armada regional para garantir a ordem e progresso no estado. Em 1889, surgiu a primeira força militar do estado que contava com um oficial e 133 praças, dez anos mais tarde, o poderio bélico do Paraná já contabilizava 21 oficiais e 649 praças. Segundo Oliveira (2001, p. 230), no final da República Velha, em 1926, o estado apresentava uma polícia alicerçada por 57 oficiais e 1079 praças. Bardelli (1941, p. 9-10) destacou a importância de dois comandantes legalistas dessa força bélica estadual, mortos em combate, a saber: o tenente-coronel Cândido Dulcídio Pereira, que veio a óbito no cerco da Lapa, em 1894, durante a rebelião federalista; e o coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, morto na luta contra os camponeses do Irani, em 1912.

No Paraná, o grupo dirigente dominante acabou agregando elementos vinculados às camadas militares presentes no estado, principalmente da Guarda Nacional imperial e do Exército Brasileiro republicano. Com isso, atores de procedência diferente acabaram interagindo dentro e fora do grupo preponderante tanto em termos políticos como castrenses. A formação deste grupo no Paraná abriu espaço para a formação de uma identidade afeta ao mundo bélico, comprometida num primeiro momento com a legalidade do poder central, defendendo seus interesses pela legitimidade da luta armada, metamorfoseando-se em seguida legitimando o uso da força para suplantar o governo federal.

O imaginário bélico paranaense foi forjado ao longo da Primeira República, sendo notoriamente enraizado no inconsciente coletivo ainda na década de 1920 com a consolidação da comunidade de imaginação militar no seio da política estadual. Esta constatação encontra ressonância na própria utilização de patentes militares por parte dos políticos integrantes do grupo dirigente. Segundo Oliveira (2001, p. 235),

na década de 1920, a Câmara Municipal de Curitiba era composta por vereadores todos com patentes militares: presidente – **Coronel** João Antonio Xavier, **Major** Percy Withers, **Coronel** Constante de Souza Pinto, **Coronel** Antonio de Almeida Torres, **Coronel** Joaquim Augusto de Andrade, **Coronel** Wenceslau Glaser, **Major** Francisco Timotheo Simas, **Major** Jordão Mader, **Major** Joaquim da Silva Sampaio, **Major** Homero Ferreira do Amaral, **Coronel** Sezefredo Camargo, e **Coronel** Affonso Augusto da Cunha. (**grifo nosso**)

Essa simbiose entre o universo político e militar também era uma realidade no interior do Paraná. Neste sentido, a comunidade de imaginação bélica teve maior exterioridade na capital Curitiba, pois a elite política local foi composta integralmente por políticos com patentes militares. Contudo, no interior, nos municípios baseados na força dos grandes latifundiários, a hegemonia dos coronéis é ainda mais saliente. Nas palavras de Oliveira (2001, p. 235), no final da República Velha, “o interior do Paraná apresentava grande penetração de interesses comerciais por meio de atividades ervateiras e das madeireiras”. Desta maneira, a sociedade paranaense já estava afeta a toda simbologia bélica para assimilar e interagir com um movimento armado que levasse políticos e militares do Paraná a manter relações de poder com a ajuda da força castrense.

No palco político-militar paranaense, os elementos cênicos foram dispostos à luz das divergências entre oligarquias situacionistas e oposicionistas. A dicotomia entre políticos profissionais do governo do Paraná e o sistema coronelista de oposição foi agravada com a crise econômica mundial de 1929, que reduziu drasticamente as exportações de matérias-primas do interior do estado, principalmente a erva-mate. Com isso, os ex-integrantes dos movimentos tenentistas e os militares descontentes com a lógica interna do Exército Brasileiro associaram-se com o coronelismo dissidente paranaense com óbvios objetivos de galgar o poder no estado e no Brasil.

### **3.2 Os planaltos missioneiro e curitibano**

Com a intensificação do processo de rearticulação política instaurado nos governos estaduais gaúcho e paranaense, adentra-se na perspectiva da micro escala de poder regional e local, no que tange às ligações entre militares e políticos na busca pela hegemonia imagética no interior da comunidade sulina. Neste cenário, observa-se que os grupos dirigentes situacionistas e oposicionistas das regiões dos planaltos missioneiro gaúcho e leste paranaense acabaram reproduzindo e refutando os anseios de poder dos políticos da alta cúpula dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, respectivamente. A perspectiva microscópica favorece a percepção das ações imagéticas dos atores sociais no seu nível de poder local, espaço privilegiado para compreender as inserções e atuações individuais e coletivas dos componentes dessa comunidade de imaginação bélica.

Nesse palco político-militar, percebem-se as vicissitudes das relações de poder mais expostas, principalmente com as representações individuais sobre a realidade. Neste sentido, os elementos cênicos estão dispostos à luz da ação do imaginário social na política, acreditando-se que “a posse do controle do imaginário é, pois, uma peça essencial do dispositivo do poder – e do poder político

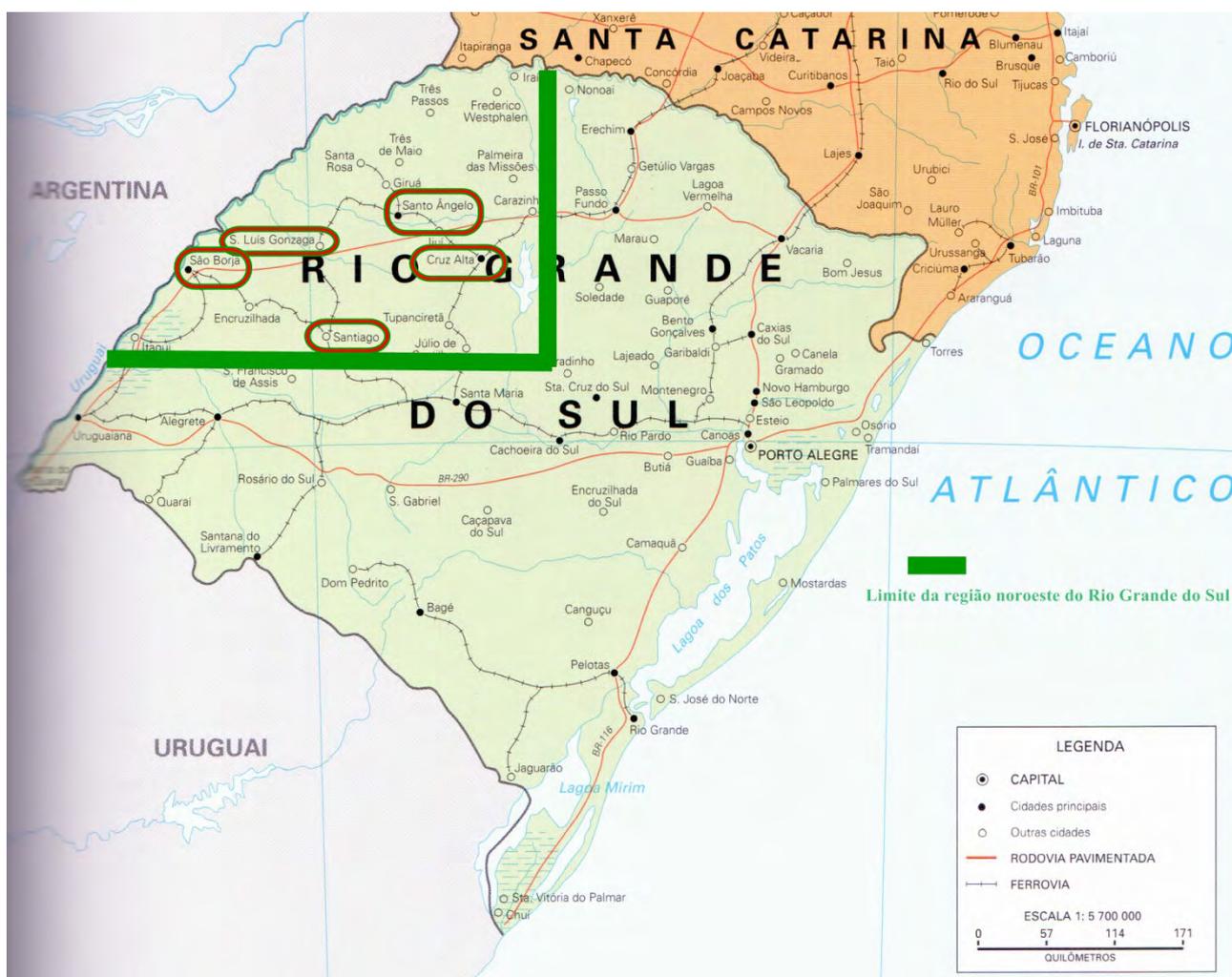
em seu sentido mais amplo, que contempla o funcionamento da sociedade como um todo” (SWAIN, 1994, p. 54).

Essa constatação foi concretizada pela análise dos pleitos municipais ocorridos nos anos que antecederam a eclosão do movimento armado de 1930. A ressonância da vontade popular nas eleições reforça a influência visceral do caudilhismo/coronelismo na representação política municipal interiorana gaúcha, bem como a participação cada vez maior da oposição político-militar em Curitiba, buscando recursos materiais e simbólicos para provocar a mudança a nível estadual e nacional. Mais uma vez a utilização das eleições nestes nichos político-militar descortina dois cenários aparentemente opostos, mas que se aproximam ao sabor de vários pontos de tangência comportamentais e representativos: o noroeste gaúcho e a capital paranaense.

O principal objetivo de descortinar o palco eleitoral nas Missões foi demonstrar como o espírito público militarizado da sociedade local estava em sintonia com a metamorfose política em voga no estado gaúcho. A análise das eleições também proporcionou uma perspectiva historiográfica sobre os seus desdobramentos políticos e militares na formação de uma aparente ruptura com o perfil legalista da região. O interesse pelas eleições está ligado “sobretudo por suas consequências: o que elas modificam a jusante no equilíbrio de forças, a relação entre maioria e oposição, a composição dos governos e até mesmo, ocasionalmente, o funcionamento das instituições ou a duração dos regimes” (RÉMOND, 1996, p. 40).

No final da década de 1920, Cruz Alta, Santiago do Boqueirão, Santo Ângelo, São Luiz e São Borja pertenciam à região noroeste gaúcha (RIO GRANDE DO SUL, 2001, p. 32-33). Na fase republicana, esta zona missioneira experimentou uma relativa expansão econômica, aumentando sua importância no cenário político sul-rio-grandense. A proximidade com a fronteira da Argentina impulsionou a construção de diversos quartelamentos do Exército Brasileiro nesta área do Rio Grande do Sul, fato que aproximou a população local ao imaginário castrense de defesa territorial. Além disso, o posicionamento de um batalhão ferroviário em Santo Ângelo favoreceu a penetração da linha férrea em terras missioneiras, interligando todos os municípios da região com a capital do estado – Porto Alegre – e com o norte do país, conforme demonstra a figura 2.

A valorização econômica da região noroeste gaúcha conduziu a uma maior sinergia política da zona missioneira com a cúpula do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, elevando ainda mais a importância desse palco no cenário regional. Neste contexto, Santo Ângelo acabou tornando-se o município com maior visibilidade, galgando inclusive o título de “Capital das Missões”. A integração política e militar da sociedade santo-angelense conduziu este estudo a privilegiar uma análise mais detalhada das eleições neste ambiente missioneiro.



**Figura 2** – Mapa político do Rio Grande do Sul, destacando a sua região noroeste, com os seus municípios no final da década de 1920.

**Fonte:** SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas**. São Paulo: Ática, 2002, p. 109, original editado pelo autor, em 2010.

Na realidade, o grupo dirigente santo-angelense desenvolveu representações coletivas mais voltadas para o imaginário social militarizado, promovendo diversas alterações no cenário social e econômico municipal. Desta forma, ao longo do processo que culminou com o advento do ocaso bélico de 1930, Santo Ângelo e seu grupo dirigente transformaram-se em referência política e econômica dentro do noroeste gaúcho. Cabe ressaltar que durante a consolidação da nova fase da República brasileira, a localidade santo-angelense manteve sua supremacia regional. À guisa de exemplificação, pode-se verificar o texto de Utalino Fernandez – Urbanismo Anacrônico – sobre o “progresso” do município de Santo Ângelo após o movimento armado de 1930.

Em 1931, planejam-se as obras de saneamento, pavimentação e outras complementares. Concluídas estas, Santo Ângelo tornou-se uma cidade privilegiada, incluindo-se no rol das únicas sete, então existentes, abastecidas com água tratada e tornando-se a quinta com rede de esgoto cloacal. Era uma situação de real destaque no concerto das oitenta comunas rio-grandenses (Apud. KILIAN, 2000, p. 84).

Passada a turbulência bélica do movimento tenentista do final de 1924, o município de Santo Ângelo somente voltou a experimentar novas eleições no ano de 1926. Na República Velha, os caudilhos gaúchos tinham grande influência sobre as sociedades rurais. Tal influência gerava uma subordinação que repercutia no processo eleitoral, pois reproduzia a vontade política do grupo dirigente local. Invariavelmente, as oligarquias gaúchas eram estruturadas sobre o alicerce do caudilhismo local, originado pelos partidos republicanos que legitimavam a política dos governadores.

Assim, a força da oligarquia estadual gaúcha advinha do controle exercido sobre os grandes caudilhos municipais, “condutores da massa eleitoral incapacitada e impotente para participar do processo político que lhes fora aberto com o regime representativo imposto pela Constituição de 1891” (SOUZA, 1969, p. 186). Com um sistema eleitoral extremamente frágil e discriminatório, subjugado aos interesses dos caudilhos locais, as eleições de primeiro de março de 1926 para o cargo máximo do poder federal transcorreram conforme o anseio do grupo dirigente de Santo Ângelo. “O voto então só era secreto para o eleitor. Recebia das mãos [...] do chefe político ou do cabo eleitoral a cédula dentro de um envelope, já devidamente fechado e sacramentado. [...] As atas oficiais eram feitas em cima da perna e a vitória era proclamada conforme as conveniências” (PEIXOTO, 1960, p. 19). Com isso, dos 4.689 eleitores, pouco menos de 2.350 (50%) compareceram às urnas para a votação. Com uma presença pouco efetiva da sociedade local, a política vigente acabou prevalecendo, pois a esmagadora maioria dos eleitores, cerca de 2.278, votou pela manutenção da política dos governadores, ou seja, no candidato Washington Luís Pereira de Souza para Presidente do Brasil.<sup>36</sup>

A expressiva votação em Washington Luís indica o cenário situacionista e o perfil legalista do grupo dirigente missioneiro, pois este apoio ao candidato oficial foi notório nos municípios de São Borja e São Luiz. Além da valorização pela legalidade, a sociedade das Missões estava intimamente ligada ao governo estadual de Borges de Medeiros, principalmente no que tange ao aspecto positivista e republicano, tão afeto à formação política e social do povo missioneiro.

No mesmo ano, o sistema eleitoral de Santo Ângelo garantiu mais uma vez seu total e irrestrito apoio ao republicanismo de Borges de Medeiros elegendo, com ampla maioria, o candidato Oswaldo Aranha a uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Com 1647 votos, Oswaldo Aranha sagrou-se o candidato mais votado de Santo Ângelo nas eleições para Assembleia Legislativa gaúcha de 15 de dezembro de 1926.<sup>37</sup>

Essa ligação da região missioneira com o presidente do estado gaúcho foi consubstanciada no ano de 1927, quando duas eleições consolidaram a supremacia do Partido Republicano nas Missões.

---

<sup>36</sup> Relatório apresentado ao Intendente de Santo Ângelo – Ulysses Rodrigues – em 02/01/1930, p. 82.

<sup>37</sup> Ibidem.

Neste pleito, dos 5.598 eleitores de Santo Ângelo, cerca de 2.900 (52%) participaram das eleições, conferindo a maioria dos votos ao candidato ao senado federal Carlos Barbosa Gonçalves, velho aliado de Borges de Medeiros. O candidato Carlos Barbosa Gonçalves recebeu a expressiva quantidade de 2.727 votos no dia 24 de abril de 1927.<sup>38</sup> No mesmo dia, durante a votação local na legenda partidária, o Partido Republicano sagrou-se vencedor com a marca de 2.704 votos contra 178 da Aliança Libertadora.<sup>39</sup> Cabe ressaltar que o domínio do partido de Borges de Medeiros era expressivo também nos municípios de São Borja e São Luiz, com votações bastante semelhantes àquelas ocorridas em Santo Ângelo.

Mesmo não sendo a opção original de Borges de Medeiros, Getúlio Vargas acabou tornando-se o candidato oficial para suceder o velho caudilho na presidência do estado do Rio Grande do Sul (AXT, 2002, p. 4). Mais uma vez o grupo dirigente de Santo Ângelo não faltou para com o Partido Republicano. Com uma maior participação eleitoral, no dia 25 de novembro de 1927, Getúlio Vargas recebeu 3.296 votos, consagrando seu nome para presidente do estado gaúcho.<sup>40</sup> Outra votação expressiva ocorreu em São Borja, com cerca de 85% dos votos encaminhados para o filho da terra – Getúlio Vargas. Assim, a região missioneira demonstrava seu alinhamento com os ideais republicanos gaúchos e consolidava o palco situacionista e seu perfil legalista que somente seria afetado com a metamorfose política que assolou o Rio Grande do Sul após a eleição de Vargas.

Os elementos cênicos dos pleitos eleitorais dos anos de 1928 e 1929 no município de Santo Ângelo foram marcados pela manutenção no poder do grupo dirigente local. O controle das rédeas do executivo foi proporcionado pela eleição do intendente Ulysses Rodrigues, no legislativo, ocorreu o “natural” fortalecimento do Partido Republicano Rio-Grandense com uma expressiva votação em relação ao recém-criado Partido Libertador. Nas eleições de três de agosto de 1928, Santo Ângelo elegeu os candidatos do Partido Republicano Ulysses Rodrigues e o coronel Joaquim Antonio Rodrigues, respectivamente para os cargos de intendente e vice-intendente municipais. Na mesma eleição, a legenda do Partido Republicano recebeu 2.202 votos contra 319 do Partido Libertador. Já nas eleições de 30 de março de 1929, o Partido Republicano recebeu 2.232 votos contra 308 do Partido Libertador. Em dez de novembro de 1929, o candidato ao senado federal mais votado no município de Santo Ângelo foi o candidato do Partido Republicano José Antonio Flores da Cunha, com 2.477 votos.<sup>41</sup>

A análise do comportamento eleitoral da sociedade missioneira nos anos que antecederam a eclosão do movimento armado de 1930 fornece um painel bastante elucidativo da singularidade da região e da permanência de suas orientações políticas legalistas e republicanas. Obviamente, estava

---

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>41</sup> Ibidem.

em curso um processo de mudança, que as eleições não deixavam transparecer, mas que uma percepção mais detalhada do imaginário social local constatou que a metamorfose prevalecia em outros domínios da sociedade. Dentro desse paradoxo de permanência e mudança, esta pesquisa aventura-se no mundo das significações militarizadas da região missioneira para desvendar o segredo da permanência da valorização do fenômeno bélico da região e da ideologia republicana e descobrir o mistério do rompimento com a legalidade militarizada que sedimentou o *ethos* republicano de ordem e progresso no imaginário social do grupo dirigente do noroeste gaúcho.

O cenário belicista local foi forjado no aço inquebrantável dos conflitos armados que marcaram de forma inexorável a formação social do povo missioneiro. Contudo, foi com o advento da República Velha, que o caudilhismo local passou a valorizar a presença militar na região como condição *sine qua non* para o progresso do noroeste do Rio Grande do Sul. Assim, a instalação de diversos quartéis do Exército Brasileiro e a construção de estradas de ferro e de redes de telefone e de telégrafo incutiram no imaginário social local a sensação de que a presença militar do Exército Brasileiro era sinônimo de progresso.

Atormentado por vários conflitos bélicos internos, o grupo dirigente missioneiro percebeu que o apoio ao governo federal e estadual deu-lhe um perfil legalista que entrava em consonância com a característica principal da instituição Exército Brasileiro: defender a lei e a ordem. Neste contexto, a sociedade missioneira, por intermédio de seu grupo dirigente, desenvolveu um imaginário legalista militarizado, com o único objetivo de manter a ordem para promover o progresso da região.<sup>42</sup> Esta sinergia positiva entre dirigentes locais com militares do exército nacional refletia os interesses da máquina governista sul-rio-grandense na escala estadual. O Rio Grande do Sul tinha nas excelentes relações com o Exército Brasileiro uma fonte de poder fora dos limites simbólicos do governo gaúcho (VIZENTINI, 1982).

A influência dessa presença militar no noroeste gaúcho para a conformação cenográfica da insurreição de 1930 se torna evidente a partir da saída da Coluna Prestes dos pagos missioneiros. Em termos das relações de poder, a destacada coluna foi o epifenômeno que estruturou uma ligação sistêmica entre a oposição oligárquica gaúcha armada e o movimento tenentista.

O volume crescente do movimento tem a virtude de arrastar consigo as lideranças moderadas da Aliança Libertadora que, entretanto, com sua velha sabedoria política, conseguem se transformar de caudatários em líderes do referido movimento. É assim que Assis Brasil atinge o status de “chefe civil da revolução”, título este que lhe foi atribuído pelos próprios tenentes (EBERHARDT, 1979, p. 13).

Na realidade, as forças de oposição gaúchas se alinharam aos tenentes, pois tinham convicção de que os militares rebeldes seriam facilmente orientados e conduzidos na conquista do poder

<sup>42</sup> Sobre o longo processo de formação social militarizada do Noroeste gaúcho, ver Franco (2004).

federal e estadual. A inconsistência ideológica e o liberalismo democrático vago do tenentismo atraíram as oposições civis gaúchas (VIZENTINI, 1982). Apesar da atuação dos tenentes rebeldes junto com as oligarquias oposicionistas ter desagradado o grupo dirigente das Missões, não foi desvirtuado o imaginário social da dependência da ação bélica para a defesa da ordem pública e consequente progresso da região. Para exemplificar esta assertiva, pode-se reproduzir o relatório do intendente de Santo Ângelo sobre a atuação das forças militares legalistas federal e estadual que atacaram os revoltosos da Coluna Prestes.

Contingentes de rebeldes ficaram acampados no 3º districto, onde causaram grande **damno nos gados**; outros cruzaram os 3º, 4º e 8º districtos, tendo também ahi cometido **depredações**. Afinal em fins de dezembro, com a movimentação das forças estacionadas em Tupaceretan, os sediciosos concentrados em São Luiz emprehenderam a fuga a través deste município e do de Ijuhy, onde a 30 atacaram no **passo da Conceição** um esquadrão do 11º Corpo Auxiliar, perecendo o seu denodado commandante Dr. Julio Raphael de Aragão Bozano. Para cortar a retirada dos rebeldes seguiu desta Villa o destacamento composto do 2º **Regimento de Cavallaria** e dos **18º e 26º Corpos Auxiliares da Brigada Militar** e de **uma bateria de artilharia** sob o commando geral do tenente coronel Emílio Lucio Esteves, ilustrado e competente official. O destacamento encontrou-se com os rebeldes no dia 14 de janeiro na '**Ramada**', município da Palmeira, travando-se violento combate que durou o dia inteiro. Nesse encontro destacaram-se pela efficiencia do fogo o 2º Regimento e o 18º pela actuação oportuna, porem ao nosso 26º Corpo coubea gloria de supportar com a maior galhardia o impetuoso ataque da pesada columna rebelde.

Durante a acção foi ferido gravemente o bravo commandante do 26º **tenente coronel Joaquim Antonio Rodrigues**, assumindo immediatamente o commando o destemido **major Raul Oliveira**. Vencidos os rebeldes e atirados para além do Uruguay, regressou o 26º Corpo, que acha-se destacado nesta Villa, onde continua **prestando bons serviços**. [...] Ao terminar, congratulo-me comvosco por ter voltado o Estado definitivamente ao **regimem da paz**, pois, tudo leva a crêr que com a recente derrota dos rebeldes, a oito de outubro no **Passo da Conceição do Ibicuhy da Armada**, pelo intrépido **general Dr. José Antonio Flores da Cunha**, a mashorca não tem mais elementos para recomêçar.<sup>43</sup> (**grifo nosso**)

Uma análise desse pronunciamento do intendente do Partido Republicano Carlos Kruel evidencia seu desejo de paz para o município de Santo Ângelo e região missioneira. Contudo, para alcançar essa ordem pública, o governante enfatizou que somente após a participação das tropas federal (2º Regimento de Cavalaria de São Borja) e estaduais (18º e 26º Corpos Auxiliares da Brigada Militar) a lei e a ordem voltaram a reinar no noroeste gaúcho. A valorização da ordem pública, baseada na presença militar estatal, reforçou a ideologia bélica elaborada pelo longo processo real das agruras oriundas dos diferentes conflitos armados que ocultaram a essência da ordem social e política desta região sulina.

A identidade militarizada das Missões estava tão introduzida no imaginário social local que nas primeiras eleições municipais ocorridas após o término do conflito bélico tenentista, o coronel Joaquim Antonio Rodrigues sagrou-se eleito para ocupar o cargo de vice-intendente de Santo Ângelo. Em outra eleição, o general Flores da Cunha foi o candidato ao senado mais votado no noroeste gaúcho. Assim, a participação de caudilhos e militares nos poderes executivo e legislativo

<sup>43</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Santo Ângelo, 1925, p. 3-4.

alimentava o poder monopolista local, pois o grupo dirigente passava a gozar do monopólio da violência (militar) e do monopólio fiscal (poderes constituídos). A comunidade de imaginação bélica esteve apoiada nesta rede de significação amparada pela simbiose entre um sistema político local alicerçado pelo caudilhismo e uma cultura bélica castrense baseada na militarização dos poderes constituídos. Com isso, a cultura militarizada missioneira gaúcha atuou como um mecanismo sutil para a manutenção da ordem, do significado e da coesão social.

O cenário montado pela representação coletiva militarizada da região missioneira não foi valorizado somente pelos caudilhos locais, a proximidade com a fronteira argentina influenciou uma efetiva presença do Exército Brasileiro no noroeste gaúcho, reforçando assim o imaginário da sociedade das Missões. À guisa de exemplificação, pode-se destacar que, na década de 1920, das duas grandes viagens realizadas pelo Estado-Maior do Exército, uma foi para a região missioneira. Em dezembro de 1928, uma comitiva de três generais e 12 oficiais do Estado-Maior realiza visita de inspeção aos aquartelamentos do noroeste do Rio Grande do Sul. Durante sua permanência em terras gaúchas, a comitiva passou a ser acompanhada pelo general Gil Antonio Dias de Almeida, comandante da 3ª Região Militar, com sede em Porto Alegre, personagem legalista de extrema relevância na oposição ao epifenômeno de outubro de 1930.

A montagem do palco cênico está relacionada à diversidade de ambientes e ao grau de detalhamento da figuração. Neste viés comparativo, o registro de um dos generais da comitiva sobre o cotidiano de um típico missioneiro, auxilia na caracterização do cenário missioneiro marcado pelos diversos conflitos bélicos que assolaram a região, mas identificado com as virtudes militares:

mora próximo ao cemitério, numa casinha rodeada de árvores plantadas por ele. Recebe-nos com carinho. Casinha modesta, mas limpa, revelando certo conforto. Uma salinha de trabalho, escrivaninha, dando para dois quartos: um mais escuro, o seu. O outro, para a frente, claro, que foi da filha Mimosa e que é conservado tal qual. Tem duas filhas casadas em S. Luiz, onze netos. A mulher morreu aqui: vai diariamente ao cemitério cuidar da sepultura. Tem um ou dois filhos em P. Alegre. Comprou essa chacinha, plantou os cinamomos, matou as formigas. Mas hoje, a **perna baleada** já não lhe consente andar. Vive lendo: uma pequena biblioteca, jornais que lhe mandam. Alto, magro, bigode, grisalho, cabelo também, expressão de sofrimento, um pouco surdo, falando devagar, mas bem, entusiasmando-se por vezes. Despeço-me [...] levando a impressão de ter abraçado um homem de bem, **fiel ao seu dever**, profundo em suas afeições, exemplo de **virtudes militares** [...] (MALAN, 1977, p. 298). (**grifo nosso**)

A análise realizada pelo general Malan sobre o cidadão missioneiro refletiu o entrelaçamento entre o mundo bélico e a sociedade do noroeste gaúcho. Após vários anos de conflitos internos e de agressões vindas de fora do Rio Grande do Sul e do Brasil, a lembrança das violências sofridas perdurou para sempre na memória da população das Missões. Permaneceu também o *ethos* militarizado como baluarte para a manutenção da lei e da ordem interna, condição *sine qua non* para o progresso da região. “Não há, provavelmente, sociedade que não tenha sido confrontada com a

guerra, quer se trate de conflitos internos momentaneamente levados aos paroxismos, quer se trate de agressões vindas de fora” (CORVISIER, 1999, p. 233).

Nesse aspecto, o imaginário bélico como representação da realidade social é o ponto fundamental para a construção da história das Missões, pois para relacionar o tempo dos atores sociais ao tempo coletivo é necessário construir um tempo legível aos olhos humanos, tal qual faz o calendário. Desta forma, este mecanismo imagético se oferece como signos, que além de traduzir o tempo, também o interpretam de alguma forma. Como resultado, a memória coletiva só pode existir devido à existência do imaginário materializado pelo calendário, bem como as sequências das gerações surgem como espécies de cadeias de memória. Na realidade, os vestígios unem o presente ao passado (RICOEUR, 1997, p. 319-320). O rastro indiciário dessa representação armada assume um papel de operador intelectual do tempo, que busca completar, pela perspectiva imaginária, as lacunas do conhecimento do historiador.

Com isso, a realidade social vivenciada pela região das Missões antes do período conspiratório que levou ao movimento armado de 1930 foi marcada por uma representação coletiva militarizada que incorporou nos indivíduos missioneiros as divisões do mundo da lei e da ordem. Tal representação coletiva também estruturou os esquemas de percepção e de apreciação dos atores sociais que condicionaram o progresso da região à presença militar para manter a lei e a ordem pública (CHARTIER, 1994, p. 108).

A visita da comitiva do Exército Brasileiro à região missioneira também demonstrou o quanto à instituição militar valorizava a presença da força federal no noroeste gaúcho. Prova desta valorização, encontra-se na passagem dos oficiais do Estado-Maior do Exército por, praticamente, todo território das Missões:

de **S. Luís** fazem uma incursão à margem do rio Uruguai, passando em **S. Nicolau** e seguindo viagem, [...] passam por **S. Lourenço** e por **S. Miguel**, onde visitam as ruínas. Visitadas as unidades de **S. Ângelo**, fazem nova incursão ao rio Uruguai, em Jacará, passando em **Santa Rosa** e, no dia imediato, por Ijuí, demandam de regresso Cruz Alta, término da longa excursão (MALAN, 1977, p. 298). (**grifo nosso**)

Assim, o cenário construído pela associação de políticos e militares na sociedade das Missões definiu e mensurou o significado dos sinais e símbolos do imaginário social militarizado com referência à homogeneidade da representação coletiva que eles produziram na sociedade local.

<sup>44</sup> A simbiose entre a valorização do Exército Brasileiro pela região missioneira e a ligação da sociedade local com o mundo bélico criou um imaginário social militarizado republicano, positivista e legalista no âmago da comunidade de imaginação missioneira. Ressalta-se ainda o fato

---

<sup>44</sup> A análise do imaginário social missioneiro foi sustentada pelos pressupostos teóricos da micro-história. Para uma melhor percepção deste viés historiográfico, ver LEVI (1992, p. 149).

do grupo político dirigente do noroeste gaúcho, formado por caudilhos e militares, ter influenciado e reforçado decisivamente essa representação coletiva castrense da população das Missões. Percebe-se, portanto, que o interior sul-rio-grandense possuía uma relação intrínseca entre os políticos integrantes do caudilhismo e os militares do Exército Brasileiro, lotados nas Missões. Esta relação de poder alicerçou-se sob a inspiração imaginária de que a legalidade bélica era o sustentáculo da manutenção da lei e da ordem local.

O olhar micro sobre outra região sulina corrobora várias constatações imagéticas presentes no distante território pampeiro missioneiro. A percepção de vicissitudes da cosmopolita Curitiba similares àquelas encontradas na isolada sociedade santo-angelense reforça a certeza de que existia uma comunidade de imaginação bélica instaurada nas mentalidades da região sulina do Brasil. Em termos cênicos, o palco curitibano possuía elementos que o caracterizavam como uma metrópole em plena expansão. Os diversos relatórios do início do século XX dos governantes do Paraná e de Curitiba apontaram dados oficiais do crescimento e desenvolvimento da cidade: novos prédios públicos, construção de edifícios particulares, pavimentação e iluminação nas ruas, ampliação do número de fábricas, crescimento da arrecadação de impostos. Todos esses elementos são apresentados como símbolos de progresso, de modernidade e de urbanização.

A zona de influência econômica de Curitiba abarcava toda a região do planalto leste paranaense, desde os campos gerais até o litoral do estado. Os municípios de Ponta Grossa e Castro foram beneficiados por esta integração, elevando consideravelmente seu poderio político no âmbito do Paraná. Como estado de ligação entre o sul e o centro do país, as terras das araucárias foram aquinhoadas com a implantação de diversos quartéis do Exército Brasileiro, particularmente na sua porção leste. Em harmonia com a maior presença da Força Terrestre, o Paraná também experimentou uma maior capilaridade da sua malha ferroviária, estabelecendo a cidade de Ponta Grossa como nó ferroviário vital para o intercâmbio de toda região sulina com o norte do Brasil, conforme é evidenciado na figura 3.

Nesse palco estabelecido no planalto leste paranaense, a associação entre políticos e militares estava intrinsecamente ligada à organização partidária local, pois esta foi a base para o desenvolvimento do mecanismo das eleições e fraudes eleitorais que ajudaram a forjar o jogo político regional. Nesta vertente, as trocas de favores que envolveram o sistema coronelista do Paraná também marcaram a realidade das relações político-militares nesta região sulina.

Quando o poder é direto sobre o eleitorado, o coronel tem certeza de dominar as eleições. [...] quando se estuda o coronelismo em determinada região, é necessário em primeiro lugar verificar qual o tipo de chefia coronelística que existe ao nível do grau superior de mando, ao nível do grau médio, e qual a possibilidade de “defesa” com que conta o eleitor, no grau inferior na escala de poder (QUEIROZ, 1976, p. 166-167).



**Figura 3** – Mapa político do Paraná, destacando seu planalto leste, com seus municípios no final da década de 1920.  
**Fonte:** SIMIELLI, Maria Elena Ramos. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2002, p. 109, original editado pelo autor, em 2010.

Durante a República Velha, o planalto leste paranaense experimentou a associação entre o mundo político e bélico no nível local alicerçada no próprio papel da polícia, cuja ação foi muito além de desempenhar suas funções legais de manutenção da ordem. Na realidade, as forças de coerção policiais imprimiram expressivo controle e manutenção das eleições. Segundo Janotti (1999, p. 41), “a interferência policial era notória e os amedrontados eleitores faziam muitas vezes questão de mostrar claramente a quem se destinava seu voto, para evitar futuras complicações”.

A sinergia entre poder político local dos coronéis do leste paranaense e a ação bélica policial construiu o poder legal de coerção dos líderes regionais, em plena sintonia com o situacionismo do grupo dirigente estadual. Além da presença como chefes de polícia, as lideranças políticas regionais no leste paranaense também buscaram parcerias militares com representantes do Exército Brasileiro aquartelados neste planalto, bem como da Armada Nacional, situados no litoral.

No ocaso da República Velha, o governo do Paraná, com a capital em Curitiba, foi entregue para os militares lotados nos Campos Gerais. O general Francisco José Cardoso Júnior (comandante do 5º Distrito Militar) governou o Paraná de 17 de novembro a quatro de dezembro de 1889. No mesmo ano foi substituído pelo almirante José Marques Guimarães, que liderou o estado de dezembro de 1889 até fevereiro de 1900. No final dos governos provisórios, o general José Cerqueira de Aguiar Lima governou entre 27 de dezembro de 1900 até três de junho de 1901.

(OLIVEIRA, 2001, p. 237). A efetiva presença destes oficiais nos altos postos do comando político do estado construiu na sociedade curitibana um imaginário que atrelou estrutura política e militar na mesma base institucional da capital paranaense.

Um cenário similar ao apresentado no Rio Grande do Sul foi caracterizado pela constante presença de militares entre as organizações políticas paranaenses no período republicano, tanto com oficiais das forças de coerção federal e estadual como com as apropriações das patentes castrenses por parte dos líderes regionais e locais. Neste palco cênico, os partidos políticos estruturados na alvorada da República Velha foram costurados por militares. A chamada União Republicana teve a presença dos generais Francisco José Cardoso Júnior e José Cerqueira de Aguiar Lima, respectivamente, primeiro e último governador provisório do Paraná. Durante o governo federal de Floriano Peixoto, o estado paranaense foi liderado por uma Junta Governativa, composta por militares e políticos locais, destacando-se a figura de Roberto Ferreira (militar do Exército Brasileiro) servindo em Curitiba.

Essa associação entre políticos e militares ganhou força nos períodos de conflitos internos. Durante o movimento federalista de 1894, o Paraná voltou a ser governado pelo general Francisco José Cardoso Júnior, no período de 24 de março a três de abril de 1894 (OLIVEIRA, 2001, p. 238). O perfil legalista também esteve presente entre os militares paranaenses nas fases bélicas. Neste sentido, destaca-se o coronel Candido Dulcídio Pereira, militar curitibano, comandante da polícia militar do estado e que foi morto no cerco da Lapa por tropas rebeldes federalistas em 1894. No conflito do Contestado, o coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, lutou e morreu como comandante da polícia militar paranaense, em outubro de 1912, numa emboscada articulada pelos camponeses revoltosos. E finalmente o capitão Leônidas Marques dos Santos, oficial do exército Brasileiro, morto em 1925, quando combatia os tenentistas da Coluna Prestes, na região de Catanduvas (OLIVEIRA, 2001, p. 333). Todas estas ações belicistas ecoavam na comunidade curitibana, por meio da imprensa escrita, cujo discurso de valorização dos atos militares penetravam no imaginário coletivo daquela sociedade metropolitana.

A presença do mundo das armas, ao longo da República Velha, forjou, no âmago da sociedade do planalto leste paranaense, um universo de significações imaginárias, calcadas no binômio político-militar. Esta assertiva encontra amparo no fato dos políticos locais assumirem cada vez mais um perfil coronelista de proteção e subordinação das populações, bem como dos conflitos bélicos trazerem para o cotidiano regional a indelével participação de militares do Exército Brasileiro e da polícia estadual, contribuindo para uma maior identificação com as representações castrenses. Assim, políticos e militares fizeram e representaram a própria instituição da sociedade regional (CASTORIADIS, 1982, p. 405). A associação entre políticos coronelísticas e militares

combatentes consubstanciou um cenário, cujo funcionamento e respectiva identificação, estava atrelado à lógica bélica que fez a sociedade do leste paranaense se reconhecer como tal.

Dentro do jogo político-militar, não somente a existência de conflitos bélicos marcou o reconhecimento da sociedade local com o mundo das significações bélicas. A efetiva participação de militares nos processos eleitorais paranaenses também contribuiu para que ocorresse uma maior identificação regional com os representantes da caserna.

Após a derrota dos rebeldes federalistas de 1894, o Paraná voltou a vivenciar eleições em 1900. Neste ano, grande parte das seções eleitorais foi chefiada por militares aquartelados em Curitiba. Na 5ª seção, o general J. B. Bormann; na 6ª seção, o capitão Theodorico Guimarães; e na 7ª seção, o major Rolemberg.<sup>45</sup> Nas próximas eleições de 1904, manteve-se a presença de militares nas seções eleitorais. Na 1ª seção, o coronel Joaquim Mariano Ferreira; na 2ª seção, o tenente-coronel Francisco de Paula M. de Brito e os capitães Francisco Negrão e Edgar Stelfeld; na 3ª seção, o major João Saturnino F. Saldanha; na 4ª seção, o tenente-coronel Brazilino Moura e o capitão Gabriel Natal; na 5ª seção, o capitão Romário Martins; na 6ª seção, o major Pedro Viriato de Souza; na 7ª seção, o tenente-coronel Cícero Gonçalves Marques e o capitão Ignácio Gomes da Costa; na 8ª seção, os tenentes-coronel Victorino José Correia, Antonio Leopoldo dos Santos e João Taborda, além do major Manoel de Souza Azevedo Júnior; 10ª seção, capitão José Eurípedes Gonçalves; 11ª seção, o coronel Manoel de Macedo e o capitão João Loyola; 12ª seção, o coronel Eugênio E. Wirmond e os capitães Frederico Stam e José Pedrosa; 13ª seção, o major João Torres e os capitães José Antonio Leopoldo e Sebastião Muller; 14ª seção, o tenente-coronel José Ferreira da Luz e os alferes João Falarz e João Valentin Stavoistski.<sup>46</sup>

Com isso, percebe-se que a participação dos militares aumentou significativamente nas seções eleitorais curitibanas de 1900 a 1904, demonstrando a força da representação bélica no âmbito da política e da própria sociedade paranaense e curitibana. Esta tendência manteve-se até o final da década de 1920, quando a população regional instituiu na força castrense o seu “fazer social” e no discurso político de ordem e progresso a instituição do “representar social”.

Nesse cenário espaço-temporal, Curitiba vivenciou uma fase de desgaste econômico, devido à retração da exportação de erva-mate, consequência da crise internacional de 1929. Atrelada à problemática financeira, a cidade experimentou uma estagnação na sua urbanidade, desencadeada no final da década de 1920. Neste ambiente de crise econômica e urbanização retraída, os ideais belicosos defendidos por militares e políticos foram resgatados no imaginário da população curitibana, por intermédio de discursos de utilização da força bruta das armas como solução viável para restabelecer o progresso da região.

---

<sup>45</sup> **A República**. Biblioteca Pública do Paraná. Divisão de Documentação Paranaense. 20 de julho de 1900.

<sup>46</sup> *Ibidem*, três de junho de 1904.

Essa realidade de pensamento armado foi reforçada pelas reportagens e editoriais produzidos pela imprensa escrita da capital do Paraná. Os conflitos bélicos que assolaram a formação cultural do planalto curitibano, em sintonia com a efetiva participação política de militares das forças de coerção federal e estaduais, bem como a representação do real imposta pela presença incontestável de caudilhos e coronéis, construíram um cenário ideal para o surgimento de uma comunidade de imaginação, cujo *schemata* belicista ganhou sentido no inconsciente coletivo de militares, políticos e população em geral do sul brasileiro.

Os elementos cênicos expostos neste capítulo evidenciaram as peculiaridades de cada ambiente de análise, demonstrando as principais características das relações de poder nos dois níveis de atuação das personagens do movimento de outubro de 1930. A apresentação dos diferentes palcos, cuja iluminação, cenografia e textos variaram conforme a evolução da peça bélica facilitou ao leitor a compreensão do caleidoscópio imagético que pontuou a metamorfose da legalidade militar no sul do Brasil.

Nesse ponto, este trabalho volta-se para a apresentação do elenco desta peça teatral. Com a definição do cenário montado, é preciso estabelecer quais atores são ativos na narrativa histórica desse evento bélico. Na realidade, busca-se avançar além do repertório cultural dos indivíduos, tentando compreender como as representações sociais coletivas atuaram sobre as personagens sociais, ajudando-as a modificarem visceralmente a lógica estimuladora legalista, dentro do processo de resposta a essas representações de ordem e progresso. Assim, será possível observar que a cultura coletiva bélica modelou a ação de políticos e militares paranaenses e gaúchos na direção do movimento armado de 1930.

## 4 O ELENCO

*O simples desfilar de nomes, sem se dar o trabalho de localizá-los ou personalizá-los, é apenas preguiça do autor ou, então, é uma exibição e não tem mérito: qualquer pessoa pode fazer isso, como pode também duplicar a extensão de sua bibliografia, se assim o desejar. Barbara W. Tuchman. A prática da história.*

Ao longo da viagem reflexiva sobre os caminhos que conduziram a sociedade sulina brasileira a estruturar uma comunidade de imaginação bélica, foi possível diagnosticar nos capítulos anteriores, o descaso da historiografia nacional sobre a temática cultural no movimento armado de 1930, bem como apresentar o cabedal teórico que sustenta a abordagem da história militar do referido evento à luz dos conceitos culturais. Ainda foi pertinente interpretar os diferentes cenários das associações entre militares e políticos nos níveis de poder estadual e municipal, com destaque para os espaços governamentais do Rio Grande do Sul e do Paraná (na esfera estadual) e das cidades localizadas no interior gaúcho e na capital paranaense (no âmbito local). Assim, descortinou-se a historicidade de cada ambiente social brasileiro no que tange à ligação entre os mundos castrense e político, pois as transferências culturais e as metamorfoses sociais são determinadas de forma diversa nos vários níveis de poder.

Avançando um pouco mais na interpretação histórica do movimento armado de 1930 no sul do Brasil, em consonância com a operacionalidade de conceitos como comunidade de imaginação, representação, imaginário, relações e escalas de poder, podem-se apresentar os dados empíricos que sustentam as assertivas teóricas anteriormente expostas. Neste viés epistemológico, valorizaram-se os principais atores sociais que vivenciaram o evento, demonstrando como os grupos importaram e exportaram características culturais de seus aliados. Com isso, a configuração destes atores emergidos da rede de interações dinâmicas do ano de 1930 foi condição básica para entender a interdependência de fenômenos entre o mundo de significações bélicas da região sulina.

### 4.1 Atores e a fraude eleitoral

O entendimento político entre as oligarquias dissidentes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul marcou definitivamente o nascimento da Aliança Liberal. Para Geraldo (2004, p. 72-73), a Aliança Liberal era a “união de grande número de políticos gaúchos e mineiros, dos pequenos partidos oposicionistas do país, dos descontentes de todas as origens – civis e militares – para combate à candidatura de Júlio Prestes [...]”.

Nessa vertente, alguns líderes regionais e locais paranaenses também aderiram aos desígnios da nova formação política liberal, pois não viram no jogo partidário vigente maiores oportunidades

de galgar mais poder. Com raras exceções, os chefes políticos locais do Paraná não tiveram poder suficiente para dominar as rédeas do governo estadual, não sendo reconhecidos no sul e no Brasil como alguns coronéis da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e de São Paulo, por exemplo. Assim, encontravam-se submissos, procurando exercer atividades relacionadas ao poder do governo estadual, mas sem ter os privilégios de participar de um mando político maior. Desta forma, as relações de poder do coronel paranaense tiveram como limites as divisas do estado e suas escalas de poder não ultrapassaram as bordas de seus municípios. À guisa de exemplificação, pode-se citar o alinhamento do coronel Ottoni Ferreira Maciel, ator dissidente no plano estadual, com a Aliança Liberal em contraponto aos interesses do presidente do estado do Paraná – Affonso de Camargo, principal ator situacionista no plano local de Curitiba.

O compromisso firmado entre esses estados da federação foi marcado desde o seu início por problemas de identidade, pois os seus líderes nunca demonstraram suas reais intenções. No caso de Getúlio Vargas, pode-se verificar que sempre buscou evitar o seu desgaste político, procurando não estabelecer áreas de atrito com poder central. Em dezembro de 1928 e maio de 1929, Getúlio Vargas enviou duas cartas secretas a Washington Luís afirmando seu apoio ao governo federal. Com atitudes dessa natureza, “dentro do Rio Grande, o Sr. Getúlio Vargas abandonava [...] os interesses do Partido Libertador, que tão valorosamente o apoiava [...]” (LIMA SOBRINHO, 1983, p. 86). Contudo, dentro da perspectiva do poder nacional, Vargas acabou, para a perplexidade de Washington Luís, aceitando, em julho de 1929, a sua candidatura para presidência da República pela Aliança Liberal, sendo indicado para vice o paraibano João Pessoa. A chapa foi confirmada em 15 de agosto de 1929 pela comissão executiva da Aliança Liberal.

Com esses atores sociais, desenvolveu-se a campanha eleitoral para o pleito de primeiro de março de 1930, quando as oligarquias estaduais definiriam o próximo presidente da República. Em várias regiões brasileiras, o clima eleitoral foi bastante tenso, com manifestações de apoio e de repúdio à Aliança Liberal. A campanha das eleições foi marcada por muita agitação política estendendo-se “[...] de agosto de 1929, quando teve início a ação parlamentar na Aliança Liberal até março de 1930, mês que começa com a realização das eleições [...]” (SILVA, 1975, p. 114). Porém, mantendo o plano de apresentação desta pesquisa, descortina-se a necessidade de observar com mais detalhes a caracterização de políticos gaúchos e paranaenses e militares aquartelados nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, diante das conhecidas fraudes eleitorais presentes nesta sucessão presidencial.

O perfil republicano, militarista, positivista e legalista do grupo dirigente gaúcho era um obstáculo natural aos ideais de revolta armada mais radicais dos jovens componentes da Aliança Liberal. Com um passado marcado por árduas lutas pela defesa da República e do *status quo* vigente, os velhos caudilhos e grande parte da sociedade rio-grandense-do-sul defendiam uma

oposição ao governo federal dentro da legalidade constitucional. O repúdio ao movimento armado era tema rotineiro nos discursos da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul. O grupo político dirigente lembrava o fervor com que o povo gaúcho sempre defendeu “a causa dos governos contra a revolução, na peleja pela **ordem** e pelo regime (**republicano**)” (LIMA SOBRINHO, 1983, p. 93). **(grifo nosso)**

À guisa de exemplificação, ressaltam-se as palavras de dois líderes do grupo dirigente estadual que articularam a participação do Rio Grande do Sul na Aliança Liberal. O líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, João Neves da Fontoura, destacou com entusiasmo “a espada que empunhamos nos campos de batalha, em defesa dos governos federais passados, conduzindo os nossos admiráveis soldados [...] para o triunfo da ordem material em todo o território da pátria brasileira”. Já o general Flores da Cunha execrava a valorização dos movimentos revoltosos desencadeados no Brasil ao longo da década de 1920. Para o velho caudilho, não existia glória em participar de um levante armado, cujo grande feito foi ter matado irmãos gaúchos (LIMA SOBRINHO, 1983, p. 93).

A aversão ao levante armado tinha no caudilho Borges de Medeiros a sua maior expressão dentro do grupo dirigente gaúcho. Durante a campanha eleitoral, o velho chefe dos pampas afirmou que o Rio Grande do Sul não pensava em levante bélico, pois a sociedade gaúcha estava disposta a aceitar os resultados das urnas. Para Borges de Medeiros,

há quem afirme o contrário. São vozes jovens, mas ardentes, sem grande expressão. A nação pode estar certa de que o povo do Rio Grande não esquecerá jamais os seus deveres. O Partido Republicano por todos os seus chefes, e eu pessoalmente, tudo faremos para impedir um gesto de desvario. **Não iniciaremos, nem auxiliaremos nenhum movimento contra a ordem constitucional** (LIMA SOBRINHO, 1983, p. 93). **(grifo nosso)**

O próprio Getúlio Vargas defendeu a ordem constitucional durante a propaganda eleitoral: “a cruzada patriótica, que tão profundamente interessa o país todo, deve ter seu desfecho natural dentro da ordem” (VARGAS Apud SILVA, 1972, p. 106).

Além do repúdio por uma solução bélica, a campanha eleitoral no Rio Grande do Sul foi marcada pela paixão regionalista. Tal sentimento acabou por unificar cada vez mais o grupo dirigente e a sociedade gaúcha em torno da candidatura de Getúlio Vargas, tornando praticamente impossível a propaganda de Júlio Prestes nos pampas (SILVA, 1972, p. 97). Assim, ocorreu uma instituição de significações imaginárias que conduziram a sociedade a defender o projeto de tornar o Rio Grande do Sul um estado poderoso dentro do cenário nacional. Na realidade, o grupo dirigente estadual desenvolveu um processo de manipulação da representação do real social regionalista historicamente arraigado na população sulina.

Nesse sentido, o periódico “Revista do Globo”, publicado na capital rio-grandense verbalizou o discurso do grupo dirigente político reforçando o imaginário coletivo em todo o território gaúcho. Com presença marcante nos editoriais da revista, políticos e militares integrantes da Aliança Liberal apropriaram-se de diversas reportagens vangloriando a plataforma aliancista, criando um sentimento imediato de identificação com a sociedade do sul-rio-grandense. Cabe ressaltar que cada vez mais pessoas passaram a ler e comentar os editoriais do quinzenário, reforçando ainda mais a sinergia identitária entre o mundo bélico gaúcho e a proposta política aliancista.

O período de campanha eleitoral marcou ainda, na representação da realidade coletiva da sociedade gaúcha, o *mito* de ascensão política, econômica e social do Rio Grande do Sul, por intermédio da disputa eleitoral, alicerçada pela legalidade e pela ordem constitucional. Aparentemente, as significações de valorização da lei e da ordem se apresentavam de maneira compatível, coerente e convergente com o imaginário social dos indivíduos gaúchos. Contudo, o resultado das urnas, no início de março de 1930, demonstrou um caminho conflituoso no mundo dessas significações imaginárias sociais.

As eleições transcorrem dentro da mais absoluta ordem, mantidas as velhas práticas fraudulentas que marcaram toda a República Velha. Tanto o governo federal quanto os atores da Aliança Liberal usaram e abusaram da fraude eleitoral para favorecer os seus respectivos candidatos. Apesar da unificação do grupo dirigente gaúcho e do efetivo apoio popular, o resultado das urnas gaúchas foi emblemático no que tange à fraude eleitoral. O deputado João Baptista de Azevedo Lima retratou as eleições no Rio Grande do Sul:

não faltou, é claro, argüição de vícios nesse pleito renhidíssimo. Verificaram-se nele, sem dúvida, como em todos os anteriores e posteriores, os mesmos **atentados à lisura eleitoral** que vêm grassando no Brasil, desde o segundo reinado até os últimos dias do regime republicano. Mas, nesse terreno das falsificações, nenhum Estado levou o Rio Grande na eleição de 1930. Afirmo-o de ciência certa porque me coube, por sorteio, relatar as eleições em um dos distritos desse Estado em cujas atas se me depararam os mais surpreendentes e grosseiros esguichos **em favor do candidato regional**: nomes de votantes, de cabo a rabo, no livro de atas, assinados pela mesma mão trêmula e invariável de defraudador quase iletrado; número de assinaturas muitas vezes superior ao de eleitores assinalados como presentes ao pleito; soma de votos em desacordo com o total dos eleitores; **comparecimento exageradíssimo de votantes**; excesso de sufrágios em relação ao comparecimento dos que votaram (LIMA Apud SILVA, 1975, p. 143). **(grifo nosso)**

Nesse ínterim, cabe destacar outros índices que confirmaram a supremacia da fraude nas eleições no Rio Grande do Sul. A percentagem de comparecimento ao pleito chegou, em alguns municípios, a mais de 99%, sendo estipulada, na média do estado gaúcho, em 80%.

Quanto à percentagem de inscrição eleitoral, o **Rio Grande do Sul** vinha também à frente de todos os Estados brasileiros, com 13,2 por cento, relativamente à população, enquanto a percentagem no **Distrito Federal** era de 10,3 de 9,2 em **Minas Gerais**, de 8,7 no **Rio de Janeiro** e de 8,6 em **São Paulo**” (LIMA SOBRINHO, 1983, p. 98-99). **(grifo nosso)**

Com um sistema eleitoral exageradamente fraudulento, a vitória de Getúlio Vargas nas terras rio-grandenses foi avassaladora: 298.627 votos contra 982 para Júlio Prestes.<sup>47</sup> Obviamente, este resultado gaúcho, apesar da fraude, foi legitimado pelo imaginário social coletivo reforçado pelo grupo dirigente estadual na população. A preponderância do Partido Republicano nos municípios gaúchos tornou-se o principal instrumento de cooptação da sociedade para a defesa da Aliança Liberal e da candidatura Vargas.

Na região missioneira não foi diferente. Com forte tradição republicana, militar e positivista, o apoio ao candidato de Borges de Medeiros foi instantâneo. Em São Borja, terra natal de Getúlio, a votação e o apoio popular foram incontestáveis. Nos demais municípios do noroeste gaúcho, a euforia com a candidatura de Getúlio Vargas não foi menos exaltada. Segundo o jornalista republicano Seraphim Dias Ferreira, a sociedade do município de Santo Ângelo deu uma votação avassaladora ao candidato da Aliança Liberal:

[...] também neste grande município missioneiro, **guarda fiel das gloriosas tradições** onde a campanha da Aliança Liberal deixou gravado o sinal indelével de seu incontestável civismo, conquistando no memorável pleito de 1º de março o **quarto lugar** na votação entre os municípios do Estado [...].<sup>48</sup> (**grifo nosso**)

Cabe ressaltar o fato da expressiva votação no candidato gaúcho (quarto lugar entre os municípios do Rio Grande do Sul) ser fruto da simbiose de um sistema eleitoral fraudulento, como já foi destacado neste trabalho, com a manipulação do grupo dirigente santo-angelense do imaginário social local. Pode-se afirmar que os líderes de Santo Ângelo guiaram um processo de circularidade do imaginário social, desenvolvendo estratégias que conciliavam, ao mesmo tempo, a criação de valores com a própria absorção deles, desencadeando a continuidade e a permanência do *status quo* vigente (FÉLIX, 1998, p. 157).

As representações da realidade coletiva valorizadas pelos caudilhos mandatários dos municípios missioneiros articulavam práticas republicanas militarizadas que tinham o objetivo de fazer a população local configurar uma identidade social alinhada aos interesses do grupo dirigente regional e estadual. Assim, o missioneiro acabou desenvolvendo, ao longo de sua formação cultural, uma maneira própria de estar no mundo republicano e militarizado, marcando simbolicamente uma posição voltada para a defesa inquestionável das decisões do Partido Republicano Rio-Grandense (CHARTIER, 1990, p. 23).

<sup>47</sup> A historiografia brasileira apresenta números conflitantes quanto ao resultado do pleito gaúcho. Os votos colocados neste trabalho são apresentados por Lima Sobrinho (1983, p. 99) e Alencar, Ramalho e Ribeiro (1985, p. 235). Já Geraldo (2004, p. 106) apresenta outros números: 387.321 votos para Getúlio Vargas e 789 votos para Júlio Prestes.

<sup>48</sup> Relatório apresentado ao Interventor do Rio Grande do Sul – General Flores da Cunha – em 31/01/1930, p. 4-5. Cabe ressaltar que este documento foi confeccionado em 31 de janeiro de 1931, após a eclosão do levante bélico de 1930. Contudo, está impresso com a data de 31 de janeiro de 1930.



A discrepância com o resultado eleitoral do Rio Grande do Sul não difere o Paraná quanto às semelhanças dos métodos para se conquistar a vitória nas urnas. A fraude no processo de votação era tão arraigada no imaginário social do paranaense quanto no povo gaúcho. Ottoni Maciel, importante ator oposicionista ao governo dirigente estadual e aliancista, já reclamava das fraudes eleitorais em 1925.

[...] não admira que hoje tenhamos, **actas falsas**. Hontem tivemos a traição para peiar do poder um homem que tinha sido eleito com uma votação extraordinária, cuja apresentação ao eleitorado tinha sido feita por todo o directório do partido e cujo processo eleitoral mereceu a cooperação do dr. Alencar Guimarães, que até reprovou revoltado o facto de em certa localidade, fazer-se a **eleição a bico de penna** (MACIEL, 1925, p. 43). **(grifo nosso)**

Em outra passagem, Luiz Carlos Pereira Tourinho reforçou as peculiaridades da eleição a bico de pena no Paraná durante a República Velha.

[...] os mesários realizavam as eleições pelo **processo de bico-de-pena**, que fazia **defunto votar** e elegia candidato à revelia. Não se gastava dinheiro. A propaganda era desnecessária. No dia, **os coronéis juntavam os eleitores nos currais**. Davam a cada um o correspondente espeto com churrasco. Então, largava-os, aos grupos, escoltados pelos cabos eleitorais, empregados das fazendas ou das prefeituras, até a urna. Tão secreto o voto, contido num envelope com a cor do Partido, que o eleitor desconhecia até em quem votava. **Esse fato repetia-se religiosamente nos 55 Municípios, tantos quantos existissem na época** (TOURINHO, 1990, p. 349-350). **(grifo nosso)**

Essa lógica de controle fraudulento das eleições paranaenses foi levada ao seu ápice com os governos de Affonso de Camargo no final da década de 1920. Como já foi apresentado, Affonso Alves de Camargo foi um político situacionista que controlou severamente os rumos políticos do Paraná nos anos de 1928-1930. Consciente das fraudes eleitorais, o presidente do estado procurou justificar e legitimar sua vitória nas urnas, por meio do imaginário social de manutenção da ordem, pois o Partido Republicano Paranaense era o fiel escudeiro dos anseios políticos e militares da população do Paraná. À guisa de exemplificação, vale a pena reproduzir na íntegra o discurso proferido para os deputados do Congresso Legislativo do Paraná sobre o momento político que o estado e o país experimentavam no início de 1930, cujo caminho formal retrata as significações imagéticas de defesa da lei e da ordem dos políticos situacionistas.

Como sabeis o Brasil passa por uma phase de **intensa actividade política**. Em these o movimento que agita nossa nacionalidade é salutar. A existência de duas candidaturas á suprema direcção do Paiz é signal patente de vitalidade, de civismo e de alta comprehensão do regimem sob o qual vivemos. A Republica, sendo por excellencia a forma liberal de governo, em que cabe ao povo decidir sobre o seu próprio destino, só é verdadeiramente praticada quando se manifestam as varias correntes da opinião. Por isso, louvando o movimento a que alludí, formulo votos para que elle se processe e ultime **dentro da ordem e da lei**. Seria absurdo e odioso admitir que, **após quarenta annos de administração**, quando o Brasil se integra na sua finalidade, respeitado e acatado pelas nações estrangeiras, retrogradássemos a ponto de levar a solução natural dos problemas políticos, para o **campo perigoso da anarchia e da desordem**. Só os espiritos

apaixonados ou dominados por interesses subalternos podem pretender desviar o curso sereno e nobre de um movimento cívico, para transformá-lo em campanha de ódios e vindictas, deprimente para os brasileiros e funesta para o Brasil. O **Paraná**, logo que foi aberta a discussão sobre quem deveria substituir o benemérito Presidente Sr. Washington Luís, credor da gratidão nacional pelos inestimáveis serviços que vem prestando à República, foi dos primeiros a lançar e **apoiar** o nome do Sr. **Julio Prestes de Albuquerque**, eminente Presidente do Estado de São Paulo, em quem via e vê, o continuador da grande obra da nossa restauração financeira, Maximo serviço que actual Chefe do Governo poderia prestar ao Paiz. Essa **candidatura natural**, dado o passado brilhante do candidato e a confiança que o seu nome inspira aos brasileiros pela sua cultura e capacidade de realização, viu-se imediatamente prestigiada por **17 Unidades da Federação Brasileira**. Contraopondo-se à maioria das forças políticas do Paiz, surgiu a candidatura do illustre brasileiro Sr. **Getulio Vargas**, Presidente do Rio Grande do Sul. O meu governo, embora mantendo absoluto **apoio à candidatura nacional**, assegurará, como lhe compete, em toda sua plenitude, a **liberdade do voto**.<sup>49</sup> (grifo nosso)

O grupo dirigente paranaense, passadas as eleições de primeiro de março de 1930, fez questão de exorcizar qualquer contraposição alicerçada nas conhecidas fraudes eleitorais. No maior periódico da capital do Paraná – “Diário da Tarde”, no dia 16 de julho de 1930, o editorial valoriza o expressivo resultado das urnas, desqualificando a plataforma aliancista de reforma eleitoral, defendendo, na realidade, uma reforma educacional. Esta fonte primária descortina o caminho informal bastante utilizado pelos políticos situacionistas para reforçar o imaginário social curitibano e paranaense de valorização da lei e da ordem no estado.

**Projeto de reforma eleitoral** – [...] Por muito grande que seja o eleitorado da unidade federada, que tiver o chefe do seu executivo indicado para a almejada candidatura, nunca bastará por si só para fornecer a maioria indispensável à conversão do candidato em presidente eleito. **A recente campanha** foi um exemplo disto, alliam-se e se reuniram dois dos Estados de maior eleitorado, **Minas e Rio Grande**, em torno do Presidente de um delles, e isto não bastou para submeter a vontade discrecionaria do Sr. Antonio Carlos a maioria do Paiz. O que se verifica, é que o **projecto gaúcho de reforma eleitoral** virá eivado do mesmo vicio de origem dos seus antecessores: **a obsessão de reprimir a fraude**. Não cogitará do único ponto essencial para transformar as eleições no Brasil em uma realidade: interessar o povo no processo eleitoral e, **elevando o nível mental do eleitorado**, subordinar o prestígio político ao valor real dos chefes e não às contingencias pequeninas das conveniências pessoas. [...] O problema eleitoral brasileiro não é um problema legislativo, é um **problema de educação**, e só pela educação pode ser resolvido.<sup>50</sup>

Na realidade, o texto acima demonstra que o grupo dirigente paranaense não rebateu a acusação de fraudes eleitorais. Pelo contrário, seu discurso denegriu aqueles que tinham “obsessão pela reforma eleitoral”, como se a existência da fraude fosse um fato consumado na cultura política sulina. Além disso, o referido discurso apregoou a “elevação do nível mental do eleitorado”, por intermédio da educação, como panacéia que acabaria com o mandonismo dos coronéis e caudilhos locais, afastando, desta maneira, qualquer questionamento sobre os desmandos na alta cúpula política do Paraná.

<sup>49</sup> Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado do Paraná, Dr. Affonso Alves de Camargo, em 1º de fevereiro de 1930, Curitiba, p. 4-5.

<sup>50</sup> EDITORIAL. **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 16/07/1930, p. 1.

A abertura do seu discurso aos congressistas estaduais marcou a intenção de Affonso de Camargo em reforçar o imaginário coletivo de que no Paraná a sociedade reconhece a legitimidade do voto como expressão da vontade do povo. Outra representação imposta pelo grupo dirigente estadual foi a ligação entre eleições e a legalidade. Para o presidente do estado, as eleições paranaenses são desenvolvidas na mais rigorosa observância da lei, fornecendo legitimidade aos mandatos, inclusive o seu. Tudo consequência “natural” da liberdade do voto. Contudo, o governante fez questão de ressaltar que seu candidato era Júlio Prestes, que tinha o apoio de todo o país, exceção feita ao Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba (únicos estados que Getúlio Vargas teve mais votos do que o candidato oficial).

A cooptação do imaginário político coletivo estava atrelada à própria cultura bélica do Paraná, que circulava os caminhos formais dos poderes executivo e legislativo. Por isso, o discurso oficial do presidente do estado para o congresso, cuja diversidade agregava coronéis e militares do Exército Brasileiro e da Força Militar do Paraná, ajudou a construir as narrativas de ordem e progresso inscritas na comunidade de imaginação. Para dinamizar ainda mais essa explicação, reproduz-se a abordagem de Affonso de Camargo sobre ordem pública.

**Ordem Publica** – O Paraná, mercê da índole pacífica de seus habitantes e do consagrado respeito que lhes merecem a justiça e a lei, atravessou o período do anno findo, em permanente tranqüilidade e constantes labores, de modo a se approximar, mais ainda, da promissora e brilhante situação que lhe está reservada no concerto dos Estados da Federação. A **agitação política**, em torno da **sucessão presidencial** que vem interessando vivamente a opinião nacional, tem encontrado no Estado uma atmospherá de paz, oriunda da ampla liberdade que há assegurado o Governo aos partidários das candidaturas á suprema magistratura da Republica. Dão testemunho disso as diversas caravanas vindas dos **Estados de Santa Catharina e Rio Grande do Sul**, que em diversos Municipios e nesta Capital, realisaram vários Comicios em propaganda dos illustres candidatos da **Alliação Liberal**, onde tiveram os seus membros plenamente assegurados os direitos de reunião podendo livremente pregar suas idéias, muito embora o **excesso de linguagem** usada em seus discursos. Em consequência desses excessos, ás vezes subversivos, se registrou a lamentável occorencia do dia **20 de Outubro do anno próximo passado**, em que **perdeu a vida**, um dos mais brilhantes **Officiaes desta Região Militar**, accidentalmente envolvido nas arruaças desenroladas após um meeting realizado nesta Capital. Esta dolorosa occorencia, que fomos os primeiros a lamentar, foi então explorada pela **imprensa oposicionista** que, numa serie de artigos, procurou crear uma situação de ameaças e desasocego á **ordem publica**, constringendo a policia a prohibir temporariamente a realização de meetings. Cessados, porém, os motivos que determinavam aquella medida, ante as providencias tomadas pelo Governo, o direito de reunião continuou a ser amplamente exercido.<sup>51</sup>

Essa parte do discurso do presidente do estado descortina a ordem institucional que imperava no Paraná antes do movimento armado de 1930. A manutenção desta ordem pública era a grande responsável por garantir a execução das atividades de toda a sociedade, regulando as suas práticas cotidianas. “O Paraná, mercê da índole pacífica de seus habitantes e do consagrado respeito que lhes merecem a justiça e a lei, atravessou o período do anno findo, em permanente tranqüilidade e constantes labores [...]”. Com isso, o grupo dirigente designava sua identidade, cuja

<sup>51</sup> Ibidem, p. 5-6.

representatividade estava na rede de significações de poder entre políticos estaduais e locais (coronéis) e militares, materializada nos discursos oficiais, dentro e fora do próprio grupo.

O discurso também é emblemático por apresentar um militar do Exército Brasileiro (5ª Região Militar) aliancista e que foi morto por verbalizar seu apoio ao candidato Getúlio Vargas. “Em consequência desses excessos, às vezes subversivos, se registrou a lamentável ocorrência [...], em que perdeu a vida, um dos [...] Officiaes desta Região Militar, accidentalmente envolvido nas arruaças [...] nesta Capital”. Este acontecimento reforça a importância da cidade de Curitiba como centro irradiador do movimento aliancista na Paraná, bem como a vital participação dos militares do exército nacional para promover a ruptura política no estado alinhado com os interesses do governo federal.

Outra perspectiva emblemática ressaltada pelo discurso oficial do presidente do Paraná foi sua preocupação a verbalização imposta por periódicos oposicionistas, principalmente a Gazeta do Povo, caminhos informais amplamente utilizados pelos atores da Aliança Liberal. A ocorrência com o militar do exército nacional “[...] foi então explorada pela imprensa oposicionista que, numa serie de artigos, procurou crear uma situação de ameaças e desasocego á ordem publica, [...]”. Esta referência aos discursos informais de jornais curitibanos não alinhados com o pensamento do grupo dirigente vai ao encontro da lenta, mas progressiva metamorfose da lógica política no território paranaense. A simbiose da presença de um militar do Exército Brasileiro em comícios da Aliança Liberal com o surgimento de discursos aliancistas de políticos contrários ao governo estadual nos periódicos, demonstra que, apesar da estrutura imposta pela República do *café-com-leite*, as representações da realidade das ações de militares e políticos dissidentes foram portadoras de conhecimento pertinente à cultura bélica local. Assim, o grupo oposicionista formulou diferentes discursos e representações da legalidade institucional, materializadas pelos textos produzidos por militares e políticos nos periódicos locais, evidenciando que a performance das representações estava indissociável a atuação desses atores sociais.

A tentativa de Affonso de Camargo em conduzir a opinião dos deputados para o caminho da caracterização de que os jornais dissidentes fomentavam a desordem pública e, por isso, as forças de coerção federal e estadual deveriam agir para garantir a manutenção da lei e da ordem, tem coerência com o sucesso do discurso da legitimidade bélica como panacéia da sociedade paranaense. Com isso, compreende-se o processo de generalização no Paraná das manifestações oficiais de apoio à ordem e ao progresso, particularmente no dizer dos atores militares e políticos. Contudo, estas formações discursivas acabaram sendo apropriadas pelo grupo dissidente, como pedra de toque de valorização do sentido bélico na comunidade de imaginação paranaense.

Apesar da vitória no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, conforme ilustrou a figura 4, não foi possível para a Aliança Liberal derrotar o candidato do governo federal: dos quase

1.900.000 votos apurados, 1.091.700 foram para Júlio Prestes, enquanto pouco menos de 800.000 foram conquistados por Getúlio Vargas (GERALDO, 2004, p. 106).<sup>52</sup> Para Lima Sobrinho (1983, p. 98) foi uma “vitória nítida, consequente e insofismável”. Muitos correligionários da Aliança Liberal, mesmo antes do pleito, já previam a derrota: “ninguém supunha que o resultado das eleições favorecesse o candidato oposicionista” (BARROS, 1997, p. 177).

Mantendo a tradição legalista, o líder do Partido Republicano gaúcho tratou de emitir um pronunciamento em defesa do resultado final do pleito eleitoral. Para Borges de Medeiros o melhor caminho seria o reconhecimento da vitória do adversário político, acatando assim o resultado das urnas.

De conformidade com os últimos dados temos o dr. Júlio Prestes com mais de um milhão de votos e o dr. Getúlio Vargas com pouco menos de setecentos mil. Devemos pois, reconhecer com franqueza a lealdade, que o dr. Júlio Prestes está eleito. Pode haver, e há muitos votos a subtrair desses totais, provenientes de fraudes que a Junta vai apurar. Serão reduções proporcionais, porque fraudes houve de norte a sul, inclusive aqui mesmo **(no Rio Grande do Sul)** (MEDEIROS, 1930). **(grifo nosso)**

A declaração do velho caudilho estava em consonância com a tradição de conciliação inter-oligárquica. Nesta vertente, Getúlio Vargas também se mostrou indeciso quanto a seguir o caminho fora das normas constitucionais. Contudo, os atores mais jovens das oligarquias dissidentes não aceitaram a manutenção do anacrônico jogo político republicano. Os integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense, João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha, estavam dispostos a romper o pacto entre as oligarquias. Para tanto procuram sedimentar a aliança com os líderes das facções centristas do tenentismo, com destaque para João Alberto e Siqueira Campos. Esta atitude do grupo dissidente gaúcho foi construída por meio das experiências vividas por esses atores sociais, ao longo dos combates ocorridos durante os movimentos rebeldes, mas também pelas expectativas desses políticos e militares tenentistas de alcançar o poder através das armas

A divergência política gaúcha colocou em perigo a tênue unificação do grupo dirigente do Rio Grande do Sul. Os jovens políticos gaúchos não aceitaram como fato consumado a derrota de seu candidato nas urnas. Falavam abertamente na conquista do poder central por intermédio do prélio das armas. Por sua vez, os políticos conservadores mostravam-se indecisos, como Borges de Medeiros e o próprio Getúlio Vargas, quanto a fugir da tradição republicana, militarista e legalista de defesa da ordem. Com a cisão ideológica dos líderes gaúchos, a ala mais radical do Partido Republicano buscou nos integrantes do tenentismo a liderança militar para o levante armado. O convite aos militares rebeldes estava amparado na efetiva falta de apoio da alta cúpula do Exército

<sup>52</sup> Outros dados indicam o seguinte: 1.091.709 votos para Júlio Prestes e 700.000 para Vargas (FROTA, 1983, p. 502); 1.097.000 votos para o candidato do governo federal e 744.000 votos para Getúlio Vargas (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1985, p. 235). Lima Sobrinho (1983, p. 98) afirmou que os dados oficiais davam mais de 1.100.000 votos para Prestes, enquanto Vargas obtivera pouco menos de 700.000 votos.

Brasileiro à causa defendida pelas jovens lideranças da Aliança Liberal. Mesmo após a eleição de março de 1930, a Força Terrestre, como poder institucional, manteve-se fiel à defesa da lei e da ordem pública.

Na realidade, não era uma atitude recente, mas uma consequência da própria formação profissional da elite militar “respaldada no espírito de legalidade que predominava em todos os escalões hierárquicos – decidida a não tolerar surtos de rebeliões armadas, que já combatia desde o início da década de vinte com indiscutível êxito” (FREIXINHO, 1997, p. 205). Com isso, o Exército Brasileiro manteve seu perfil de organização de coerção federal: uma instituição desvinculada dos interesses locais e regionais, que lutava pela ordem pública, preservando a perspectiva de poder nacional sobre as perspectivas municipais caudilhistas e coronelistas. A ausência dessa unidade institucional acabou por fragmentar a própria Força Terrestre, deixando-a ao sabor de interesses variados de ordem particular e pessoal.

É importante ainda lembrar que a união de militares do exército nacional com políticos oligárquicos nunca foi uma tarefa fácil, haja vista as peculiaridades das estruturas organizacionais dos principais atores sociais. Os partidos políticos na República Velha eram regionalistas e/ou personalistas, ao passo que o Exército Brasileiro era nacionalista por definição. Por isso, a defesa da unidade nacional, invariavelmente, caiu sobre os ombros dos militares da Força Terrestre.

A própria cautela de Getúlio Vargas em aceitar, de imediato, o levante armado, estava mais ligada à falta de apoio do Exército Brasileiro, como instituição, do que aos problemas políticos inerentes do prélio das urnas. Sem a participação de membros da elite militar, Vargas tinha pouca segurança do sucesso de um levante civil armado contra o governo federal (FREIXINHO, 1997, p. 207-208). O pronunciamento do general Cândido Mariano da Silva Rondon, militar incontestável defensor da legalidade, demonstra com clareza o sentimento positivista-legalista que habitava o imaginário coletivo da elite militar: “como positivista não poderia concordar em que se recorresse à revolução, como processo de resolver problemas políticos” (RONDON Apud VIVEIROS, 1969, p. 556).

#### **4.2 Atores entre heróis e mitos**

Durante a Primeira República, os grupos dirigentes sulinos reagiram com violência às reivindicações de mudança promovidas por políticos dissidentes e militares rebeldes. Esta reação violenta do estado republicano contra as manifestações contrárias ao *status quo* vigente pode ser analisada pelo viés conceitual de políticas baseadas na ruptura e na permanência da identidade bélica. A política de ruptura visa à busca de uma nova identidade política, agrupando atores sociais dissidentes que procuram uma nova cultura militar para atender suas necessidades. Esta política rompe com a lógica identitária vigente, transferindo a cultura do mundo bélico para atender seus

interesses específicos. Já na política da permanência, os atores sociais visam a tomar o poder político sem alterar a cultura militar para nela exercer sua influência. Assim, deseja-se alterar a fachada política sem destruir a estrutura bélica que a sustenta.

Com isso, os tenentes dos anos 20, que ambicionavam reestruturar a política nacional, apresentavam características da política de ruptura, pois apregoavam uma nova identidade política para o Brasil, colocando o Exército Brasileiro como pedra de toque da nova cultura militar. Contudo, os objetivos do tenentismo e da Aliança Liberal de 1930 estavam atrelados ao efetivo controle do poder político vigente, mantendo inalterada a cultura militar, adequando-se à política da permanência. No caso do movimento armado de 1930, encontram-se grupos de interesses que conjugaram uma simbiose das duas políticas supracitadas, num misto de ruptura e permanência. Traço cultural que balizou a performance dos atores sociais elencados neste capítulo.

Para dar conta dessa busca identitária, os líderes da comunidade de imaginação bélica procuraram valer-se dos discursos como forma de convencimento da sociedade sulina, antes de partir para o impacto da força das armas. Por isso, a necessidade de um herói era tão vital naquele momento de derrota nas urnas federais.

Na tentativa de solucionar o problema da falta de liderança militar, João Alberto e Siqueira Campos partiram para Buenos Aires, em maio de 1930, com o objetivo de realizar a última tentativa para convencer Luiz Carlos Prestes a assumir o comando militar da insurreição civil. A missão foi inglória, pois o líder tenentista, além de recusar mais uma vez o comando militar do movimento, declarou-se comunista. Na presença de João Alberto, Prestes afirmou que “queria declarar-se contra o movimento que organizávamos e dizer-nos que se convertera ao credo comunista” (BARROS, 1997, p. 179). No mesmo mês, a nova ideologia de Prestes tornou-se pública, por intermédio de seu manifesto comunista editado num periódico paulistano, caminho informal de atuação dos atores situacionistas de São Paulo. Apesar dos devaneios comunistas, Prestes apontou problemas sérios no programa da Aliança Liberal, principalmente no que se refere à falta da efetiva participação popular.

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da **Aliança Liberal**. Uma simples mudança de homens, o voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição, de moeda estável e outras panacéias nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples **luta entre oligarquias dominantes**.<sup>53</sup> (grifo nosso)

Mesmo mantendo alguns pensamentos coerentes com o ideário tenentista, a adesão de Prestes ao comunismo foi um duro golpe nos militares que participaram dos movimentos rebeldes do início

---

<sup>53</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto Comunista. In: **Diário Nacional**. São Paulo, 30 de maio de 1930. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. (Apud. CARONE, 1975, p. 346).

da década de 1920. Cordeiro de Farias achava que “na Argentina Prestes se juntou a revolucionários de todo mundo que lá se encontravam, e talvez essa gente haja exercido influência sobre ele. E então Prestes [...] tornou-se comunista, com aqueles chavões todos [...]” (CAMARGO e GÓES, 1981, p. 127-128). Cerca de 40 militares tenentistas realizaram um manifesto em repúdio ao programa comunista de Prestes: “nós, abaixo-assinados, que tivemos nossos nomes envolvidos nos acontecimentos revolucionários de 1922 e 1924, declaramos que divergimos de modo radical e absoluto do programa constante do manifesto de Luiz Carlos Prestes” (DENYS, 1993, p. 16).

Dentro de uma abordagem simbólica, a negativa de Prestes ao ideário da Aliança Liberal foi um banho de água fria nos interesses dos militares tenentistas. A construção imagética do líder da Coluna Prestes era um referencial importante no *schemata* discursivo da comunidade bélica sulina. Contudo, esse simbolismo não refletia a realidade do poderio militar dos tenentes. De 1922 a 1930, a presença tenentista no Exército Brasileiro era diminuta, particularmente no corpo de oficiais. MacCann (2007, p. 290) afirma que “eram cerca de 325 dos 2500 homens que haviam cursado a Escola Militar do Realengo entre 1913 e 1927”. Já na alvorada do movimento armado de 1930, os tenentistas não passavam de 600 dos 5275 membros do oficialato, ou seja, “compunham 11% dos oficiais da ativa”.

Sem a imagem simbólica de um líder militar para a condução da campanha bélica, a insurreição civil quase terminou na sua fase conspiratória. Diante dessa problemática, a solução surgiu da presença do Exército Brasileiro na região missioneira gaúcha, na figura do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Mais uma vez a participação de militares com os movimentos revoltosos da década de 1920 marcou a estruturação da insurreição armada de 1930. Contudo, o militar em questão foi um dos implacáveis perseguidores da coluna tenentista. A aparente ambiguidade de ideologias sempre pairou sobre os integrantes da Aliança Liberal e, posteriormente, do levante militar. Todavia, a maioria dos elementos, militares e civis, que integraram a frente oposicionista contra o governo federal, buscava uma nova perspectiva de poder, em todos os níveis e escalões. Os civis estavam alijados do jogo político nacional e os militares sentiam-se à margem do jogo institucional das promoções dentro do Exército Brasileiro. As palavras de Góes Monteiro expressam bem esse sentimento dúbio:

até [...] metade do ano de 1929, eu era apontado como o “**Herói da Legalidade**”, sobretudo nos **círculos militares**. Mas, por um desses contrastes da vida, ou caprichos [...] a **quase totalidade dos oficiais rebeldes** que eu havia combatido e outros que foram meus prisioneiros, dentro de pouco mais de um ano, juntamente com a **outra parte da oficialidade**, a mais jovem do Exército, iria marchar vitoriosamente, **sob meu comando**, para derrubar um governo que eu havia defendido com o máximo de energia e convicção [...] (COUTINHO, 1955, p. 48). (**grifo nosso**)

Essa mudança de perfil ocorrida com Góes Monteiro foi corroborada quando este militar

caiu em desgraça junto ao **governo federal** por ter sido fotografado, quando de um encontro casual com a **bancada gaúcha** no Congresso, ao lado destes seus conterrâneos, então reunidos (era o mês de **julho de 1929**) para declarar o rompimento dos **políticos do Rio Grande do Sul** com o **presidente Washington Luís** (MORAES, 1991, p. 69). (**grifo nosso**)

A possível escolha do tenente-coronel Góes Monteiro para a chefia do Estado-Maior rebelde foi consubstanciada quando o referido militar foi designado para comandar o 3º Regimento de Cavalaria Independente (3º RCI), localizado no município missioneiro de São Luis. Góes Monteiro acreditava que sua transferência para o Rio Grande do Sul era uma intenção premeditada do governo federal de aferir sua lealdade ao poder institucional. Outra hipótese bastante trabalhada pela historiografia brasileira é o fato do governo federal, desde a candidatura de Vargas à presidência da República, ter desencadeado medidas militares preventivas nos pampas, aumentando os efetivos bélicos e modificando os comandos das unidades militares. A troca de comando, no caso de Góes Monteiro, foi um erro, pois o governo pedia notícias sobre a evolução do movimento rebelde civil a um dos seus futuros líderes (FROTA, 1983, p. 503).

O tenente-coronel Góes Monteiro recebeu o comando do 3º RCI em janeiro de 1930, inserido na perspectiva da elite militar de conter um possível avanço rebelde na região missioneira gaúcha. Essa posição das autoridades militares estava atrelada à inserção heroica de Góes Monteiro no imaginário da legalidade institucional. O modelo heroico do século XX estava atrelado fortemente às virtudes militares:

a **dureza** e o **espírito combativo** (nas negociações com os parceiros ou nos conflitos com os adversários), a **habilidade tática e estratégica** (dissimulação dos objetivos, mudança de alianças, capacidade de prever os movimentos dos outros), a **eficácia** (rapidez de decisão, escolha apropriada dos meios) (TODOROV, 1995, p. 61). (**grifo nosso**)

Góes Monteiro realmente se enquadrava ao modelo de herói militar estruturado naquele período. A dureza e o espírito combativo foram marcas indeléveis de seu perfil militar demonstrados no ano de 1925, quando chefiou o Estado-Maior do Destacamento do coronel Álvaro Guilherme Mariante, no combate às forças rebeldes no Paraná. Sob o comando do general Cândido Mariano da Silva Rondon, Góes Monteiro participou das manobras bélicas que empurraram a coluna tenentista para a fronteira paraguaia.

O perfil habilidoso tanto na tática como na estratégia também caracterizaram Góes Monteiro. Às vésperas do movimento de 1930, o referido militar conseguiu dissimular até o último momento seu verdadeiro objetivo de promover a ação armada contra o governo federal. Da mesma forma, deixou de ser legalista para apoiar a aventura rebelde, no instante que percebeu uma maior adesão da sociedade sulina. Contudo, a sua maior qualidade era a eficácia das suas decisões, principalmente sob pressão. Segundo o próprio Góes (apud McCann, 2007, p. 359), os “exércitos modernos não podiam ficar à espera de que surgisse o perigo para só então improvisar uma reação,

especialmente em um país subdesenvolvido”. Nesta vertente, acreditava que “o povo brasileiro precisava ver o Exército como parte de um todo, em vez de algo à parte”. O “herói da legalidade” simbolizava a identidade da elite militar com a manutenção da lei e da ordem pública. Contudo, a transmutação da realidade, embutida no processo de heroificação (GIRARDET, 1987, p. 71), pode não refletir o imaginário desejado pelo grupo social dominante.

As declarações de Góes Monteiro após a campanha bélica contra a coluna rebelde reforçavam a incerteza da comunidade de imaginação sobre o seu papel de herói militar. Ao constatar que as deficiências de equipamentos e armamentos era uma realidade nociva para o Exército Brasileiro, principalmente no interior paranaense, Góes Monteiro apontava a extensão do território nacional, em consonância com a organização política da República Velha, como causa principal do fracasso do material bélico. Neste aspecto, era severo crítico do regionalismo e do excesso de poder nas mãos das oligarquias estaduais, pois era “preciso atender simultaneamente os interesses nacionais, estaduais, regionais, municipais e até os interesses individuais”.<sup>54</sup> Esta crítica estava alinhada com a visão dos militares legalistas e dos tenentes rebeldes: a busca de um regime político centralizado no Brasil República.

A instabilidade dos conceitos de Góes Monteiro com o mundo bélico sulino foi exemplificado quando da sua transferência para o Rio Grande do Sul. Com suas convicções legalistas bastante abaladas pelas injustiças e ingratidões que considerava ter sido alvo, Góes Monteiro caracterizou o município missioneiro de São Luis como a “pior guarnição do Rio Grande do Sul”. Ressalta-se também o fato de Góes Monteiro ter desentendimentos particulares com o general Gil de Almeida – comandante da 3ª Região Militar, cuja sede era Porto Alegre. Em carta a um amigo, Góes Monteiro fez dura crítica à situação do seu quartelamento.

Tenho cerca de 600 homens. Destes, 450 recrutas, quase todos **analfabetos**, distribuídos por dois esquadrões. Estão **mal fardados, mal arrumados** (não tenho munições, nem armas suficientes), **mal alojados**. Para instruí-los, apenas quatro oficiais, uns 15 sargentos e uns 20 cabos – atrasados, ineptos ou inexperientes. Cavalhada em condições precárias e apenas uns 150 animais em condições de serem montados. É um problema quase insolúvel.<sup>55</sup> (**grifo nosso**)

Sentindo-se vilipendiado pela nomeação indesejada, declarou que a elite militar pagaria caro por aquele ato administrativo. A ruptura do imaginário de “herói da legalidade” foi sendo construída ao longo de vários encontros com os líderes rebeldes gaúchos. Góes Monteiro conversou com Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, João Alberto Lins de Barros, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura e o professor Saint Pastous (GERALDO, 2004, p. 228). Após o afastamento definitivo

<sup>54</sup> Carta confidencial manuscrita enviado por Góes Monteiro ao presidente da República – Artur da Silva Bernardes, por ocasião do combate à Coluna Miguel-Prestes, 1926, microfilme 045-97, série correspondência, Acervo Góes Monteiro, Arquivo Nacional.

<sup>55</sup> Carta manuscrita do comandante do 3º Regimento de Cavalaria Independente (3º RCI) – Góes Monteiro – para Aguiinaldo Caiado de Castro – oficial da Diretoria de Aviação – comentando sobre as condições do 3º RCI, localizado em São Luis das Missões, 1930, microfilme 045-97, série correspondência, Acervo Góes Monteiro, Arquivo Nacional.

de Luiz Carlos Prestes, Góes Monteiro começou a admitir a possibilidade de seu ingresso no movimento bélico. Já na sua chegada a Porto Alegre, no início de 1930, Oswaldo Aranha o procurou para saber das suas intenções sobre a situação político-militar brasileira. “Tu debes saber que as eleições vão ser fraudadas e nós vamos fazer o movimento revolucionário para acabar com esse sistema oligárquico que domina e oprime o Brasil”. Diante desta assertiva e do convite para integrar o referido movimento, Góes Monteiro afirmou que era “um oficial legalista” e que sua missão no Rio Grande do Sul era comandar uma unidade gaúcha (COUTINHO, 1955, p. 57). Com isso, percebe-se que, no interior do processo de generalização bélica, ambos os discursos desses atores sociais encontravam ressonância com a estrutura político-militar vigente no período. Porém, a conjuntura de 1930 no sul do Brasil e as metamorfoses identitárias externadas por Góes Monteiro demonstraram que não havia intenção de “acabar com esse sistema oligárquico”, nem muito menos de não aceitar integrar e até liderar o movimento belicoso.

Apesar das manifestações dos jovens políticos gaúchos em prol do levante armado, a falta de apoio dos líderes estaduais que formavam a Aliança Liberal para a execução da luta bélica contra o governo federal diminuiu o fogo da revolta. A morosidade dos velhos oligarcas fez o jovem Oswaldo Aranha, em julho de 1930, pedir demissão do cargo de secretário do interior do governo gaúcho. Segundo Lima Sobrinho (1983, p. 113), o movimento armado estava morto. Na realidade, permaneceu “a conspiração, mas sem o mesmo vulto, sem a mesma solidariedade oficial dos estados aliancistas, desalentada por uma série tão grande de contratemplos, asfixiada pela desconfiança que havia medrado em todos os espíritos”.

No Paraná, observa-se que o jornal curitibano situacionista “Diário da Tarde” refletia nos seus editoriais a atmosfera política de 1930, verbalizando as repercussões dos contatos reais e simbólicos da conformação do jogo político-militar vigente, materializadas por caminhos informais. Estes contágios sociais são caracterizados pela efemeridade que tem a força de desencadear processos de associação e dissociação de grupos sociais. Por isso, prende-se ao fato deste periódico refletir o contexto político-social e econômico brasileiro, daquele momento, colocando em evidência a questão política regional, buscando a mobilizar a sociedade paranaense.

O objeto de análise deste periódico deu-se em razão do mesmo refletir crença, opinião, interesse, estratégia, clivagem e alinhamento que conformou uma relação de forças entre militares e políticos em um dado campo de poder bélico, sendo importante considerar suas condições de produção discursivas. O contexto que motivou um determinado discurso, assim como suas condições extra-discursivas (aquelas que dizem respeito ao espaço de sua enunciação). As condições de produção do discurso “mostram a conjuntura em que um discurso é produzido, bem como suas contradições” (INDURSKY, 1997, p. 28). Neste aspecto, o editorial do “Diário da

Tarde” de três de julho de 1930, já comemorava o afastamento de Oswaldo Aranha da cena política gaúcha e nacional, dentro da conjuntura de retorno à ordem constitucional da República Velha.

**Agora voltamos a normalidade** – a brusca exoneração do Sr. **Oswaldo Aranha**, do cargo de Secretario do Interior do Rio Grande, continua a provocar commentarios em todas as rodas e por todos os jornaes brasileiros. [...] O próprio Sr. **Oswaldo Aranha** desmentiu que houvesse qualquer divergência entre elle e o Sr. **Getulio Vargas** e entoou aos méritos e virtudes do presidente gaúcho os louvores mais entusiasticos em entrevista concedida ao “**Diario de Noticias**” de **Porto Alegre**. [...] Diz o exaltado **extremista riograndense**: “agora que voltamos a normalidade política, mas quando por isso mesmo a acção administrativa tem de intensificar-se mais ainda [...]”. Este “voltamos a normalidade política” é infinitamente expressivo. Expressivo e tranquilizador, pronunciado pelo Sr. **Oswaldo Aranha**. S. Exa. affirma com elle e por elle, que também considera **encerrado o período de agitações perturbadoras**. Isso apesar de estar aberto o caso da Parahyba, que passa assim mesmo para o mais apaixonado dos leaders alliancistas à cathegoria de um episodio secundário, de significação meramente local. Não há duvida: o alliancismo pretende fazer as pazes com o bom senso de que andava, há tanto tempo, divorciado.<sup>56</sup> **(grifo nosso)**

O título do editorial foi emblemático, pois caracteriza o efeito de sentido que o autor pretendia agregar ao texto, qual seja, com a demissão do político dissidente Oswaldo Aranha do governo estadual rio-grandense, o sul brasileiro retornava à situação de “normalidade”, de ordem política. Por meio desse discurso informal, o grupo dirigente paranaense reforçava o imaginário coletivo de amor à ordem e ao progresso da Paraná, criando um sistema cultural que amalgamasse uma espécie de escudo contra todos aqueles que questionassem o seu poder. Outra questão relevante desse discurso foi a intenção do editor de acabar com qualquer indício de ações contra a ordem pública, encerrando “definitivamente” “o período de agitações perturbadoras”.

Em outro editorial, no dia cinco de julho de 1930, o “Diário da Tarde” evidenciou a intrínseca ligação do Paraná com o Rio Grande do Sul, revelando seu alinhamento com a legalidade institucional da Primeira República.

**Regresso ao bom senso** – [...] Sabe-se com segurança que no discurso que o Sr. **Borges de Medeiros** pronunciará por ocasião de sua chegada a **Porto Alegre**, traçará definitivamente a directriz do partido de que é chefe, manifestando-se de pleno accordo com a **tradicional orientação dos republicanos** e concitando-os, do mesmo tempo, a **collaborarem lealmente com o governo da União**, em prol das medidas que este entender necessárias para os negócios públicos.<sup>57</sup> **(grifo nosso)**

A simbologia da paz foi outra formação discursiva bastante utilizada pela corrente situacionista paranaense para materializar a construção de um ideário de ordem política para alcançar o progresso econômico regional. Neste aspecto, o editorial de nove de julho de 1930 resumiu esse discurso da elite política do Paraná, principalmente em relação ao agitado território gaúcho.

<sup>56</sup> EDITORIAL. **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 03/07/1930, p. 1.

<sup>57</sup> EDITORIAL. **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 05/07/1930, p. 1.

**A espera da palavra de paz** – A demissão do Sr. **Oswaldo Aranha** e as indiscrições políticas que o acompanharam tiveram o mérito de trazer uma **calma á política nacional**, tão agitada em sucessos nestes últimos tempos. [...] Não há duvida que mais uma vez e, ao que parece, definida e definitivamente, o **Rio Grande** se orienta no **bom sentido conservador** e volta a ser no Paiz a grande força equilibradora e equilibrada que tanto bem tem feito na nossa historia. Ao entusiasmo brilhante, mas irreflectido, da **mocidade extremista**, vae succeder o predomínio absoluto do bom senso. Os homens responsáveis pelo commando da **política riograndense** apprehenderam a gravidade do momento e reflectiram sobre a inoportunidade da permanência de um regimem dispersivo que, sem tornar possível a realização das suas chimeras políticas, tornava muito difficil a **solução de problema econômico**. [...] É tempo que elles próprios resgatem as suas culpas, consagrando ao Paiz, para lhe resolver os graves problemas, a mesma energia que tão mal despenderam, para o **perturbar e desorganisar**.<sup>58</sup> (**grifo nosso**)

Ao analisar o texto, percebe-se que o discurso do periódico situacionista do Paraná buscava sedimentar sentidos no seu leitor afetos ao retorno do *status quo* vigente (calmaria da política sulina), bem como do fim definitivo das manifestações que agrediram a ordem pública. Com o espaço da experiência que a materialidade textual é uma construção discursiva, pode-se verificar que o destacado discurso encapsulou uma contingência de sentidos, reconhecíveis pelo leitor curitibano naquele momento histórico. As constantes referências ao “bom sentido conservador” da oligarquia gaúcha, ao “predomínio absoluto do bom senso” por partes dos políticos “extremistas” do Rio Grande do Sul, e aos “homens responsáveis pelo comando da política rio-grandense”, tornavam o discurso uma ferramenta informal para fixar sentidos, pois a realidade só pode ser apreendida por meio de práticas discursivas, não existindo conhecimento antes do discurso.

No dia 15 de julho, o extenso editorial do “Diário da Tarde” fez um resumo parcial das manifestações oposicionistas dos simpatizantes da Aliança Liberal no Paraná. Mesmo sabendo que esse grupo dissidente ainda não havia cooptado a grande massa da sociedade paranaense, o temor de que os discursos inflamados, principalmente na capital Curitiba, fossem propagados pelo interior conservador, levaram a elite dominante a buscar a valorização bélica da ordem e do progresso econômico como símbolos de repúdio a qualquer alteração da normalidade constitucional.

**O Brasil pode julgar, e julgará** – Á medida que correm os dias, e se vae fazendo luz sobre os factos passados nos **bastidores políticos, nestes longos mezes de luctas e perturbações**, vão sendo trazidos a publico, elementos que permittem fazer um juízo seguro sobre os moveis objectivados e sobre os **meios empregados pelos factores do desastrado dissídio** que tanto mal fez ao Brasil. Um a um, vêm a luz da publicidade factos **dolorosamente indicadores** de um tal desamor ao Brasil que só se os pode explicar pela **insânia das mentes** que conceberam taes idéas e engendraram taes planos. Está hoje demonstrado, á ultima saciedade, que não se detiveram na escolha dos meios **os ambiciosos que pretendiam escalar o poder publico**, mesmo fazendo **degraus macabros de cadáveres irmãos, de brasileiros mortos na mais inglória de todas as campanhas**. A **subversão da ordem publica** passara das **figuras rethoricas para o terreno das machinações**. Si não chegou a se concretisar em factos, foi porque as circunstâncias foram mais poderosas que a vontade dos **exaltados maioraes do alliancismo**. Aliás, teríamos a lamentar o **naufrágio completo da nossa vida econômica**, num **movimento rebelde que teria as mais incalculáveis conseqüências**. Seria a derrocada de longos séculos de trabalho dos nossos maiores, para construir uma pátria grande e forte, destruídos num vórtice de ambições desencadeadas na mais triste e na mais improduttiva das **aventuras da politiquice malfazeja**. Tudo isso planejado, idealizado, quase transformado em **realidade ensanguentada**, única e exclusivamente para que

<sup>58</sup> EDITORIAL. **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 09/07/1930, p. 1.

certos e determinados cavalheiros conseguissem um **predomínio político que o Brasil lhes negava**. [...] Não foram as circunstâncias que realizaram o milagre salvador, e neste instante talvez a musica serena do trabalho brasileiro, empenhado em dominar e vencer os **óbices que lhe opõe a grave crise mundial**, seria substituída pelo **estalar secco da metralha e pelo ruído desharmonioso dos combates entre irmãos**. Estão hoje quase completos os elementos para que o Brasil julgue consciente e serenamente os pró homens desta **agitada campanha**. Pode saber desde já quem lhe queria a grandeza e a gloria e quem o queria ver dividido a sangrar pela feridas feitas pelos seus próprios filhos transviados. Tem já prova, mais uma vez feita na mais arriscada das experiências, de que, infelizmente, em nossa terra a **oposição aos governos** não é feita em nome de ideaes elevados de civismo, mas em torno do personalismo de despeitos maguados. É a generalização pelo paiz todo do **mesmo fenomeno que observamos no Paraná**, onde o derrotismo e a falta de amor a terra natal se transvestem com a phraseologia barulhenta dos demagogos para apparentar um ideal inexistente. **O mal não é unicamente nosso**, é mal brasileiro.<sup>59</sup> **(grifo nosso)**

Para reforçar o efeito de sentido, o diretor e editor-chefe do “Diário da Tarde” – Samuel Cesar – utilizou uma linguagem intrinsecamente ligada à sua formação ideológica alinhada aos interesses dos governos estadual e federal vigentes. Para tanto, construiu um editorial com signos que desvalorizavam seus opositores e vangloriavam seus aliados. À guisa de exemplificação, destacaram-se os termos “fatores do desastroso dissídio”, “insânia das mentes que conceberam tais idéias e engendraram tais planos”, “ambiciosos que pretendiam escalar o pode público”, “oposição aos governos é feita em torno dos personalismos”, com significados depreciativos dos simpatizantes da Aliança Liberal, denegrindo a imagem dos manifestantes oposicionistas. Ao mesmo tempo, expressões como “o Brasil julgará”, “quem queria a grandeza e a glória do Brasil”, com significantes adjetivos de valorização dos membros da elite paranaense, reforçavam o imaginário de cooptação da sociedade no Paraná.

O jornal “Diário da Tarde”, por intermédio dos seus editoriais, trilhou os caminhos informais do grupo dirigente do Paraná em torno de uma perspectiva cultural de permanência do *status quo* vigente, alicerçada pelo viés bélico. A construção discursiva da capa do “Diário da Tarde” de 22 de julho de 1930 evidenciou a atmosfera militar presente também nas paragens paranaenses, conformando um imaginário coletivo de repulsa às mazelas dos conflitos armados.

[...] Seria no **grande Estado sulino**, que ainda **sangra pelas feridas** que lhe fez o ultimo **movimento subversivo**, que se iria desenrolar a **tragédia sanguinolenta**. Seriam os campos riograndenses os **talhados pela metralha revolucionaria**; seriam as estâncias riograndenses a **presa das chammass do incêndio** imprudentemente ateadado pelos riograndenses; seriam as famílias gauchas as primeiras a **vestir o crepe do lucto**; seria o Rio Grande o sacrificado na porfia por uma victoria, que encheria de pesar aos próprios vencedores.<sup>60</sup>

Nesse contexto histórico, buscou-se, a partir da constatação do esfacelamento do movimento revoltoso, verificar, no campo do imaginário social, como se desenvolveu a retomada dos preparativos para o levante armado de 1930, impulsionado pelo assassinato do presidente da

<sup>59</sup> EDITORIAL. **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 15/07/1930, p. 1.

<sup>60</sup> EDITORIAL. **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 22/07/1930, p. 1.

Paraíba. O candidato derrotado à vice-presidência da República na chapa da Aliança Liberal e presidente da Paraíba, João Pessoa, foi assassinado na Confeitaria Glória localizada na cidade do Recife-PE no dia 26 de julho de 1930, com três tiros disparados por João Dantas, partidário da Concentração Conservadora e ligado a José Pereira Lima, chefe do levante separatista de Princesa no estado da Paraíba.

Parafraseando Mann e mantendo a coerência historiográfica desta pesquisa, tentou-se realizar duas coisas simultaneamente: “nadar com a corrente dos acontecimentos” e “analisar esses acontecimentos da posição de um observador posterior, mais bem informado”. A combinação desses dois métodos alicerçou a produção de uma aparente homogeneidade à luz da narrativa dos fatos (MANN Apud BURKER, 1992, p. 337). Assim, percorrendo os caminhos formais e informais da crise provocada pela morte de João Pessoa, observou-se um rápido e eficaz processo de heroificação do presidente paraibano, através da oportuna construção, pelos “radicais” do grupo dirigente gaúcho e oposicionista paranaense, de um novo imaginário político em torno do “herói morto”.<sup>61</sup>

A formação desse imaginário acabou reacendendo a chama revoltosa e colocou os “radicais” gaúchos em uma situação privilegiada no contexto do grupo dirigente rio-grandense, bem como os oposicionistas do Paraná ganharam novo ânimo para desenvolver a cooptação no interior daquele estado. Para Girardet (1987, p. 180), a formação desses imaginários está associada não só a momentos de crise, mas também à emergência de grupos minoritários. Neste sentido, as palavras de Góes Monteiro são categóricas:

[...] **natimorta**, pois a Revolução não teria passado do **embrião** se não fora um **acontecimento** imprevisível [...] isto é, o **assassínio de João Pessoa** [...]. Este foi o **rastilho do incêndio**, foi a **voltagem que regalvanizou** o estado de espírito revolucionário então em adinamia, e quanto ao ímpeto que, em poucos dias, o que parecia **inamovível** esbarrondava por terra como um castelo de cartas [...]. Não é exagero dizer-se, portanto, que a **morte de João Pessoa**, a **força de seu cadáver**, é que **derrubou o governo de Washington Luís** (COUTINHO, 1955, p. 75). (**grifo nosso**)

O maior mérito da construção heroica da morte de João Pessoa foi a transmutação da realidade, pois os articuladores desse processo de heroificação valeram-se de um fato gerado pelas lutas internas entre os grupos dominantes do estado da Paraíba para criar uma crise nacional, fornecendo o impulso definitivo ao levante armado de 1930. Lima Sobrinho (1983, p. 126) diagnosticou essa manobra política:

<sup>61</sup> O momento culminante do processo de heroificação é a morte. “Momento a partir do qual se cristalizam os relatos que, agora não mais restritos à sua conduta, tratam da definição de seu ciclo de vida como heróico” (SILVA JÚNIOR, 1998, p. 118).

todavia, se pelas origens, o crime se vinculava diretamente à exaltação e violência das **lutas partidárias na Paraíba**, a sua repercussão o transfiguraria de todo, apresentando-o como a queda do lutador, que defendera, até o último alento, a dignidade e a bravura do seu pequeno Estado, ante a opressão do poder público federal. [...] A **coragem** do presidente da Paraíba, a **tenacidade** de sua resistência, a intransigência com que procurava salvaguardar a autonomia do Estado compunham-lhe a coroa do **sacrifício**. (**grifo nosso**)

O texto acima fornece um exemplo bastante significativo da força do imaginário sobre a sociedade. Publicada em 1933 (1ª edição), a obra de Barbosa Lima Sobrinho, em determinados trechos, demonstrou com clareza como o simbolismo do “herói morto” estava introjetado eficazmente no imaginário do autor. Apesar de verificar a manipulação política do assassinato de João Pessoa pela Aliança Liberal, Lima Sobrinho não se apercebeu que reproduziu o discurso construído politicamente. Ao ressaltar valores como “coragem”, “tenacidade” e “sacrifício”, o autor reforçou as características que sustentavam o perfil do herói, pois a presentificação desse imaginário repousava sobre a memória coletiva da população, da qual, obviamente, Lima Sobrinho fazia parte.

Voltando à narrativa histórica, percebe-se que, mesmo sendo alvo de manipulações, o acontecimento (assassinato do presidente da Paraíba) e a conseqüente crise, que é um “paradoxismo” do acontecimento, foram irreversíveis, modificando irremediavelmente o curso da República brasileira (RÉMOND, 1996, p. 449). O imaginário social forjado com a morte de João Pessoa ressoou tanto no meio político quanto na população brasileira. “A morte do governador chocou o Estado. A população entrou em delírio” (RODRIGUES, 1981, p. 67). No escopo desta afirmativa, destaca-se o testemunho de Virgílio Alvim de Melo Franco (1980, p. 183): “o baque do corpo de João Pessoa sobre a terra sacudiu de uma forma traumática a nação inteira, ecoando dolorosamente em todas as consciências. Nenhum brasileiro compreendia o crime [...] sem ligar à figura dos assassinos e dos membros do governo desatinado [...]”.

Descortinando o pronunciamento de Virgílio Franco, pode-se observar a atuação da construção do imaginário social do “herói morto”. O discurso do revoltoso mineiro funcionou dentro de um regime de “verdade”, interligando as “consciências” dos brasileiros no sentido único de valorização do herói e repúdio ao sistema de poder vigente que promoveu a sua derrocada. Assim, o imaginário instaurou relações de sentido, paradigmas que se apresentaram como verdades (SWAIN, 1994, p. 51).

Sentindo o forte impacto político gerado pela construção do imaginário em torno do assassinato de João Pessoa, o governo federal decidiu terminar rapidamente com o conflito bélico de Princesa. “Com a morte de João Pessoa, o governo federal resolve pôr termo à revolta de Princesa. O General Lavanére Wanderley, comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife, recebe a incumbência de estabelecer a tranquilidade no território paraibano” (RODRIGUES, 1981, p. 72). Lima Sobrinho (1983, p. 131-133) também destacou a presença do Exército Brasileiro na Paraíba.

Além do trabalho eficaz dos políticos opositores do governo Washington Luís na construção do “herói morto”, a imprensa oposicionista usou intensamente os recursos do processo de heroificação do presidente da Paraíba, bem como o fato do herói está do lado dos revoltosos e em oposição aos conservadores (TODOROV, 1995, p. 14). Cabe destacar que esta construção ganha importância se for levado em conta o fato de João Pessoa ser um político conservador e legalista. “A morte de João Pessoa iria ensejar uma grande ironia histórica. Ele era um **legalista** intransigente, tendo demonstrado isso de forma incisiva. Rejeitava energicamente a idéia de um movimento para tomada do poder pela força, como viria a ocorrer em outubro de 1930, após a sua morte” (RODRIGUES, 1981, p. 68). **(grifo nosso)**

A importância da atuação da imprensa, como ator social, para a construção do imaginário social foi destacada por Freixinho (1997, p. 50): “[...] a tragédia da morte de João Pessoa, pelo incitamento que a imprensa promoveu na opinião pública, a despeito da censura imposta pelas autoridades, foi o estopim para a eclosão do movimento civil armado, em 1930 [...]”. À guisa de exemplificação, apresenta-se a manchete do jornal carioca “Diário da Noite”, editado no dia posterior à morte de João Pessoa. A acidez das palavras demonstra a força da imprensa na construção do imaginário social: “João Pessoa assassinado! O criminoso: João Duarte Dantas. O responsável: o governo federal”.<sup>62</sup>

A efetiva valorização do “herói morto” e a condenação dos culpados pela morte desempenharam a tarefa de unificar e reerguer o ânimo dos políticos da Aliança Liberal em prol do movimento armado. Os testemunhos a seguir demonstram com clareza como a construção do “herói morto” sensibilizou corações e mentes dos oposicionistas para a formação de uma unidade política e de uma identidade social legitimada pela proteção simbólica do “herói morto”.

Na verdade, o ânimo revolucionário fora diminuindo progressivamente quase desaparecendo. [...] A morte do governador da Paraíba viria reavivar de forma superlativa o antigo fervor. [...] Os adversários do governo federal usaram imediatamente o homicídio para fins políticos. Multiplicaram-se os inflamados discursos em que o cadáver de João Pessoa servia de **libelo** contra o governo central (RODRIGUES, 1981, p. 68, 70-71). **(grifo nosso)**

Desde esse dia a conspiração recrudescera com um ímpeto irrefreável. Até ali, a Revolução constituía um anseio da imensa maioria. Dali em diante, passou à categoria de **ponto de honra**. Os mais decididos a realizá-la cresceram de audácia e os conservadores viram esvaziar-se de conteúdo os derradeiros argumentos em favor da paz interna (FONTOURA, 1958, 1963, p. 259). **(grifo nosso)**

A morte de João Pessoa foi explorada sob todos os ângulos. Afinal, o movimento oposicionista tinha agora um **herói**. A despeito da certeza de que o crime fora passional, transformá-lo em crime político, não foi difícil (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 389). **(grifo nosso)**

[...] fora assassinado na Paraíba o Presidente João Pessoa, o mesmo que acabava de concorrer ao cargo de Vice-Presidente da República na chapa de Getúlio Vargas. Este **sacrifício** de um dos **heróis** da Aliança Liberal, abrindo perspectivas de fogo e sangue, alarmou os prudentes, mas

<sup>62</sup> EDITORIAL. In: **Diário da Noite**. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1930.

entusiasmou os exaltados. O partido ganhava um **mártir**, e abriram-se definitivamente as portas da Revolução (NABUCO, 1962, p. 15). (**grifo nosso**)

As passagens acima destacadas apresentam características importantes do processo de heroificação. Primeira, a imagem do “herói morto” foi construída como tal por deficiência de informação da população, pois a imprensa oposicionista trabalhou parcialmente o acontecimento regional, estruturando uma repercussão nacional: “a despeito da certeza de que o crime fora passional, transformá-lo em crime político, não foi difícil”. A segunda característica está relacionada com o fato do “herói morto” ser um meio, e não um fim, para o movimento revolucionário: “o cadáver de João Pessoa servia de libelo<sup>63</sup> contra o governo federal”. Assim, ele foi apropriado para demarcar uma diferença significativa entre os políticos da Aliança Liberal e o governo federal: “este sacrifício de um dos heróis da Aliança Liberal, [...] alarmou os prudentes, mas entusiasmou os exaltados”. Por fim, ressalta-se a característica de que o “herói morto” não reclama nem desautoriza a utilização de sua imagem para fins políticos. Apesar do perfil conservador e legalista de João Pessoa, sua morte foi o estopim da revolta armada de 1930: “o partido ganhava um mártir, e abriram-se definitivamente as portas da Revolução”.

Concluindo a análise do processo de heroificação de João Pessoa, apresenta-se a homenagem estampada nas páginas iniciais da “Revista do Globo”, cuja edição especial de 1931 comemorava os feitos do movimento armado de 1930.

Ele foi a **encarnação** mais perfeita dos ideais da Aliança Liberal. A esse **vulto invulgar** – que num momento difícil da nossa história simbolizou esplendidamente a energia e o valor dum povo – devemos grande parte do entusiasmo que incendiou o Brasil, levando-o ao memorável movimento de outubro. João Pessoa: o nome do **mártir** foi uma coruscante bandeira de combate. João Pessoa: a memória do **herói**, como a lendária visão de **S. Jorge**, acompanhou, protetora, a marcha do exército libertador [...].<sup>64</sup> (**grifo nosso**)

O texto acima reflete bem a dimensão do imaginário social construído em torno do “herói morto”: a morte para o herói é apenas uma passagem para a vida espiritual. Ou seja, o “mito” do herói não morre no imaginário coletivo da sociedade. O herói construído pelos políticos da Aliança Liberal tinha qualidades que o distinguiam dos demais mortais: “vulto invulgar” e “encarnação mais perfeita dos ideais da Aliança Liberal”. Tornando-o merecedor de uma posição próxima à sagrada: “como a lendária visão de S. Jorge”. O direcionamento do discurso para uma percepção religiosa foi consubstanciado em outro texto da “Revista do Globo”: “na Paraíba o cadáver do grande brasileiro foi recebido religiosamente por uma grande massa popular, que quase toda chorava”.<sup>65</sup> A

<sup>63</sup> Para Ferreira (1999, p. 1208), *libelo* é um substantivo masculino que significa “artigo ou escrito de caráter satírico ou difamatório; panfleto”. Com isso, o cadáver de João Pessoa funcionou como um artigo difamatório para o governo federal dentro da construção do imaginário social daquele momento histórico.

<sup>64</sup> **Revista do Globo**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, número especial, 1931, p. 4.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 42.

construção do elemento religioso com feições de sacralidade foi estruturada a partir de virtudes inerentes ao herói: “João Pessoa, pela sua inteireza de caráter, pela sua atitude desassombrada, se tornara como um ídolo das multidões”.<sup>66</sup>

Dessa forma, o processo de heroificação de João Pessoa, desencadeado pelos “radicais” da Aliança Liberal, serviu para legitimar e justificar uma reação bélica contra o governo federal. Além do acontecimento político, o assassinato de João Pessoa marcou a geração revoltosa de 1930, pois sua lembrança continuou ativa durante todo o movimento armado como uma referência afetiva mergulhada no inconsciente da memória coletiva da sociedade brasileira.

Na conformação deste capítulo duas vertentes foram fundamentais: manter o escopo teatral da narrativa, apresentando os indivíduos, os grupos e as instituições que atuaram como personagens significativos da fase pré-rebelião; e iniciar de forma mais ostensiva os resultados empíricos desta pesquisa histórica, sem descuidar dos resgates necessários e pontuais aos conceitos anteriormente elencados, em coerência com a permanente operacionalização destas categorias reflexivas. Ademais, foi possível esmiuçar a participação desses atores sociais nos fenômenos de formação da emblemática Aliança Liberal, de manutenção das fraudes eleitorais e de construção de heróis e mitos militares e políticos.

Com isso, revelaram-se personagens dispostos nos palcos das Missões e de Curitiba com níveis de atuação bastante distintos entre si. Na vertente política, ficou clara a importância das oligarquias dissidentes gaúchas para a articulação da Aliança Liberal e da valorização do mito de João Pessoa, pedra de toque do ocaso bélico de 1930. Também foram representados políticos situacionistas, principalmente no Paraná, cuja liderança estadual foi na contramão da lógica revoltosa do sul brasileiro. Não foram esquecidos os ex-militares tenentistas, atores de extremo valor para a consecução da radicalização armada na alvorada da década de trinta. Coadunando interesses de conquista do poder, formaram uma incomum aliança político-militar com velhos e novos caudilhos gaúchos e coronéis paranaenses, esquecendo as idiosincrasias inerentes de cada grupo social em prol de uma homogeneidade imagética de legitimidade da força para conquistar a legalidade militar. Esta conformação enquanto grupo dissidente levou os atores a perderem a noção exata do papel de cada um, projetando sobre os outros suas expectativas de poder.

Essas personagens passaram a admitir militares descontentes com a instituição Exército Brasileiro, chegando inclusive a metamorfosear o simbolismo castrense de heroificação da legalidade, unindo antigos adversários dos campos de batalha sulinos. Na realidade, a admissão de novos quadros militares visava a fortalecer a legitimidade dos papéis sociais dentro da escalada bélica, haja vista que a capacidade operacional dos militares era fator preponderante para o sucesso da aventura do movimento de outubro.

---

<sup>66</sup> Ibidem.

Dentro da articulação político-militar do levante bélico de 1930 no sul brasileiro, a conjunção de alguns fatores estruturou o imaginário social militarizado da população gaúcha e paranaense no amplo e irrestrito apoio à causa rebelde. No caso do Rio Grande do Sul, a presença militar de integrantes e ex-militares do Exército Brasileiro, juntamente com o grupo dirigente estadual, legitimou o discurso republicano regionalizado dos políticos partidários da luta armada. O rápido processo de reforço desse imaginário foi ao encontro da identidade militarizada rio-grandense, forjada ao longo de diversos conflitos bélicos internos e externos. “O povo sul rio-grandense estava disposto a lutar e a fazer todo o sacrifício para concretizar seus anseios no quadro da Federação” (FREIXINHO, 1997, p. 215).

Na lógica paranaense, apesar da sintonia entre os governos estadual e federal, os militares lotados nos quartéis da Força Terrestre tinham íntima ligação política com coronéis e políticos do Paraná, fato que também reforçou a sinergia dos mundos bélico e político naquele estado da federação. O apelo das viscerais lutas internas, principalmente os “recentes” Contestado e a perseguição à Coluna Prestes, foi argumento válido para materializar o apoio de militares descontentes com a instituição legalista aos políticos rebeldes opositoristas. Com isso, o imaginário social militarizado gaúcho e paranaense se tornou um instrumento fundamental para aperfeiçoar a mobilização coletiva da população, com destaque para a preservação da ordem sócio-institucional administrada pelo grupo dirigente estadual, por intermédio da autoridade caudilhista/coronelista e do poder militar (BACZKO, 1985, p. 310).

No término desta viagem pelo teatro desse conflito bélico sulino, chega-se ao clímax deste fenômeno histórico: a encenação da peça, cujas expectativas, críticas, cenários, elenco, enredo e regras de atuação já foram dispostos anteriormente. Como um epifenômeno complexo que conjugou a materialidade do sibilar das metralhas ao imaginário cultural de legitimidade belicista, deve-se apresentá-lo à luz de diferentes momentos, ou como na metáfora teatral, em três atos: a conspiração final, o tornado gaúcho e a ofensiva paranaense. Após o prévio entendimento do espaço de experiências bélicas, inerentes aos estados sulinos do Rio Grande do Sul e do Paraná, apontando as principais características do cenário destes conflitos político-militares e dos seus principais atores, individuais e coletivos, institucionais e dissidentes, parte-se para os resultados deste processo: o fragor do estabelecimento da desordem para a manutenção da ordem.

## 5 A PEÇA BÉLICA

*Descobri que se escrevermos como se estivéssemos na época, sem a vantagem de uma visão retrospectiva, resistindo sempre à tentação de referir-se a acontecimentos ainda futuros, o suspense se formará naturalmente. Barbara W. Tuchman. A prática da história.*

O caminho percorrido até aqui permitiu elaborar um amplo panorama a respeito do teatro político-militar estruturado no sul do Brasil às vésperas da eclosão do movimento armado de outubro de 1930. Possibilitou ainda elucidar a inserção social do grupo dirigente dissidente no contexto da comunidade de imaginação sulina e de suas especificidades dentro da ordem legalista da Primeira República. Seguindo na mesma direção, traçaram-se as linhas básicas de pensamento sobre as quais esses atores articulavam a simbiose entre interesses heterogêneos em um objetivo comum de conquista do poder federal e estadual com o subterfúgio do emprego de armas de fogo. Assim, delimitou-se o cenário, os atores e o enredo, restando apenas expor a ação propriamente dita. A peça bélica, interpretada pelos referenciados atores num palco e com um roteiro previamente estabelecido nas laudas anteriores, não é uma simplória repetição de discursos do passado. Ao contrário, os elementos cênicos são extremamente dinâmicos e o imaginário belicista é apenas a base sobre a qual militares e políticos desenvolveram lideranças, atitudes e vibrações no fragor da conspiração política e no rigor dos campos de batalha no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Essa peça bélica está desmembrada em três atos: o primeiro compreendendo o período anterior à eclosão do ocaso da insurreição, no qual a conspiração política se metamorfoseou em um movimento armado, em sintonia com os anseios do grupo que liderou o golpe no sul brasileiro. O sibilar dos primeiros projéteis rasgando o ar porto-alegrense assinala o início do segundo ato deste teatro bélico, no qual o jogo político sofre sua mais conhecida mutação: a guerra. Nesta fase desta peça, as ações são lideradas pelo tornado gaúcho, cujo rodameio arrasta toda a sociedade dos pampas, desde a capital Porto Alegre até o noroeste missioneiro. O último ato apresenta a ofensiva rebelde em terras paranaenses e a dramática contenda bélica no limite com o estado paulista, ápice da dinâmica teatral, com um desfecho que marcou o fim da República Velha.

### 5.1 Primeiro ato: a conspiração final

Os grupos dirigentes locais buscavam aproximar (Rio Grande do Sul) ou afastar (Paraná) militares do Exército Brasileiro da disputa política e bélica que se avizinhava após o assassinato de João Pessoa. O governo gaúcho procurou agregar os oficiais do Exército Brasileiro ao movimento rebelde através de críticas ferrenhas ao governo federal e à política dos governadores, que, no

imaginário dos oficiais subalternos, invariavelmente colocavam de lado os anseios dos militares. Na visão de Góes Monteiro, essa atuação era facilitada, pois

**a oficialidade estava dividida.** A fração de **major para cima**, em sua maioria, estaria do lado do governo federal em caso de revolução; mas, de **capitão para baixo**, também em sua maioria, as simpatias se voltavam para os revolucionários. Essa perspectiva se verificava no **Rio Grande do Sul e em outros pontos do País**: os Generais e oficiais superiores, de regra, ficaram ao lado da **legalidade**; a massa de oficiais de postos inferiores ou tornou-se revolucionária ou **aderiu ao movimento** (COUTINHO, 1955, p. 115). **(grifo nosso)**

A divisão dentro da elite militar esvaziou a cada dia o *mito* de que a instituição Exército Brasileiro era o baluarte da lei e da ordem pública. A quebra desse imaginário afetou a própria integridade da instituição militar. Pensar o esvaziamento do *mito* nessa perspectiva é pensar o que ele representou para o Exército e para a sociedade brasileira da qual ele emergiu e pertenceu. Além disso, é preciso pensar como os revoltosos se apropriaram dessa alteração no imaginário social dos militares. Fruto da transmutação do imaginário interno da elite militar, Freixinho (1997, p. 63) destacou e corroborou a visão acima de adesão da maioria dos oficiais subalternos à causa rebelde.

Estava evidente que a maioria dos militares que se alinharam com os insurretos – com exceção do tenente-coronel Góes Monteiro – era constituída de **oficiais intermediários e subalternos**. Em nível de **oficial-general**, a participação seria praticamente **nula**. Em nível de **oficiais superiores**, os que tinham efetivamente participado das forças revolucionárias eram quantitativamente muito inferiores aos que haviam permanecido **leais ao velho regime** ou que, ostensivamente, preferiam caracterizar-se como profissionais da carreira das armas e sem vinculação política militante nem à situação deposta, nem à situação emergente, porém prontos a participar da recomposição do organismo militar. **(grifo nosso)**

O grupo dirigente gaúcho buscou incansavelmente o apoio de militares federais porque tinha plena consciência de que o seu grande adversário na luta armada era a principal força de coerção do governo federal – o Exército Brasileiro. Essa percepção estava alicerçada pelo reconhecido imaginário legalista da alta cúpula militar, baluarte da defesa plena da lei constitucional e da ordem pública. A visão legalista da alta cúpula militar era ferrenhamente defendida pelo Ministro da Guerra – general Nestor Sezefredo dos Passos.

A posição do Ministro da Guerra era reforçada por ele estar deliberadamente apoiado por todos os oficiais-generais em função de comando na Força Terrestre. E mais, estava o General Nestor respaldado pelo **espírito de legalidade** que predominava, não só nos quadros em função de comando na tropa como, de um modo geral, em todos os oficiais da corporação no serviço ativo (FREIXINHO, 1997, p. 52). **(grifo nosso)**

Assim, apesar da participação de alguns oficiais na insurreição sulina, a tropa federal no Rio Grande do Sul e no Paraná, como instituição, não aderiu ao movimento armado de 1930. A participação dos militares foi o fiel da balança do levante armado. Mesmo não contando com a

adesão do Exército Brasileiro como instituição, a intervenção dos tenentes dos movimentos de 1922 e 1924-27 e a incorporação de jovens oficiais e praças da Força Terrestre foram fundamentais para o êxito da fase derradeira da conspiração (FAUSTO, 1995, p. 102-103).

Voltando ao contexto sul rio-grandense, a rápida adaptação à nova realidade política do Partido Republicano do Rio Grande do Sul tornou o grupo dirigente missioneiro capaz de manipular um dispositivo simbólico rebelde (anti-legalista) atrelado à metamorfose do imaginário social militarizado da população local. Com isso, os líderes municipais conseguiram reformular a representação coletiva em prol da causa revoltosa, sem perder o domínio governamental no nível regional. A manipulação do imaginário social da população executada pelos governantes missioneiros tinha o objetivo de fazer crer naquela nova realidade belicista (BACZKO, 1985, p. 301). Nesta perspectiva, o domínio da propaganda foi um *locus* privilegiado de reformulação do imaginário social missioneiro, reelaborando enunciados anti-legalistas e introduzindo novos ideais.

A notícia de que a revolução estava preparada e rebentaria em momento oportuno nenhuma surpresa causou entre os mais **graduados próceres da política local** que desde logo deram início ao **trabalho de propaganda** discreta por intermédio de amigos mais directamente em contacto com o povo.<sup>67</sup> (**grifo nosso**)

Sendo o grupo dirigente político o “dono” da gestão da sociedade missioneira, ele acabou dirigindo em parte todas as atividades coletivas, mantendo seu “status” e regulamentando seu exercício no poder. O domínio dos créditos públicos ajudou a conspiração rebelde no noroeste gaúcho, pois as novas decisões políticas republicanas criaram situações inteiramente novas que abriram um campo profícuo às articulações entre civis e militares para desencadear o movimento armado de 1930. Os encontros desencadeavam-se tanto na capital gaúcha quanto nos pagos missioneiros, civis da ala radical do Partido Republicano Rio-Grandense trocavam planos operacionais com intendentess e caudilhos das Missões. Por carta ou pessoalmente, os grupos dirigentes estadual e municipal buscavam incutir o imaginário social de valorização do viés militar contra a provável hostilidade do Exército Brasileiro no desencadear do levante armado. As articulações políticas santo-angelenses são categóricas nesse aspecto:

em princípios de agosto chegou a esta **villa o capitão Gaúcho** que era portador de uma carta do dr. **Oswaldo Aranha** para o **Intendente** dr. Ulysses Rodrigues, na qual dizia o **grande organizador** do movimento regenerador que o referido official trazia instrucções escriptas, que com o dr. João de Abreu Dahne elle fallaria em **Porto Alegre** e quanto ao coronel Bráulio e demais amigos nada precisava dizer nem recommendar. De facto, o capitão Gaúcho entregou ao Intendente detalhadas instrucções datylographadas, as quais, traçadas por **mão de mestre**, determinavam o modo como deveriam agir neste município os elementos revolucionários, recommendando especialmente

<sup>67</sup> Relatório apresentado ao Interventor do Rio Grande do Sul – General Flores da Cunha – em 31/01/1930, pelo Prefeito de Santo Ângelo – Ulysses Rodrigues, p. 4.

evitar, custasse o que custasse, que as **forças federaes** da villa fizessem **junção** com as de Cruz Alta ou São Luiz.<sup>68</sup> **(grifo nosso)**

O trecho do relatório missioneiro demonstra claramente a força do imaginário social manipulado em Porto Alegre sobre o grupo dirigente de Santo Ângelo. No texto, Oswaldo Aranha é tratado como “mestre” e “grande organizador do movimento regenerador”. Tais adjetivos mostram o início do processo de veneração que os políticos missioneiros desencadearam ao longo da fase conspiratória. Assim, a dimensão política da crença em homens especiais que conduziram o Rio Grande do Sul ao progresso e ao desenvolvimento estava intimamente atrelada à velha percepção positivista do governante esclarecido, possuidor de uma missão social e de uma função tutelar sobre a sociedade (FÉLIX, 1998, p. 147).

Outra passagem significativa do texto é a constante preocupação com as tropas federais. A precaução com as unidades do Exército Brasileiro estava calcada no simbolismo legalista que a instituição militar forjou ao longo da República Velha. Dentro deste enfoque, o imaginário social do grupo dirigente missioneiro elegeu a Força Terrestre como principal obstáculo para o sucesso bélico da insurreição. “Em termos de operações bélicas, [...] tratava-se de uma guerra civil diretamente contra o Exército, como instituição” (FREIXINHO, 1997, p. 216).

Apesar da consciência histórica de que a instituição Exército Brasileiro não estava alinhada com os ideais revoltosos, o grupo dirigente estadual tentou aliciar o maior número de militares federais. Sendo a região missioneira beneficiada com aquartelamentos da Força Terrestre, a ação de emissários do Partido Republicano gaúcho foi intensa, porém pouco eficaz. Nos três municípios das Missões, representantes do movimento rebelde, alicerçados por personalidades locais, buscaram incessantemente o apoio de oficiais e praças do exército nacional. A passagem a seguir evidencia essa prática ao colocar em destaque a ação do capitão Gaúcho nos quartéis localizados nos municípios missioneiros de Santo Ângelo e São Luiz.

O dito official era também portador de uma carta para um official do 4º R.C.I. que lhe foi entregue pelo sr. Carlos Gay ou F. Mattos Vanique, **ex-alumnos da Escola Militar** e que aqui sempre estiveram em contacto com o elemento do Exército. De Santo Ângelo, o capitão Gaúcho seguiu para São Luiz começando-se desde logo a **confabulação entre amigos** de inteira confiança.<sup>69</sup> **(grifo nosso)**

Cabe ressaltar que o 3º Regimento de Cavalaria Independente (3º R.C.I.) estava aquartelado em São Luiz, bem como o 4º R.C.I. em Santo Ângelo, juntamente com a 1ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia a Cavalos (1ª/4º G.A.Cav.). A cidade santo-angelense ainda comportava o 1º Batalhão Ferroviário. Outra unidade de cavalaria estava sediada em São Borja: 2º R.C.I. Com isso, a região

<sup>68</sup> Ibidem, p. 4-5.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 5.

fronteiriça das Missões apresentava um alto poder bélico, assentado em três regimentos de cavalaria e uma bateria de artilharia. Além do relevante poderio militar, o noroeste gaúcho possuía organizações militares com experiência em conflitos armados, pois defenderam a região contra os ataques de Solano Lopez, no ocaso da Guerra do Paraguai. Em termos táticos, eram unidades com grande capacidade de penetração e perseguição, haja vista sua maior flexibilidade e dinamismo em virtude da presença do cavalo.

De maneira análoga, os grupos dissidentes paranaenses também buscaram cooptar o maior número possível de militares federais e estaduais para a causa rebelde. Visualizando uma grande dificuldade de avanço das tropas revoltosas rio-grandenses, caso o Paraná impusesse uma posição defensiva em harmonia com as tropas paulistas e federais, os opositoristas do governo de Affonso de Camargo deflagraram intensa campanha nos jornais e nos quartéis para trazer a força de coerção para o lado revoltoso, mesmo que isso significasse a imposição da desordem regional.

Para tanto, os municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Palmas foram aqueles que sofreram maior interferência desses atores dissidentes, visando à cooptação daqueles militares indecisos ou pouco à vontade com a lógica institucional de promoção e de transferências desenvolvidas pelo exército nacional. Semelhante ao ocorrido nas missões gaúchas, o entorno curitibano apresentava uma expressiva gama de aquartelamentos com significativo poderio bélico. Organizações militares de infantaria (15º Batalhão de Caçadores – Curitiba e 13º Regimento de Infantaria – Ponta Grossa), cavalaria (5º Regimento de Cavalaria Divisionário – Castro), artilharia (9º Regimento de Artilharia Montada e o 5º Grupo de Artilharia de Montanha – Curitiba) e engenharia (5º Batalhão de Engenharia – Palmas) formavam um conjunto tático que possibilitava excelentes condições para o desdobramento de uma posição defensiva fortificada por parte da 5ª Região Militar. Destaca-se ainda a posição perpendicular de diversos acidentes capitais ao longo do provável eixo de progressão rio-grandense, no sentido sul-norte, aspecto relevante na montagem de defesa das forças legalistas.

Os organizadores do movimento armado de 1930 tinham plena consciência que era vital ao sucesso daquela empreitada bélica uma maior adesão de militares do Exército Brasileiro. A construção de um novo perfil para a identidade militarizada da sociedade das Missões passou obrigatoriamente pela presença de militares federais rebeldes nos pagos missioneiros. O simbolismo gerado pela permanência de oficiais na coordenação militar do levante permeou o imaginário coletivo da população local, tornando-se um instrumento indispensável à reestruturação da relação legalidade-militarismo. O relatório do prefeito santo-angelense demonstra bem essa dinâmica:

desembarcou nesta villa (**Santo Ângelo**) o **capitão de marinha Augusto do Amaral Peixoto**, um dos officiaes revoltosos do couraçado São Paulo que immediatamente procurou o dr. **Ulysses Rodrigues** e lhe fez entrega de uma carta do dr. **Oswaldo Aranha**, em que lhe apresentava aquelle

official como pessoa de inteira confiança e portador de instruções verbaes. Declarou o referido official que havia sido destinado a permanecer nesta villa **a serviço da revolução**, que reventaria em dia que previamente seria avisado. Neste município estavam autorizados a dirigir o movimento o Intendente, dr. **Ulysses Rodrigues**, o coronel **Bráulio Oliveira** e o capitão **Amaral Peixoto**, com os quaes o **grande organizador do movimento** tinha entendimentos contínuos, ou directamente ou por meio de emissários.<sup>70</sup> **(grifo nosso)**

Mais uma vez observa-se a veneração política ao grupo dirigente estadual. Ao não mencionar o nome de Oswaldo Aranha e referir-se a ele como o “grande organizador do movimento”, o grupo dirigente de Santo Ângelo propiciou a imediata e inconsciente associação com um ser distante e superior. Esta veneração acabou consubstanciando um carácter mobilizador para o desencadeamento da ação revoltosa no noroeste gaúcho.

A presença de militares tenentistas nos aquartelamentos do Exército Brasileiro no Paraná foi significativa para a mudança do perfil legalista para revoltoso nas vésperas da eclosão do movimento armado de 1930. Apesar da instituição ainda estar indecisa, seus integrantes digladiavam-se na procura pela hegemonia do pensamento interno corporativo. “Embora a maioria dos oficiais do Exército não estivesse satisfeita com o presidente [...] apenas alguns oficiais na ativa entraram logo de saída na conspiração” (MCCANN, 2007, p. 361).

À guisa de exemplificação, observa-se que as unidades castrenses localizadas no Paraná dispunham-se da seguinte forma: 15º Batalhão de Caçadores (15º BC) e 9º Regimento de Artilharia Montada (9º RAM) – com exceção dos comandantes e dos fiscais administrativo, todos demais oficiais apoiavam a corrente tenentista; 13º Regimento de Infantaria (13º RI) e 5º Batalhão de Engenharia - todos os oficiais eram favoráveis à orientação tenentista de conquista do poder pelo viés bélico (LEMOS, 1980, p. 235-236). Mesmo aumentando o sentimento rebelde dentro dos quartéis, o comandante da 5ª Região Militar – general Monteiro de Barros, fiel ao seu ideal legalista, buscava incessantemente, a exemplo de seu colega de generalato Gil de Almeida, na 3ª Região Militar, evitar belicamente o possível avanço das tropas revoltosas. No radiograma transmitido pelo general Monteiro de Barros ao ministro da guerra, em setembro de 1930, fica patente sua disposição de montar uma posição defensiva no Paraná e em Santa Catarina.

Julgo oportuno comunicar V Ex minhas instruções caso se positive invasão pt pt constituição de um destacamento sob comando do Cel Castro Júnior (**oficial legalista – comandante do 9º RAM – Curitiba-PR**) composto 13 BC (**Batalhão de Caçadores – Joinville-SC**) vg [...] 4º Esq 5º RCD (**Regimento de Cavalaria Divisionário – Castro-PR**) e Grupo Artilharia Montada que se concentraria em **Porto União-SC** vg deslocamento do 5º RCD para **Guarapuava-PR** com a missão vigiar região sul dessa cidade vg deslocamento do 14 BC (**Batalhão de Caçadores – Florianópolis-SC**) reforçado por elementos de cavalaria polícia S. Catarina para **Lajes-SC** com a missão defender esse nó caminhos estendendo vigilância até passos rio Pelotas vg conservar inicialmente Curitiba 15 BC e 9º RAM e em Ponta Grossa resto do 13 RI pt Caso V Ex aprove essas disposições peço solicitar presidente S. Catarina pôr pelo menos um pelotão cavalaria a disposição cmt 14 BC pt Julgo grande necessidade reforçar tropa região sendo indispensável no

<sup>70</sup> Ibidem.

mínimo vinda uma brigada cavalaria arma cujos serviços serão preciosos numa campanha como esta que esperamos pt (TOURINHO, 1980, p. 39-40). (**grifo nosso**)

O dispositivo bélico planejado pelo comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria baseou-se numa forte posição defensiva alicerçada sobre dois importantes acidentes capitais da região sul: os rios Pelotas (limite natural dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e Iguazu (divisor de águas entre as terras paranaenses e catarinenses). Como ilustra a figura 5 abaixo, o general Monteiro de Barros estruturou suas peças de manobra ao longo das estradas de ferro que penetravam os estados do Paraná e de Santa Catarina em direção ao norte do país, com o nítido objetivo operacional de retardar ao máximo o avanço das vanguardas gaúchas, evitando a impulsão dos revoltosos.



**Figura 5** – Mapa do dispositivo defensivo proposto pelo comandante da 5ª Região Militar ao ministro da guerra.  
**Fonte:** SIMIELLI, Maria Elena Ramos. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2002, p. 109, original editado pelo autor, em 2010.

Em termos táticos, a intenção do referido comandante militar era barrar as duas principais vias de penetração que interligavam o Rio Grande do Sul aos estados catarinense e paranaense. Para tanto, priorizou a contenção rebelde nas cidades de Lages e Porto União, aliando o poder de choque da cavalaria com o combate corpo-a-corpo da infantaria a pé. O próprio Destacamento do coronel Castro Júnior, dotado destas peças de manobra, receberia o fundamental apoio da artilharia, cuja missão era aprofundar os fogos pesados em direção ao inimigo gaúcho.

A ausência de um conhecimento mais profundo da capilaridade da conspiração em curso nos quartéis da Força Terrestre, no âmbito da zona operacional da 5ª Região Militar, aliada ao relativo descaso estratégico da alta cúpula militar do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro, tornou inviável a execução desse dispositivo defensivo. Mesmo não sendo efetivada tal situação tática, o seu planejamento por parte do general Monteiro de Barros levou os revoltosos do Paraná a se esmerarem para acelerar o início do levante belicista, antes de uma possível mobilização dos defensores da legalidade.

Apesar da manifesta intenção dos militares legalistas de realizar uma imediata ação defensiva contra uma possível ação rio-grandense, os jornais de oposição paranaenses tentavam lançar cortinas de fumaça na conspiração em curso. Em uma estratégia discursiva de arrefecimento dos ânimos legalistas, o grupo dissidente aos governos estadual e federal editava artigos que esvaziavam qualquer tipo de aclamação à desordem ou cooptação dos personagens castrenses.

O **governo do Paraná** está perfeitamente seguro de que no Estado não há elemento eficaz para qualquer levante ou insurreição. A **guarnição militar**, cumpridora do seu **dever constitucional**, se manterá estranha a toda e qualquer competição política. **Obediente á ordem**, não deu motivos em ocasião alguma, na campanha liberal, para que se lhe fizesse o **ultraje de suspeita de rebelde**. O povo, por seu lado, se mantém sofredor, **dentro da legalidade**, sem menor eclosão perturbadora. A **imprensa** unanime condemnou credo vermelho, não havendo aqui nenhum núcleo comunista, nem qualquer partidário conhecido desta doutrina social. Porque, pois, todo esse **aparato belicoso** e o terrorismo com que a **policia estadual** sobressalta a opinião publica e provoca o desassocego geral! Será porque circulam boatos vagos de que o **Rio Grande do Sul**, em defesa da autonomia da Parahyba, **mobilizará suas forças** e se opporá, **de armas na mão**, contra a intervenção federal naquelle Estado? Se é esse o motivo, o **caminho erguido está errado**.<sup>71</sup> **(grifo nosso)**

O texto acima procurou legitimar um clima pacifista no Paraná às vésperas do movimento armado de 1930. A assertiva de que o governo estadual tinha o controle da situação interna remetia a uma valorização da própria instituição social governista, bem como o destaque dado à obediência à ordem por parte da guarnição militar paranaense contribuiu para criar uma esfera de legitimidade imposta por discursos, dentro de um domínio específico de competência. Ora, se o governo situacionista e a força federal não estavam contaminados pela conspiração revoltosa, por que as forças de coerção do estado deveriam aumentar seu poderio bélico? Neste sentido, reforça-se o fato

<sup>71</sup> EDITORIAL. **A Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 13/08/1930, p. 1.

dos interesses do grupo dissidente paranaense somente serem expostos nas suas relações com outros grupos, no caso em questão pelo viés da oposição. Assim, o poder dos rebeldes estava necessariamente em dissimular sua organização no interior da sociedade do Paraná, conferindo legitimidade político-militar ao discurso pacifista, na tentativa de arrefecer a posição defensiva dos legalistas situacionistas.

No segmento rio-grandense, além das articulações entre os grupos dirigentes estadual e municipal, o período conspiratório missioneiro foi marcado por um cuidadoso levantamento do perfil legalista dos oficiais e praças que integravam as unidades federais do noroeste gaúcho. O trecho abaixo evidencia o grau de conhecimento do grupo dirigente santo-angelense sobre o cotidiano dos quartéis do Exército Brasileiro:

os corpos da guarnição local, 4º R.C.I. e 4º G.A.Cav., não haviam sido convenientemente preparados para a revolução; ao contrário, quando começaram a espalhar-se os primeiros rumores do movimento, o commandante da praça, major Soares da Silva, **legalista ferrenho e intransigente**, fez forte pressão sobre os **oficiais e praças**, com o fim de evitar o seu pronunciamento favorável. Não obstante, parte a **força** se manifestou sympathica ao movimento.<sup>72</sup>  
(grifo nosso)

Na perspectiva do poder federal, percebe-se que faltou acuidade funcional ao Ministro da Guerra – general Nestor Sezefredo dos Passos para reverter o aprofundamento da crise político-militar gerada na década de 1920. A destacada crise desencadeou um processo de ruptura da elite militar, ocasionando um vertiginoso enfraquecimento do Exército Brasileiro como instituição. O imaginário social positivista de que a Força Terrestre era o baluarte da ordem e do progresso estava em rápido processo de decomposição, pois a participação de militares em movimentos revoltosos criou imagens que definiram novos papéis sociais para as tropas federais.

Na prática, o ministro da Guerra não reforçou as unidades militares dos estados da federação que patrocinavam a Aliança Liberal. Este descaso estratégico foi particularmente prejudicial no Rio Grande do Sul, foco militar da insurreição de 1930, e no Paraná, elo estratégico entre o sul e o centro do poder nacional. Mesmo sendo alertado várias vezes pelos comandantes das tropas estacionadas em terras gaúchas e paranaenses, considerou desnecessária a concentração de forças federais na região. O ministro da Guerra desqualificou a concentração de tropas no Rio Grande do Sul e no Paraná “tendo em vista a tranquilidade que reinava no País” (GERALDO, 2004, p. 234).

Na segunda esfera de poder, enfatiza-se o paradoxo entre a coesão interna do grupo dirigente gaúcho e fragmentação da liderança militar do comandante da 3ª Região Militar – general Gil Antônio Dias de Almeida. Propugnada pela campanha de mobilização que conferiu ao grupo dirigente uma identidade regional, a unificação dos líderes de várias querências trouxe em seu rastro

---

<sup>72</sup> Relatório apresentado ao Interventor do Rio Grande do Sul – General Flores da Cunha – em 31/01/1930, pelo Prefeito de Santo Ângelo – Ulysses Rodrigues, p. 5.

uma consciência mítica fundamentada na defesa dos valores republicanos rio-grandenses. A nova reestruturação das forças políticas gaúchas forneceu o suporte necessário para impulsionar a conspiração rebelde. Diante do recrudescimento do cenário interno, o comandante da 3ª Região Militar decidiu mobilizar um dispositivo defensivo no estado gaúcho.

Visava impedir que **unidades militares**, sediadas em locais diversos, fossem envolvidas pela Revolução ou carecessem de orientação quanto a seu comportamento diante dela. Ordenou aos **comandantes das divisões de Cavalaria** que ficassem em condições de se concentrar nos eixos São Sebastião-Alegrete-Boqueirão e **Santo Ângelo** [...] (FREIXINHO, 1997, p. 218). **(grifo nosso)**

A luta inglória do general Gil de Almeida em evitar a contaminação das tropas federais rio-grandenses foi materializada por diversos radiogramas emitidos pelo comandante da 3ª Região Militar às suas guarnições gaúchas. Nas palavras do general, a única maneira de trazer a tropa para a legalidade era orientá-la por meio de boletins, como o parcialmente transcrito abaixo:

[...] Irrompido **qualquer movimento de perturbação da ordem**, em localidade onde existam guarnições, esta ficará em **espectativa defensiva**, evitando **contaminação de seus elementos** e impedindo, na medida do possível, que a mesma localidade fique em **poder dos revolucionários**, o que equivaleria a um sítio de tropa. Aos comandantes das grandes unidades de D.I. (Divisões de Infantaria) e das D.C. (Divisões de Cavalaria), cabe, além das instruções que já lhes foram dadas, providenciar de maneira que as suas unidades se auxiliem umas às outras, para desafojá-las de qualquer compressão (ALMEIDA, 1932, p. 139-140). **(grifo nosso)**

Sem o apoio do ministro da Guerra, o general Gil de Almeida não consubstanciou seu planejamento. Pior ainda, concordou com a pouca visão política do general Nestor Sezefredo dos Passos e passou a acreditar nas palavras legalistas do Presidente do Rio Grande do Sul – Getúlio Vargas. “Certamente faltou ao General Gil de Almeida malícia, e mesmo sagacidade para interpretar e avaliar o comportamento de Vargas naquela circunstância” (FREIXINHO, 1997, p. 218). A falta de perspicácia política do comandante da 3ª Região Militar fragmentou sua liderança, pois não conseguiu manter a unidade de comando, utilizar a surpresa a seu favor e muito menos manobrar suas peças. Na verdade, esses princípios de guerra foram utilizados pelos revolucionários que instauraram um comando militar único nas mãos do tenente-coronel Góes Monteiro, valeram-se da surpresa da data para o início do levante armado e manobraram as tropas formadas pela Brigada Militar e Corpos Provisórios para assaltar as principais unidades do Exército Brasileiro.

O general Monteiro de Barros também sofreu com a falta de apoio do ministro da Guerra. Contudo, seu maior obstáculo foi a presença de militares rebeldes no seu Estado-Maior, com destaque para o major Plínio Tourinho. À medida que o movimento armado de outubro de 1930 se aproximava, a 5ª Região Militar vivenciava duas atitudes diametralmente opostas. Por um lado, o general Monteiro de Barros planejava barrar, no corte do rio Pelotas, qualquer avanço de tropas rio-

grandenses revoltosas contrárias ao governo federal. Por outro, o major Plínio Tourinho conspirava dentro do Quartel General e fora dele com políticos dissidentes, forjando uma comunidade de imaginação bélica no Paraná.

O general Monteiro de Barros contava com o Destacamento Castro Júnior, já organizado para cumprir seus desígnios, enquanto Plínio Tourinho, apoiado pelos “tenentistas” inclusive do próprio Destacamento Castro Júnior, se achava perfeitamente apto a executar seus planos urdidos no silêncio do “confessionário” (LEMOS, 1980, p. 238-239).

A falta de articulação do Exército Brasileiro nos níveis federal e estadual apresentou seu reflexo nas tropas federais aquarteladas nos municípios missioneiros e paranaenses. Como já foi exposto, “os corpos da guarnição local [...] não haviam sido convenientemente preparados para a revolução”. Com isso, apesar do *intransigente* espírito de legalidade dos oficiais superiores, comandantes das unidades federais, não foi difícil para o grupo dirigente local anular a autoridade militar junto à tropa e à população sulina. Não obstante, o estreito relacionamento sentimental entre os militares da Força Terrestre e a comunidade civil, parte dos quadros e a totalidade dos soldados seguiram a causa revoltosa. Cabe destacar que as raízes militares forjadas nos pagos missioneiros e paranaenses falavam alto no espírito desses quadros e soldados. Tal identificação era muito mais antiga que o precoce compromisso de lealdade ao Exército Brasileiro e ao governo federal.

O cenário estava pronto para a eclosão do movimento armado de 1930. Em uma percepção macro, oficiais que aderiram à insurreição bélica, como o comandante do 3º RCI em São Luiz e o major Plínio Tourinho em Curitiba, aceitavam a crítica tenentista de que uma elite paulista e paranaense controlava o sistema político em benefício próprio. “A situação militar deprimia muitos oficiais (MCCANN, 2007, p. 367), faltavam líderes, soldados, material”. Da simbiose aliancista entre militares e políticos dissidentes, a figura incomum de Góes Monteiro foi o grande destaque ao lado de Oswaldo Aranha.

Em agosto de 1930, o então tenente-coronel redigiu um plano de reformulação do estado nacional, cujo maior mote era a unificação do país pela força. Sua proposta foi ao encontro do contexto de percepção mental inerente à sociedade bélica sulina, segundo a qual a condição básica para alcançar o progresso era utilizar o governo para resolver os problemas nacionais. McCann (2007, p. 368) acredita que Góes Monteiro tentou cooptar a comunidade de imaginação a aderir ao levante sedicioso como “único caminho para salvar o Exército e o país, justificando, assim, suas ações”.

Nesse contexto, as forças revoltosas gaúchas estruturam uma rede bélica alicerçada pelas milícias regionais, que eram controladas pelos grupos dirigentes locais. A organização dessas milícias no noroeste rio-grandense foi reforçada pelo imaginário militarizado da região missioneira e acabou desarticulando o monopólio da violência pretendido pelo Exército Brasileiro. “No Rio

Grande do Sul, a Brigada Militar e os chamados ‘provisórios’ formaram um núcleo mais importante do que os próprios quadros do Exército” (FAUSTO, 1995, p. 103). Buscando mais uma vez reduzir a escala de observação e valorizando o estudo intensivo do material documental, verifica-se a dinâmica político-militar desencadeada no município missioneiro de Santo Ângelo, a partir da confirmação da data do movimento revolucionário.

[...] no dia 1º de outubro foi recebido pelo dr. Intendente e coronel **Bráulio Oliveira** um despacho cifrado do dr. **Aranha**, pelo telegrapho da Estrada de Ferro, o qual dizia que o **movimento rebentaria** impreterivelmente no dia três de outubro ao entardecer, **estando segura a queda da capital**. Immediatamente foram enviados emissários para os **districtos ruraes** com aviso aos sub-intendentes e outros elementos revolucionários, nos quaes lhes eram dadas instrucções para **reunirem o maior número possível de homens** e marcharem para os pontos de concentração previamente assentados.<sup>73</sup> **(grifo nosso)**

Uma análise primária do texto acima pode descortinar a utilização do discurso rebelde gaúcho na construção de um imaginário social militarmente vitorioso. Mesmo sem ter a plena certeza da vitória revoltosa, o grupo dirigente estadual enviou telegrama ao caudilho Bráulio Oliveira, confirmando o entardecer do dia três de outubro como início do levante. “Qualquer obstáculo, criado no caminho da conspiração, teria sido bastante para que fracassasse” (LIMA SOBRINHO, 1983, p. 140). O destacado telegrama enfatizou que estava “segura a queda da capital”.

A assertiva do texto sobre a tomada de Porto Alegre reforçou o imaginário social militarizado das Missões, fazendo circular sentidos dentro de uma rede específica de significações sobre a vitória do movimento armado de 1930 (BAKHTIN, 1990, p. 123). Esta percepção vitoriosa foi propagada rapidamente pelo interior dos municípios do noroeste gaúcho, por meio das lideranças locais que estavam atreladas aos caudilhos municipais. Para arregimentar os efetivos necessários ao esforço de guerra, o imaginário social militarizado teve uma importância capital. Por intermédio da identidade bélica da população das Missões, o grupo dirigente local incutiu na consciência coletiva um paradigma de liderança caudilhista alicerçado pelo *mito* do guerreiro corajoso e vitorioso (BACZKO, 1985, p. 310). À convocação dos caudilhos missioneiros acorreram indivíduos de todos os cantos do noroeste sul rio-grandense, como foi o caso, por exemplo, do município de Santo Ângelo, que o extenso trecho do relatório do seu prefeito assim expressou:

o dr. **Braga de Abreu** dirigiu-se no dia **dois (outubro)** á sede 14 de julho, da **Colônia Santa Rosa**, afim de levar, como fora antes combinado com o dr. **João Dahne**, a notícia do dia designado e a confirmação do plano assentado que consistia em ocupar as seguintes posições designadas pelos chefes do movimento, **coronel Bráulio Oliveira**, dr. **Ulysses Rodrigues e capitão Augusto do Amaral Peixoto**. I. concentração, a **leste da villa de 1.500 homens**, sobre a estrada que vai de Santo Ângelo a Ijuhy e Cruz Alta, distribuídos em dois acampamentos: o primeiro sobre o arroio Santa Bárbara, distante sete quilômetros da villa; o segundo sobre o arroio Santa Thereza, a 18 quilômetros. No primeiro acampamento se reuniram os elementos revolucionários dos 5º, 6º, 7º, 9º, 10º e 11º districtos, organizados pelos respectivos sub-

<sup>73</sup> Ibidem.

intendentes, Antero Duarte, **tenente** João Luiz dos Santos, **major** Arthur Gomes, **major** Delphino Soares Fernando, **tenente** Frederico Klever e **capitão** Clotario Oliveira auxiliados pelos ardorosos companheiros **major** Santos Oliveira e Julio Evaristo Santos, forças essas que estavam **regularmente armadas** e marchariam sob o comando do dr. João Dahne, chefe da Colônia Santa Rosa e **tenente-coronel** Joaquim Antônio Rodrigues. Para o segundo acampamento convergiram todos os elementos do 2º districto, que o respectivo sub-intendente **major** Osório Ribeiro Nardes e outros esforçados republicanos conseguiram reunir. II. concentração ao **sul** da villa, de **500 homens**, sobre a ponte do rio Ijuhy Grande a seis quilômetros da villa, na estrada que conduz a São Luiz, Tupaceretan e a fronteira, constituída por forças do 1º, 3º e 4º districtos, Colônias Municipal, Timbauva e Burity reunidas pelos sub-intendentes, **capitães** Ismael Gonçalves de Campos e Severino Fernandes de Lima e **tenentes-coronéis** Virgilio Manoel Pinto e Raul Oliveira, **capitães** Jorge e Joaquim Marques dos Santos, Pedro Damasceno Dornelles, **tenentes** Candido e José Saragoso e outros dedicados liberaes. III. concentração, ao **sudoeste** da villa, de **200 homens**, sobre a barca no passo denominado “do Valencio”, no rio Ijuhy Grande, a seis quilômetros da villa, na estrada que vai ao município de Ijuhy formada por pessoal do Rincão dos Mendes e Entre-Ijuhys, reunido pelo **capitão** Julio Albrecht e mais companheiros.<sup>74</sup> (**grifo nosso**)

Antes de esmiuçar a distribuição tática dos rebeldes santo-angelenses, vale a pena observar que o caudilhismo missioneiro conseguiu, incitando o pensamento militarizado da região, reunir cerca de 2.200 homens prontos para combater em prol de uma causa pouco entendida pela população local. A rápida mobilização nas Missões em decorrência da insurreição, que o grupo dirigente buscou legitimar pela metamorfose do imaginário militarista, com vistas à organização de uma tropa capaz de superar o Exército Brasileiro, definiu bem a hegemonia da estrutura político-militar caudilhista que governava o noroeste gaúcho.

A ação muitas vezes coercitiva do grupo dirigente local era atenuada pela eficaz manipulação do imaginário militarizado da coletividade missioneira. O texto acima destacado apresentou o nome de vários caudilhos que foram os responsáveis pela organização das tropas irregulares no município de Santo Ângelo. Contudo, o que salta aos olhos, foi que a grande maioria desses líderes locais estampava postos de oficiais do Exército Brasileiro. Dos mais velhos (coronéis e tenentes-coronéis) aos mais novos (tenentes), praticamente todos os caudilhos usaram patentes militares que acabaram estabelecendo estereótipos e paradigmas, absorvidos e normatizados socialmente em níveis básicos pela comunidade santo-angelense. Essa prática reforçava o imaginário militarizado (SWAIN, 1994, p.49), atuando como um vigoroso elemento de ligação entre o sistema oligárquico caudilhista e a presença militar na região missioneira dentro do sentido interpretativo da comunidade de imaginação bélica.

Partindo das concentrações bélicas desencadeadas pelos revoltosos missioneiros, busca-se ajustá-las ao contexto tático da época em uma estrutura militar inteligível. A descrição pormenorizada desses fatos significativos serve para registrar por escrito a ponte entre a história cultural e a história política do tornado bélico que soprou nas Missões.

<sup>74</sup> Relatório apresentado ao Interventor do Rio Grande do Sul – General Flores da Cunha – em 31/01/1930, pelo Prefeito de Santo Ângelo – Ulysses Rodrigues, p. 5-6.

As concentrações bélicas adotadas pelas forças revolucionárias em Santo Ângelo valorizaram o isolamento do município através da interdição de suas principais vias de acesso. Tanto pelo leste, com os núcleos defensivos A e B (ligação com os municípios de Ijuí e Cruz Alta), como pelo sul, no dispositivo de defesa C (ligação com o município missioneiro de São Luiz) e sudoeste, com a posição de expectativa D (acesso ao mais importante rio da região – Ijuí Grande), as rotas de saída e entrada ao município santo-angelense estavam guarnecidas pelos civis e militares que aderiram à causa revoltosa, conforme a ilustração da figura 6 abaixo. As localidades de Ijuí, Cruz Alta e São Luiz possuíam aquartelamentos da Força Terrestre. Com intuito de impedir a junção das tropas federais era vital impedir a ligação entre esses municípios.



**Figura 6** – Município de Santo Ângelo às vésperas da eclosão do movimento armado de 1930, com seus núcleos de defesa nos principais acessos à vila.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, original editado pelo autor, em 2009.

O dispositivo de expectativa foi consubstanciado em dois dias, conseguindo em três de outubro sitiar totalmente a vila de Santo Ângelo. O principal objetivo era obrigar a guarnição federal localizada no município a render-se ou então aderir à insurreição bélica de 1930. O relatório do prefeito Ulysses Rodrigues explorou em detalhes o grau de isolamento dos quartéis do Exército Brasileiro em Santo Ângelo:

[...] se pretendesse sahir da villa para ligar-se a **Cruz Alta** ou **São Luiz**, obstar-lhe a marcha, pois que, se procurasse sahida para a primeira daquellas cidades poderia, no número, ser a sua marcha retardada até o **rio Ijuhy**, onde lhe seria offerecido efficaz resistênciã com o auxílio das forças daquelle município, com cujo **Intendente, coronel Soares de Barros**, se havia entendido, a respeito, o **coronel Bráulio Oliveira**. Se tentasse sahir para **São Luiz**, igualmente encontraria tropeço na **ponte sobre o rio Ijuhy Grande**, que estava guarnecida pelos **tenentes-coronéis Raul Oliveira e Virgilio Manoel Pinto** e, para onde, com facilidade, se poderia mandar reforços de **Santa Bárbara**, onde se achava o **capitão Julio Albrecht**.<sup>75</sup> (grifo nosso)

Admitindo-se que os políticos locais são movidos por outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias, percebe-se que o imaginário social militarizado da região missioneira guiou o grupo dirigente das Missões na condução bélica do levante. Tal imaginário quebrou qualquer perfil racional, pois nada pode justificar que o indivíduo consinta em perder a vida na luta por uma causa aparentemente distante da realidade política do noroeste gaúcho.<sup>76</sup>

Nesse contexto, verifica-se que o processo de decisão dos caudilhos estava atrelado ao imaginário militarizado desses políticos. Nada impõe tanto essa certeza quanto as alianças entre os caudilhos de municípios vizinhos. Com nichos políticos bastante definidos, os coronéis Bráulio Oliveira e Soares de Barros aceitaram realizar uma ajuda mútua caso as tropas federais tentassem reagir ao movimento armado de 1930. Tanto Bráulio Oliveira em Santo Ângelo quanto Soares de Barros em Ijuí comandavam os seus municípios e sempre buscaram ampliar sua área de influência. Tais anseios causaram algumas rugas no passado recente, contudo, esses entreveros foram postos de lado pelo imaginário social militarizado que unificou os interesses locais em uma única direção: a consolidação da comunidade de imaginação bélica, cuja missão principal foi a defesa militar da insurreição de 1930.

De maneira diferente, Curitiba finalizou sua preparação para o ocaso de outubro de 1930. Sem o efetivo apoio das lideranças governamentais do estado, a conspiração organizou-se à luz de pequenos núcleos dentro das instituições paranaenses, a saber: quartéis do Exército Brasileiro, da Polícia Militar e Civil, na Universidade do Paraná e entre os coronéis dissidentes do Partido Republicano Paranaense. A cooptação da sociedade em geral ocorreu com maior intensidade no cotidiano das notícias jornalísticas dos principais periódicos curitibanos, com destaque para a “Gazeta do Povo” e “A Tarde”.

Na busca para evitar uma maior repressão do governo estadual, militares e políticos aliancistas e rebeldes conseguiram descaracterizar a proximidade do movimento armado, chegando inclusive a emitir mensagens falsas, dissimulando suas verdadeiras intenções em aderir à insurreição bélica. Em matéria publicada no “Diário da Tarde” de 26 de setembro de 1930, fica evidenciada a aceitação do grupo situacionista paranaense de que Curitiba e o Paraná estavam livres da ameaça conspiratória militarista.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>76</sup> Rémond (1996, p. 446-447) fez uma abordagem sobre a irracionalidade da guerra.

**Nada ha de anormal no Paraná e em Santa Catharina** – O “Correio da Manhã” (Rio de Janeiro - RJ) em um “suelto” diz que, em face dos **boatos correntes** aqui, telegraphou urgentemente ao correspondente, em **Curityba**, obtendo a resposta seguinte do despacho: “**Reina absoluta tranquilidade em todo o Estado**. Na zona do Contestado, parte do Paraná, nada há de anormal. No logar denominado **Chapecó**, que dista onze léguas da divisa paranaense com Santa Catharina, existiu um grupo de amotinados, chefiados por **Fidencio de Mello**. Esse grupo foi dispersado pela policia catharinense, ignorando-se o seu paradeiro”.<sup>77</sup> (**grifo nosso**)

A resposta do correspondente do jornal carioca na capital paranaense demonstrou com clareza que o imaginário social da comunidade governamental curitibana, às vésperas do golpe militar, era de “total tranquilidade” em relação ao perigo aliancista. Esta assertiva foi corroborada pelo testemunho do major Plínio Tourinho, segundo o qual o grupo oposicionista sofreu grandes dificuldades para impor sua vontade no cenário do Paraná.

Para o **Paraná**, dadas as **inúmeras dificuldades de se conspirar** francamente pela vigilância contínua exercida pelos **governos federal e estadual**, o compromisso era acompanhar aqueles Estados (**Rio Grande do Sul e Minas Gerais**) dentro de **48 horas**. No dia **1º de outubro** as forças da guarnição receberam **ordem de prontidão** em vista das insistentes notícias de que a **ordem pública seria alterada**. A **Região Militar do Paraná** achava-se nessa época sob o comando do **general Eduardo Monteiro de Barros**, e a **9ª Brigada de Infantaria** tinha por comandante o **general-de-brigada Maximínio Barreto**. Era de prever, portanto, que os **oficiais comprometidos no levante** encontrariam **grandes dificuldades**, não só pela ação vigilante desses dois generais, como também por serem **absolutamente legalistas** todos os comandantes de corpos estacionados em **Curitiba**. As confabulações, porém, se faziam em pleno **Quartel-General**, na sala do **Serviço de Engenharia** do qual eu era o chefe. Daí emanaram todas as ordens e se estabeleceu um constante contacto com os elementos comprometidos nos diferentes corpos de tropa (TOURINHO, 1980, p. 80-81). (**grifo nosso**)

O discurso acima reforça a noção de que o Paraná recebeu importante vigilância dos governos federal e estadual, durante todo processo conspiratório. Contudo, políticos oposicionistas e militares rebeldes souberam cooptar a sociedade curitibana a apoiar o movimento armado de outubro de 1930. Obviamente, a comunidade de imaginação bélica paranaense buscou amenizar a quebra da ordem pública e o desrespeito às leis constitucionais brasileiras com a promessa de uma nova epopeia no caminho da revitalização política, militar, social e econômica no Brasil.

A conspiração final, desencadeada na região sul do Brasil, valeu-se das armas discursivas para metamorfosear o imaginário vigente no seio da sociedade civil e castrense. Este ato, prioritariamente, político solidificou as bases do levante bélico de outubro, tendo o Rio Grande do Sul a missão de promover o estopim do movimento, com a efetiva participação de todos os seus rincões, cujo recorte municipal ressalta-se as ações desencadeadas nos municípios do noroeste gaúcho. Assim, adentra-se no segundo ato desta peça político-militar que mudou os rumos da República nacional.

<sup>77</sup> **A Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 26/09/1930, p. 2.

## 5.2 Segundo ato: o tornado gaúcho

O clímax desta peça bélica foi proporcionado, num primeiro momento, pela comunidade de imaginação bélica gaúcha, cujas lideranças civis e militares coadunavam o mesmo espírito de conquista do poder nacional pelo viés das armas. Na segunda oportunidade, foi a vez da comunidade de imaginação bélica paranaense assumir seu papel de estuário da horda armada gaúcha, dando vazão à impulsão ofensiva das tropas do sul.

Na perspectiva municipal, o dia três de outubro iniciou-se com a retirada dos líderes locais da vila de Santo Ângelo. O coronel Bráulio Oliveira decidiu coordenar as ações bélicas longe dos quartelamentos do Exército Brasileiro. Contudo, ordenou que o intendente santo-angelense permanecesse na vila para monitorar os acontecimentos de Porto Alegre e dos municípios vizinhos, bem como as possíveis reações da tropa federal localizada em Santo Ângelo.

No nível estadual, particularmente na capital gaúcha – Porto Alegre, as forças revolucionárias compostas militarmente pela Brigada Militar, polícia municipal da capital e corpos provisórios civis estacionados nos arredores da cidade desencadearam o assalto contra as unidades federais dando início ao movimento armado de 1930. O grupo do dirigente estadual acreditava que as manobras ofensivas seriam rápidas, com a capital totalmente subjugada em 24 horas e o Rio Grande do Sul em 72 horas. Não sendo o objetivo principal deste estudo esmiuçar as manobras bélicas ocorridas em outras paragens diferentes da região missioneira, vale a pena registrar o depoimento de Lima Sobrinho sobre as ações bélicas ocorridas em Porto Alegre na noite do dia três de outubro de 1930.

[...] cerca de **17,30**, dava-se o sinal para a ação, que previra e organizara uma série de assaltos aos diversos quartéis e repartições do Exército. **Toda a guarnição estava trabalhada pelos conspiradores** [...]. Sem muito perigo, foram assaltados e ocupados o **Quartel General** e o **Arsenal de Guerra**. Incumbido de tomar o **morro do Menino Deus** – ponto de maior concentração de tropa federal – o **tenente João Alberto** concluía em poucas horas e sem lutas o seu propósito. A força que o acompanhava na expedição era da **Brigada gaúcha** e da **Guarda Cívica**, que haviam fornecido os atacantes para os empreendimentos de responsabilidade. **Dois oficiais do exército morreram** nesses primeiros combates, o **major Otávio Cardoso** e o **capitão Argolo Ferrão**, ambos **legalistas**. Às **dez horas da noite**, cessava a resistência da **2ª companhia de estabelecimento**, atacada pela força da **Brigada policial do Rio Grande**, sob direção do **tenente Alcides Etchegoyen**. Restava apenas um derradeiro reduto **legalista**, o quartel do **7º batalhão de caçadores**, comandado pelo **coronel Benedito Acauan** que, atacado por forças da Brigada dirigidas pelo **tenente Buys**, organizou a resistência e pelejou valentemente até às **2 horas da manhã**, quando se rendeu, depois de verificada, pela submissão de toda a guarnição federal, a inutilidade da prolongação da luta (LIMA SOBRINHO, 1983, p. 141-142). (**grifo nosso**)

Cabe destacar a falta de coesão historiográfica sobre a hora exata que explodiu o movimento armado de 1930. Apesar da grande maioria dos relatos<sup>78</sup> afirmar que o levante foi desencadeado às 17 horas e 30 minutos, Almeida (1932, p. 225) descreve que a revolta ocorreu às 17 horas e Silva (1975, p. 164) apresenta outro horário: 17 horas e 15 minutos. Esta ausência de harmonia sobre o

<sup>78</sup> À guisa de exemplificação, destacam-se Donato (2001, p. 417), Góes Monteiro (COUTINHO, 1955, p. 104), McCann (2007, p. 369) e Virgílio de Melo Franco (YOUNG, 1979, p. 25).

momento exato da insurreição em paragens porto-alegrenses evidencia que a liderança militar do movimento armado não tinha total controle da situação bélica, haja vista o grande número de políticos envolvidos com os comandos operacionais. Destaca-se também que o grupo dissidente gaúcho estava imerso em armadilha de circunstâncias ligadas ao estabelecimento da desordem com intuito de manter a ordem, bem como de ideias e impulsos bélicos regionais forjados ao longo da formação da própria sociedade sul-rio-grandense. Assim, a intervenção de frações armadas sobre aquartelamentos do Exército Brasileiro em Porto Alegre deu-se à luz dos impulsos e determinações de pessoas intimamente ligadas ao mundo da violência bélica, inclinando irrecuperavelmente o rumo dos acontecimentos em outubro de 1930.

Voltando ao dispositivo militar, apresentado na figura 7 abaixo, observa-se que os revoltosos contaram com a liderança eficaz dos tenentes dos movimentos de 1922 e 1924-27. Tirando o 2º grupo de assalto, comandado pelos líderes gaúchos – Osvaldo Aranha e Flores da Cunha – que recebeu a missão menos propícia ao combate bélico: dominar o Quartel General da 3ª Região Militar, os outros dois grupamentos foram comandados por tenentes revolucionários. O imaginário social de que somente os militares do Exército Brasileiro poderiam derrotar as tropas federais consubstanciou, na prática, a formação das seguintes concentrações: 1º grupo de assalto, liderado pelo tenente João Alberto, cuja missão foi dominar o Arsenal de Munições do morro do Menino Deus que era o “ponto de maior concentração de tropa federal” e o 3º grupo de assalto, comandado pelo tenente Alcides Etchegoyen que, além de subjugar a 2ª Companhia de Estabelecimento, ajudou no combate ao 7º Batalhão de Caçadores (FREIXINHO, 1997, p. 220-224).



**Figura 7** – Ações bélicas rebeldes contra instalações militares do Exército Brasileiro (Porto Alegre), em 03/10/1930.  
**Fonte:** <http://earth.google.com>, acessado em 06/05/2010, original editado pelo autor.

A figura 7 acima também exemplifica que o grupo rebelde soube agrupar sua ação ofensiva contra as principais instalações militares do Exército Brasileiro no centro da cidade de Porto Alegre. Distantes pouco mais de um quilômetro, o Quartel-General da 3ª Região Militar e o 7º Batalhão de Caçadores não tiveram a mínima oportunidade de prestar apoio mútuo defensivo durante o assalto dos grupos armados revoltosos, tornando a resistência operacional inviável.

Do ponto de vista do defensor, a ação dos rebeldes ao Quartel-General não foi tão simples como descrevem os vencedores do movimento. As palavras do general Gil de Almeida descrevem momentos de extrema tensão e medo por parte daqueles legalistas que assistiram o ocaso da insurreição de 1930.

Até que **três tiros** foram ouvidos distintamente como partidos dos fundos da Brigada Militar. **Era o sinal de assaltar.** À voz de – **já** – do comandante, uma secção de guardas invade o portão principal e **assassina um soldado, sem armas**, que estava ali parado. Outro penetra pelo portão da garage e espalha-se pelo 2º pateo. Um **soldado** de nome Vicente, homem velho, chefe de numerosa família, a quem por recompensa de uma vida de dedicações ao Exército, se dera o encargo da faxina do Q.G., acode com gritos e correrias, **armado de uma vassoura**, sendo **abatido a tiros e morto a pontacos.** O **major Otavio Cardozo**, diretor do C.P.O.R. é alvejado à queima roupa no momento em que penetrava na cabine do elevador. Em defeza própria, pucha da pistola, atira, recebendo um tiro na nuca que o fez cair de bruços, **sem vida**, na porta do ascensor. [...] **Cerrada fuzilaria irrompe de todos os flancos.** [...] Um troço de gente armada galga as escadas, atropela-se, corre, grita, fere, atira, mata, arromba portas, numa sede danada de vidas e numa angustia ardente de estanca-la com sangue. [...] A horda havia ocupado o Quartel General. A luta tinha durado cerca de **20 minutos** (ALMEIDA, 1932, p. 231-233). (**grifo nosso**)

A descrição pormenorizada do general derrotado traz a cena teatral o tom de dramaticidade inerente aos conflitos armados: tiros, sangue e morte. O eficaz ataque em ambos os flancos do Quartel-General, conseguiu estabelecer o objetivo primário de um envolvimento duplo ao ponto sensível do Exército Brasileiro no Rio Grande do Sul.

A batalha, retratada em fuzilaria intensa e resistência pífia, foi marcada pelo assalto de infantaria contra militares despreparados para o eminente combate, haja vista ser comum que militares mais velhos e no final de carreira sejam classificados em Quartéis-Generais, por não serem organizações militares de corpo de tropa. Um único exército, agora envolvido no conflito armado, defrontava-se, lutava e se separava para logo tornar a enfrentar-se, em ações belicistas confusas e independentes, dentro e fora do Rio Grande do Sul.

Um grupo dissidente avançava sobre o Quartel-General, outro retardava o ataque aos quartéis localizados no morro do Menino Deus; militares legalistas resistiram na tentativa de evitar a penetração de companheiros de farda e civis conhecidos nas organizações castrenses de maior vulto; frações de cavalaria do exército nacional, da polícia militar gaúcha e da guarda civil porto-alegrense e pelotões de infantaria da tropa federal atravessavam a cidade e os bairros de centro. Projéteis atingiam os muros dos aquartelamentos e ricocheteavam nas residências e o som agudo dos disparos revelava a gravidade da situação.

Os comandantes legalistas, que não foram presos de imediato, se esforçaram para descobrir o que estava acontecendo e davam ordens que podiam ser recebidas ou não, executadas ou não, cujos subordinados poderiam combater os rebeldes ou aderirem ao movimento armado contra o governo federal. Esta confusão típica de qualquer combate bélico não havia sido prevista pela comunidade de imaginação que promoveu o golpe, pois militares e políticos dissidentes acreditavam que a

conspiração intramuros dos quartéis seria suficiente para conquistar corações e mentes da maioria da tropa, composta por oficiais subalternos e praças.

Esqueceram os líderes da impulsão sulina de estudar a história militar dos conflitos viscerais ocorridos em terras gaúchas. Desde o Império, as batalhas realizadas nas paragens rio-grandenses foram marcadas pela exacerbação de antigas paixões, atitudes, ideias e debates, tanto entre os políticos beligerantes quanto entre os militares legalistas, que, invariavelmente, determinavam o grau de violência imposta nas ações armadas. Neste aspecto, percebe-se que as personagens dessa peça teatral entraram na guerra com ideias e sentimentos em consonância com o *schemata* perceptivo inerente ao contexto mental arraigado na representação coletiva de que as armas podem resolver as pendências políticas. Por isso, era tão importante para a comunidade de imaginação bélica distorcer a realidade para que a sociedade local ficasse mais próxima do real.

Dessa forma, o grupo dissidente desenvolveu uma obsessiva preocupação em esclarecer à população sulina que a violência contra o baluarte da lei e da ordem – Exército Brasileiro – não era, especificamente, contra a instituição militar, mas sim contra o governo federal que ocupava o poder de maneira ilegítima e nociva ao progresso regional. A obsessão dissidente apresentou três partes fundamentais: as represálias do Catete eram ilegais (baseada na fraude eleitoral), ilegítimas (não era alicerçada na vontade popular) e organizadas pela elite política (governo federal) e militar (generais e oficiais superiores do exército nacional). Juntas, estas partes estabeleciam um efeito de sentido: a resistência sulina ao governo de Washington Luis era justa e legal, não importando a quebra da ordem pública.

Assim, as mortes de militares e civis legalistas ocorridas nos assaltos aos aquartelamentos e às cidades do Rio Grande do Sul e do Paraná eram consideradas, no imaginário coletivo, coisas a serem atribuídas à insensibilidade do governo federal e dos seus aliados – este foi o discurso que ressoou em todos os periódicos rebeldes ao longo da campanha bélica de outubro de 1930. Mesmo culpando os defensores da ordem constitucional pelos assassinatos de pessoas tementes à manutenção das regras institucionais, os líderes do movimento armado trataram de esconder os números relativos às baixas provocadas no clímax do conflito bélico e, principalmente, as condicionantes destas mortes, desencadeadas no calor do combate.<sup>79</sup>

Outro aspecto relevante foi a manutenção do imaginário legalista dos oficiais superiores do Exército Brasileiro, mantendo-se firme no propósito de evitar a quebra da ordem constitucional, pagando muitas vezes com a própria vida. O saldo da resistência das tropas federais em Porto

---

<sup>79</sup> Somente na ação contra o Quartel-General morreram o major Otavio Cardozo e os soldados Mario de Paula e Vicente dos Santos. McCann (2007, p. 370) afirmou que onze militares foram mortos, tal número não foi corroborado nesta pesquisa, por isso, utiliza-se a informação biográfica do general Gil de Almeida.

Alegre foi de quatro oficiais mortos.<sup>80</sup> Neste caminho, a assertiva de McCann (2007, p. 371) faz sentido, segundo o qual o registro dos mortos e feridos “foi uma tarefa que entrou em colapso junto com a estrutura de comando do Exército”.

As forças militares legalistas não resistiram ao avanço rebelde somente na capital gaúcha, em todo o Rio Grande do Sul, empenharam-se com tenacidade para deter a marcha da insurreição civil. Desde a tarde do dia três de outubro, foram desencadeadas ações no interior gaúcho semelhantes àquelas ocorridas em Porto Alegre. Segundo Freixinho (1997, p. 224), foram assaltadas aproximadamente “duas dezenas de corpos-de-tropa federais, de efetivo equivalente a batalhão (em média, seiscentos homens cada)”. Na perspectiva de McCann (2007, p. 371), em outras regiões do Rio Grande do Sul, “os rebeldes surpreenderam as unidades leais em seus quartéis”, com isso, a derrota dos legalistas, na maioria dos lugares, ocorreu em algumas horas, quando não minutos. Para Almeida (1932, p. 237), alguns aspectos determinaram a derrocada das forças leais ao governo federal no estado gaúcho.

No **Rio Grande do Sul**, os combates por terem sido **curtos e fáceis** de vitória não desorientaram os homens. Todavia, a **premeditação da luta**, o **silêncio misterioso das conspirações**, o **ódio recalcado aos indiferentes e contrários**, açoitado pela ambição pessoal, pelos interesses personalistas, foram amortecendo os sentimentos mais humanos a ponto de nada mais restarem depois que a revolução explodiu. (grifo nosso)

Apesar da efemeridade deste conflito bélico, suas motivações, principalmente no interior da instituição castrense, metamorfosearam a estrutura militar brasileira, à luz de ressentimentos e ódios semeados tanto na preparação e conspiração quanto na execução do golpe armado de 1930. Embora se tratasse de uma guerra, quando na fase conspiratória, parecia, aos olhos da comunidade de imaginação bélica, conter a esperança de algo melhor depois, a esperança do fim de todos os conflitos armados e de uma chance de refazer o Brasil.

Em coerência com a lógica interna do Exército Brasileiro da República Velha, observa-se que o ponto fulcral da manifestação da oficialidade durante o movimento armado de 1930 é a tangência entre as dinâmicas da carreira militar e do universo político. Assim, a relação entre tomadas de posição frente aos políticos regionais e a possibilidade de recolocação hierárquica dentro da instituição castrense, tudo isso com base em relações de cunho pessoal, foi o grande impulsionador da comunidade de imaginação bélica.

No caso em pauta, a adesão a um conjunto de valores oligárquicos, por mais difusas que fossem as percepções aí implicadas, trazia consigo a perspectiva de ascensão na carreira, facilitada pela troca dos serviços prestados em nome do movimento armado, como a lealdade pessoal aos

<sup>80</sup> “Honra aos oficiais [...] mortos no dia 3 de Outubro de 1930, no cumprimento do dever, na defeza dos brios do Exercito, na obediência à Lei, no respeito à Patria sublime: major Otavio Cardozo, capitão Jaime de Argolo Ferrão, 1º tenente Atos Correia Franco e 2º tenente Joaquim Gonçalves de Melo” (ALMEIDA, 1932, p. 3).

chefes e a contribuição para seu prestígio político e militar, a propaganda política, entre outros (SEIDL, 2008, p. 205). Com isso, a comunidade de imaginação se fortaleceu nos contatos intra-institucionais castrenses, alicerçados por expectativas de benefícios tanto dentro quanto fora da Força Terrestre.

Aproximando o olhar para os atos teatrais nas organizações federais, constata-se que, na maioria, eram unidades do Exército Brasileiro com localização estratégica dentro do território gaúcho, assentada ao longo de vários conflitos bélicos externos e internos. Estas tropas federais possuíam uma presença militar bastante arraigada ao imaginário coletivo das vilas e municípios em que estavam sediadas. Resgatando a lógica positivista republicana gaúcha, verifica-se que a cultura política positivista utilizou os pressupostos da modernidade, da ordem e do progresso adequados às condições locais e aos interesses específicos do grupo dirigente. Portanto, a modernização que significou a prática da ordem pública em termos sulinos, implicou o traçado das culturas política e militar que demonstraram as convicções da nova elite dirigente, centradas na busca de uma racionalização que transformou o estado rio-grandense em importante agente militar, político e cultural, à época. Dentro desta perspectiva, as unidades militares foram fundamentais para proporcionar a ordem interna e o consequente progresso dos pagos do Rio Grande do Sul, atuando como verdadeiras protagonistas da construção de diversos eixos ferroviários e de comunicações entre o interior e a capital gaúcha.

Voltando ao enfoque principal deste trabalho historiográfico, passa-se a destrinchar os principais eventos militares ocorridos na região missioneira gaúcha. A análise valorizou, num primeiro momento, os acontecimentos político-militares desenvolvidos nas paragens de cada município das Missões. O principal intento foi privilegiar a dimensão política do conflito bélico, buscando apresentar como o desenrolar das ações militares foram subordinadas a procedimentos racionais do grupo dirigente local (AZÉMA, 1996, p. 410). No segundo momento, procurou-se abordar como o grupo dirigente missioneiro utilizou o viés militar incorporado no imaginário coletivo do noroeste gaúcho para, alterando o perfil legalista da instituição Exército Brasileiro, promover o apoio popular ao levante bélico de 1930 e, ao mesmo tempo, manter o controle político-militar do poder local. Assim, as lideranças políticas condicionaram os fatores de ordem cultural que conduziram à ruptura do imaginário legalista militarizado da comunidade das Missões que a insurreição civil materializou.

Dito isto, retorna-se ao dia quatro de outubro no município de Santo Ângelo. Sabedores do desencadeamento do levante armado em Porto Alegre, um grande número de civis ocupou as esquinas da vila para comentar os acontecimentos. A presença inquieta da população estava coerente com o clima de guerra que assombrou a vila missioneira. Mesmo com diversas lideranças ausentes, a comunidade pegou em armas e estabeleceu várias patrulhas e diversos postos avançados

de sentinelas por toda a vila. Tais procedimentos demonstram que o grupo dirigente santo-angelense não possuía o controle da violência, pois a principal intenção dos líderes políticos era fazer a tropa federal aderir ao movimento e não combatê-la pelas armas. Neste aspecto, Elias (1993, p. 98) observou que a formação do estado nacional moderno dependeu do efetivo controle da violência.

Era plano preestabelecido dos chefes do movimento, em obediência às recomendações do Q.G. revolucionário, de **evitar**, quanto possível, o **derramamento de sangue** e **preparar solução pacífica**, sitiar a villa e forçar a rendição da tropa federal, cujo commandante **major João Francisco Soares da Silva**, se sabia ser um **legalista intransigente** e ter conseguido de seus officiaes compromisso formal de resistência a qualquer tentativa de ataque.<sup>81</sup> (**grifo nosso**)

A procura incessante pela legitimidade do movimento armado foi o maior baluarte a ser carregado pela comunidade de imaginação bélica que liderou o referido golpe de 1930. Era uma guerra que deveria ser apoiada pela população sulina, ou seja, o exercício do poder político-militar dependia do acordo tácito ou explícito da sociedade missioneira. Para os insurretos, a vitória seria conquistada quando a população concordasse com a legitimidade da revolta em oposição ao governo constituído (PIERSON, 1996, p. 22). Assim, a legitimidade era a solução encontrada pelo grupo dissidente para romper com a legalidade e manter o apoio popular, pois a sociedade respeitava a autoridade rebelde, independentemente da existência de uma justificativa legal para esta liderança (HEYWOOD, 2000, p. 29-30).

O grupo dirigente, mentor do movimento armado de 1930, temia que a potencialidade humana para a violência, legitimada pela defesa da causa rebelde, fizesse despertar combates que deixariam marcas profundas no imaginário social missioneiro. Sem decompor os signos que estruturavam o imaginário militarizado do noroeste gaúcho, como o culto à bravura e o sentimento de amor aos pagos, que introduziram na sociedade civil o reconhecimento da relevância do segmento militar para o desenvolvimento da região, os líderes santo-angelenses tentaram evitar o derramamento de sangue entre irmãos de querência. Tal fato poderia por em risco o próprio sistema caudilhista de poder, haja vista a necessidade de, após a vitória do levante bélico, pacificar a vida social, instrumento fundamental para a manutenção do *status quo* vigente. Para tanto, era imprescindível que, no curto prazo, tropas federais e sociedade civil trilhassem o mesmo caminho.

Nesse sentido, ainda no dia quatro de outubro, o caudilho Bráulio de Oliveira emitiu um telegrama ao comandante da guarnição militar federal de Santo Ângelo que era um verdadeiro ultimato para que aderisse à causa revoltosa, com o objetivo de evitar um inútil derramamento de sangue:

---

<sup>81</sup> Relatório apresentado ao Interventor do Rio Grande do Sul – General Flores da Cunha – em 31/01/1930, pelo Prefeito de Santo Ângelo – Ulysses Rodrigues, p. 7.

**Guarnição Federal de Santo Ângelo.** Nome revolução nacional victoriosa quase todas guarnições Rio Grande, Minas, Parayba, Santa Catharina, **Paraná** e Pernambuco, convidamos essa guarnição adherir fim evitar hostilidade **2.000 homens cercam essa villa.** Guarnição Cruz Alta, tendo adherido movimento, forma nossa reserva. B. Oliveira. **Coronel commandante** das forças revolucionárias.<sup>82</sup> (**grifo nosso**)

Obviamente, o discurso acima demonstra claramente a tentativa tardia de cooptar os militares legalistas que estavam classificados nos aquartelamentos de Santo Ângelo. Mesmo reforçando sua aparente superioridade bélica (2.000 homens cercavam a vila), o ultimato do caudilho Bráulio de Oliveira não conseguiu traduzir sua capacidade de aplicar a força com a sua legitimidade perante os soldados leais ao governo federal. O coronel comandante das forças rebeldes também tinha consciência que qualquer emprego real de força implicaria que a comunidade de imaginação castrense não havia sido sensibilizada pelos apelos aliancistas de quebra da ordem constitucional para a conquista do progresso político.

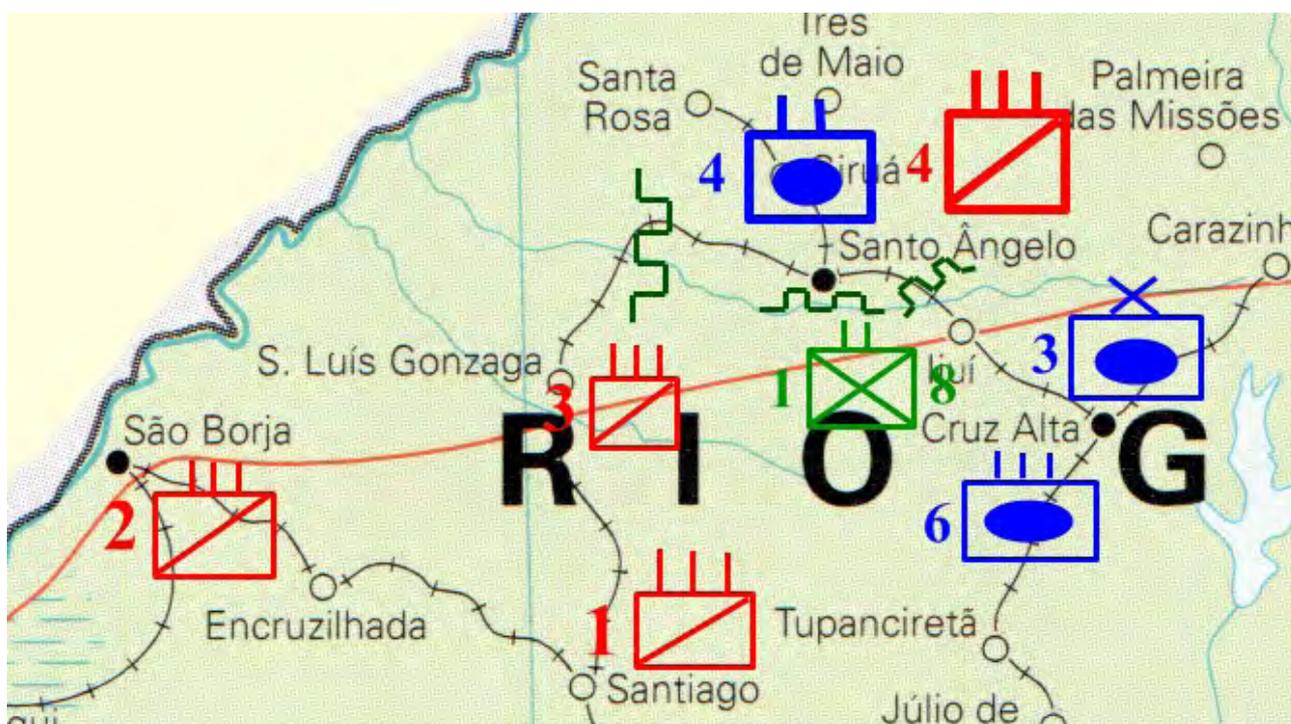
A mobilização, promovida pelo grupo dirigente local, do conjunto da sociedade missioneira, que envolveu o noroeste gaúcho como um todo, para a organização bélica destinada a defender o movimento rebelde, enfatizou, sobretudo, a coesão do imaginário social militarizado da população das Missões. Imaginário esse desvinculado do seu perfil legalista para uma identidade mais atrelada à defesa dos interesses dos líderes locais. O sistema caudilhista missioneiro utilizou a simbiose do seu poder coercitivo e afetivo para evocar o novo perfil do imaginário militarizado. O discurso social da comunidade de imaginação bélica, principal instrumento de manipulação regional (SWAIN, 1994, p. 61), buscava agrupar, na mentalidade coletiva, a valorização de práticas discursivas (fruto de pura retórica caudilhista) e não discursivas (como a construção de pontes e de escolas de nível fundamental no interior das Missões).

Os poderes político e militar do noroeste gaúcho estavam rodeados de representações coletivas bélicas, tornado o domínio do imaginário e do simbólico um importante lugar estratégico de cooptação de corações e mentes da sociedade local. A própria distribuição dos quartéis na região missioneira do Rio Grande do Sul, conforme ilustra a figura 8, reforça o perfil belicista dessa comunidade de imaginação, cujas ações armadas foram efetivamente guiadas por estas representações, direcionando comportamentos, mobilizando as energias e legitimando as violências.

Em termos bélicos, o noroeste gaúcho estava aquinhado com um expressivo poderio militar, com um batalhão de infantaria, quatro regimentos de cavalaria e uma brigada de artilharia. Esta conformação das peças de manobra colocava as missões gaúchas como uma das guarnições militares mais importantes da Força Terrestre na alvorada de 1930.

---

<sup>82</sup> Ibidem.



**Figura 8** – Mapa com as organizações militares do noroeste gaúcho que participaram do movimento armado de 1930.  
**Fonte:** SIMIELLI, Maria Elena Ramos. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2002, p. 109, original editado pelo autor, em 2010.

Mesmo forjando uma ruptura no imaginário da sociedade do noroeste gaúcho, o grupo dirigente local tinha plena consciência que a manutenção do sistema caudilhista missioneiro passava obrigatoriamente pela vinculação da presença militar federal com a ordem pública e o progresso econômico da região. Dentro desta perspectiva de poder, volta-se para o caso de Santo Ângelo. Com uma guarnição do Exército Brasileiro disposta a resistir à insurreição armada entrincheira nos aquartelamentos e com a aproximação das milícias civis que estabeleceriam o cerco ao vilarejo, o intendente, único representante do grupo dirigente a permanecer na vila, decidiu conversar pessoalmente com o comandante das tropas federais para tentar demovê-lo da ideia de manter-se fiel às suas convicções legalistas. O texto a seguir apresenta esse encontro:

recebido com gestos de verdadeiro cavalheirismo, foi o intendente conduzido ao gabinete do commandante e a sós com este e de quando em vez com a presença do **capitão Paulo Ebecken**, lhe mostrou vários **despachos telegraphicos e telephonicos recebidos**, que davam **notícias da marcha victoriosa da revolução**, evidenciando por essa forma a sinceridade que o inspirava ao solicitar-lhe aquella conferencia para o por ao corrente da **verdade dos factos** que **elle e seus officiaes ignoravam** por se acharem completamente sem ligação com seus superiores hierárquicos, já porque o telegrapho nacional estava interrompido, **já por ter sido preso, com seu Estado Maior, o commandante da região**, estando a capital em poder dos revolucionários.<sup>83</sup> (grifo nosso)

A passagem acima demonstra o grau de conhecimento que o grupo dirigente local tinha do cenário estadual. Esta integração foi fundamental para o sucesso do movimento bélico, pois

<sup>83</sup> Relatório apresentado ao Interventor do Rio Grande do Sul – General Flores da Cunha – em 31/01/1930, pelo Prefeito de Santo Ângelo – Ulysses Rodrigues, p. 7-8.

manteve acesa a chama revoltosa nos mais distantes rincões do Rio Grande do Sul, como o próprio noroeste. Outro fato relevante foi o isolamento imposto ao quartel federal. Tal atitude foi planejada pelos líderes locais desde a fase conspiratória. Segundo Freixinho (1997, 225), “as unidades recalcitrantes aos interesses da insurreição tiveram interrompidos, pelas autoridades municipais, os serviços de fornecimento de água, luz elétrica e de víveres diários. Era a pressão drástica que se iniciava para quebrar as resistências”. Na realidade, em Santo Ângelo, a maior pressão veio por parte da falta de alimentos, pois o aquartelamento possuía poços artesianos e um gerador elétrico que permitia uma total autonomia em relação ao fornecimento municipal. No relatório municipal do início de 1930 foi destacado que o motor elétrico mais potente de Santo Ângelo era o do 4º R.C.I. da marca Poege, com capacidade de força de 30 h.p., cuja principal função era puxar água dos poços artesianos.<sup>84</sup>

Em meio às pressões de toda ordem, o perfil legalista do comandante da guarnição militar federal do Santo Ângelo manteve o major Soares imbuído do seu dever constitucional de manter a integridade física do aquartelamento do Exército Brasileiro.

**Não se convenceu o major Soares** da veracidade das informações que eram prestadas, em virtude da sua procedência revolucionária, e declarou que **jurara fidelidade à Bandeira da Pátria**, que tinha por dever defender, dizendo que se manteria no seu posto, resistindo a qualquer ataque que por ventura fosse tentado aos quartéis.<sup>85</sup> (**grifo nosso**)

O imaginário legalista elaborado pela elite militar foi parte importante do processo de legitimação do *ethos* que transformou o Exército Brasileiro em uma instituição de penetração nacional. Foi por intermédio do imaginário de baluarte da lei e da ordem que se atingiu o inconsciente dos oficiais da Força Terrestre, principalmente naqueles considerados hierarquicamente superiores. Nesse caso enquadra-se o major Soares, pois, mesmo coagido e sem muitas perspectivas, manteve seu perfil legalista, chegando inclusive a evocar sua lealdade ao símbolo máximo da Pátria: a Bandeira Nacional. Assim, verifica-se como o simbolismo expressava a presença do imaginário social na elite militar (CARVALHO, 1990, p. 10).

Imerso nesse simbolismo positivista, o representante da elite militar em Santo Ângelo não fugiu as suas origens corporativas enraizadas nas escolas militares. A ressonância do positivismo humanitário, presente no imaginário de vários componentes da elite militar, pode ser verificada na resposta dada pelo major Soares ao ser questionado pelo intendente municipal sobre sua atitude no caso de ser efetivado o cerco ao vilarejo santo-angelense por forças militares formadas por milícias locais e por integrantes do Exército Brasileiro: “não dou murros em faca de ponta, [...] mas é

<sup>84</sup> Relatório apresentado ao Intendente de Santo Ângelo – Ulysses Rodrigues – em 02/01/1930, p. 77.

<sup>85</sup> Relatório apresentado ao Interventor do Rio Grande do Sul – General Flores da Cunha – em 31/01/1930, pelo Prefeito de Santo Ângelo – Ulysses Rodrigues, p. 8.

deshonroso para mim a rendição a elementos civis”.<sup>86</sup> Como positivista, o major Soares repugnava o predomínio da força na política, por isso, não entraria em combate com integrantes da Força Terrestre que aderissem à causa rebelde. Porém, como membro da elite militar que forjou o *ethos* corporativo na instituição Exército Brasileiro, não podia ferir os seus bríos militares entregando-se às milícias de civis armados.

A percepção dessa característica da personalidade militar do major Soares tranquilizou o intendente de Santo Ângelo, pois percebeu que bastava a presença de oficiais do Exército Brasileiro simpatizantes da insurreição para que fosse afastada qualquer possibilidade de luta armada nos pagos santo-angelenses. Na prática, Ulysses Rodrigues tomou as seguintes atitudes: entrou em contato por telefone com o caudilho coronel Bráulio Oliveira, pedindo-lhe que enviasse um telegrama para o chefe militar do movimento armado – tenente-coronel Góes Monteiro – solicitando que este ordenasse o deslocamento imediato do 3º R.C.I. de São Luiz ou de tropas federais de Cruz Alta para Santo Ângelo. O mesmo pedido foi feito ao articulador civil da revolta mais ligado ao noroeste gaúcho – Osvaldo Aranha –, *pari passu* entrou em contato telefônico com os caudilhos de Cruz Alta – Lucidio Ramos e Rubens Mariano da Rocha – solicitando-lhes o envio imediato das tropas federais aquarteladas naquele município.

O sistema de comunicações insurrecional funcionou bem, pois na noite do dia quatro de outubro, praticamente todas as reivindicações do intendente de Santo Ângelo já estavam concretizadas, a saber:

o coronel Bráulio [...] recebeu um telegramma do capitão Nelson Etchegoyen, de Cruz Alta, avisando que se preparava para seguir naquela noite com forças federaes para Santo Ângelo. [...] o dr. Ulysses Rodrigues [...] pouco depois recebeu aviso do dr. Lucidio Ramos de que viera ordem de Porto Alegre para o 6º R.A.M. e 8º R.I. embarcarem com destino a Santo Ângelo, e como o 3º R.C.I. de São Luiz, para, em cooperação conjuncta, forçarem a adhesão ou rendição das forças ali estacionadas. Ainda no mesmo dia 4, à noite, foi recebido pelo intendente um telegramma do coronel Góes Monteiro para ser transmitido por via telephone ao commandante do 3º R.C.I., dando-lhe ordem para que marchasse sobre Santo Ângelo.<sup>87</sup> (grifo nosso)

Cabe destacar que o município de Cruz Alta era sede do 6º Regimento de Artilharia Montada (6º R.A.M.), do 1º Batalhão do 8º Regimento de Infantaria (1º/8º R.I.) e do Quartel-General da 3ª Brigada de Artilharia. Todos comandantes das unidades militares eram legalistas, mas não conseguiram evitar a queda de suas frações. “O grande artífice da Revolução em Cruz Alta foi o tenente Nelson Etchegoyen, revolucionário antigo, que se compôs com alguns oficiais do 1º Batalhão do 8º Regimento de Infantaria e políticos da cidade que seduziram inúmeros graduados para a revolta” (GERALDO, 2004, p. 253).

---

<sup>86</sup> Ibidem.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 8-9.

O tenente-coronel Oscar Mascarenhas de Moraes – comandante da 3ª Brigada de Artilharia – ao tomar conhecimento da ocorrência do levante armado em Cruz Alta conseguiu manobrar seu Quartel-General para o aquartelamento do 6º R.A.M., solicitando ao major Guedes Alcoforado – comandante do 1º/8º R.I. – que realize a mesma transferência, haja vista reforçar a posição defensiva da guarnição federal. Segundo Almeida (1932, p. 272), o referido major protelou a execução da proposta do seu comandante de guarnição.

O Batalhão estava a postos. Não havia defecção no pessoal praça [...], no entanto **alguns oficiais** deixaram de comparecer ao quartel por haverem **assinado um significativo compromisso de não hostilizarem os revoltosos**. Sabedor desse facto o **major** por não contar com outros oficiais, **resolve considerar-se preso**, entregando o batalhão aos revolucionários. No **6º R.A.M.** o comt. da 3ª Bda.A. quando dava ordens para a resistência é colhido à noite por **uma revolta de um grupo de sargentos**, resultando um conflito, no qual **morreram o oficial de dia e um sargento amotinado**. Surpreendido e sem elementos é **o coronel Mascarenhas preso** com vários oficiais. (grifo nosso)

O fato mais significativo da derrocada da guarnição federal em Cruz Alta, além da grande adesão dos oficiais de infantaria ao movimento armado, foi a quebra da hierarquia e da disciplina no que tange às relações de poder entre oficiais e sargentos. A inversão dos alicerces básicos da instituição Exército Brasileiro foi perigosamente exteriorizada no motim promovido pelos sargentos do 6º R.A.M., resultando no falecimento de um oficial e de uma praça no confronto intra-muros do quartel. Este acontecimento não reverberou por outras guarnições no Rio Grande do Sul, mas confirmou como o poder é subjetivo, haja vista que, em episódios extremos, os atores sociais que exercem e que se sujeitam têm liberdade para, conscientemente, romper com a lógica preestabelecida ao longo das relações de poder.

Apesar da realidade castrense repudiar o rompimento da hierarquia e da disciplina desde a incorporação de oficiais e praças nas fileiras do exército nacional, por meios explícitos discursivos e implícitos culturais, ainda havia espaço para alterar esta lógica institucional, pela influência externa. Assim, o poder explícito, na alvorada do golpe de 1930, passou por esporádicas rupturas, que rapidamente foram metamorfoseadas paulatinamente em implícito, de forma a transformá-lo cada vez mais aceitável pela sociedade, sem, contudo, ferir a ordem institucional bélica.

O deslocamento de tropas federais rebeldes para Santo Ângelo não significou que o noroeste gaúcho aderiu de imediato ao movimento armado. A própria tropa do 3º R.C.I. de São Luiz, cujo comando estava nas mãos do tenente-coronel Góes Monteiro, não participou da fase inicial do movimento revoltoso. Alegando a necessidade de acompanhar uma intervenção cirúrgica em sua esposa, o tenente-coronel Góes Monteiro viajou para Porto Alegre, encontrando-se com vários líderes do grupo dirigente estadual gaúcho, consubstanciando, assim, sua indicação para chefe do Estado-Maior rebelde.

Desencadeada a insurreição em três de outubro, somente no dia seguinte chegaram as primeiras notícias sobre o movimento bélico ao município missioneiro de São Luiz. Segundo Braun, após o conhecimento dos movimentos armados em Porto Alegre, “todas as expectativas se voltaram logo para o 3º R.C.I. commandado pelo capitão Rômulo Pacheco de Ávila” (BRAUN, 1931, p. 200). Apesar de ter substituído o tenente-coronel Góes Monteiro no comando do regimento, o capitão Rômulo era legalista e não compactuava com a causa rebelde. Arelado ao discurso caudilhisto local, o diretor do colégio elementar – João Aloysio Braun – relatou com desânimo a falta de adesão dos oficiais do regimento: “contra todas as esperanças, o commandante do regimento não se animou a tomar uma resolução definitiva no que foi apoiado por vários officiaes” (Ibidem). O desejo de resistir à insurreição ganhou corpo quando o capitão Rômulo se recusou a cumprir a ordem do tenente-coronel Góes Monteiro de enviar tropa para coagir o quartel de Santo Ângelo.

Diante desse impasse, o grupo dirigente de São Luiz resolveu precipitar os acontecimentos. Liderada pelo capitão-médico Francisco Leite Velloso, oficial federal que aderiu ao movimento revoltoso, uma milícia local penetrou no aquartelamento e acabou sublevando as praças do regimento. Com exceção do tenente Otílio Orestes Torres, que aderiu ao movimento, todos os oficiais foram presos e o comando foi assumido pelo capitão-médico Francisco Leite Velloso.

**São Luiz** – o 3º R.C.I. estava sendo comandado, em Outubro, pelo **cap. Romulo Pacheco dAvila**, na ausência do ten. Cel. Góis Monteiro, que se encontrava em Porto Alegre. Declarado o movimento, o 3º **apresenta-se para a defesa da legalidade** e aguarda ordens do comandante da Região. Não as recebendo, permanece o 3º isolado e alerta, até o dia 7, quando os **oficiais resolveram alcançar a fronteira argentina**, à exceção do cap. Medico que adere (ALMEIDA, 1932, p. 274-275). **(grifo nosso)**

As palavras do general Gil de Almeida parecem contradizer o testemunho do Braun sobre a prisão ou fuga dos oficiais do 3º R.C.I., durante o cerco ao aquartelamento em São Luiz. Na realidade, ocorreu o assalto dos bandoleiros civis gaúchos ao quartel, fato que gerou a prisão do subcomandante do regimento – capitão Rômulo Pacheco de Ávila, dos 1º tenentes Antônio Vieira Ferreira e Franklin Dias de Castro e do 2º tenente Raimundo Saldanha de Menezes. Contudo, no dia seis de outubro, os tenentes Belarmino de Mendonça Padila, Rubens dos Santos Paiva e Otacilio Prates da Cunha conseguiram escapar ao cerco e refugiarem-se na Argentina.

O imaginário social militarizado da população de São Luiz reestruturou-se diante do levante armado promovido pelo grupo dirigente, evidenciando as condições mentais propícias daquela comunidade de imaginação bélica. A ação contra a ordem pública também agiu como uma verdadeira metamorfose na representação coletiva militarizada da sociedade local. Na visão de Carvalho (1990, p. 11), “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”.

O caso missioneiro foi um pouco diferente, pois o imaginário militarizado foi manipulado pelos caudilhos locais com a nítida intenção de desconstruir o horizonte legalista da formação social militarizada das Missões, despertando ressonâncias que encobriram a manutenção do *status quo* vigente. Assim, o movimento armado de 1930, no contexto missioneiro, não trouxe mudança política e social e muito menos redefiniu a identidade coletiva militarizada da população do noroeste gaúcho. Na verdade, o discurso caudilhista local construiu, momentaneamente, uma ambiguidade paradoxal entre o militarismo e a legalidade institucional representada pelo governo federal.

No caso do município de São Luiz, o imaginário militarizado acabou se redefinindo no bojo da constituição de novas formações discursivas. Ou seja, a manipulação do imaginário consubstanciou a instauração de novos paradigmas e papéis sociais, criando normas, valores e verdades até então despercebidos pela população, traçando estratégias para romper com o governo federal, ao mesmo tempo, que conservava o poder local. As palavras de Braun (1931, p. 200) são emblemáticas neste sentido:

sabedor do que se passara no quartel, juntou-se o povo na praça da matriz. Após breve alocução do Director do Colégio Elementar, João Aloysio Braun, a massa popular, puxada por uma banda de música, dirigiu-se ao quartel federal, abaixo de espoucar de foguetes e delirantes vivas e morras. Chegados lá, **os populares confraternizaram com os soldados**, sendo a força saudada na pessoa de seu **novo commandante, Dr. Francisco Leite Velloso**, pelo professor João de Alencastro e pelo advogado Dinarte Vieira Marques. Respondeu, agradecendo com palavras cheias de entusiasmo patriótico, o homenageado. Em seguida, o povo voltou ao centro da cidade, dissolvendo-se. **(grifo nosso)**

O objetivo de atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro de perspectivas favoráveis à causa rebelde foi plenamente atingido em São Luiz. A força desse imaginário conduziu praticamente a totalidade das praças do 3º R.C.I. a se aliar ao movimento armado, bem como alguns oficiais, que no desenrolar dos acontecimentos acabaram liderando tropas federais que apoiaram o levante bélico. O capitão Rômulo Pacheco de Ávila, os 1º tenentes Antônio Vieira Ferreira e Franklin Dias de Castro e o 2º tenente Raimundo Saldanha de Menezes foram presos e remetidos para Porto Alegre por não aderirem ao movimento bélico. Já os tenentes Sabino Pinho da Cunha, João Araújo e Lafayette Britto de Castro acabaram aderindo à causa revoltosa somente no dia seis de outubro (BRAUN, 1931, p. 200).

No dia nove de outubro seguiu para o estado de Santa Catarina o 1º contingente do 3º R.C.I., comandado pelo tenente Lafayette Britto de Castro. Esta tropa federal partiu juntamente com o 1º contingente do 1º R.C.I. de Santiago. Em seguida, o restante do regimento de São Luiz também partiu para o norte, sendo liderado pelo capitão Pedro Bittencourt, enviado pelo tenente-coronel Góes Monteiro. O capitão-médico Francisco Leite Velloso e o tenente Sabino Pinho da Cunha

viajaram ao encontro de Getúlio Vargas e passaram a integrar o seu Estado-Maior (BRAUN, 1931, p. 200).

Pelos acontecimentos ocorridos em São Luiz, fica claro verificar que o 3º R.C.I. nunca foi auxiliar o grupo dirigente de Santo Ângelo. À guisa de exemplificação, vale a pena ressaltar a tentativa do capitão Rômulo de dissimular suas verdadeiras intenções legalistas diante a iminente derrota político-militar.

Ainda no mesmo dia 5, pela manhã, foi recebido um bilhete do **capitão Rômulo**, commandante do 3º R.C.I. de São Luiz, dirigido ao **coronel Bráulio Oliveira**, no qual comunicava que marchava com seu regimento para esta villa por ordem do **tenente-coronel Góes Monteiro** e se entenderia com o major Soares da Silva.<sup>88</sup> (**grifo nosso**)

Essa mensagem era uma tentativa desesperada do capitão legalista de tentar retardar ao máximo a invasão ao aquartelamento de Santo Ângelo. Além disso, acreditava que poderia sair de São Luiz e realizar uma futura junção com as tropas legalistas santo-angelenses. Como foi apresentado neste trabalho, o planejamento do capitão Rômulo não teve sucesso, pois no mesmo dia cinco sua unidade caiu nas mãos dos rebeldes.

Enquanto isso, em Santo Ângelo, o grupo dirigente local buscava a todo custo evitar uma luta armada com as tropas federais. Ainda no dia cinco de outubro, o intendente Ulysses Rodrigues atuou no sentido de evitar um golpe das praças do 4º R.C.I. sobre seu comandante. Nas palavras de Ferreira,

[...] o intendente foi procurado pelo **sargento Dinarte Campos, do 4º R.C.I.**, avisando-o de que elle e mais alguns collegas estavam dispostos a promover a revolta daquela unidade, escrevendo-lhe mais tarde um bilhete em que pedia dois revólveres. Era um golpe de audácia que convinha evitar a todo transe, attendendo ao pé em que estavam as coisas para uma **solução pacífica**. Apresentava-se agora a situação mais delicada, tornando-se necessária toda prudência e ponderação para não precipitar os acontecimentos. Compreendendo-o, na sua total gravidade, procurou o dr. Ulysses dissuadir os inferiores do seu intento, fazendo-lhes ver que isso traria necessariamente o **desencadear da luta com as suas desastradas conseqüências**, pois sabia-se que parte da tropa se conservaria fiel ao lado do seu commandante.<sup>89</sup> (**grifo nosso**)

A força do discurso e o conhecido apoio popular ao caudilhismo local admoestaram sobremaneira o imaginário do major comandante da guarnição federal de Santo Ângelo. As ameaças de uma comunidade sabidamente imersa no mundo das armas soaram como prováveis, bem como a possibilidade de um grande cerco aos quartéis por grupos de bandoleiros gaúchos, também encontrava referência no contexto histórico e mental da região missioneira. Por todos estes

<sup>88</sup> Relatório apresentado ao Interventor do Rio Grande do Sul – General Flores da Cunha – em 31/01/1930, pelo Prefeito de Santo Ângelo – Ulysses Rodrigues, p. 9.

<sup>89</sup> Ibidem.

fatores, muito mais culturais do que militares, as tropas federais caíram diante da pressão imposta pelos líderes locais.

**S. Ângelo** – O **major comandante da guarnição**, constituída pelo 4º C.I. e 4º G.A.Cav. **impressionado com os boatos** da queda das outras unidades, com as ameaças de que a cidade estava cercada, a 6 klm por 2.000 homens; e que as famílias dos oficiais que lutassem, seriam **degoladas na frente do Quartel**, considera-se preso, entregando, **sem resistência**, um regimento de grande efetivo e uma bateria de artilharia, a um grupo de meia dúzia de indivíduos (ALMEIDA, 1932, p. 274). **(grifo nosso)**

O ressentimento das palavras do general derrotado pelo movimento rebelde não pode mascarar a indiscutível vantagem bélica que os revoltosos tinham em relação aos legalistas santo-angelenses. Em sua comunicação a Flores da Cunha, Ulysses Rodrigues deixou evidenciada sua ligação com os rebeldes de Cruz Alta, com intuito de atacar os legalistas, caso a Guarnição Federal de Santo Ângelo resolvesse resistir ao avanço da insurreição de 1930.

Ainda no referido dia 5, o Intendente dr. Ulysses Rodrigues, e o **1º tenente do 4º R.C.I.**, José Saldanha da Rosa, **elemento de toda a confiança que sempre demonstrou sympathias pela causa revolucionaria**, dispunha-se a ir ao encontro da **força federal de Cruz Alta**, [...]. Encontravam-se as tropas vindas de Cruz Alta, que eram commandadas pelo cap. Nelson Etchegoyen, nas proximidades do arroio Santa Barbara, onde também se achavam acampadas as **forças civis** que obedeciam ao mando do **cel. Braulio Oliveira** em número de 700 homens reunidos nos 1º, 2º e 11º districtos.<sup>90</sup> **(grifo nosso)**

Em termos bélicos, o dispositivo de expectativa adotado pelo movimento rebelde foi bastante representativo do poderio armado da região missioneira gaúcha, conforme ilustra a figura 8. A plena utilização de tropas de infantaria, cavalaria e artilharia, aliada a participação de experientes civis, acostumados com o fragor das batalhas, tornavam o plano de ataque dos revoltosos coerente com a demanda defensiva, proporcionada pela Guarnição Federal santo-angelense.

Concentrava-se o **plano de ataque**, que deveria ser levado á villa na manhã do dia seguinte (**seis de outubro**). A **artilharia** tinha desembarcado as suas peças, que deveriam proteger a avançada da **cavallaria e infantaria** em posições já escolhidas. Alguns **officiaes e inferiores** haviam sido mandados para a frente em **exploração do terreno**, enquanto a **soldadesca, confraternizando com os civis**, refazia com gordo churrasco as fadigas de tão precipitada viagem.<sup>91</sup> **(grifo nosso)**

Apesar da comunidade de imaginação bélica está assentada nas mais caras tradições armadas gaúchas, bastando observar a nítida integração entre a “soldadesca” e os “civis rebeldes”, sua metamorfose política necessitava muito mais da cooptação dos militares legalistas do que a promoção de um combate violento, que certamente redundaria em mortes e ressentimentos de ambos os lados da contenda. Por isso, o aliciamento de militares santo-angelenses em consonância

<sup>90</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 10.

com uma solução pacífica para o conflito, foram marcas indeléveis da negociação entre os caudilhos locais e o comandante da Guarnição Federal de Santo Ângelo.

[...] encontrando-se com o cap. Achylles Menezes e tenente contador Leonardo Grazziano, também do mesmo regimento (**4º R.C.I.**), com elles trocaram ligeiras impressões sobre a **marcha victoriosa do movimento revolucionário**, tendo-lhe o **Intendente (Ulysses Rodrigues)** mostrado o bilhete do cap. Rômulo, cuja letra e assignatura foram reconhecidas pelo cap. Achylles. **Aquelles dois officiais mostraram desejos de os acompanharem**, não o tendo feito por ter adoecido repentinamente pessoa de família de um delles, a quem foram attender. [...] Chegando ali o dr. Intendente, por elle foi exposto ao **cap. Etchegoyen e coronel Braulio** o pé em que se encontravam **as negociações para uma solução pacífica**, annunciando-lhes a visita dos officiaes acima referidos e que melhor informariam da situação da força federal.<sup>92</sup> (**grifo nosso**)

Nesse cenário de expectativa, a peça teatral do combate armado no município de Santo Ângelo acabou não sendo desenvolvida, graças habilidade dos negociadores rebeldes que souberam entender a imperiosa necessidade de se manter a ordem político-militar mesmo no âmago da desordem revoltosa. Desta feita, ainda na noite do dia cinco de outubro, a situação da Guarnição Federal de Santo Ângelo ficou completamente resolvida, com a prisão dos oficiais legalistas, que não aderiram ao movimento armado de 1930.

Com o envio dos prisioneiros para Porto Alegre, o 4º R.C.I. passou a ser comandado pelo 1º tenente Odemar Menezes, por ser o oficial mais antigo que participou da comunidade de imaginação forjada em terras santo-angelenses. Já no 4º Grupo de Artilharia a Cavalos (4º G.A.Cav.), não ocorreu qualquer alteração na estrutura de comando, haja vista a adesão integral de todo aquartelamento à insurreição.

Após a pacificação da região missioneira gaúcha, começaram a ser formados os contingentes que iriam seguir para o norte brasileiro, cujo destino principal era a capital federal – Rio de Janeiro. Cidadãos civis e militares de Santo Ângelo e seus arredores foram absorvidos pela metamorfose desencadeada pela comunidade de imaginação bélica. A adesão da sociedade transformou a representação imagética social acarretando sensível alteração na realidade das organizações político-militares missioneiras. A harmonia e o consenso apresentados pelo Exército Brasileiro no que tange a sua identificação recíproca com a comunidade sulina foram combustíveis perenes para cooptação de membros da sociedade local para apoiarem a causa rebelde de 1930. Desta maneira, os preparativos para a formação de corpos provisórios foram rapidamente concluídos nas Missões rio-grandenses.

Começaram desde logo **os preparativos para a marcha das tropas**, tendo sido aqui organizado **um Corpo Provisório** por ordem do commandante geral da **Brigada Militar**, coronel Claudino Nunes Pereira, o qual teria o effectivo de **350 homens** e era destinado a fazer parte da **Divisão de**

<sup>92</sup> Ibidem, p. 9-10.

**Cavallaria Ligeira** commandada pelo general João Francisco, tendo tido ordem de seguir imediatamente para Marcellino Ramos.<sup>93</sup> (**grifo nosso**)

A importância da região missioneira gaúcha e da cidade de Santo Ângelo foi tamanha que o 8º Corpo Provisório contou com um número significativo de 350 homens (efetivo de um regimento de cavalaria). Com cerca de 21 oficiais, o referido agrupamento militar foi liderado por um caudilho santo-angelense, valorizando a força da comunidade de imaginação bélica presente nas paragens das Missões.

O commando desse Corpo, que tomou a numeração de 8º, foi confiado ao **tenente coronel Raul Braulio de Oliveira, notório da Villa**, sendo a seguinte a sua oficialidade: major fiscal Santos **Oliveira**; capitão ajudante Conrado Abarno; capitão médico Adriano Kroeming; 2º tenente secretário Julio **Oliveira**; 2º tenente contador Celso Moraes; capitães commandantes dos esquadrões – Clotario **Oliveira**, Eurico Nunes da Silva, Moacyr **Rösing** e Vicentino **Lima**; 1º tenentes – João Polycarpo dos Santos, Benjamim Vargas, Fernando Albino e Marcelino dos Santos **Rosa**; 2º tenentes – Bruno Zanella, Waldemar **Rösing**, Gaspar Fernandes de **Lima**, José Vieira Gonçalves, Napoleão Ruas, Octacilio Maycá, Sylvio Dalton e Pedro Corrêa da **Rosa**.<sup>94</sup> (**grifo nosso**)

Cabe ressaltar que a população belicista santo-angelense assumiu a sua tendência em construir um consenso armado vitorioso que proporcionou uma maior conciliação político-militar no interior do grupo dirigente local. Com a presença de diversas famílias influentes ombreado lado a lado no 8º Corpo Provisório, como dos Oliveira, dos Rösing, dos Lima e dos Rosa, a identificação da sociedade local com os termos castrense e político fortaleceu o consenso para o sucesso da comunidade imaginação bélica em terras missioneiras. Os líderes locais materializaram o simbolismo militar da garantia da ordem legitimando o ideário de que era necessário romper a legalidade constitucional pelo viés das armas para afiançar o progresso das Missões.

Obviamente, esta estruturação castrense foi conseguida com a efetiva participação de civis e militares missioneiros no corpo de tropa, bem como a presença do trem reforçava o imaginário do binômio da ordem e do progresso com o movimento armado em busca do desenvolvimento econômico regional. Assim, foram intensificadas as instruções militares, com destaque para a correta utilização do armamento individual e coletivo. A angústia pela espera do embarque no trem deixou o agrupamento militar do 8º Corpo Provisório em grande expectativa, como retratou Ulysses Rodrigues: “por várias vezes teve ordem de marcha, aguardando somente a composição de trem, que não foi possível conseguir devido a grande quantidade de tropa que estava seguindo para a fronteira de São Paulo”.<sup>95</sup> Esta relação da tropa armada (ordem) com o trem (progresso) é materializada pela figura 9 que ilustra os preparativos do 8º Corpo Provisório das Missões para embarcar na estação ferroviária de Santo Ângelo em direção ao norte do país.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> Ibidem.



**Figura 9** – Embarque do 8º Corpo Provisório das Missões na estação ferroviária de Santo Ângelo (1930).  
**Fonte:** Acervo iconográfico do 1º Batalhão de Comunicações (Santo Ângelo-RS).

Laureado por uma efetiva comunidade de imaginação belicista, o tornado gaúcho irrompeu o movimento armado de 1930, consubstanciando a aliança entre militares tenentistas e descontentes com a estrutura hierárquica do Exército Brasileiro e políticos da oligarquia sul-rio-grandense. Desde a capital porto-alegrense até o interior missioneiro, a ação rebelde foi extremamente eficiente e eficaz, graças a uma articulada conspiração dentro e fora dos quartelamentos federais, fato que ajudou a forjar a comunidade de imaginação que sustentou o golpe estadual. A união de velhos caudilhos gaúchos, como Vargas e Aranha, com militares descontentes com a Força Terrestre, como Monteiro, alinharam a sinergia do pensamento revoltoso, que buscou a desordem política, via ação bélica, para manter a ordem nacional e o progresso do país.

Com conflitos bélicos de pequena monta, o tornado gaúcho não provocou significativas rupturas no imaginário interno da sua sociedade. O seu mundo de significações político-militar foi instituído ao longo de diferentes instantâneos armados que forjaram na população gaúcha a representação coletiva de que o uso da força militar é um caminho legítimo para alcançar seus objetivos, políticos ou castrenses.

Os fatos desencadeados em outubro de 1930 apenas materializaram a transformação ocorrida com o grupo dirigente gaúcho que assimilou uma comunidade de imaginação capaz de se metamorfosear interna e externamente, revelando o imaginário coletivo bélico da sociedade sul-rio-grandense. As manifestações populares demonstraram a coesão em torno do militarismo, mesmo que significasse o abandono temporário da ordem legal, também evidenciaram a unidade e a coerência discursiva, dentro da perspectiva político-militar de conquista do poder federal, como instância derradeira para a manutenção da ordem e do progresso regional e nacional.

A presença indelével dos caudilhos, tanto a nível estadual, como Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Getúlio Vargas, quanto a nível local, como Braulio de Oliveira e Ulysses Rodrigues, demonstrou como as fontes do poder personalistas distinguem os que detêm o poder daqueles que a ele se submetem. A personalidade ou a liderança político-militar, atinente às qualidades e às características pessoais que dão acesso a um ou mais instrumentos de poder, foram o grande mote dos caudilhos gaúchos, na consecução do movimento armado de 1930. Além da compra de submissão nas fraudes eleitorais, estes caudilhos sempre ostentaram altos postos da carreira militar (generais e coronéis), reforçando o imaginário coletivo de que o mundo das significações políticas abarcava também as demandas bélicas.

Contudo, a impulsão sulina e o próprio tornado gaúcho não ficaram restritos às paragens porto-alegrenses e missioneiras, muito pelo contrário, o cenário da peça bélica sofreu diversas mutações, deixando mais dinâmica esta aventura da sociedade brasileira. A imperiosa necessidade de manter a ofensiva das ações militares conduziu as tropas sul-rio-grandenses a seguirem para o norte da região sul, fortalecendo o estado paranaense como ligação primordial entre o movimento rebelde e o estado legalista paulista.

Cabe ressaltar ainda um documento de três de outubro de 1930, cujo teor descortina de forma resumida o pensamento que permeou o imaginário coletivo de militares e políticos que construíram a comunidade bélica que sustentou o golpe cívico-castrense que pôs termo à República Velha. O primeiro boletim do Serviço de Intendência das Forças Nacionais Revolucionárias, publicado no Quartel-General de Porto Alegre e assinado pelo major Elpidio Martins, que assumiu a chefia da logística rebelde, após a eclosão do movimento armado.

Proclamação: **Camaradas!** O dia de hoje fulgurará nas páginas radiosas da **história pátria** como um dos mais gloriosos, um daqueles que hão de atravessar os tempos porvindouros com uma perene accentuação coeva ou como uma dessas recordações immorríveis que passam a constituir um pedaço mesmo da nossa própria alma. O Brasil, essa famosa peça de arquitetura **política** de que fallava, orgulhoso, o nosso **grande José Bonifácio**, essa immensa amada e estremeçada Pátria, que de tão linda levou aos olhos dos primeiros que a viram e contemplaram a impressão de nella ter estado situado o **paraíso terrestre**; o **Brasil**, legado maravilhoso de nossos antepassados, **estava mergulhado no abysmo, dirigido por uma horda de indivíduos que o encaravam como uma propriedade particular.**<sup>96</sup> (grifo nosso)

No início, o major Elpidio Martins já realiza um vocativo bastante característico entre os militares tenentistas da época – “camaradas”. A seguir, começa a resgatar personagens e fatos marcantes da história nacional, ressaltando José Bonifácio como grande articulador político da colônia que confabulou a independência do Brasil. Colocando o país como “paraíso terrestre”, o chefe do serviço de intendência afirma que os dirigentes nacionais (oligarquia dominante)

<sup>96</sup> Boletim nº 1, do Serviço de Intendência das Forças Nacionais Revolucionárias, Porto Alegre, três de outubro de 1930, p. 1.

conduziram este paraíso para o abismo infernal, pois trataram a coisa pública como uma “propriedade privada”. Estas palavras textuais demonstram a capilaridade do imaginário coletivo que impregnaram os corações e mentes de militares e políticos rebeldes que formaram a comunidade que sacramentou o movimento armado de 1930. Este documento oficial confirma o caminho formal trilhado por estes atores sociais na construção da rede de significações que sustentou o grupo político-militar e a própria sociedade sulina.

Não era nelle mais a **lei uma entidade suprema** a que todos devessem obediência, não mais imperava nelle o regimen da egualdade, da liberdade e da fraternidade, não mais existia a **harmonia e equiparação de poderes**. Só uma cousa se ostentava neste Brasil idolatrado que nos entregaram **os que expulsaram os hollandezes, francezes e hespanhões**; só uma majestade incontrastável aqui reinava, soberana e desafiadora, irritante e compressorá, despudorada e cynica, medíocre e desalmada, **com todos os característicos do mandonismo, do pessoalismo, do caciquismo ou do sertanejismo partidário** – a **hypertrophía asphixiante do executivo** a girar dentro desta órbita nefanda: no terreno político – **a extinção do adversário de idéias**; no terreno administrativo – **o pensamento fixo no ouro alienígena para curar as doenças econômicas e financeiras da collectividade**, geradas pelos desmandos e pela cupidez dos déspotas obtusos que nos vinham escravizando.<sup>97</sup> (**grifo nosso**)

Neste trecho, fica evidenciado o principal oponente do movimento armado de 1930: a “hipertrofia asfíxica do executivo” nacional. Para a comunidade imaginária sulina, o governo de Washington Luis pecou no “terreno político”, porque evitou o diálogo de ideias contrárias, e no setor administrativo, pois permitiu que as “doenças econômicas e financeiras”, oriundas da crise de 1929, alastrassem-se no Brasil. Reforçando o imaginário geral, o discurso apresenta a primeira justificativa para o uso das armas, haja vista que no país ninguém mais obedecia a entidade suprema da lei, bem como o passado glorioso de lutas bélicas de nacionais que expulsaram os invasores holandeses, franceses e espanhóis, garantindo a integridade do Brasil continental.

Teve a **República** na sua **alta magistratura estadistas** taes que se chamaram **Prudente de Moraes e Campos Salles, Rodrigues Alves e Affonso Penna, Wenceslau Braz e Nilo Peçanha**; contou Ella com a collaboração inegalável de um **Rio Branco**, a apostolisação sem par de um **Ruy Barbosa**, a doutrinação evangélica e a exemplificação prática de um **Assis Brasil**, a cooperação honesta e incorruptível de um **Borges de Medeiros**, a assistência desvelada, nos seus primórdios, de um **Julio de Castilhos** e de um **Benjamim Constant**, sem falar nesses nunca assaz lembrados **Marechaes Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca**. Tal cyclo rutilante, porém, concretizado nessas insignes figuras mencionadas, fechou-se de modo desolador ao se ter de escolher o dirigente dos destinos pátrios no **quatriênio de 922 a 926**.<sup>98</sup> (**grifo nosso**)

O major Elpidio Martins continua seu enfoque histórico, destacando o período republicano nacional. Evocando os nomes de presidentes da República, com grande ênfase nos dirigentes civis, esquecendo-se inclusive de mencionar o marechal Hermes da Fonseca. Contudo, o que chama atenção neste discurso, foi a referência qualificada de caudilhos gaúchos que conformaram o

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 1-2.

pensamento positivista da política sul-rio-grandense: Julio de Castilhos e Borges de Medeiros. Esta lógica positivista pautou toda a campanha bélica promovida pelo movimento armado de 1930.

Surgiu então a **REACÇÃO REPUBLICANA**, primeiro marco assinalado da campanha memorável que ia pelejar pela **manutenção da nossa liberdade**, campanha bem mais gloriosa que a da **própria INDEPENDÊNCIA**, a da **ABOLIÇÃO** ou a da **PROPAGANDA DA REPÚBLICA**, campanha que ia reintegrar o Brasil na posse de si mesmo, reivindicar a faculdade soberana que lhe assistia de **escolher espontaneamente seus dirigentes**, campanha annulladora da mentalidade catteteana que via na eleição do primeiro magistrado da NAÇÃO a concretização de **uma dádiva compadresca** e não o exercício completo do maior dos direitos de um povo numa democracia veramente organizada. **Troaram os canhões legendários de COPACABANA**, desperta a nacionalidade, **NEWTON PRADO, MARIO CARPENTER, SIQUEIRA DE CAMPOS, EDUARDO GOMES E OCTAVIO CORREA** equiparam-se aos mais puros, aos mais **genuínos martyres da liberdade pátria**, maiores ainda que os nossos **Tiradentes e Felipe dos Santos**, mais sublimes que **os retirantes da Laguna**, mais extraordinários que os **defensores de Dourados**, êmulos perfeitos do insigne **Antônio João**, guardas homéricos da honra nacional asylada no forte histórico naquelle período sombrio da nossa existência collectiva.<sup>99</sup> **(grifo nosso)**

Nesse instantâneo, o discurso assume total identificação com os ideais tenentistas de 1922. Exagerando nas comparações históricas, o autor do boletim eleva aos arautos da memória coletiva nacional, militares e civil que participaram do levante do Forte de Copacabana, colocando-os em posição superior aos ícones da liberdade brasileira, como Tiradentes, Felipe dos Santos, Antônio João entre outros que se destacaram por defender os direitos do Brasil contra a exploração colonial e a invasão paraguaia. Constata-se também o tom quase religioso para caracterizar os heróis da pátria. Na realidade, o texto reforça a busca identitária do movimento revoltoso. Os líderes da comunidade de imaginação bélica procuraram utilizar os discursos, formais ou informais, como instrumento de convencimento para que a sociedade sulina acreditasse que a força das armas era um caminho legítimo para acabar com os desmandos do governo federal.

Traçam os **denodados heroes** a página mais brilhante, o **feito mais estupendo da brasileira história militar** e se tornam dahi por deante **os santos da religião cívica da maioria brasileira**. **Sibilaram as balas dos fusis da cadetada de 922**, dessa incomparável **Escola Militar** que acclamou seu commandante o abnegado **Xavier de Britto** e affrontou impávida, destemerosa e arrogante, até queimar o último cartucho, [...]. Passaram-se breves meses e estoura **a arrancada sublime de São Paulo, em 924**. **ISIDORO LOPES, JOAQUIM E JUAREZ TAVORA, ESTILLAC LEAL, MIGUEL COSTA, IRMÃOS SOARES DUTRA, JOÃO FRANCISCO** e outros raros revelam-se os **continuadores da gloria immarcescível dos 18 de COPACABANA**. **Estremece a negregada bastilha do profissionalismo político** ante a hercúlea afirmação patriótica desses illuminados. Concentram-se elles mais tarde **em IGUASSÚ e AHI FAZEM PULSAR A ALMA DA PÁTRIA, na phrase nítida e justa de Assis Brasil**. Secunda-lhes o gesto, no **Rio Grande**, a **flor da mocidade militar** que ahi estacionava, essa que também havia amargado, sem ter podido protestar, **a iníqua derrota de 22**.<sup>100</sup> **(grifo nosso)**

O major Elpídio Martins, que aprendeu nos bancos escolares da Escola Militar a valorização dos atos de bravura dos 18 do Forte de Copacabana, bem como da revolta de 1924, retratou esses

<sup>99</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 2-3.

eventos como exemplos de dureza e de espírito combativo tão importante naquela fase do movimento armado de 1930. Além disso, a constante referência aos heróis de 1922 e 1924 trouxe um ar de epopeia à insurreição de outubro, pois os feitos “mais estupendos da brasileira história militar”, ocorridos no passado tenentista estavam sendo reeditados no imaginário bélico do grupo que liderou o golpe no sul brasileiro. Este discurso reforçou ainda a íntima relação imagética entre os mundos das armas e do sagrado. Os heróis de 1922 e 1924 tornaram referência quase religiosa para os seguidores de 1930, verdadeiros “santos da religião cívica da maioria brasileira”. Percebe-se também que o processo de heroificação discursiva resgata o próprio termo revolucionário como pedra de toque do movimento armado. Expressões como “igualdade, liberdade e fraternidade” e “bastilha do profissionalismo político” remetem a sociedade sulina ao imaginário coletivo da Revolução Francesa de 1789, quando a população derrubou o regime vigente, por intermédio da força das armas.

**PRESTES E PORTELLA, JOÃO ALBERTO E SIQUEIRA, BENEVOLO E SALVATERRA** imitam os companheiros de São Paulo, unem-se a eles, não aceitam todos a **solução política de CATANDUVAS** e de um SÃO LUIZ a outro plantam a semente bemdita dos **ideaes salvadores nos profundos sulcos abertos na generosa alma brasileira pelos bellicos arados copacabanicos que haviam sido empunhados no anno doloroso do nosso centenário político**. Empolgam-se, atravez dessa epopéia peregrinação, da realidade brasileira. Quanto maiores os sacrificios feitos, maior a ufania que lhes perfumava a alma, maior o sonho que lhes dilatava o coração, maior a alegria que lhes dominava a consciência, maior a couraça que lhes cingia o caracter, maior o sentimento da responsabilidade que lhes governava o espírito. Urgia, custasse o que custasse, **libertar o Brasil**, impedia a todo transe livral-o das garras de uma mediocracia voraz que o estava vendendo ao estrangeiro. Da calma aparente, de fictícia tranquilidade era a situação nacional nos annos que se seguiram a 926.<sup>101</sup> (**grifo nosso**)

A nítida referência aos jovens oficiais tenentistas de 1924, que estavam presentes em 1930, com exceção de Luis Carlos Prestes, foi o apanágio deste momento discursivo do destacado boletim. Nele, o autor enfatiza a importância do poderio bélico dos tenentes, oriundos de paragens gaúchas, para a manutenção da chama revoltosa contra a “solução política” de Catanduvas-PR, arquitetada pelo agora chefe do Estado-Maior rebelde – Góes Monteiro. Em coerência, o texto resgata a formação de uma comunidade beligerante que atravessou o país angariando adeptos por onde passou. Esta epopeia forja um imaginário coletivo de que o movimento armado de 1930 carrega em si os mesmos “ideais salvadores” que assolaram a “alma brasileira” em 1922 e 1924.

[...] Procurando sempre consolidar-se a reduzir ao mínimo a nossa **liberdade política**, tenta levar ao Cattete uma inexpressão nacional, **um representante authentico do compadrismo partidário**, um homem que se não havia assinalado em toda a sua apagada vida pública por um traço que marcasse uma personalidade. **Minas gloriosa, Parahyba corajosa e firme, Rio Grande altaneiro e cavalheiresco e as oposições de outros Estados NEGAM a investida e proclamam a necessidade de FAZER O PODER PÚBLICO A REVOLUÇÃO ANTES QUE O POVO A FIZESSE, ou então executal-a incontinenti pelos methodos preconizados pelo idealismo da**

<sup>101</sup> Ibidem, p. 3.

**nilista juventude militar.** Arma-se o Cattete, comprime cada vez mais, suborna consciências, esbanja á vontade, **violenta as urnas** e manda essa inutilidade criminosa, essa excrescência abominável que era o Congresso Nacional reconhecer o candidato da fraude, o pupillo governamental, o companheiro dilecto das festanças do Clube Dusentos.<sup>102</sup> (**grifo nosso**)

Nessa parte, o boletim retratou a insatisfação da comunidade de imaginação bélica com a quebra da lógica sucessória da Primeira República. A insistência de Washington Luis em violar a política do café-com-leite, impondo outro paulista, foi o mote desse discurso. O autor via Julio Prestes como “um representante autêntico do compadrismo partidário” paulista em detrimento de outras oligarquias nacionais, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Em vista do efetivo poder de manipulação eleitoral, não havia dúvidas de que o governo federal conseguiria eleger seu candidato no pleito de 1º de março de 1930. Assim, ao mesmo tempo, que o grupo belicista organizava a campanha eleitoral da Aliança Liberal, empenhava-se desde o início em preparar o terreno para a ação armada, caso o resultado das urnas fosse realmente desfavorável. “Sem esperanças eleitorais, sem ilusões políticas, sem fê na imparcialidade do governo, concluimos [...] pela necessidade de uma revolução fatal e inevitável” (ARANHA Apud FRANCO. 1980, p. xx).

A perspectiva tenentista de realizar o movimento armado antes que ocorresse uma convulsão popular sem controle, também foi manifestada no discurso materializado pelo primeiro boletim do serviço de logística rebelde. Assim, defendeu-se o imaginário de que era fundamental “fazer a revolução antes que o povo a faça”, bem como que esta insurreição deveria contar com os métodos belicistas da juventude militar tenentista. Desta forma, a comunidade de imaginação bélica sulina visualizou a cooptação social em três fases: utilizar a campanha eleitoral aliancista como um instrumento de mobilização da opinião pública no nível nacional que proporcionasse maior expectativa social contra os desmandos do poder federal; constituir um sólido dispositivo bélico no Rio Grande do Sul, com a união da oligarquia regional com os militares descontentes com a estrutura hierárquica do Exército Brasileiro; e integrar a corrente rebelde tenentista aos ditames militares do movimento armado de 1930 (HILTON, 1994, p. 26).

Domina nessa culminante phase da vida nacional a **figura soberana de João Pessoa**. Dir-se-ia que **seu espírito houvera convivido com os heróis de Copacabana nos dias trágico-dourados** em que enfrentaram o Cattete. Defendendo a autonomia da sua pequenina Parahyba, escudando-se na sua inquebrantável coragem e na sua commovente bravura moral para manter a dignidade de seu cargo e preservar a honra de seu Estado, João Pessoa foi um gigante que só poderia mesmo ser abatido pela covardia traiçoeira dos pygmeus que não ousavam encaral-o de frente. Morto, tornou-se maior do que vivo, e **seu sangue límpido e immaculado adubou a arvore bemdita dos ideaes sacrosantos**. Tornou-se sua memória **um symbolo de dignidade, um lábaro de revolta, um programma de fé, um encorajamento aos fracos, um incitamento aos indecisos**, uma exhortação aos tímidos para que não contemporisassem mais e cumprissem o dever que não poderam ou quizeram cumprir em 22 e 24. Parece que do tumulo de João Pessoa sahia um brado que echoava, commovia e congregava todas as consciências: - “Brasileiro! Não peço vingueis a minha morte, mas exijo salveis a nossa Pátria. **Derretei com o calor do vosso civismo a geladeira**

<sup>102</sup> Ibidem, p. 4.

**washingtoniana, expulsae os vendilhões do templo**, fazei da terra commum o que eu fiz da terra natal”!<sup>103</sup> **(grifo nosso)**

O texto corrobora o imaginário coletivo de heroificação do presidente da Paraíba – João Pessoa. A construção heroica da morte de João Pessoa agiu como grande aglutinadora da comunidade bélica, pois forneceu o impulso necessário para a materialização do levante armado de 1930. Ao ressaltar valores heroicos e religiosos, como “seu sangue límpido adubou a bendita árvore dos ideais sacrossantos” e “seu espírito houvera convivido com os heróis de Copacabana”, o autor reforçou as características que sustentavam o perfil do herói, pois a presentificação desse imaginário repousava sobre a memória coletiva da população, da qual, obviamente, o major Elpídio Martins era integrante. Desta maneira, a valorização do “herói morto” e a condenação dos culpados pela morte unificaram e reergueram o ânimo dos políticos da Aliança Liberal em prol do movimento armado. Na memória coletiva, João Pessoa, após sua morte, tornou-se “um símbolo de dignidade, um lábaro de revolta, um programa de fé, um encorajamento aos fracos, um incitamento aos indecisos e uma exortação aos tímidos”, justificando e legitimando a ação bélica contra o poder central.

Alertas se encontravam os grandes leaders a campanha liberal. **João Neves, Jusardo, Aranha, Getúlio, Borges, Américo, Maurício de Lacerda, Antônio Carlos, Olegário Maciel, Assis Chateaubriand, Maurício Cardoso** e muitos outros ainda não se tinham entregues a descanso, não haviam nunca esmorecido. Velavam pela Pátria, concertavam planos, **ligavam-se aos bravos de 22 e 24**, aggremiavam novos elementos e incumbiam **esse extraordinário GÓES MONTEIRO, esse Moltke do Brasil contemporâneo, de organizar tecnicamente o movimento que aniquillaria o despotismo e regeneraria a República**. Marcado para deflagar, hoje, ás 17 horas, operou-se elle com uma efficiencia, um vigor e um patriotismo insuperáveis, sob o **commando supremo de Getúlio, Aranha e Flores da Cunha, tendo como chefe do Estado-Maior aquella brilhante figura do nosso Exército**. O Cattete, aqui no Rio Grande, foi dominado, nossas tropas já avançam para o Norte.<sup>104</sup> **(grifo nosso)**

A citação da conspiração rebelde alavancada por diversos líderes das oligarquias dissidentes sulinas como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Olegário Maciel foi ao encontro da necessidade de uma liderança militar efetiva no movimento armado de 1930. O texto deixa claro que, além da presença dos tenentes de 1922 e 1924, a participação do tenente-coronel Góes Monteiro foi fundamental para a condução dos planos militares da insurreição em curso.

A comparação de Góes Monteiro com o marechal-de-campo Helmuth Von Moltke, que liderou o exército prussiano no século XIX, foi referenciada no destacado boletim, como uma alusão ao grande estrategista militar europeu. Para Moltke, a estratégia militar deve ser concebida de forma sistêmica, desde o planejamento, passando pela execução, até a avaliação das consequências da ação militar. Como entusiasta do exército alemão, Góes Monteiro convenceu a

<sup>103</sup> Ibidem, p. 4-5.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 5.

comunidade de imaginação bélica que antes de iniciarem a ofensiva armada era fundamental traçar uma estratégia viável à conquista do objetivo: tomar o Catete. Para o chefe do Estado-Maior rebelde era preciso melhorar a logística revoltosa com a aquisição de equipamentos e armamentos que fizessem frente ao poderio bélico das tropas legalistas em São Paulo. Assim, Góes Monteiro organizou a vertente operacional e logística do movimento armado, dando condições das tropas insurretas alcançarem os limites do Paraná com terras paulistas com poder de combate similar.

**A Revolução está triunphante, a victoria em Porto Alegre é um syntoma claro e inilludível da victoria total que há de coroar nossas armas.** Não creio, não podemos esperar encontre o despotismo muitos defensores dignos e bravos como esse coronel Benedicto Acauan e como esses mallogrados major Octavio Cardoso, capitão Jayme Argollo e tenente Atto Corrêa Franco, **vidas tão preciosas, caracteres tão puros, esperanças tão robustas de nossa Pátria, orgulhos tão legítimos de suas desventuradas famílias, amigos meus dilectos, irmãos de armas nobillissimos**, a cuja memória tendo o preto commovido de minha intensa saudade e de minha profunda admiração, lamentando houvesse **o Brasil perdido tão heróicos filhos, victimados pela inconsciência, pelo ódio e pela ausência de patriotismo de todos os W.W. Luizes** que o infelicitavam. É único, é excepcional, é decisivo o momento que atravessa a nossa Pátria. É a grande hora que devemos empregar em resgatar todos nossos erros passados, redimir todas nossas antigas faltas, extinguir todas as nossas imperfeições, cerrando fileiras em torno das preclaras figuras que se acham á testa do movimento nacional revolucionário. **O momento é de purificação, é de sacrificio, é de patriotismo!** Espiritualisemo-nos, pois, companheiros! Luctemos pelo direito, que essa lucta é a poesia do caracter, [...]. Elevemos nossos corações e a imagem da Pátria diante dos olhos, **estejamos promptos a dar-lhe alegremente até as nossas vidas, a marchar ufanos ao encontro da morte, como os 18 abençoados de Copacabana**, para fazer do Brasil uma nação de verdade, **restabelecendo nella o reinado da liberdade, da egualdade e da fraternidade humana.**<sup>105</sup> (grifo nosso)

Na parte derradeira do boletim da seção de intendência, o major Elpidio Martins regozija-se pelo triunfo do movimento armado na capital sul-rio-grandense, consubstanciando o imaginário coletivo de sucesso bélico da empreitada de outubro de 1930. Ainda se ressalta o discurso a respeito da legalidade e legitimidade institucional do movimento armado. Para a comunidade de imaginação bélica, a tomada do poder central deveria ser conseguida com a máxima colaboração dos militares legalistas do Exército Brasileiro, evitando-se a morte destes atores sociais. Com isso, o nítido esforço de valorização dos oficiais mortos em combate: major Otavio Cardozo, capitão Jaime de Argolo Ferrão e o 1º tenente Atos Correia Franco (ALMEIDA, 1932, p. 5). Neste aspecto, o discurso do grupo dirigente que orquestrou o golpe era hegemônico, os militares legalistas apresentavam “vidas tão preciosas, caracteres tão puros, esperanças tão robustas de nossa Pátria, orgulhos tão legítimos”, que somente a insensatez das ações governamentais poderia conduzi-los ao abismo da defesa de um poder federal falido. A brava resistência imposta pelo comandante do 7º Batalhão de Caçadores (Porto Alegre-RS) – coronel Benedito Acauan, concunhado de Flores da Cunha e irredutível militar de carreira e legalista ferrenho, também foi destacada.

---

<sup>105</sup> Ibidem, p. 7.

O texto resgata a missão das tropas rebeldes de doar a própria vida em nome da causa armamentista, lembrando a imagem dos 18 do Forte de Copacabana que morreram, dando início à epopeia revoltosa que se concretizou em 1930. No *schemata* bélico e positivista gaúcho, a força das armas restabeleceria a ordem social e o progresso econômico, estruturando a liberdade, a igualdade e a fraternidade humana no Brasil República. O alicerce da insurreição bélica no sul brasileiro também contava com a imperiosa adesão do Paraná, cuja disposição estratégica balizaria a investida sobre o estado legalista de São Paulo. Após o êxito belicista dos gaúchos, adentra-se no último ato desta peça teatral, com a importante participação das tropas e da população paranaense ao lado do movimento de outubro de 1930.

### **5.3 Terceiro ato: a ofensiva paranaense**

Na região sul do Brasil, a oligarquia intermediária gaúcha conseguiu gradualmente reforçar seus contatos políticos e militares com as oligarquias periféricas do Paraná e de Santa Catarina, sob o discurso do estabelecimento temporário da desordem para a conquista perene da ordem social e do progresso econômico. Com o rápido sucesso bélico rio-grandense em outubro de 1930, o pavilhão da metamorfose legalista foi hasteado por lideranças locais, não vinculadas à política dos governadores, e por militares, servindo em terras catarinenses e principalmente paranaenses.

Os contatos sociais de militares e políticos paranaenses, contrários aos governos estadual e federal, consolidaram uma representação interna que facilitou a formação de uma comunidade de imaginação demarcada por estes atores sociais. As variáveis desta construção imagética explicam os conteúdos de homogeneidade no interior do grupo, haja vista que os aspectos heterogêneos advêm do perfil legalista dos oficiais e praças do Exército Brasileiro.

O passado republicano recente de violentos conflitos bélicos no Paraná amalgamou ainda mais o imaginário castrense dessa comunidade adepta do movimento armado de 1930. Resgatando ações gloriosas como a resistência ao cerco da Lapa-PR ou mesmo os renhidos combates no Contestado, o grupo dirigente dissidente do Paraná, em especial de Curitiba, angariou a simpatia de diversos setores da sociedade, incluindo a imprensa e os intelectuais da época. Assim, o último ato da peça bélica de outubro de 1930 descortinou-se por caminhos informais retratados nos periódicos da capital paranaense, evidenciando como o estabelecimento da desordem foi justificado como baluarte da construção da ordem e do progresso da sociedade das araucárias.

A comunidade imaginária bélica estava tão solidificada que os rebeldes localizados no Rio Grande do Sul tinham absoluta certeza que o Paraná não iria oferecer resistência às tropas do extremo sul brasileiro. “Hão de acolhel-as, hão de reforçal-as as bravas legiões catharinenses de Rupp Júnior e Nereu Ramos, hão de engrandecel-as as aguerridas hostes democráticas do Paraná

amado, cuja alma auscultei em 24 e vi ser tão bravo, tão anti-catteteano e amante da liberdade quanto o Rio Grande do Sul”.<sup>106</sup>

Na alvorada do movimento armado de 1930, os aliados do presidente Affonso de Camargo tentavam dissuadir a sociedade paranaense a pegar em armas contra os poderes estadual e federal. Os boatos corriam por toda Curitiba, região urbana de maior politização da população, mas também diversos radiogramas cifrados ou não percorriam os aquartelamentos do Exército Brasileiro denunciando a eclosão da ação bélica no Rio Grande do Sul. Para conter o alvoroço social, o jornal situacionista “Diário da Tarde” lançou o seguinte editorial no sábado, dia quatro de outubro de 1930:

**Em nome da liberdade, Não!** Boateiros impenitentes prosseguem a faina impatriótica de uma triste campanha derrotista, propalando notícias tendenciosas de **alterações da ordem** em vários pontos do paiz, **desde as regiões do antigo Contestado até á Capital da República. Notícias alarmantes são ciciadas á boca pequena, nos cafés e nas esquinas alarmando**, sem justificação, o espírito público, reflectindo-se desastrosamente em todos os ramos da actividade social, que soffram com a incerteza creada artificialmente, ao sabor dos pruridos mexeriqueiros de homens sem responsabilidade ou **de profissionaes da politiquice**, empenhados numa obra derrotista, que lhes facilite o saciar de ambições inconfessáveis. Neste sobressalto constante, a vida collectiva perde a estabilidade, indispensável ao seu sereno desdobramento, e todos os negócios são entorpecidos e paralyzados.<sup>107</sup> **(grifo nosso)**

Utilizando o mesmo *schemata* de valorização da ordem social para a conquista do progresso econômico usado pelos rebeldes na fase conspiratória, o destacado editorial iniciou seu discurso evocando a não utilização da força para a manutenção da liberdade. As condições de produção discursivas revelam que Samuel Cesar (diretor do jornal) já tinha conhecimento da vitória rebelde no Rio Grande do Sul, por isso, manifesta seu repúdio somente sobre os boatos de alteração da ordem nas regiões do antigo Contestado até o Rio de Janeiro. A aparente convulsão social observada pelo editorial encontra ressonância nas ruas, nas esquinas, nos cafés e nos aquartelamentos federais e estaduais de Curitiba e do Paraná, conformando o caminho sem volta do movimento armado no planalto leste paranaense.

E tudo isso, por quê? Tudo isso, para que? Porque **meia dúzia de ambiciosos** não poudes galgar, em um pleito livre, o **poder sonhado**. Porque alguns demagogos precisam manter agitados os espíritos, para continuar uma precária existência política, de parasitas das **paixões populares** mal orientadas. Porque, num singular desvio do regimem democrático, **pretendem que a minoria, batida nas urnas e nas urnas desamparada pelo povo, se imponha á maioria**, que já se pronunciou, **que quer paz, que quer tranquilidade para trabalhar serenamente e realizar a obra abençoada e fecunda da grandeza brasileira**. Para que estes mesmos aproveitadores da desgraça, á falta de uma catastrophe real, possam agitar aos olhos do povo **males imaginários e imaginários descontentamentos**. Para que uma situação de crise, reflexo de uma crise universal, seja levada ao paroxismo pela falta de confiança, perturbando a acção restauradora dos governos. São estas as causas e estas as finalidades dos que fizeram do boato uma nova profissão,

<sup>106</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>107</sup> EDITORIAL. **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 04/10/1930, p. 1.

criminosamente maléfica. Sim. Outro objectivo não existe, nem outras causas aparecem.<sup>108</sup> (**grifo nosso**)

Percebe-se, nesse trecho discursivo, que os referenciais e representações entre situacionistas e oposicionistas são similares, contrastando apenas o viés defendido. Em ambos os lados, a questão eleitoral é colocada como ponto fulcral das contendas, bem como a crise econômica e financeira oriunda da quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929. Contudo, os dirigentes oligárquicos estão, na realidade, imersos numa comunidade de imaginação, que compreende a força das armas como um eficiente caleidoscópio representativo da sociedade sulina. Por isso, o jornal situacionista esforçou-se tanto para defender a paz e a tranquilidade como baluartes seguros para o trabalho sereno da população, constituindo-se em uma “obra abençoada e fecunda da grandeza” paranaense e brasileira.

Embalde se procura no campo dos que se fizeram pregoeiros das **perturbações da ordem** um ideal justificador das ameaças proferidas. Apenas se encontra o vago de fórmulas gerais, inexpressivas já, á força de serem repetidas. Apenas alguns logares comuns, **sobre liberdade e democracia**. Mas, **liberdade, nós a temos**, talvez em demasia. Poucas serão as nações onde as liberdades públicas sejam asseguradas tão realmente como aqui. A **imprensa opositora** ataca os homens públicos com uma violência de linguagem revoltante, e os rigores da lei – desta famosa lei de imprensa tão malsinada – permanecem no platonismo dos textos impraticados. As ideias mais extravagantes, **á subversão da ordem, o desmoronamento das instituições**, são pregados quotidianamente, ás escancaras, sem que o poder público lance mão das armas que as leis lhe facultam. Si alguma falta pode ser imputada aos governos é o excesso de tolerância, num momento em que todos os governos defendem intransigentemente **o princípio de ordem e de autoridade** indo até o extremo das dictaduras.<sup>109</sup> (**grifo nosso**)

Mesmo antes do dia quatro de outubro de 1930, os comentários já percorriam toda a cidade com notícias, ainda discretas, de que o levante armado ocorreria no início de outubro. Os “pregoeiros das perturbações da ordem” eram na sua maioria oficiais tenentistas estacionados em Curitiba, cujo líder era o major Plínio Tourinho. Com uma personalidade calma, ponderada e de grande desprendimento profissional (LEMOS, 1980, p. 238), o referido major soube aglutinar a confiança de diversos setores da sociedade paranaense, militares e políticos, ainda na fase conspiratória pré-1930.

O “desmoronamento das instituições” não ocorreu sem resistência, particularmente no caso do Exército Brasileiro. Como já visto na figura 5, o comandante da 5ª Região Militar organizou um plano defensivo, integrando o Destacamento Castro Júnior para barrar o avanço do tornado gaúcho ainda no corte do rio Pelotas. Caso não fosse bem sucedido, estabeleceu linhas retardadoras preparadas e não ocupadas no corte do rio Iguaçu, evitando a penetração no território sob jurisdição daquela Região Militar (LEMOS, 1980, p. 238). Na realidade, os militares legalistas estavam

<sup>108</sup> Ibidem.

<sup>109</sup> Ibidem.

dispostos a defender a todo custo o “princípio da ordem e da autoridade” constitucional. Estes atores sociais verbalizavam discursos, como o do editorial do “Diário da Tarde”, cujas imagens e representações estavam alinhadas ao respeito incontestado da legalidade das ações institucionais.

Do outro lado, o major Plínio Tourinho, chefe do serviço de engenharia da 5ª Região Militar, articulava, dentro e fora do Quartel-General, apoio bélico de militares descontentes com a Força Terrestre e coronéis do interior paranaense para facilitar a penetração das tropas gaúchas no Paraná. Neste sentido, a maior conquista de Tourinho foi a cooptação de fuzileiros que integravam o Destacamento Castro Júnior, principal organização militar legalista paranaense.

A democracia nós a praticamos. **Raros são os homens do nosso mundo político que não sejam “self made men”.** Os próprios maiores do aliancismo – exceção feita dos aristocráticos rebentos andradinos – são frutos do seu próprio esforço. Em nome da liberdade e da democracia não se pode, sem despejada mentira, agitar o país, que pela democracia vive em plena liberdade. O que sobrenada neste agitar de paixões torvas são ambições muito pequeninas, interesses muito mesquinhos, que, **envergonhados de si mesmos, procuram no oculto da fraseologia demagógica a máscara que lhes encubra a verdadeira fisionomia e lhes dê ares de paladinos de uma grande causa, quando, em realidade, nada mais são que os cavaleiros andantes do despeito.** E é por isso, e é para isso, que permanece este intolerável estado de agitação e que toda a actividade nacional vive em suspenso, ao sabor das manobras de homens para que a Pátria nada vale e o civismo é apenas uma palavra sem significação. Mas não se fale em liberdade, nem se invoque a democracia. **Aos muitos crimes que em nome da liberdade tem sido cometidos, não se ajunte mais este supremo delicto contra o Brasil, que repudia pela sua imensa maioria qualquer tentativa insana de desordem e de mashorca.**<sup>110</sup> (grifo nosso)

Na parte final do editorial, o foco é a assertiva de que o Brasil vivencia plena democracia política, apesar da República Oligárquica, e total liberdade de expressão política e ideológica, mesmo com a década de 1920 tendo experimentado o estado de sítio na maioria do período. Segundo o jornal situacionista, a minoria dos homens do mundo político estava agitando o Paraná e o Brasil, políticos “envergonhados de si mesmos”, utilizavam discursos demagógicos para encobrir seus verdadeiros interesses pessoais de conquista de poder pelo viés armado.

Na última tentativa de reverter o imaginário coletivo curitibano, o texto afirma que os crimes contra o país não podem ser justificados em nome da liberdade, haja vista que a “imensa maioria” repudia qualquer tentativa de desordem. Na realidade, a comunidade de imaginação bélica já tinha penetrado nos corações e mentes de significativa parte da sociedade paranaense, sendo irreversível a plena adesão ao movimento armado que assolava o sul nacional.

No crepúsculo vespertino do fatídico três de outubro, sob o auspicioso ato teatral bélico da insurreição, o Quartel-General da 5ª Região Militar ficou em prontidão, determinando que toda a Guarnição Federal de Curitiba e as unidades regionais adotassem a mesma situação de pronto operacional. Imediatamente, o general Monteiro de Barros acionou seu plano defensivo, determinando o posicionamento do Destacamento Castro Júnior no corte do rio Pelotas, avançando

<sup>110</sup> Ibidem.

esta tropa para o sul de Santa Catarina, diferentemente do seu planejamento inicial (figura 5). As palavras de Tourinho exemplificam a tentativa dos militares legalistas em evitar a vitória dos rebeldes nas paragens do Paraná.

Na noite de 3 de outubro as **altas autoridades militares e civis** tiveram conhecimento, por intermédio do Governo Central, de que o movimento revolucionário estalara no sul, Minas e Paraíba, e por isso mesmo se apressaram em tomar as medidas militares julgadas necessárias à defesa da Região, bem como exercer perfeito serviço de espionagem para evitar qualquer **perturbação da ordem pública**. Entre as medidas de ordem militar ficou determinado que seguisse com toda urgência um destacamento do Exército, formado pelo 15 BC, 9º RAM e 5ª G.A.Mth, sob o comando do coronel João Pereira de Castro Júnior, para Porto União, a fim de constituir a primeira linha de resistência contra as forças revoltosas vindas do sul (TOURINHO, 1980, p. 81). (**grifo nosso**)

Percebe-se no testemunho do major Plínio Tourinho que a comunidade de imaginação bélica do Paraná absorveu ambos os lados da contenda, independentemente da posição de situacionistas ou de oposicionistas, todos entenderam que somente o fragor das armas resolveria as disputas políticas oligárquicas que dominavam o Brasil. Assim, “altas autoridades militares e civis”, com destaque para os generais legalistas e os conselheiros do presidente Affonso de Camargo, tentaram, pelo viés belicista, evitar a “perturbação da ordem pública” em território paranaense.

O Destacamento Castro Júnior era composto de tropas de infantaria (15º B.C.) e de pesada artilharia (9º R.A.M. e o 5º Grupo de Artilharia de Montanha), com nítido objetivo de bater o tornado gaúcho pelo fogo oblíquo de longa distância, evitando ao máximo o combate corpo a corpo. Com pleno conhecimento deste planejamento legalista, o major Plínio Tourinho entendeu que era necessário impedir a todo custo a partida deste destacamento, “pois toda a tropa enquadrada dificilmente se rebela” (TOURINHO, 1980, p. 81). Com isso, entrou em contato com os oficiais tenentistas que estavam infiltrados nos aquartelamentos curitibanos, determinando que realizassem uma resistência passiva às ordens emanadas do comando da 5ª Região Militar. Esta encenação conspiratória deu resultado, haja vista a autoridade do general Monteiro de Barros ter sido esvaziada ao ponto do próprio Castro Júnior, ferrenho legalista, ter se recusado a seguir com sua coluna de marcha, “na qual não depositava confiança” (TOURINHO, 1980, p. 81).

O imaginário social que alicerçou a comunidade bélica foi suficiente para angariar a simpatia da maioria dos militares do Exército Brasileiro aquartelados em Curitiba. Sem a necessidade de qualquer disparo de arma de fogo, agindo somente no ideário castrense, os conspiradores do movimento de 1930 conseguiram dominar uma poderosa máquina de guerra constituída pelo comando regional. Contudo, cômico de que a cooptação imagética poderia sofrer rupturas, caso ocorresse derramamento de sangue entre irmãos de armas, Plínio Tourinho tratou de evitar qualquer tipo de luta no seio da Guarnição Federal de Curitiba, principalmente no 9º R.A.M., “única unidade

cujos oficiais, embora com ideias revolucionárias, desejavam, entretanto, ter maior conhecimento do que acontecia no sul” (TOURINHO, 1980, p. 81).

Diante desse impasse, o major rebelde decidiu acelerar o início cênico da revolta no Paraná. Para tanto, designou o capitão Álvaro Barroso de Souza Júnior para ir ao 9º R.A.M. entender-se com o capitão Amorety Ozório, informando-lhe que “os demais corpos estavam a postos, prontos para iniciar o movimento que se esperava fosse efetivado sem derramamento de sangue” (TOURINHO, 1980, p. 81). O risco de causar baixar de ambos os lados da contenda revoltosa era o mais avassalador temor do grupo dirigente que liderou o movimento armado no Paraná. Plínio Tourinho reconhecia como principal perigo a interrupção da cooptação dos militares e dos políticos dissidentes, caso a carnificina tomasse lugar do recrutamento voluntário para a causa rebelde.

Contudo, o temor rebelde acabou se tornando uma trágica realidade quando o capitão Álvaro Barroso chegou ao quartelamento do 9º R.A.M., subiu a escadaria que dava acesso ao interior do quartel, pelo portão das armas, transpondo com dificuldade o cordão de sentinelas, e teve um encontro inesperado com o major Correa Lima – comandante do 9º R.A.M. – que aos gritos bradava: o comandante sou eu! É a mim que se deve dirigir! (LEMOS, 1980, p. 248). Neste instantâneo, o capitão Amorety Ozório avistou os dois militares, interpelando o major Correa Lima, deu-lhe ordem de prisão: major, considere-se preso! Ao mesmo tempo que lhe apontou a pistola ao peito e lhe intimidou a render-se, pois o regimento estava do lado do movimento armado rebelde (TOURINHO, 1980, p. 82).

Militar legalista e comandante firme, de temperamento forte, o major Correa Lima não se intimidou diante da pressão armada, aproximando-se do seu oponente, tentou afastar a pistola com um gesto violento e brusco. Neste ínterim, ocorre um disparo fatal que varou o cérebro do impetuoso major, que caiu no solo pátrio do seu estimado 9º R.A.M. sem vida. “Tristeza e nervosismo envolvem todo o quartel” (LEMOS, 1980, p. 248). Na realidade, “foi um fato lastimável e muito deplorado pelos revolucionários, pois Correa Lima era considerado um dos oficiais mais ilustres do exército, pelo seu saber, capacidade de trabalho e amor ao país” (TOURINHO, 1980, p. 82).

Esse acontecimento trágico do major Correa Lima, bem como as mortes ocorridas em Porto Alegre, demonstra o grau de dramaticidade que foi a insurreição de 1930. À luz da história cultural e social, estes eventos acabam tendo um caráter efêmero, diante da magnitude plural dos fatos políticos e da convulsão social desencadeada. Porém, no escopo crítico da história militar, o assassinato de militares por seus irmãos de farda manchou com indeléveis cores de vermelho sangue a lógica dos conflitos bélicos viscerais. Não se tratava de eliminar inimigos de países adversários, não se tratava de uma guerra para defender territórios, tratava-se de disputas entre políticos oligárquicos pelo poder federal, que conduziram militares do Exército Brasileiro ao mais

terrível dos atos bélicos: o fratricídio. Por isso, a morte de Correa Lima poderia causar um desastre no objetivo rebelde, penetrando de imediato na consciência coletiva de militares que ainda estavam neutros em relação ao ocaso revoltoso.

A rápida atitude de Plínio Tourinho em transferir seu gabinete para o sublevado 15º B.C., localizado no centro da capital, determinando a prisão dos principais opositores paranaenses, impediu que o desastre fratricida tomasse repentinamente o imaginário público, pois a princípio ele foi obscurecido pela avassaladora vitória sobre a pífia resistência federal e estadual no território paranaense. Após a prisão do comandante e do fiscal administrativo do 15º B.C., que não aderiram ao movimento armado, o capitão Catão Mena Barreto assumiu o comando do batalhão, recusando-se a cumprir as ordens da 5ª Região Militar, ainda sob a liderança do general Monteiro de Barros. Ainda no dia quatro de outubro, as unidades aquarteladas no distante bairro do Bacacheri – Esquadrão de Cavalaria e Grupo de Dorso – tomaram a mesma atitude, prendendo seus comandantes e fiscais, como prova de adesão ao levante rebelde (LEMOS, 1980, p. 239).

Fora da capital Curitiba, no sul do estado paranaense, o 5º Batalhão de Engenharia, em Palmas, aderiu à insurreição, após prender o comandante e o seu fiscal legalistas, assumindo as rédeas da tropa os capitães Alcedo Batista Cavalcanti e Octacílio Ururahy (LEMOS, 1980, p. 240). No setor dos Campos Gerais, o 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa estava nas mãos de dois militares rebeldes: os capitães Ayrton Plaisant e Oldemar Freire Pinto. Segundo Lemos (1980, p. 240), a chama legalista ainda iluminava o ideário do jovem capitão Izaltino de Pinto, que se recusou a aderir ao levante, instalando metralhadora na janela do seu alojamento, ameaçando aqueles que tentassem abordá-lo. Somente após perceber seu total isolamento, dentro e fora do quartel, o oficial intermediário deixou-se prender, pacificando definitivamente o 13º R.I. Em Castro, o 5º Regimento de Cavalaria Divisionário, sob o comando do coronel Álvaro Carvalho e do fiscal major Paulo Nascimento, ambos determinados legalistas, não seguiu a insurreição sulina, deslocando-se para a divisa paulista, em Itararé-SP.

Com a certeza de que a comunidade de imaginação bélica estava disposta a tomar o poder estadual pelo viés armado, Plínio Tourinho laureado pelos seguintes militares: major Cícero Costard, capitão Álvaro Barroso e capitão Viegas da Silva, instalou seu Posto de Comando no 15º B.C. Nos telefonemas realizados aos seus aliados na conspiração, Tourinho (1980, P. 82) afiançava que as unidades não deveriam oferecer resistência, “pois o movimento revolucionário processava-se espontaneamente, graças ao entusiasmo reinante no meio militar e na população civil”.

Ao toque de reunir o **15 B.C.** entrou em forma na **praça da República**, ao mesmo tempo em que o **9º RAM** tomava posição na **praça fronteira ao seu quartel**. Pelo telefone determinei aos comandantes do **Grupo de Artilharia de Montanha e do IV Esquadrão de Cavalaria**, aquartelados no Bacacheri, que se apossassem do **Depósito de Material Bélico** e avançassem com

suas unidades para o centro da cidade a fim de auxiliar os elementos já revoltosos na conquista integral da cidade (TOURINHO, 1980, p. 82). **(grifo nosso)**

O dispositivo militar de tomada do poder federal, conforme ilustra a figura 10 abaixo, foi bastante simples, como são as coisas castrenses. Após cooptar a maioria dos oficiais e praças dos aquartelamentos federais da capital paranaense, o grupo dirigente rebelde elegeu o centro da cidade e o afastado bairro do Bacacheri como células de ocupação imediata do movimento. Tal determinação ressoava no posicionamento estratégico dos quartéis do Exército Brasileiro, localizados em sua maioria nesses pontos de Curitiba.



**Figura 10** – Ações bélicas rebeldes contra instalações governamentais e militares (Curitiba), em 05/10/1930.

**Fonte:** <http://earth.google.com>, acessado em 17/05/2010, original editado pelo autor.

Enquanto os boatos percorriam a fria madrugada curitibana, o grupo de conspiradores materializava a concentração das tropas rebeldes. Partindo da atual Praça Rui Barbosa (Praça da República), o efetivo avançado de infantaria do 15º Batalhão de Caçadores tomava posição na maior praça do centro da cidade. Ao sudoeste, na Praça Oswaldo Cruz, os canhões do 9º Regimento de Artilharia Montado estavam dispostos para quebrar o silêncio da noite com o sibilar inconfundível das granadas. Na atual Praça Generoso Marques, a sede da Prefeitura de Curitiba (figura 10) foi cercada por militares revoltosos, ao mesmo tempo que foi preso em sua residência, Moreira Garcêz – prefeito curitibano. A seguir, o Palácio do Governo Estadual, situado à rua Barão do Rio Branco (figura 10), também foi cercado por forças insurretas, tendo o tenente Álvaro Braga se dirigido à residência do vice-presidente do Paraná – Luiz Maranhão – prendendo-o no

aquartelamento do 15º B.C. Ato contínuo, o aspirante Bezerril dirigiu-se à moradia de Affonso de Camargo, localizada na Praça Osório, encontrando a mesma vazia, pois o presidente paranaense já havia fugido para Paranaguá, no litoral do estado (LEMOS, 1980, p. 246).

Após dominar o centro da cidade, inclusive com a adesão da Polícia Militar, concentrada na Praça República e do Corpo de Bombeiros, sediado na esquina das ruas Ébano Pereira e Cândido Lopes, Tourinho orquestrou a integração dos quartéis federais mais afastados com a efetiva participação da artilharia do 4º Grupo de Montanha e da cavalaria do 4º Esquadrão. Ainda determinou a posse do Depósito de Material Bélico, cujo suprimento e logística eram fundamentais para apoiar o avanço das tropas sulinas para a capital federal.

**Estava realizado o movimento.** Surgia clara e límpida a madrugada de cinco de outubro, alviçareira de novos horizontes para os destinos da pátria. Às 6 horas, ao som do Hino Nacional e de uma salva de 21 tiros, hasteava-se o pavilhão nacional, **aos vivas da tropa e dos primeiros populares que céleres acorriam aos quartéis, em confraternização com os revolucionários.** Para coroar o êxito dessa feliz empreitada, às 6 e 30 apresentou-se-me o comandante José Murici, da **Força Pública do Estado**, que compreendendo o anseio da alma popular resolvera não resistir a fim de evitar derramamento de sangue irmão (TOURINHO, 1980, p. 82).

As palavras testemunhais do major Plínio Tourinho descortinam a conquista imediata da comunidade de imaginação bélica no Paraná: a sublevação do Exército Brasileiro, principal força de coerção nacional. Além disso, retratam o simbolismo lírico de uma alvorada radiante, como se o golpe de estado representasse um horizonte de novas expectativas para a sociedade paranaense, conforme ilustra o registro iconográfico da parada militar na Praça da República com a efetiva adesão da sociedade curitibana.



**Figura 11** – Formatura geral das tropas rebeldes na Praça da República (Curitiba), em 05/10/1930.

**Fonte:** Acervo iconográfico do 20º Batalhão de Infantaria Blindado (antigo 15º B.C.).

Contudo, a mensagem mais expressiva desse discurso foi a utilização da formatura castrense (figura 11) como articuladora da legitimidade do movimento armado como acontecimento necessário à conquista do poder. A parada militar, ocorrida na principal praça de Curitiba, consolidava e renovava os símbolos de poder bélico enraizados na sociedade local, ao longo da Primeira República. Assim, constata-se que a Força Terrestre tinha a função de ajudar na ascensão ao poder daquele grupo dirigente dissidente, mas foi preciso cooptar outras estruturas sociais para forjar e manipular uma comunidade de imaginação de sentido armado. A comemoração da vitória rebelde, por meio de uma formatura militar, relacionava a experiência individualizada de cada integrante do ato revoltoso com a expectativa coletiva da população local, reforçando o *schemata* vigente de percepção da luta armada como uma fase do estabelecimento da ordem legítima, dentro da lógica simbólica daquela sociedade.

Tourinho (1980, p. 83) afirmou ainda que “as salvas despertaram a população curitibana que pressurosa aderiu à revolução. O entusiasmo do povo paranaense não se limitou à aclamação das ruas”. Esta assertiva reforça a percepção de que o contexto mental da sociedade do Paraná estava alinhado com sua comunidade de imaginação, pois mantinha um substrato alicerçado por um conjunto de relações imagéticas que atuaram como memória social daquela cultura bélica. Portanto, a distorção da realidade do golpe armado, por intermédio de comemorações efusivas, tornava-se mais próximo do real, pois a imaginação forjada por esta comunidade é uma produção coletiva. Desta forma, a sociedade curitibana realizou “manifestações de verdadeiro patriotismo, desde a mocidade incorporando-se aos corpos da região e marchando incontinenti para o campo da luta, às demais classes sociais, unânimes em concorrer com seus esforços em benefício da causa nacional”, pois era depositária da memória que os grupos sociais (militares e civis) recolheram de seus contatos com o cotidiano belicista.

A gênese e a difusão dos signos imagéticos e dos ritos coletivos, materializados pela parada castrense, traduzem uma linguagem e um modo de expressão correspondente àquela comunidade de imaginação bélica, assegurando uma forma de comunicação da população sulina que buscava fornecer a si mesma uma identidade coletiva, reconhecer-se e afirmar-se em suas ações (BACZKO, 1984, p. 53). Esta identificação da sociedade paranaense com os signos imagéticos do mundo militar foi retratada por outros atores sociais (militares e civis) em diferentes testemunhos sobre aquela manhã de cinco de outubro de 1930.

Os ânimos explodem em entusiasmo e aplausos a oficiais e tropa. **As ruas se enchem, como nos dias de grandes festas; alegria geral estampada em todas as faces.** Senhoras e moças enlaçam os pescoços de todo oficial, sargento ou praça que encontram, com lenços vermelhos, símbolo da Revolução em marcha! A mocidade, notadamente a da reserva, sem rádio, sem imprensa, sem propaganda alguma, aflui aos quartéis, pedindo aceitá-la em suas fileiras, ansiosos por combaterem ao lado dos que almejam, ao Brasil, uma era nova, era de liberdade, de ordem e de progresso. Está,

em Curitiba, vitoriosa a Revolução, militar e social, intimamente interligados (LEMOS, 1980, p. 247). **(grifo nosso)**

Às 5 horas da manhã fui acordado pelo som de banda de música e vivas dadas pelo povo. Há dias, já corria o boato de no Rio Grande ter rebentado uma revolução, cujo fim era depor Washington Luiz, presidente da República. Em Curitiba **o povo** andava alarmado com os boatos, mas **via com simpatia o movimento reivindicador**. Por isso, para mim não foi surpresa ser acordado daquele modo. Imediatamente, levantei-me e vestindo-me às pressas, corri para a rua Quinze onde, passando pela Gazeta do Povo, tive certeza do que pensava, pois em letras garrafais lá estava escrito: VIVA A REVOLUÇÃO! O CATETE CAIRÁ! Foi a mais bela alvorada que assisti na minha vida. Uma manhã linda, dum céu puríssimo, em que o sol, confraternizando com o povo, derramava torrentes de luz! [...] Chegando na praça da República, lá já estavam acampados o 9º R.A.M., o 5º G.A.Mth. e o 15º B.C. **Por entre abraços, os soldados, oficiais e civis demonstravam o júbilo que lhes ia na alma**. [...] Às 7 horas, eu e outros amigos fazíamos uma passeata pela rua Quinze em homenagem ao novo regime. Às 8,30, distribuímos flores vermelhas ao povo curitibano (MUGGIATI, 1980, p. 95-96). **(grifo nosso)**

Cinco e meia da madrugada e as peças gloriosas do glorioso 9º Regimento de Artilharia Montada davam 21 salvas, anunciadores de um dos maiores acontecimentos da nossa história: a queda da Bastilha Paranaense. Aqueles que residiam nas imediações do quartel da Praça Oswaldo Cruz, compreenderam logo que aqueles tiros representavam mais do que um feriado nacional, porque assinalavam uma nova era para o Brasil, dirigido por uma camarilha prepotente que colocou os interesses pessoais acima dos interesses coletivos. **E todos deixavam as suas residências, procurando o centro da cidade, onde o povo se aglomerava pelas ruas, vivendo as tropas em desfile, vivendo a revolução** (MELLO, 1980, p. 111). **(grifo nosso)**

A relativa homogeneidade da aceitação popular ao movimento armado de 1930 estava em sintonia com o produto da formação belicista daquela sociedade sulina. Desta maneira, a presença de civis e militares nas ruas de Curitiba caracteriza a própria representação social daquela comunidade imaginária. Como símbolos concretos da abstração bélica, os desfiles militares (figura 11), irmanados com a euforia civil (figura 12), representaram a materialização do consenso social no que tange ao estabelecimento da ordem pública pelo viés das armas.



**Figura 12** – Manifestação de populares na Rua Quinze de Novembro (Curitiba), em 05/10/1930.

**Fonte:** BRANDÃO, Ana Maria (Org.). **A Revolução de 1930 e seus antecedentes**. FGV/CPDOC. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 130.

A caracterização da importância da comunidade de imaginação bélica sulina para o sucesso da empreitada de outubro de 1930 pode ainda ser reforçada pela análise de periódicos que circulavam no planalto leste paranaense. Estas fontes primárias ajudam a pensar as percepções do final da década de 1920, reproduzindo o testemunho dos acontecimentos que assolaram o país no epílogo da Primeira República. De acordo com as condições de produção do discurso jornalístico do “Diário da Tarde”, periódico apropriado pelo movimento armado, seu primeiro editorial, do dia seis de outubro de 1930, descortina a valorização que o grupo dirigente dissidente apresentava do seu principal sujeito bélico: Exército Brasileiro, como garantidor da ordem legal.

**VIVA A REVOLUÇÃO!** A revolução, hontem victoriosa, foi, para os que meditam os phenomenos sociaes, menos a casualidade dinâmica de um entusiasmo contagiado, que a resultante inevitável de uma política mesquinha, sem razão e sem moral, que vinha asphixiando a democracia brasileira. Debalde os pregões advertiram, debalde os arautos da reivindicação nacional fizeram chegar aos ouvidos dos cezares da nossa decadência os descontentamentos populares, que se avolumavam dialmente com as medidas illegaes, injustas, anti-patrioticas, com que se pretendia suffocal-os. Só não ouviram os clamores collectivos os que não tinham ouvidos para os lamentos da miséria crescente, para as accusações formaes de esbanjamentos, de dilapidações com o característico da privaricação e do roubo; só não percebiam a actual organização revolucionária do Paiz aquelles que não queriam ver, os taes cegos das escripturas, os feitores dessa situação que hontem findou **porque o glorioso Exército brasileiro e as briosas Milicias Estadoaes têm vergonha, têm patriotismo e, depositários da confiança do povo, quando o cálice das provocações transbordava, chamaram a si o exercício de uma função constitucional: fazer respeitar as leis no interior.** Bravos, pois, ás nossas forças armadas que, na manhã radiosa de hontem repetiram o gesto immortal da madrugada de 15 de novembro de 1889! Bravos **ao povo de nossa terra que soube applaudir** e saberá amparar, a custa de qualquer sacrificio, a obra cívica, recém iniciada, da regeneração, do saneamento da nossa política! Bravos ainda **aos políticos incorruptos, aos políticos estadistas, aos verdadeiros patriotas**, que não fizeram a revolução antes do povo, mas que a fizeram com o povo e para a sua felicidade! Applaudindo o movimento cívico que abala a nacionalidade, derruindo olygarchias que eram um opprobrio, encarcerando os ladrões da nossa dignidade e da nossa fortuna, o DIARIO DA TARDE reata as suas tradições de defensor dos interesses do povo, com o qual tem estado em todas as horas históricas de sua vida, tradições liberaes há muito incorporadas ao patrimônio cívico do Paraná.<sup>111</sup> **(grifo nosso)**

O texto, de um lado, produziu um discurso marcado por qualificativos positivos e grandiosos a respeito do movimento armado, revelando os interesses da comunidade imaginária bélica que conduziu o processo belicoso no Paraná – materializado no jornal, enquanto empresa encampada –, caracterizando uma formação discursiva militarizada que irrompeu como força política incontida no referido editorial. De outro lado, a instituição da desordem – observada na quebra da legalidade constitucional – e o discurso afirmativo da derrubada das oligarquias dominantes obliteravam os sentidos ordinários dos grupos dissidentes na busca pelo poder regional e federal.

O destacado editorial foi escrito pelo professor universitário Octavio da Silveira, que lecionava na Universidade do Paraná. Com a eclosão do movimento, o jornal situacionista “Diário da Tarde” foi encampado pelo grupo oposicionista que retirou o diretor titular, instituindo Octavio

<sup>111</sup> EDITORIAL. *Diário da Tarde*. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 06/10/1930, p. 1.

da Silveira como responsável pela produção dos editoriais a partir daquele dia seis de outubro de 1930. Assim, o professor Octavio da Silveira escreveu em seu nome, do jornal e da própria comunidade de imaginação bélica que fazia parte e que foi construída no Paraná por políticos, intelectuais e militares contrários aos atos dos governos vigentes. O discurso produzido pelo diretor do jornal foi uma linguagem autorizada, investida da legitimidade do grupo que o autor pertencia.

Avançando um pouco mais, observa-se que no dia cinco de outubro de 1930, o estado do Paraná e a cidade de Curitiba amanheceram com as tropas rebeldes nas ruas, com o governo estadual de Affonso de Camargo deposto, com os quartéis do Exército e da Polícia Militar sublevados e com muitos populares nos logradouros dando “Vivas à Revolução!”. Neste cenário, pode-se afirmar que a mensagem expressa pelo editorial do jornal vespertino curitibano era de pleno conhecimento imagético dos seus leitores, pois fazia referência a cena e o lugar que eles estavam vivenciando. Acredita-se que a encenação discursiva do referido editorial não era uma máscara dos acontecimentos vigentes, mas sim uma das formas daquela realidade, “estando este real investido pelo discurso” (MAIGUENEAU, 1989, p. 34).

O editorial procurou representar um lugar social que os leitores estavam vivenciando, organizando e explicando o movimento armado de 1930, a partir da sua posição de integrante da comunidade de imaginação bélica. Para cooptar seus leitores, o diretor do jornal valeu-se do imaginário coletivo do grupo ao qual pertencia, construindo uma formação discursiva que representasse a percepção do real da comunidade de imaginação bélica paranaense. Com isso, o discurso gerou efeito de sentido nos seus leitores que passaram a aderir à lógica enunciativa de que o governo deposto era composto por “ladrões do povo” e que o “glorioso Exército Brasileiro” era a única esperança contra o caos político vigente.

Para defender o movimento bélico, o discurso utilizou várias figuras de linguagem, exaltando os atos ocorridos naquele momento. O próprio termo “Revolução” já remetia o leitor às revoluções americana e francesa, cujo objetivo foi libertar, por intermédio da luta armada, o povo de governantes opressores. A comparação dos estadistas situacionistas com “césares” e “feitores” buscou reforçar a figura ditatorial, tirânica e inflexível dos políticos ligados às oligarquias dominantes, impedindo qualquer alternativa de diálogo que não fosse os disparos das armas. O texto também fez analogia do movimento de 1930 com a proclamação da República, em 1889, deixando claro que a ação armada era contra os líderes do governo e suas oligarquias, mas nunca contra a República.

Com o descortinar dessas fontes da época, não se pode duvidar que o sul brasileiro caminhou incontinenti com movimento armado de 1930, carregando consigo a principal instituição bélica nacional – Exército Brasileiro. Militares e políticos, que construíram uma comunidade de imaginação, amparada na força das armas, haviam conquistado o imaginário coletivo da população

regional, mas a empreitada da insurreição militar ainda não estava finalizada, faltava estabelecer a vitória da ofensiva paranaense junto à divisa do estado legalista paulista.

Portanto, os dias de outubro de 1930 serviram para consolidar ainda mais a sinergia imaginária da sociedade do Paraná, no que tange à homogeneidade do pensamento bélico nos corações e mentes daquela comunidade sulina. Desde a organização do novo governo estadual, passando pela convocação de voluntários para os campos de batalha, até a arrecadação de itens logísticos para as tropas paranaenses e gaúchas, percebe-se que uma mesma realidade bélica foi construída pelos diferentes grupos que compunham aquela sociedade. Aliás, esta percepção comum da realidade gerou práticas que fizeram reconhecer uma identidade social voltada para o mundo das armas, construindo formas institucionalizadas de imaginação belicista, materializadas pelas forças de coerção federal e estadual.

O novo governo rebelde do estado do Paraná foi chefiado pelo general reformado Mário Alves Monteiro Tourinho, irmão mais velho do major Plínio Tourinho, ainda no dia cinco de outubro. Segundo Paraná (1980, p. 320), a opinião pública acatou o nome de Mário Tourinho com grande entusiasmo, “por encontrar nele as qualidades necessárias para o cabal desempenho da alta função de que fora investido”. Com o ato de posse, militares e políticos revoltosos retomam a simbiose nunca abandonada entre legitimidade e legalidade, pois mesmo utilizando a força das armas para conquistar o poder, o discurso deste grupo dirigente sempre valorizou o amor à ordem pública e o respeito às leis constituídas, conformando uma verdadeira metamorfose legalista.

Dessa forma, no abarrotado salão de honra do palácio da presidência do estado do Paraná, representantes do grupo de militares e políticos que configuraram o golpe cívico-militar, espremiavam-se para assistirem a posse do general Tourinho. Destaca-se a participação de cerca de dez militares, a saber: major Plínio Alves Monteiro Tourinho – comandante em chefe das tropas rebeldes dos estados do Paraná e de Santa Catarina, major Cícero Costard – chefe do serviço de subsistência, tenente-coronel Pedro Scherer Sobrinho, capitães Arnoldo Marques Mancebo, Antonio da Silva Viégas, Carlos Amorety Ozório, Vicente de Castro e Silva, majores Fausto Garriga de Menezes, Silvio van Erven. Ressalta-se ainda a efetiva e numerosa presença dos seguintes políticos e intelectuais: coronel Joaquim Ferreira de Macedo, doutores Otavio Ferreira do Amaral e Silva, Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, Antonio Jorge Machado Lima, João Ribeiro de Macedo Filho, Felinto Manoel Teixeira, Benjamim Lins de Albuquerque, Adriano Gustavo Goulin, Ulisses Vieira, senhores Alfredo Dulcídio Pereira, Ivo Leão, João Candido Ferreira, Davi Carneiro, Fidelis Reginato, Alceu Ferreira, Tobias de Macedo Filho, Herculano Souza, Braulio Virmond, Atilio Borio, Acir Guimarães e Paulo Tacla. Este numeroso elenco de militares e políticos presentes no coroamento da vitória revoltosa demonstra com clareza que os diferentes discursos e representações dos atores sociais do referido movimento armado foram paulatinamente se encaminhando para um

imaginário coletivo único de uma ação militar para a conquista do poder político. Reforça também a certeza de que os pontos de aproximação cultural sulina se impuseram nas relações de poder destas personagens, constituindo homogeneidade de pensamento do grupo dirigente dissidente.

Mais importante até que a presença desse grupo foi o simbolismo da massa populacional participando de um ato burocrático governamental. Segundo a ata original, “numerosas outras pessoas gradas representantes de todas as classes sociais que enchiam literalmente os salões, as sacadas, as escadarias e outras dependências do palácio governamental em cuja frente, na rua estacionava enorme massa popular que vivava a República, o Brasil, a Revolução e os seus próceres” (Apud. PARANÁ, 1980, p. 320).

Após a organização do novo governo estadual, a 5ª Região Militar, dominada por militares rebeldes, iniciou a convocação de reservistas de 1ª categoria das classes de 1901 e 1906, abrindo voluntariado para os de 2ª categoria, atiradores matriculados nos tiros de guerra, oficiais da reserva e alunos dos centros de preparação de oficiais da reserva. O principal objetivo desta convocação era o alistamento nos batalhões patrióticos “que estavam sendo organizados para combaterem ao lado dos revolucionários” (GERALDO, 2004, p. 266-267). Todos os jornais de Curitiba estampavam nas suas capas o chamamento para a guerra contra o governo federal: “se és patriota apresenta-te ao quartel-general! Todo o brasileiro deve alistar-se ás hostes da liberdade contra a hydra do Cattete”.

112

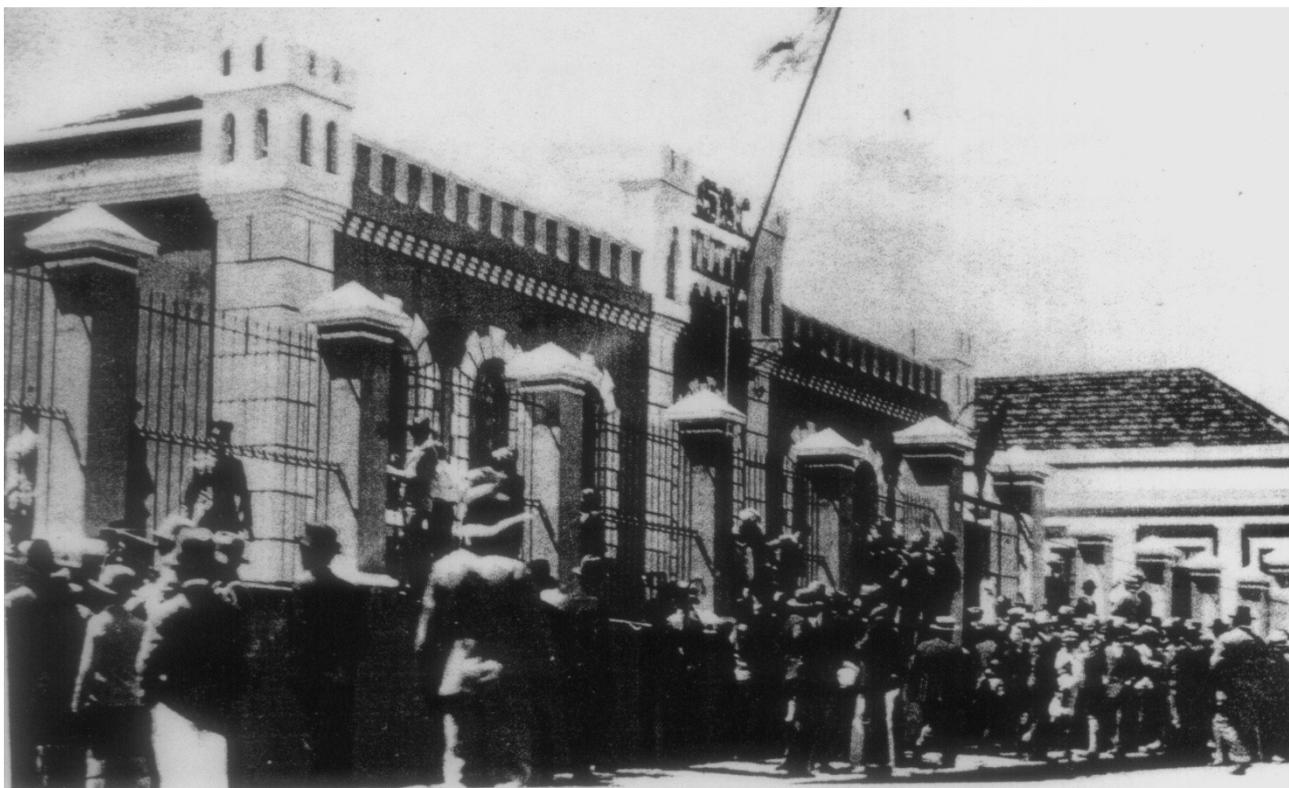
A aceitação ao clamor das armas foi total, com inúmeros populares recorrendo aos aquartelamentos do Exército Brasileiro para participar do movimento rebelde, conforme ilustra a figura 13, num flagrante iconográfico no 15º B.C., condizente com a atmosfera bélica daquela comunidade de imaginação sulina. Todos os setores da sociedade paranaense atenderam a solicitação de pegar em armas para dominar o Catete, inclusive universitários. A Universidade do Paraná aderiu em peso ao movimento armado, com a participação dos professores José Pereira de Macedo, Octávio Silveira, Francisco Franco, Erasto Gaertner e Aristides França Júnior. Além disso, mais de 100 alunos se inscreveram no batalhão patriótico que seguiu para a divisa paulista (TOURINHO, 1980, p. 132-133).

Por sinal Octávio Silveira, editor-chefe do “Diário da Tarde”, no seu artigo de sete de outubro, intensificou a ligação imagética perene entre o Exército Brasileiro e a sociedade local, valorizando a cooperação da sociedade paranaense para o sucesso bélico do movimento de 1930.

[...] **O aplauso popular** aos decretos já promulgados, o interesse com que foram recebidos, dizem bem da **consciência cívica da nossa população** e do valor da **sua cooperação**, indispensável para o bom termo da jornada iniciada na madrugada de 5 do corrente, **pelo Exército Nacional**. Só indo **ao encontro das aspirações do povo** é que **o Exército poderá nobremente realizar a missão** que lhe compete “de ordenança passiva da Nação em marcha”. [...]

<sup>112</sup> **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 07/10/1930, p. 1.

Reconstruamos o Paraná, não com a lama amassada pelos ladravases déspotas poltrões, mas com o **cimento armado que a Aliança Liberal preparou e entrega ao Exército** para a obra de brasilidade em que está empenhado.<sup>113</sup> (grifo nosso)



**Figura 13** – Populares procurando alistamento no 15º B.C. (Curitiba), em 07/10/1930.

**Fonte:** Acervo iconográfico da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército.

O reconhecido professor universitário resumiu no periódico local o coroamento das relações de poder entre grupos militares e políticos dissidentes no âmbito da conspiração paranaense, antes da insurreição cívico-militar de 1930. Ao constatar que o movimento de outubro foi preparado pelo “cimento armado” da Aliança Liberal, cujo programa eleitoral sustentava a valorização da legitimidade institucional e do progresso econômico, e que a “obra” restauradora da ordem e do progresso nacionais era missão indelével do Exército Brasileiro, Octávio da Silveira reforçou as formas simbólicas discursivas da legalidade disfarçada que sempre foi o carro chefe desses atores sociais.

A assertiva de que o “Exército Nacional” tinha o apoio irrestrito da população, cuja cooperação era fundamental para o sucesso da empreitada bélica, também ressalta textualmente a materialização da comunidade de imaginação, por meio das redes de contatos sociais, que permitiram que militares e políticos sulinos alcançassem a cooptação popular, justificando o uso das armas, além dos limites da legalidade institucional. Em consequência, torna-se notória a mudança

<sup>113</sup> EDITORIAL. *Diário da Tarde*. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 07/10/1930, p. 1.

provocada pela eclosão da epopeia castrense na cultura política vigente, conduzindo a autodeterminação da máxima belicista como alternativa política da nova fase republicana.

Mesmo sendo um conflito interno, o movimento armado de 1930 gerou uma grande despesa para o país, em especial para os estados da região sul. Com uma preparação incipiente, devido ao curto tempo e ao sigilo da mobilização, os rebeldes necessitaram de grande apoio da sociedade local para compor seus meios logísticos para manter um provável combate com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Com uma convocação de cerca de 60.000 homens, o Paraná demonstrou total sintonia com o mundo de significação bélica revoltoso, porém foi com o apoio logístico que o estado das araucárias tornou-se a pedra de toque do sucesso da empreitada rebelde.

O aditamento do boletim número 1 do Serviço de Intendência do movimento armado, de três de outubro de 1930, em Porto Alegre-RS, determinava que o Paraná tornar-se-ia a base da concentração das tropas sulinas. Por isso, o Estado-Maior revoltoso considerava vital carrear recursos logísticos para os campos gerais paranaenses, haja vista a perspectiva de um longo combate contra as tropas legalistas paulistas.

Tendo pelo Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado e Commandante em Chefe das Forças Nacionais Revolucionárias, sido decretada a **mobilização geral** e urgido não se oponha o mais leve entrave á rapidez da sua execução, para que se possa operar, sem perda de tempo, a **concentração que se fará em Ponta Grossa**, pois tudo faz prever a **zona de operações seja a região entre esse município e o Itararé**, o expediente se prolongará indefinidamente,[...]. Para tal desideratum recommendo ainda uma acção prompta e enérgica, inspirada no mais são patriotismo e nas circunstâncias do momento, devendo banirem-se de todo as preocupações burocráticas e quaesquer praxes rotineiras retardadoras das operações.<sup>114</sup> **(grifo nosso)**

Para atender a enorme demanda, os periódicos curitibanos começaram a solicitar e divulgar ações da sociedade paranaense em prol do estabelecimento de meios logísticos para as tropas rebeldes que estavam se dirigindo para a linha de combate de Itararé-SP. Desde a doação de rebanhos bovinos até a confecção de fardamento, tudo era bem-vindo para o grupamento bélico que se formou naquela cultura imaginária armada.

O coronel Glasser, num lindo gesto, **pôs hoje à disposição das autoridades revolucionárias toda a boiada da sua fazenda**, para ser abatida e vendida ao preço que for ordenado. Bravos!

A professora de cortes e confeccções, Madame Argentina, especialista no ramo de costuras, com atelier à Rua Ébano Pereira nº 309, num lindo gesto, **oferece-se para confeccionar, gratuitamente, fardamentos para os soldados da Revolução**. Também aceita, em seu atelier, moças e senhoras que queiram prestar serviços à nobre causa da revolução.<sup>115</sup> **(grifo nosso)**

<sup>114</sup> ADITAMENTO. Boletim nº 1, do Serviço de Intendência das Forças Nacionais Revolucionárias, Porto Alegre, três de outubro de 1930, p. 8.

<sup>115</sup> **Gazeta do Povo**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 08/10/1930, p. 4.

Com o efetivo revoltoso cada vez maior, com a integração de tropas gaúchas, catarinenses e paranaenses, somente o voluntariado não estava atendendo à demanda logística da concentração e dos combates iniciais na divisa paulista. Com isso, o grupo dirigente passou a solicitar e a requisitar, via imprensa, materiais e gêneros à população do Paraná.

**O quartel-general está precisando de binóculos para as forças revolucionárias.** Quem puder contribuir, neste sentido, queira dirigir-se ao Dr. Pericás ou à redação da Gazeta do Povo.

Todos os senhores, **proprietários de animais, cavалares ou muares, do município de Curitiba,** deverão entregar com a máxima urgência ao major chefe do serviço de Veterinária da Região, no quartel-general, **uma nota dos animais que possuem,** descrevendo a espécie, o sexo, a pelagem, as marcas de fogo e os lugares em que se encontram tais animais, tudo para efeito do recenseamento e avaliação precisa, tendo em vista **as parciais requisições que forem necessárias.** Essas requisições, com a boa vontade srs. Proprietários, poderão ser feitas em tempo, e **com perfeita ordem e sem violência,** nos termos da Lei 4.236, de 14 de janeiro de 1921. Capitão S. Floch, chefe da 1ª secção.<sup>116</sup> **(grifo nosso)**

A preocupação com a logística paranaense levou o comando rebelde a deslocar sua base de reabastecimento para a capital gaúcha, como demonstrou o boletim número 4, do serviço de intendência dos revoltosos.

Estando **a concentração das tropas se operando em Ponta Grossa** e devendo em breve deslocar-se para lá o Quartel-General Revolucionário e em consequência a chefia do serviço de intendência levando-se ainda em consideração **a escassez da população do Paraná** e portanto **a fraqueza dos respectivos stocks commerciaes;** tendo-se em vista **que a tropa federal desse Estado já está toda mobilizada, bem como muitos contingentes civis de lá e de Santa Catharina,** o que faz suppor **parte desses stocks já estejam consumidos;** encarando-se ainda que não se pode, por ser zona hostil, adquirir nada em São Paulo, e que pelos portos de Paranaguá e Santa Catharina nada também se pode receber, por não se ter o concurso da Armada, que ainda se mostra adversária: conclui-se que **Porto Alegre será a base principal de reabastecimento,** enquanto perdurar a situação acima, razão por que urge seja feito o levantamento de todos os respectivos stocks, **o que se deve executar em todo o Estado (Rio Grande do Sul),** bem como se preveja a necessidade de adquirir já víveres para **cinquenta mil homens durante trinta dias** e se os remeter urgente para o **ponto de concentração** a fim de que **não haja solução de continuidade no abastecimento da tropa** que está sendo atendido pelo **serviço de intendência da 5ª Região Militar.**<sup>117</sup> **(grifo nosso)**

A importância bélica do Paraná para o sucesso do movimento armado de 1930 fez com que o Estado-Maior revoltoso estabelecesse seu quartel-general nos campos gerais, precisamente no município de Ponta Grossa. Com uma ampla atuação da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, tanto a mobilização das guarnições do Paraná quanto o deslocamento logístico de meios de emprego militar pelo estado de Santa Catarina foram realizados com extrema eficiência e eficácia, permitindo o desencadeamento da ofensiva paranaense sobre a linha defensiva paulista.

As palavras de Góes Monteiro reforçaram a valorização da campanha em terras das araucárias, ressaltando o avanço das tropas gaúchas sob o comando de Miguel Costa, bem como a

<sup>116</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>117</sup> Boletim nº 4, do Serviço de Intendência das Forças Nacionais Revolucionárias, Porto Alegre, oito de outubro de 1930, p. 1.

irrestrita adesão das guarnições catarinenses (com exceção do litoral) e paranaenses à insurreição de 1930.

**A principal vanguarda** partira de Marcelino Ramos e era transportada pela única via férrea de que dispúnhamos para as operações. [...] **Aquela vanguarda principal, sob as ordens de Miguel Costa, e que se deslocara por via férrea** [...], ao atingir a localidade de São João, já em território catarinense, à margem da via férrea, obteve **a adesão de um Batalhão de Engenharia** que ali trabalhava. Prosseguiu, **na fronteira do Paraná com Santa Catarina, um outro batalhão de caçadores, estacionado em União da Vitória (antigo “Contestado”), também aderiu**, e, assim, a vanguarda, à medida que se deslocava para o norte, ia engrossando durante o seu percurso ferroviário. **Em Ponta Grossa, logo que a vanguarda ali chegou, obteve a adesão da guarnição local.** Aliás, nesse mesmo dia, **todo Paraná entrou na revolução e a importante guarnição de Curitiba, com outras guarnições, tomou conta do Estado**, depondo o governo e aprisionando o comandante da 5ª Região Militar, general Monteiro de Barros, outro general que comandava a tropa e os demais oficiais que se recusaram a participar do movimento (COUTINHO, 1955, p. 122-123). **(grifo nosso)**

O avanço das forças rebeldes pela região sulina pode ser observado na figura 14, cujo principal destaque foi o eixo de progressão alicerçado nas estradas de ferro do interior dos três estados. Ressalta-se também a transferência do Quartel-General dos revoltosos da capital gaúcha porto-alegrense para a cidade paranaense de Ponta Grossa, demonstrando a importância do Paraná para o sucesso bélico da empreitada armada de outubro de 1930, particularmente na sua ofensiva derradeira em direção ao norte do país.

Os discursos formais entre as lideranças rebeldes, reproduzidos nos caminhos informais da imprensa escrita paranaense, reforçaram o simbolismo da vitória bélica no território sulino, apesar da notória resistência de algumas localidades do litoral catarinense. À guisa de exemplificação, destaca-se o telegrama remetido pelo major Mendonça Lima para o general Plínio Tourinho, em Curitiba, sobre a conquista de Joinville pelas forças revoltosas, consolidando o domínio do norte catarinense, desde Porto União até São Francisco do Sul.

General Tourinho – Curitiba – De Joinville. Estou telegrafando estação de Joinville onde me acho com elemento do 13º B.C. que está inteiramente senhor da cidade. Marinheiros renderam-se com oficial. Forças polícia e elementos do 14º B.C. fugiram direção norte. Vou iniciar perseguição imediatamente. Cidade estava ocupada 500 homens. (a) major Mendonça Lima.

General Plínio Tourinho – Curitiba – De Joinville. Joinville completamente limpo de inimigos. Últimos grupos existentes seus arredores, renderam-se. Só um grupo polícia comandado capitão Trogildo conseguiu fugir afastando-se direção ignorada. Fizemos seguintes prisioneiros: 125 fuzileiros navais, 18 praças da 8º B.I.A.C., 40 do 14º B.C., 25 polícia. Praças da 8º B.I.A.C. Apresentaram-se pedindo adesão sendo incorporados nossas unidades. Nomeei tenente-coronel Saldanha comandante militar de Porto União e capitão-tenente José Alexino Bittencourt em capitão a fim de comandar o 13º B.C., com grande satisfação dos oficiais. Farei prisioneiros seguir Curitiba entre os quais 2 oficiais da Marinha. (a) major Mendonça Lima.<sup>118</sup>

<sup>118</sup> **A Tarde.** Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 11/10/1930, p. 3.

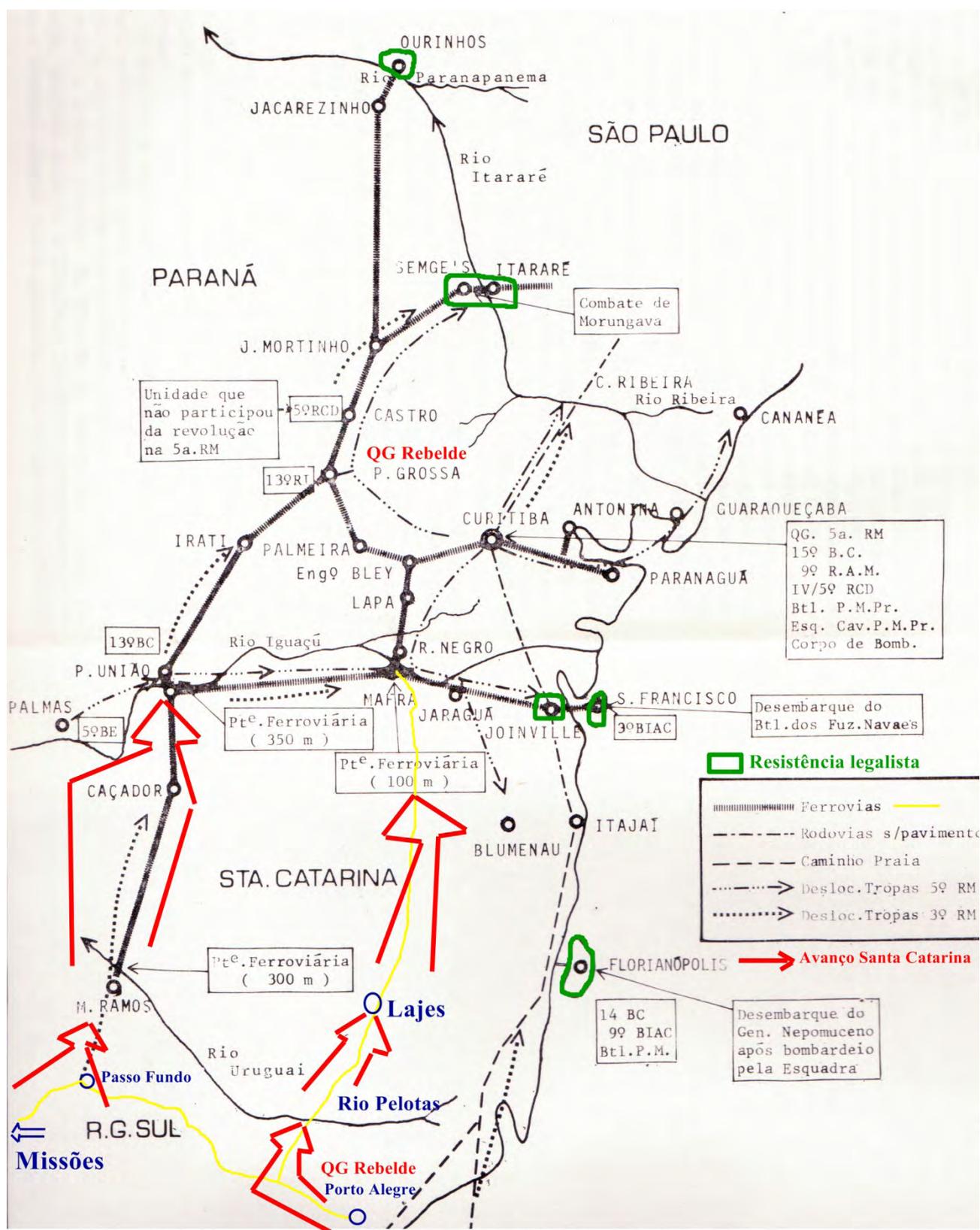


Figura 14 – Avanço bélico das tropas rebeldes pela região sul do Brasil no mês de outubro de 1930.

Fonte: Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná. Curitiba: IHGEP, 1980, p. 62, original editado pelo autor.

A adesão incondicional de “todo Paraná” à causa rebelde, tão valorizada por Góes Monteiro, estava intrinsecamente relacionada à representação coletiva de que o mundo de significações bélicas era o baluarte da ordem social e do progresso econômico do Brasil. Neste sentido, manifestações

como a do capitão Carlos Amorety Ozório – comandante do 9º R.A.M. – de apreço ao Rio Grande do Sul foram evidenciadas em diversos periódicos paranaenses. “A 5ª Região Militar se levantou para unidos aos nossos irmãos do extremo sul, nós soldados do Paraná e Santa Catarina levarmos de vencida com eles e outras forças que se levantarão, a realização do ideal supremo de uma pátria grande e bem governada”.<sup>119</sup>

No editorial de oito de outubro de 1930, Octávio da Silveira reforçou o compromisso do Paraná para com a ofensiva revoltosa, destacando a sinergia indelével entre os políticos dissidentes, a população sulina e o Exército Brasileiro, cujos militares rebeldes representavam, no imaginário coletivo, os heróis do novo horizonte nacional. Desde o significativo voluntariado civil, passando pelos castrenses da Força Terrestre que aderiram ao movimento, até o mito da heroificação do soldado da pátria em busca da ordem e do progresso, todos estes elementos discursivos pairaram sobre o texto do “Diário da Tarde”, em sintonia com a comunidade de imaginação bélica sulina.

**À LUCTA!** 15.000 voluntários! Legiões que se levantam para sustentar a bandeira da revolução brasileira! 15.000 homens! Ahi tem o **Exército Nacional** a prova do que hontem dissemos: é a **aliança liberal que alenta à causa sacro santa da redempção da pátria**. Os 15.000 votos que a 1º março suffragaram os candidatos liberaes ahi estão cohesos, entusiastas, varonis, na barricada, **promptos a derramarem o se sangue, a darem a sua vida** – já tantas vezes expostas antes, durante e depois do pleito – para que de futuro se não repitam os crimes com que se impediu aos seus irmãos mais fracos o cumprimento do dever cívico. [...] 15.000 votos! 15.000 homens! O **Paraná**, tínhamos certeza, não mais sossobrarria sob os escombros da oligarchia imperante no Brasil. Como a família de Loth, escapa ao incêndio ateado por mão divina em Sodoma e Gomora, a família liberal preservaria esta terra da destruição completa, decretada pela inépcia, pelo reacionarismo, pela devassidão de alguns de seus filhos. Eil-os de pé, na cruzada cívica, sobranceiros aos perigos da hora corrente, arrastando no seu entusiasmo torrencial os seus patrícios, até hontem atrelados à causa de um governo deshumano e infernal. 15.000 votos! 15.000 homens! **15.000 soldados! 15.000 heróis!**<sup>120</sup> **(grifo nosso)**

Com esse espírito belicista, típico do *schemata* da sociedade sulina, a ofensiva paranaense encontrou a resistência da competente Força Pública de São Paulo. Em outubro de 1930, o Brasil se encontrava com dois governos e dois exércitos, cujos princípios da ordem e do progresso pulsavam em ambos os lados, porém com discursos imagéticos distintos.

A força das armas, no plano militar, impunha-se no cenário nacional. No sul rebelde, a resistência dos militares legalistas foi insuficiente para conter o avanço do tornado revoltoso, demonstrando que “o governo federal não tinha capacidade de desfechar uma contra-ofensiva eficiente” (MORAES, 1991, p. 99). Contudo, foi capaz de impedir a impulsão da insurreição na divisa de São Paulo, onde logo se armou o cenário para o combate decisivo entre as forças da rebelião, já plenamente vitoriosas no sul, e as forças governamentais, enviadas a Itararé, última

<sup>119</sup> **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 07/10/1930, p. 4.

<sup>120</sup> *Ibidem*, 08/10/1930, p. 1.

aglomeração urbana paulista antes da linha limítrofe paranaense, com a missão de barrar o avanço dos rebeldes rumo a São Paulo e ao Rio de Janeiro (MORAES, 1991, p. 99).

As forças do governo federal dispunham de aproximadamente 6.000 homens, mais da metade dos quais pertenciam à Força Pública paulista. Já o lado rebelde contava com cerca de 8.000 homens, espalhados por todo limite norte paranaense (MORAES, 1991, p. 99-100). O relato de Góes Monteiro particularizou a tomada de posição dos revoltosos no mais importante setor bélico do movimento de outubro. Além da primeira vanguarda liderada por Miguel Costa, que optou por velocidade ao princípio da massa, o Estado-Maior da insurreição também enviou outras vanguardas para o norte pioneiro.

Ainda de Porto Alegre partiu **um forte destacamento** por via férrea com destino à fronteira de São Paulo, **comandada por Alcides Etchegoyen**. Os Srs. **João Alberto e Virgílio de Melo Franco** foram enviados a **Curitiba** como meus representantes no **teatro de operações no Paraná**, a fim de coordenar a ação das tropas naquele Estado e as que estavam sendo transportadas no Rio Grande do Sul com aquele destino. O Sr. João Alberto, muito inteligente e operoso, logo que chegou a Curitiba, **lançou destacamentos sobre Capela da Ribeira** e outros pontos da fronteira de São Paulo, **a leste da região de Itararé**, e também sobre a Serra de Paranapanema, em direção a Cananéia (COUTINHO, 1955, p. 124). (**grifo nosso**)

As primeiras escaramuças bélicas ocorreram com a vanguarda comandada por Etchegoyen na região de Ourinhos-SP (figura 14), onde encontrou as primeiras forças legalistas que haviam penetrado no norte do Paraná, travando com elas vários combates e obrigando-as a se retirarem para o território paulista. “Foram estes os primeiros encontros perto da fronteira de São Paulo, logo seguidos dos combates de Sengês e Morungava. [...] Outras refregas tiveram lugar na região ao norte de Jaguariaíva e, mais para leste, na região de Capela da Ribeira” (COUTINHO, 1955, p. 125). Todos os encontros destacados por Góes Monteiro ocorreram na primeira quinzena de outubro e foram bastante noticiados pelos periódicos da capital das araucárias.

O jornal “Gazeta do Povo”, do dia nove de outubro, apresentou um detalhado panorama do dispositivo militar das forças rebeldes no sul brasileiro, conforme já apresentado na figura 14. Ressalta-se o imaginário representativo da cultura bélica presente no tom de exaltação das tropas rebeldes contra agrupamentos governistas, consolidando as representações da comunidade de imaginação paranaense.

A situação das forças revolucionárias na Região é a seguinte: a) uma coluna sob o comando do general Miguel Costa segue pelo ramal Paranapanema em direção a Ourinhos em São Paulo, tendo a sua vanguarda atingido Colônia Mineira; b) uma coluna sob o comando do tenente-coronel Silva Júnior marcha para Itararé pela estrada de ferro tendo a vanguarda ultrapassado Jaguariaíva; c) uma coluna sob o comando do tenente-coronel Saldanha marcha sobre Joinville e São Francisco, tendo a vanguarda atingido Hansa; d) uma coluna sob o comando do tenente Braga marcha pela estrada São Paulo-Paraná sobre Capela da Ribeira tendo a vanguarda atingido Ouro Fino. Além dessas colunas constituídas por forças do Paraná, exceto a general Miguel Costa que é composta só de gaúchos, existem já no território da Região as colunas seguintes de tropas riograndenses: e) coluna general Waldomiro Lima vindo de Vacaria, já atingiu Lajes em Santa Catarina e vai

prosseguir para o norte rapidamente; f) coluna João Francisco que partiu de Torres e já atingiu Tubarão no litoral catarinense. Essa coluna visa apoderar-se de Florianópolis; g) coluna João Alberto vinda de Passo Fundo cuja vanguarda já ultrapassou Marcelino Ramos e dirige-se para Porto União, Ponta Grossa, Itararé, pela estrada de ferro. [...] **O estado moral das tropas revolucionárias é o mais elevado possível**, absolutamente certos, como estão, da vitória da causa sagrada, que defendem. Ao contrário, **a moral dos governistas é deplorável**, o que se depreende da inação em que se acham, [...].<sup>121</sup> **(grifo nosso)**

Na sequência, o vespertino curitibano destacou a situação militar dos agrupamentos legalistas, retratando a ineficácia bélica como sinal indelével do abatimento moral das tropas contrárias ao movimento armado de 1930.

Havendo **forças governistas em Itararé**, desde o começo do movimento revolucionário, aí ficaram **sem nada tentar contra nós**, quando entretanto podiam ter avançado pelo menos até Castro, pois a estrada estava franca para eles. Com esse avanço, **teriam salvo o 5º R.C.D. de Castro que não aderiu à revolução**. Ficando assim inativos e deixando abandonada aquela unidade, nos deram a oportunidade de alcançá-la e destruí-la completamente. Hoje o avanço do inimigo por Itararé não é mais possível; esse ponto foi fechado por um forte destacamento das três armas. A **tropa governista de Capela da Ribeira** se não estivesse com a **moral abatida** e fosse comandada por um oficial medianamente inteligente, teria atravessado a nossa fronteira e vindo ocupar os desfiladeiros da Serra do Bocaina, o que nos impossibilitaria o acesso a São Paulo por esse lado. **Ficando aterrorizados e inativos**, nos deram tempo de enviar um destacamento que a essa hora se apoderou daqueles desfiladeiros. Seria longo referir todos os fatos que comprovam a **fraqueza de ânimo dos governistas** cujo ideal, neste momento é evitar um encontro conosco. Temos informações seguras que nos autorizam a acreditar que a guarnição de São Paulo só espera a entrada de nossas vanguardas nesse Estado **para abraçar a sagrada causa** que defendemos.<sup>122</sup> **(grifo nosso)**

Juntamente com os relatos da vitória rebelde, os periódicos curitibanos continuavam a exaltar a participação do Paraná na insurreição sulina. O “Diário da Tarde” apresentou na sua terceira página, do dia oito de outubro, um texto que reforçava a magnitude bélica da ação paranaense contra o governo federal brasileiro.

O **Paraná** qual gigantesco e altivo pinheiro a sobressahir no seio da Federação estremece no recesso das suas fibras sensitivas, até as cumiadas das suas grimpas, numa vibração harmônica com a rajada de liberdade que nos vem dos pampas! **O grito de morte e de guerra sem tréguas aos satrapas do sagrado templo da pátria já soou!** Quis a fatalidade geographica que coubesse á juventude paranaense a histórica missão de sermos os primeiros a pisar o infelicitado torrão paulista onde impera o regime da mais negra prepotência, onde as hyenas do regime acham-se acastelladas! Graças te rendemos, oh Deus, por nos terdes confiado essa missão sacrosanta de sermos os primeiros a desfraldar o pavilhão das liberdades públicas sobre a terra martyrisada dos bandeirantes! **Nossa mocidade**, numa expressão magnífica e sem par na história do Brasil, **accorre aos quartéis offerecendo o seu sangue em holocausto á causa sacrosanta!** Cerca de 300 alumnos do gymnasio paranaense, creanças ainda de 15, 18 annos de idade, vestem espontaneamente a gloriosa farda do exército libertador! Esse gesto, na sua magnitude eloquentissima é capaz, por si só, de redimir uma nacionalidade inteira! Estimulados pelo exemplo formidável dessa legião de heroes-creanças, formemos os nossos batalhões, sem cessar! Está em jogo os destinos de um povo, o porvir de uma nacionalidade! Avante, pois, sem desfalecimentos, ao encontro dos dias risonhos que nos estão resevados! Salve, Paraná! Salve, terra do liberalismo vencedor!<sup>123</sup> **(grifo nosso)**

<sup>121</sup> **Gazeta do Povo**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 09/10/1930, p. 2.

<sup>122</sup> *Ibidem*.

<sup>123</sup> ESTEVES, Oliveira. **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 08/10/1930, p. 3.

O discurso ufanista de associação do símbolo maior do Paraná – o pinheiro da araucária – com o brio incontestado do voluntariado da mocidade paranaense estava em consonância com o imaginário bélico sulino, enraizado na sociedade local, pela comunidade de sentido. O mito do Paraná altaneiro e forte, que ofereceu o sangue da sua mocidade à causa rebelde, justificava o estabelecimento da desordem armada para manter a ordem “dos dias risonhos” futuros. O *schemata* preexistente estava alicerçado por um terreno cultural e político alinhado a esse discurso simbólico. Caso não existisse essa base de sentido imaginário bélico, a busca por sua construção e/ou manipulação como elemento de legitimação, não teria sucesso, pois não seria reconhecido pela população em geral.

A utilização da metáfora das “crianças-heróis” também foi destacada no texto acima por materializar o uso social das representações. Esse discurso simbólico de associação de crianças voluntárias, vestindo fardas e arriscando a própria vida nos campos de batalha, somente conseguiu eficácia político-militar, pois existia uma comunidade de imaginação belicista que coadunava com aquele simbolismo da “criança-herói militar”. Nesse sentido, as significações imaginárias bélicas, despertadas pelos discursos cotidianos, determinaram referências simbólicas (heroísmos sagrados) que definiram, para a sociedade sulina, os meios inteligíveis de intercâmbio com o mundo das armas, no ocaso do movimento de outubro de 1930.

Fugindo do simbolismo imagético da comunidade de imaginação castrense instaurada em terras sulinas, o dispositivo militar rebelde assumiu posição de ataque em meados de outubro, junto à linha fronteira paulista. Composta pelos 13º Regimento de Infantaria (Ponta Grossa), 15º Batalhão de Caçadores (Curitiba), com uma companhia a menos, 4º Esquadrão do 5º Regimento de Cavalaria Divisionário (Curitiba), 5º Grupo de Artilharia de Montanha (Curitiba) do Exército Brasileiro e por um batalhão de infantaria e um esquadrão de cavalaria da Força Pública do Paraná, as tropas rebeldes das araucárias estavam em condições de partir para a ofensiva sobre os paulistas de Itararé.

As escaramuças mais intensas ocorreram em Sengés e em Morungava. Segundo Geraldo (2004, p. 271), a localidade de Sengés, localizada a 25 quilômetros de Itararé, sofreu investida rebelde na madrugada do dia nove de outubro, com um destacamento militar composto por uma companhia do 13º R.I., reforçada por um esquadrão de cavalaria da Força Pública do Paraná. “Quando os revolucionários lá chegaram, foram recebidos com rajadas de metralhadora e cerrada fuzilaria, pois, na estação ferroviária, estavam entrincheirados mais de 100 homens da Força Pública de São Paulo”. Num movimento retrógrado, a cavalaria recuou, haja vista a grande exposição dos cavalos ao fogo inimigo. Logo após, os cavalarianos desmontados uniram-se aos infantas do 13º R.I., realizando um desbordamento sobre as posições defensivas paulistas, colocando aquela tropa em retirada, com o saldo de alguns mortos e diversos feridos.

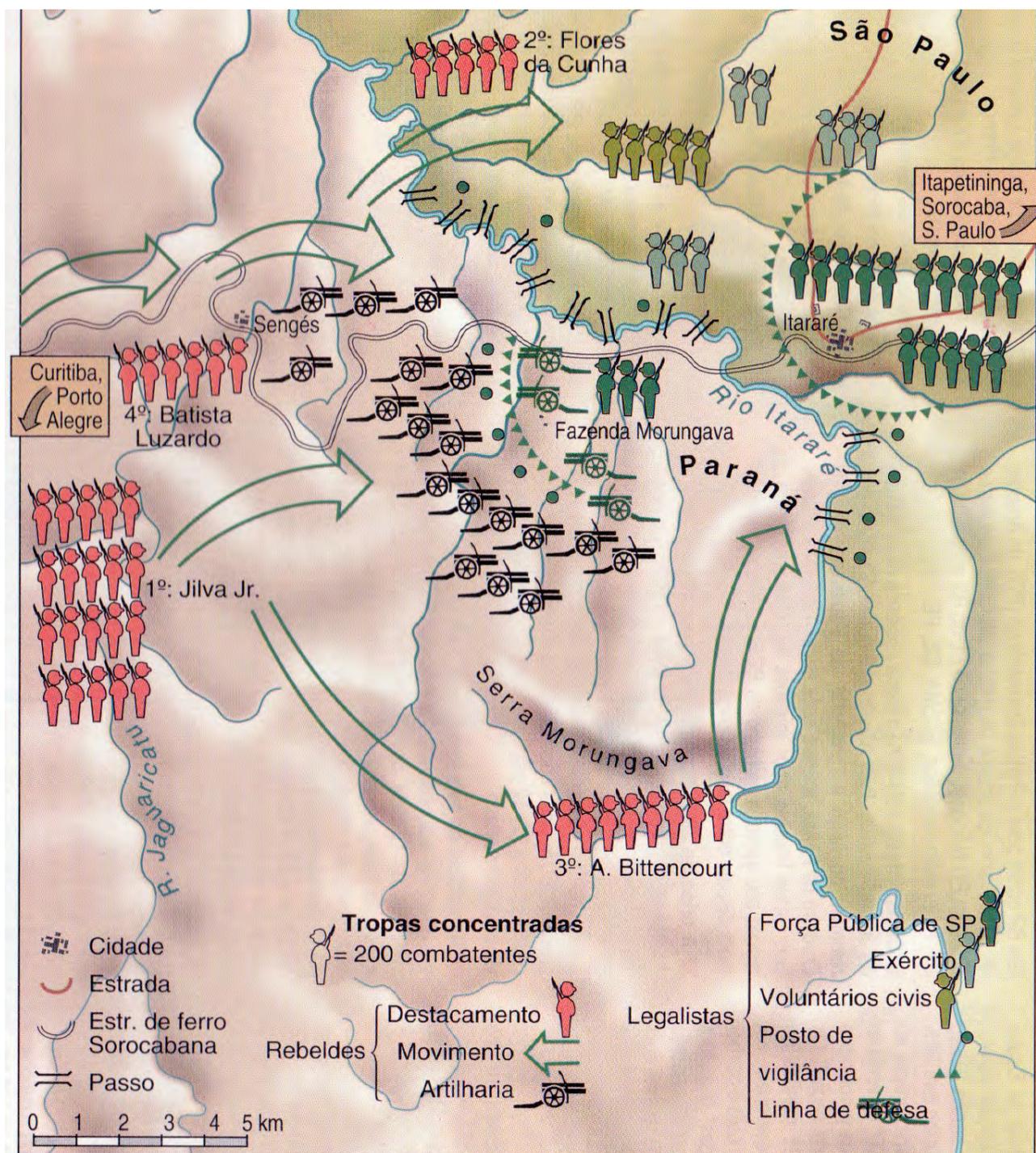
No dia 11 de outubro, os revoltosos, com a posse de Sengés, arquitetaram um plano militar para invadir e dominar a vizinha Itararé. Contudo, “dois aviões da Força Pública de SP, ao mando do capitão João Negrão, até então empregados para reconhecimento, intentam bombardeio sobre a concentração dos revoltados” (DONATO, 2001, p. 531-532). Essa ação governista impediu o avanço rebelde, provocando retardamento da progressão sobre o principal objetivo: Itararé. No dia 14 de outubro, foi a vez dos militares legalistas, liderados pelo coronel Paes de Andrade, hostilizarem a revoltosa Sengés. Num combate aberto entre dois destacamentos de infantaria oponentes, os rebeldes conseguiram resistir, “obrigando os governistas ao recuo para a fazenda Morungava, ponto intermediário entre as duas cidades que concentravam tropas” (DONATO, 2001, p. 532). Desta forma, em meados de outubro, as guarnições revoltosas estavam cada vez mais próximas de Itararé.

Com o recuo dos militares legalistas, o exército rebelde decidiu atacar a fazenda Morungava, no dia 16 de outubro, conforme o plano de batalha ilustrado na figura 15. Este combate durou 14 horas de renhido tiroteio numa frente de quatro quilômetros. A posição defensiva era mantida pelos 4º Batalhão de Caçadores, 5º Regimento de Cavalaria Divisionário, um grupo do 4º Regimento de Artilharia Montada, do Exército Brasileiro, acrescidos de um batalhão da Força Pública de São Paulo e de um batalhão de legionários paulistas. Na vanguarda revoltosa, o 13º R.I. (Ponta Grossa), a Força Pública do Paraná e o 8º R.I. (Passo Fundo) foram os grandes artífices da ofensiva paranaense. Na perspectiva de Geraldo (2004, p. 271), as tropas legalistas fortaleceram sua defesa em dominantes trincheiras, guarnecidas por potentes armas automáticas e quatro canhões *krupp*. Fugindo do combate aberto, os revoltosos mais uma vez desbordaram a posição defensiva legalista, atacando os flancos do inimigo com pesada artilharia dos 5º G.A.Mth e 9º R.A.M. (figura 15). “Assim, os rebeldes lograram surpreendê-los fazendo-os abandonar as trincheiras, ocupadas pelo 13º R.I. e pelo 15º B.C.”.

O combate de Morungava demonstrou que o tenentista Miguel Costa era tão bom tático na guerra de posições quanto o foi na guerra de movimento, durante a Coluna Miguel Costa – Prestes (SILVA, 1972, p. 219-220). Nesta vertente, o veterano tenentista submeteu as posições defensivas dos legalistas de Morungava a um intenso bombardeio tão cerrado e preciso que o testemunho dos militares governistas retratou o terror daquele ataque. O major Teófilo Ramos, comandante daquela linha de defesa, informou que as granadas da artilharia inimiga barravam a porta de seu posto de comando, chegando a impedir a distribuição de comida à tropa (MORAES, 1991, p. 100).

Contudo, a bravura das forças leais ao Palácio do Catete também era intensa, resistindo ao ataque rebelde até o dia 17 de outubro, naquele que foi o mais violento conflito bélico da insurreição de 1930. “Os governistas, favorecidos pelo terreno, tendo bem posicionado os fuzileiros da Força Pública, não cederam e ao preço de três mortos e 12 feridos e fazendo 72 prisioneiros –

entre os quais quatro oficiais – compeliram os atacantes a regressar ao ponto de partida” (DONATO, 2001, p. 373). A forte posição defensiva paulista na fazenda Morungava não resistiu ao avassalador e contínuo ataque da artilharia pesada, que promoveu ininterrupta ofensiva de granadas e explosivos, sob as ordens de Miguel Costa. Após grande destruição, os legalistas evacuaram a sede fazendária, abrindo caminho para a ocupação rebelde, proporcionando “excelente posição de tiro para o fustigamento das defesas estabelecidas na vizinha Itararé” (DONATO, 2001, p. 373).



**Figura 15** – Desdobramento das peças de manobra no combate da fazenda Morungava-PR (16/10/1930).  
**Fonte:** ALZUGARAY, Domingo; ALZUGARAY, Cátia (editores). **Isto É Brasil 500 anos:** atlas histórico. São Paulo: Nova Geração, 2000, p. 120.

Com a vitória temporária em Morungava, Miguel Costa telegrafou para o quartel-general da 5ª Região Militar, em Curitiba, relatando o dia seguinte ao triunfo bélico dos rebeldes. Para manter o simbolismo da comunidade de imaginação sulina, este telegrama foi publicado na “Gazeta do Povo”.

Dia calmo em toda frente, só se verificando reconhecimento um avião perrepista sobre São José da Boa Vista e estação Wenceslau Braz. No ramal de Itararé o dia foi empregado pelo destacamento Silva Júnior em consolidar posição conquistada ataque de ontem e arrolar o material deixado pelo inimigo na fuga ramal Ourinhos destacamento Alcides Etchgoïn empregou dia reconhecimento sobre rio Itararé e transporte para vinte e três inimigos feridos e 150 prisioneiros que fizemos, inclusive quatro oficiais sendo um do Exército e três da Força Pública Paulista. Reina indescritível entusiasmo nossas tropas.<sup>124</sup>

No “Diário da Tarde” do dia 19 de outubro, Miguel Costa relata outra conquista rebelde sobre as posições defensivas dos legalistas paulistas.

General Plínio Tourinho, comandante da Região – Curitiba – A revolução obteve ontem outra memorável vitória. O inimigo ocupava a margem esquerda do rio Itararé com fortes organizações defensivas e com grande abundância de armas automáticas. Iniciamos o ataque às oito horas e trinta minutos. Combatemos encarniçadamente todo o dia, conquistando, uma a uma, todas as trincheiras do inimigo. Aproveitando a noite, o inimigo rompeu o contato abandonando a última trincheira. Devido deficiência cavalaria não foi possível fazer perseguição. Apreendemos grande quantidade munição e armas automáticas ainda não arroladas. Fizemos alguns prisioneiros. Moral tropa cada vez mais elevada. Saudações.<sup>125</sup>

Cabe ressaltar a percepção de um voluntário civil paranaense sobre a ofensiva na divisa norte do estado. No dia 16 de outubro, Gavino Muggiati estava em Sengés, junto a sua 2ª companhia do 15º B.C. “À 2ª companhia, cognominada a ‘Venenosa’, desde sua saída de Curitiba, foi dada uma das missões mais perigosas, como seja, ir substituir o 13º R.I. – por falta de munição – isto é, tomar posição debaixo de fogo” (MUGGIATI, 1980, p. 100). Por volta das 10 horas, a 2ª companhia do 15º B.C. chegou ao morro do cafezal, ponto de contato entre as tropas rebeldes e legalistas em Morungava. “Às 12 horas, recebemos ordem de ir reforçar o 13º R.I. que não tinha mais munição. Depois de fazermos uma marcha penosa através do cafezal, recebemos ordem, isto às 2 horas, de voltar” (MUGGIATI, 1980, p. 100). O cenário de dramaticidade ganhou tons carregados durante essa retirada, pois a companhia se perdeu, indo para uma posição em que o inimigo legalista os alvejava com metralhadoras. “Logo que nos deitamos, a companhia de metralhadoras do 15º B.C., sabendo que estávamos retrocedendo, pensou que era a ela que o inimigo alvejava e para fazer fogo de barragem começou sem saber a atirar em cima de nós” (MUGGIATI, 1980, p. 100).

Encurralados entre as metralhadoras amigas e inimigas, os revoltosos da 2ª companhia foram alvo fácil do tiroteio, inclusive levando o jovem Muggiati a ser atingido por um projétil na sua

<sup>124</sup> **Gazeta do Povo**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 18/10/1930, p. 2.

<sup>125</sup> COSTA, Miguel. **Diário da Tarde**. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 19/10/1930, p. 3.

cartucheira. “Não podíamos nem avançar nem voltar. Tirou-nos dessa situação, às 4 horas da tarde, o sargento Lagoa, que fazendo Olavo Monteiro empunhar uma bandeira chegou até a companhia de metralhadoras do 15º B.C.” (MUGGIATI, 1980, p. 100).

Após esse drama fratricida, os voluntários rebeldes alcançaram um lugar seguro, podendo assistir os tiros de artilharia sobre a fazenda Morungava que fizeram a polícia paulista debandar, abrindo espaço para a tomada das trincheiras pelos 13º R.I. e 15º B.C. “Apesar da nossa vitória, não estávamos satisfeitos, pois toda a tropa estava esgotada. [...] Nosso pelotão organiza o serviço de vigilância debaixo de formidável carga d’água, sem capotes, sem mantas e com fome” (MUGGIATI, 1980, p. 100-101).

O testemunho do jovem voluntário paranaense contrasta com os relatos descritos pelos chefes rebeldes para a retaguarda sulina. As agruras do campo de batalha não poderiam ser contadas para a sociedade dos grandes centros revoltosos, como Porto Alegre e Curitiba, com risco de abalar as representações coletivas forjadas pela comunidade de imaginação bélica.

Com a vitória em Morungava, o triunfo bélico do movimento sulino estava quase completo, bastando consolidar um último ataque às trincheiras de Itararé. A certeza do sucesso da empreitada militar era tamanha que Góes Monteiro afirmou que “o grosso das forças dos Estados do Sul se encontravam ao longo da fronteira de São Paulo com o Paraná, já estando aquele Estado invadido em vários pontos de ambos os lados da região de Itararé” (COUTINHO, 1955, p. 127-128). Complementando sua assertiva, o chefe do Estado-Maior rebelde destacou que não era necessário ser um cabo de guerra para compreender “que, militarmente, a posição das forças governistas era insustentável, dependendo sua derrota apenas de uma questão de dias” (COUTINHO, 1955, p. 128).

Com o dispositivo militar pronto nas vésperas do dia 24 de outubro, Góes Monteiro decidiu atacar a linha de divisa disposta ao longo de Ourinhos, Itararé, Capela da Ribeira até o mar já na alvorada do dia 25. Contudo, na manhã do dia 24, o chefe do Estado-Maior revoltoso começou a ter notícias do levante da elite militar que tinha derrubado o presidente da República – Washington Luís. “Logo que confirmada essas notícias, dei ordem para a frente de Itararé, a fim de suspender o ataque geral previsto para o dia 25” (COUTINHO, 1955, p. 132-133).

O fim das escaramuças bélicas também foi retratado pelo jovem Muggiati na frente de batalha de Itararé. O dia 24 de outubro amanheceu sob fogo inimigo legalista, com um avião atirando cerca de 60 granadas sobre o acampamento rebelde de Sengés, demonstrando que a superioridade dos revoltosos não era tão grande quanto afirmara Góes Monteiro. “Às 5 horas, o general Miguel Costa, capitão Mendonça Lima estiveram no nosso acampamento e transmitiram ordem de combate para o dia seguinte. À noite, não se ouvia um tiro” (MUGGIATI, 1980, p. 102). O relato do voluntário civil paranaense continua afirmando que a preparação para o ataque derradeiro à Itararé começou às três horas da madrugada do dia 25 de outubro, sendo iniciada a marcha para o combate às cinco

horas da manhã. Porém, logo em seguida, a referida determinação foi revogada, deixando a tropa esperando uma decisão superior durante todo o dia. “A esta hora, choviam os boatos de revolução no Rio, os quais mais tarde foram confirmados. À noite, numa noite de luar como nunca vi, um luar que só em Morungava me foi dado ver na vida, fizemos uma enorme fogueira em comemoração à Paz” (MUGGIATI, 1980, p. 102-103).

Nos altos coturnos, a decisão de capitular foi do coronel Paes de Andrade, após intimação de Góes Monteiro e do abandono das tropas da Força Pública de São Paulo, logo que souberam da deposição do governo federal, retornando à capital paulista (COUTINHO, 1955, p. 133). Com isso, enquanto os exércitos legalistas e rebeldes se preparavam para a luta final, a elite militar no Rio de Janeiro resolveu depor Washington Luís e instalar uma junta militar sob a presidência do general Tasso Fragoso (HILTON, 1994, p. 72).

O triunfo bélico não seria completo se o sucesso político não ocorre, por isso quando “a junta vacilou quanto à entrega do poder a Vargas, a cúpula revolucionária mostrou-se firmemente disposta a prosseguir com a luta até apossar-se do governo” (HILTON, 1994, p. 72). Num telegrama direcionado ao general Tasso Fragoso, Oswaldo Aranha deixou clara a resolução rebelde. “Forças nacionais compostas de mais de 70 unidades das 100 do Exército Brasileiro, acrescidas das forças policiais de 15 Estados e de um voluntariado que só no Rio grande atinge a soma de 100.000 marcham para seus objetivos” (SILVA, 1972, p. 396). Assim, os rebeldes deixavam nítido o sentimento que dominava corações e mentes da comunidade de imaginação bélica sulina, a conquista do poder político somente seria conseguida com o sucesso do movimento armado.

Nesse contexto, a junta militar enviou telegrama a Vargas, confirmando a vitória do movimento castrense realizado à luz do alto ideal de confraternização da família nacional e conservação da integridade territorial brasileira. Informou ainda que Vargas dever-se-ia dirigir para a capital federal para concretizar o sonho rebelde. Fato que ocorreu em três de novembro, “com centenas de pessoas comprimindo-se pelos salões do Palácio do Catete, Getúlio Vargas tomou posse oficial e solene no cargo de Presidente da República, não como eleito e, sim, como chefe da Revolução vitoriosa” (GERALDO, 2004, p. 371).

Era o último ato político-militar desempenhado pelos protagonistas e coadjuvantes da dramática peça bélica. O descerrar das cortinas e o apagar das luzes determinaram o fim do movimento armado de 1930 que sustentou a metamorfose da legalidade política pela legitimidade das armas, amparado por uma efêmera aliança entre militares e políticos sulinos, que não resistiu aos primeiros anos do governo provisório. Mas, isso é outra História.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A pesquisa tem uma solução interminável; escrever é trabalho pesado. É preciso sentar-se numa cadeira, pensar e transformar o pensamento em frases legíveis, atraentes, interessantes, que tenham sentido e que façam o leitor prosseguir. [...] Em suma, é um ato de criação. Barbara W. Tuchman. A prática da história.*

Com os olhos voltados para os impasses políticos que assolam o Brasil na atualidade eleitoral e atenta ao redimensionamento da perspectiva historiográfica sobre a imbricação da visão cultural aos meandros da história político-militar, esta análise do movimento armado de 1930 no sul do país privilegiou o grupo dirigente dissidente e suas interpretações acerca da legalidade e da legitimidade militarizadas. Neste contexto, debruçou-se ainda sobre um período igualmente de crise econômica e redefinição política, em que os atores, oriundos de uma cultura política vigente, repensaram as suas relações de poder, reforçando o sentido belicista da comunidade de imaginação da qual eram partícipes.

A proposta reflexiva desta dissertação partiu da premissa de que, para se compreender a alteração da lógica da cultura política de preservação da ordem legal para a instauração da desordem interna em prol da legitimidade das armas elaborada por políticos e militares dissidentes, é preciso situá-los enquanto sujeitos históricos. Isto implicou, de início, abordá-los segundo sua inserção social, com as especificidades inerentes ao sistema político oligárquico, à presença efetiva dos caudilhos e/ou coronéis, ao Exército Brasileiro e suas divisões hierárquicas e aos ex-militares tenentistas. A segunda implicação dessa perspectiva consistiu em pensar a representação da realidade experimentada pela sociedade sulina, profundamente relacionada com os conflitos bélicos vivenciados pela região, bem como com a forte presença militar em todos os níveis de poder político. Esse imaginário da luta armada funcionou como um catalisador dos anseios das principais personagens da ação militar rebelde, cujo discurso formal e informal se constituiu num apanágio da ação situada no plano do agir das armas de outubro.

Para tanto, utilizou-se a metáfora do teatro, com todos os seus elementos cênicos, como o cenário e o elenco, para percorrer o caminho que passou pela expectativa da estréia, materializada por uma discussão a respeito dos conceitos de comunidade de imaginação, relações e escalas de poder, assim como das metamorfoses sociais e institucionais experimentadas por grupamentos humanos. Tudo com a nítida intenção de fornecer ao leitor/espectador as principais ferramentas culturais que seriam operadas ao longo do enredo da peça bélica.

Na sequência, exploraram-se as críticas anteriores já consolidadas pela historiografia nacional acerca do movimento armado de 1930. Com um recorte específico sobre as perspectivas de ruptura

e de continuidade da insurreição de outubro, procurou-se argumentar que esta abordagem teatral não valorizava esse viés interpretativo, ao contrário, buscou-se refletir sobre a questão do sujeito histórico, individual e/ou coletivo, assim como a sua produção discursiva e imagética que conformou a homogeneidade da adesão popular ao evento militar sulino. Identificou-se igualmente que esse é um olhar ainda pouco explorado, principalmente na sua dimensão teórica, uma vez que é tematizado de maneira simplificada em posições estanques de rompimento ou continuísmo com a Primeira República.

Desfeita a expectativa inicial e desvinculada a peça atual das críticas temáticas do passado, descortinou-se para o leitor/espectador o cenário sobre o qual a ação armada seria desenvolvida. Com isso, avaliaram-se as dimensões das transformações nos níveis do poder estadual e municipal. À luz das crises econômica mundial de 1929 e política nacional oligárquica de 1930, agindo como painéis ilustrativos do palco do período, foram enquadrados os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, cuja força discricionária desta obra os privilegiou por possuírem características políticas inicialmente antagônicas, mas que foram harmonizadas graças ao mesmo viés cultural belicista, forjado ao longo de diversos conflitos armados na região. Isto deu condições para elaborar um palco mais restrito no nível das experiências municipais e locais, evidenciando como o sentido militarizado de comunidades de imaginação tão distintas, como a do noroeste gaúcho e da capital paranaense, formou o mesmo substrato para analisar a metamorfose da legalidade em prol da legitimidade das armas e da conquista do poder por outros meios.

A abordagem cenográfica, apesar de abrangente, no que tange a sua delimitação espaço-temporal, ficaria vazia sem a participação do sujeito histórico, razão de ser deste trabalho. Por isso, decidiu-se apresentar o elenco desta peça teatral incorporado aos dados empíricos desvendados pela pesquisa nas fontes, cuja conformação realizaria a ponte precisa entre a lógica político-militar destas personagens com a condução da conspiração final e do fragor das armas de outubro. Assim, políticos situacionistas, como o presidente da República, Washington Luís, o seu candidato à presidência da República, Júlio Prestes e os presidentes do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha e Affonso de Camargo, foram analisados no contexto de repúdio à Aliança Liberal que coadunou o grupo dirigente dissidente gaúcho e paranaense, cujos atores de maior envergadura foram o presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, o líder civil da insurreição, Oswaldo Aranha e os caudilhos santo-angelenses Braúlio de Oliveira e Ulysses Rodrigues, somente dentro do recorte do noroeste sul-rio-grandense.

Com a proposta acima, mostrou-se particularmente reveladora a colocação no jogo político oligárquico dos representantes dos movimentos armados tenentistas da década de 1920, confirmando a importância de se analisar os sujeitos históricos imersos na sua inserção social e institucional. Mesmo com visões antagônicas a dos velhos caudilhos, como o eterno presidente do

partido republicano gaúcho, Borges de Medeiros e do guerreiro dos pampas, Flores da Cunha, o ideário de alteração da ordem política pelo viés belicista dos tenentes conseguiu seduzir os novos representantes da frente única rio-grandense, como o vibrante Oswaldo Aranha e o intendente de Santo Ângelo, Ulysses Rodrigues, cujo *schemata* já estava impregnado pelo convívio com diferentes lutas armadas desencadeadas na República Velha.

Do ponto de vista das fraudes eleitorais, os atores se comportaram dentro da normalidade institucional da época, qual seja, cada nicho populacional votava conforme a determinação do caudilho ou coronel da localidade e/ou região. Esta perspectiva sobre o sufrágio de primeiro de março de 1930 permitiu delimitar o grau de atuação de cada personagem e/ou grupo desta peça bélica. Assim, a força infraestrutural do governo federal viabilizou a vitória de Júlio Prestes em praticamente todo território nacional. Contudo, no cenário sulino, a ação do sistema caudilhista gaúcho garantiu o sucesso eleitoral da Aliança Liberal, demonstrando a união política do Rio Grande do Sul contra a política do *café-com-leite*. Nas paragens paranaenses, os políticos situacionistas travaram um duelo importante com os coronéis opositoristas, particularmente nos currais eleitorais localizados nas cercanias de Curitiba, fato que proporcionou uma vitória apertada do candidato governamental. Valendo-se da micro escala de análise, descortinou-se a simbiose entre a representação militar e o sistema coronelista, cujo sentido imagético das patentes castrenses se confundia com a participação política de civis que ostentavam os postos de generais, coronéis, majores e capitães, conforme sua importância no palco da localidade e/ou município. Obviamente, esta influência reforçou o *schemata* bélico na comunidade de imaginação, principalmente no noroeste gaúcho e no interior paranaense, proporcionando uma sinergia entre os mundos das significações militares e políticas.

As personagens então foram confrontadas com as questões culturais relativas ao processo de heroificação e à criação do *mito*, fundamentais para a definição dos elementos derradeiros da conspiração em curso. Após a derrota eleitoral de março de 1930, o grupo dirigente dissidente desistiu de conquistar o poder federal pelo sufrágio, forçando um arrefecimento político por parte dos velhos oligarcas e uma aproximação entre os novos caudilhos e os ex-militares tenentistas. Porém, as visões dicotômicas entre os atores inviabilizaram a liderança militar do movimento revoltoso nas mãos dos tenentes, haja vista a recusa incontestável de Luiz Carlos Prestes em conduzir a contenda belicista contra o Palácio do Catete. Portanto, a alternativa viável era buscar a chefia nos quadros da maior Força Terrestre do país: o Exército Brasileiro.

Partindo dessa visão bastante acurada do convulsionado contexto imagético político-militar, desenvolveram-se estratégias para superar tais impasses e levar adiante a perspectiva de exercer sua vontade por meio da força das armas. O caminho pragmaticamente escolhido para pôr em prática tal orientação foi o resgate de um importante ator dos palcos bélicos sulinos, Góes Monteiro,

transformando um antigo adversário do movimento tenentista em terras do Paraná, sob a égide de herói da legalidade, em um chefe militar aliado à causa da insurreição com a estampa da heroificação da legitimidade bélica. A cooptação do tenente-coronel Góes Monteiro permitiu alocar no grupo dissidente um valioso estrategista das carências logísticas do Exército Brasileiro, bem como impregnou as mentalidades dos militares descontentes com a Força Terrestre com a chama da possibilidade de mudança por intermédio do golpe castrense.

O encontro do metamorfoseado herói da legalidade com uma legitimidade bélica de um movimento armado do sul do Brasil não foi suficiente para unificar as heterogeneidades intrínsecas do grupo dirigente dissidente. Em realidade, a simbiose entre os anseios oligarcas de poder político com a vontade de radicalização militar dos representantes do tenentismo só veio a cabo com a morte do presidente da Paraíba, João Pessoa, e a criação imagética do seu *mito*. Esta mitificação foi forjada à luz de discursos enfáticos de retaliação aos desmandos do governo federal, cuja vítima maior foi João Pessoa. As condições de produção discursivas foram plenamente favoráveis ao reforço mítico de que o assassinato do presidente paraibano não poderia ficar sem uma resposta à altura da agressão sofrida. Assim, comícios inflamados em Curitiba e em Porto Alegre, bem como no interior do Rio Grande do Sul e do Paraná, aliados aos efusivos editoriais dos jornais oposicionistas, empurraram o imaginário coletivo sulino a reconhecer a legitimidade de uma ação bélica contra os descaminhos do Catete.

Ao analisar os discursos formais e informais do grupo oligarca-militar do sul do Brasil sobre a decisão insurrecional no fenômeno de cisão da política da República Velha e transmutação interna do Exército Brasileiro em 1930, tomando como premissa que tais verbalizações oposicionistas se tratavam de uma forma de agir dos sujeitos históricos, algumas questões foram evidenciadas. O sistemático desencadeamento do movimento armado feito pelo grupo dissidente priorizou fundamentalmente quatro pontos: 1) o grau de adesão dos políticos sulinos, 2) a efetiva cooptação dos quadros do exército nacional, 3) o dimensionamento do suporte bélico e logístico das forças rebeldes e 4) a certeza da aceitação popular à legitimidade das armas. A ênfase maior em cada um destes tópicos oscilou conforme os atos teatrais foram desencadeados, em conformidade com as ações e reações dos diferentes atores e as mudanças dos campos de batalha sulinos.

Dessa forma, a peça bélica foi apresentada em três atos que caracterizaram a efetividade de cada instantâneo do movimento armado: 1) a conspiração derradeira, 2) a eclosão das operações militares, com a impulsão gaúcha e 3) a ofensiva do Paraná e a vitória das armas sulinas. As preparações finais consolidaram a unificação política do Rio Grande do Sul, com a anuência do presidente do estado, Getúlio Vargas e do chefe do partido republicano, Borges de Medeiros. Demonstraram também a importante articulação civil de Oswaldo Aranha, dentro e fora dos limites sul-rio-grandenses, bem como o desenvolvimento dos planos de batalha estrategicamente

elaborados pelo chefe do Estado-Maior revoltoso, Góes Monteiro, artífices notoriamente empenhados em coadunar as visões de cada segmento em uma mesma sinergia bélica. Ainda na conspiração final, as fontes informais mostraram sua validade no epifenômeno de reforço das representações coletivas acerca da realidade militar da sociedade sulina. Portanto, periódicos gaúchos e paranaenses travaram batalhas discursivas com o óbvio objetivo de cooptar a população local e/ou regional para determinado lado da contenda. Apesar de em lados opostos, tanto situacionistas quanto oposicionistas, verbalizaram o mesmo discurso de preservação do Exército Brasileiro como garantidor da lei, da ordem e do progresso para defender seus pontos de vista, corroborando a hipótese inicial desta pesquisa de que o sentido militar estava incrustado no imaginário coletivo da população sulina. Com a relativa hegemonia gaúcha em prol do movimento armado, estas distinções discursivas foram mais evidenciadas em Curitiba, local privilegiado para a disputa entre situacionistas do governo estadual, com o jornal “Diário da Tarde”, e oposicionistas ligados à Aliança Liberal e aos militares descontentes e tenentistas, por meio da “Gazeta do Povo”.

Com o passar dos meses, essa tendência de guerra discursiva se intensificou, inclusive nos caminhos formais, nos quais os generais Gil de Almeida e Monteiro de Barros, respectivamente, comandantes das 3ª e 5ª Regiões Militares, informavam incessantemente ao ministro da guerra, localizado na capital federal, a evolução da conspiração sulina. Neste período de tensões crescentes, estes comandantes legalistas acentuaram sua ação discursiva sobre seus aquartelamentos, distribuídos por todo Rio Grande do Sul e Paraná, com maior concentração no noroeste gaúcho e em Curitiba, envidando todos os esforços para conter o avanço imagético do golpe de estado no interior da caserna. Contudo, o estamento militar já estava bastante corrompido no sul do Brasil, com a maioria dos oficiais intermediários e subalternos, assim como das praças em situação de adesão e/ou neutralidade diante da hipótese da luta armada. Mesmo a instituição militar não tendo aderido como ator social ao movimento armado de 1930, os seus integrantes foram atores decisivos, particularmente na região meridional, devido ao descontentamento com os processos de promoções e transferências da Força Terrestre, aliado às longas permanências desses militares em terras sulinas, proporcionando o surgimento de laços de afetividade maiores com a sociedade local do que com o poder federal.

Os fatores acima lembrados conduziram o sul do Brasil a deflagrar o primeiro disparo de uma arma de fogo contra irmãos da pátria no dia três de outubro de 1930, iniciando o movimento contestatório político-militar que partiu de Porto Alegre e absorveu toda a sociedade sulina, com maior impacto nas paragens missioneiras e curitibanas. O cheiro da pólvora deixou claro que o processo conspiratório de políticos e militares tinha se tornado realidade, principalmente quando os primeiros gritos de dor e as manchas de sangue jorraram pelas ruas e quartéis da capital gaúcha. O sibilar das armas de outubro ressoou pela madrugada colocando frente a frente integrantes do grupo

dissidente e militares legalistas, que resistiram com galhardia às emboscadas planejadas por experientes combatentes das táticas de guerrilha desenvolvidas na marcha tenentista. Com uma estratégia calcada na surpresa e na rapidez, os rebeldes tomaram de assalto todos os aquartelamentos de Porto Alegre, dominando a situação militar em menos de uma jornada. A rápida comemoração da população em vista do golpe armado evidenciou a certeza de que a comunidade de imaginação tinha transformado seu *schemata* legalista em proveito da legitimidade militar das ações desencadeadas em outubro.

O tornado belicista devastou todo o Rio Grande do Sul, particularmente o seu noroeste, região de maior resistência dos militares legalistas do Exército Brasileiro contra a onda rebelde. Em localidades como Santo Ângelo, os combates foram substituídos pela imposição da força, por meio de ampla participação popular e dos quadros do exército nacional, fato que deixou muitos comandantes de guarnição sem alternativas operacionais para impor maior resistência. As preocupações do comandante da 3ª Região Militar se mostraram reais, principalmente no que tange a falta de liderança dos comandantes das organizações militares. Neste contexto, ficou claro que, enquanto representantes da instituição militar, os oficiais superiores que detinham a chefia dos aquartelamentos das Missões não souberam formar um círculo de pessoas íntimas que pudessem lembrar o comando de suas responsabilidades para o bem-estar do exército nacional. Em resumo, os militares legalistas do noroeste gaúcho não foram capazes de criar um elo entre o comando, a tropa e a sociedade da qual faziam parte.

Com o sucesso militar da empreitada bélica no Rio Grande do Sul, faltava ao grupo dirigente dissidente corroborar a efetividade discursiva da fase conspiratória com a adesão do Paraná, abrindo espaço de manobra para avançar sobre o território paulista e fluminense. Assim, na madrugada do dia cinco de outubro, o movimento armado de 1930 estourou em Curitiba, assolando os aquartelamentos da capital paranaense aos moldes do que ocorrera nas ruas de Porto Alegre. A diferença foi a maior adesão dos militares do Exército Brasileiro nas terras paranaenses, cuja baixa de um oficial superior acabou manchando a vitória das forças rebeldes. A sinergia entre a tropa e a população nas ruas do centro de Curitiba foi a corroboração de que a comunidade de imaginação estava em sintonia com a legitimidade bélica imposta pelo movimento armado.

Pode-se identificar uma dinâmica na penetração própria da visão militarizada da legalidade constituída nos discursos proferidos pelos jornais aliados à insurreição de outubro, particularmente em Curitiba, cenário que marcou a ofensiva paranaense rumo à divisa paulista. A representação da apatia do governo federal diante da influência da oligarquia dominante de São Paulo era constantemente atrelada como nociva ao país e à região sulina. Tal perspectiva, antes restrita aos opositoristas locais, foi ao longo da jornada bélica ganhando a anuência de militares e políticos mais reticentes à caracterização de um inimigo interno. Com isso, a identificação de um adversário

comum, por intermédio dos discursos jornalísticos, refletiu o sentido que a comunidade de imaginação carregou nas ações belicistas de outubro.

Mesmo nos momentos de maior indefinição nos campos de batalha, como no caso da guerra de posição em Itararé, os periódicos curitibanos mantinham a verbalização de uma epopéia vitoriosa das tropas paranaenses e gaúchas. Nestes instantâneos, as referências culturais dos heróis fardados e do mito de João Pessoa agiram como aglutinadores do *schemata* militarizado da sociedade sulina, mantendo o apoio populacional ao evento armado. A presença de ícones da insurreição como Getúlio Vargas, Miguel Costa, Góes Monteiro e Plínio Tourinho ajudava a sedimentar uma sensação de que a orientação militar realmente era o caminho mais curto para a retomada da ordem política e social e do progresso econômico para o sul do Brasil.

Após a derrocada do Catete, com o golpe militar da alta hierarquia das Forças Armadas no final de outubro, os disparos de canhões e metralhadoras foram cessados na imóvel divisa entre o sul rebelde e a isolada oligarquia paulista. Com um saldo de inúmeros mortos e feridos, a guerra fratricida chegava ao fim com a vitória do grupo dirigente dissidente sulino sobre o governo federal.

O mundo castrense das armas de fogo ligou-se estreitamente ao espaço e às experiências das armas discursivas dos políticos do sul nacional. De maneira análoga, a cultura política do Rio Grande do Sul e do Paraná identificou-se com a evolução dos conflitos bélicos que assolaram a região durante a República Velha. Esta simbiose político-militar foi alicerçada, no que tange ao imaginário social, pelos caminhos informais da imprensa (jornais e revistas), que se nutriu dos discursos formais das grandes personagens (presidentes e generais) e dos mais significativos combates, tanto nos campos de batalha do *front* como no interior dos aquartelamentos urbanos, numa mesma percepção de temporalidade.

A identificação que a sociedade local construiu com os termos castrenses e políticos agiu como cimento (consenso) que reforçou o sentido belicista da comunidade imaginação em terras gaúchas e paranaenses. Assim, o grupo dissidente nestes estados utilizou o símbolo militar de garantidor da ordem e do progresso para legitimar o rompimento da legalidade constitucional pelo viés das armas. Desta forma, não seria possível construir esta simbologia paradoxal como figura de legitimação do movimento armado se não existisse a comunidade de imaginação que reconhecesse os símbolos empregados. Isso se tornou viável graças às metamorfoses que o Exército Brasileiro sofreu na década de 1920, sobretudo a partir do movimento tenentista. Também, a crise econômica mundial de 1929 e 1930 transformou a lógica política e econômica das elites regionais, que buscaram novas formas de poder para retomar o progresso nacional.

Com esse cenário e atores, as ações militares foram desencadeadas, separando irmãos de sangue e de armas, unindo antigos inimigos e fracionando instituições nacionais, resgatando personagens anacrônicos e colocando no ostracismo recentes lideranças, promovendo políticos a

gerais e caudilhos a políticos, forjando relações de poder entre oligarquias periféricas e isolando dos ditames nacionais a oligarquia dominante. Com isso, a decisão de fazer a guerra foi um ato político tomado pelo grupo dissidente sulino com o aval imagético da população desta região.

O movimento armado foi desencadeado bruscamente, sob uma estratégia de forte impulsão das forças militares do Rio Grande do Sul com o vital apoio bélico e logístico do Paraná, alicerçado pelo objetivo de surpreender o adversário paulista ainda no seu território. As ações desta insurreição materializaram a assertiva de que as armas discursivas da política comandaram o começo, o desenrolar e o fim do conflito. Infere-se assim que, em vez de opor guerra e política, é mais coerente considerá-las como dois ramos inseparáveis da noção de conflito, tanto mais que eles não se excluem e não se distinguem.

Ao longo da peça teatral bélica encenada no sul do Brasil, assistiu-se a unificação de interesses díspares em torno de um projeto único de tomada do poder político pelo perigoso atalho da luta entre irmãos da pátria, da terra, dos municípios, dos estados, das instituições, da imprensa e da sociedade. A violência, nata ao imaginário da sociedade sulina, materializou-se nos disparos das pistolas, das carabinas, dos fuzis, das metralhadoras e dos canhões que ecoaram a vontade de um grupo dirigente dissidente em conquistar as rédeas da federação por meio da guerra e da imposição da força. As vítimas deste jogo político-militar foram, na sua maioria, pessoas alinhadas com o respeito à legalidade e à ordem estabelecida, militares e políticos cômnicos de que a solução bélica sempre deixa marcas indefectíveis na memória coletiva. Por isso, os atores que promoveram a desordem no sul nacional discursaram insistentemente no ocaso militar como condição necessária para se atingir a retomada da ordem social e o progresso econômico. Desta forma, legitimavam o prélio das armas como garantia da legalidade a ser estabelecida, com a anuência da comunidade de imaginação que alicerçou as representações discursivas e imagéticas da sociedade do sul do Brasil.

Em síntese, a guerra de outubro de 1930 no sul do Brasil foi principalmente um conflito que nasceu das entranhas da localidade e/ou municipalidade e se espalhou por todo o país, uma tentativa brutal de resolver, por meios militares, questões políticas que dividiram políticos oligarcas e militares do Exército Brasileiro na crise derradeira da Primeira República. Temas como fraude eleitoral, hegemonia de determinados estados da federação em detrimento de outros e papel das forças de coerção em uma sociedade ainda envolta com um sistema agroexportador atingiram seu ponto crítico com o movimento armado de outubro de 1930. Este mês de luta fratricida foi uma experiência traumática que afetou diretamente a vida de famílias gaúchas e paranaenses e colocou irmãos de farda em lados opostos do combate. Por isso, as armas bélicas, promovidas pelas armas discursivas do grupo político dissidente, foram utilizadas à luz da legitimidade militar e sustentadas pela legalidade da restauração imagética da ordem e da busca pelo retorno da paz social.

Por fim, apesar do conflito fratricida nos campos de poder político e militar com mortos e feridos de ambos os lados da disputa, o movimento armado de 1930 no sul do Brasil não pode ser caracterizado como um “acerto de contas”, pois não ocorreram excessos em nenhuma fase do combate, muito pelo contrário, todos queriam preservar ao máximo a integridade física e moral das pessoas e das instituições, garantindo o retorno harmonioso à legalidade. Talvez esta dicotomia entre a violência armada e o discurso da preservação da ordem seja a maior responsável pela confusão historiográfica a respeito da ruptura ou do continuísmo da política nacional após a vitória militar do grupo dirigente dissidente sulino.

Mas isso é preocupação para outros estudos e pesquisas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### *Fontes primárias*

#### *Periódicos:*

**A Defesa Nacional (1926)** - Arquivo Histórico do Exército Brasileiro (RJ).

**A Tarde (1930)** - Biblioteca Pública do Paraná (PR).

**A República (1900 e 1904)** - Biblioteca Pública do Paraná (PR).

**Correio Paulistano (1929)** - Biblioteca Nacional (RJ).

**Diário da Noite (1930)** - Biblioteca Nacional (RJ).

**Diário da Tarde (1930)** - Biblioteca Pública do Paraná (PR).

**Diário Nacional (1930)** - Biblioteca Nacional (RJ).

**Estado do Rio Grande do Sul (1923)** – Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul (RS).

**Gazeta do Povo (1930)** - Biblioteca Pública do Paraná (PR).

**Revista do Clube Militar (1928)** - Arquivo Histórico do Exército Brasileiro (RJ).

**Revista do Globo (1931)** - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (RS).

#### *Documentos governamentais e pessoais:*

**Acervo do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro.** Arquivo Nacional. 1926 e 1930. Rio de Janeiro (RJ).

**Acervo iconográfico do 1º Batalhão de Comunicações.** 1930. Santo Ângelo (RS).

**Acervo iconográfico do 20º Batalhão de Infantaria Blindado.** 1930. Curitiba (PR).

**Acervo iconográfico da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército.** 1930. Curitiba (PR).

**Boletins Internos Comando da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria.** 1930. Curitiba (PR).

**Boletins Serviço Intendência das Forças Nacionais Revolucionárias.** 1930. Porto Alegre (RS).

**Mensagens dirigidas ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado do Paraná, Dr. Affonso Alves de Camargo, em 1º de fevereiro de 1930.** Curitiba: Arquivo Público do Paraná (PR).

**Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Santo Ângelo.** Santo Ângelo: Tipografia municipal, 1925. Arquivo Histórico Municipal de Santo Ângelo, caixa 40 (RS).

**Relatório apresentado ao Exmo. Snr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo prefeito Dr. Ulysses Rodrigues.** Santo Ângelo: Tipografia municipal, 1930, p. 4-5. Arquivo Histórico Municipal de Santo Ângelo, 50.d, caixa 40 (RS).

**Relatório apresentado ao Sr. Ulysses Rodrigues – Intendente de Santo Ângelo – em dois de janeiro de 1930.** Santo Ângelo: Tipografia municipal, 1930. Arquivo Histórico Municipal de Santo Ângelo, 48.c, caixa 40 (RS).

**Relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército (1925)** - Arquivo Histórico do Exército Brasileiro (RJ).

### *Fontes secundárias*

#### *Livros:*

ALMEIDA, General Gil de. **Homens e fatos de uma revolução.** Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1932.

ALZUGARAY, Domingo; ALZUGARAY, Cátia (editores). **Isto É Brasil 500 anos:** atlas histórico. São Paulo: Nova Geração, 2000.

**A Revolução de 1930:** seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Editora UnB, 1983.

BACZKO, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux.** Mémoire et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1990.

BARDELLI, C. **Subsídios para a história da força.** Curitiba: Sem Editora. Separata avulsa, 1941.

BARROS, João Alberto Lins de. **A marcha da Coluna.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

BELLO, José Maria. **História da República.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Brasília: Editora UnB, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. **O tenentismo e a revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRANDÃO, Ana Maria (Org.). **A Revolução de 1930 e seus antecedentes.** FGV/CPDOC. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história.** Novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação histórica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Meio século de combates**: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARONE, Edgar. **A República Velha II**: evolução política (1889-1930). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Tenentismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, v. 1, 1962.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **As encruzilhadas do labirinto III**: o mundo fragmentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Os destinos do totalitarismo e outros escritos**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola; MAIA, Rousiley (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

**Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná**. Curitiba: IHGEP, 1980.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CORVISIER, André. **A guerra**: ensaios históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

COSTA, S. G. da. **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 1995.

COUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

COUTINHO, Lourival. **O general Góes depõe...** Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1955.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- DENYS, Odylio. **Ciclo revolucionário brasileiro**: memórias de 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura historiográfica brasileira**: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica. Porto Alegre: Editora PUCRS, 1993.
- DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. São Paulo: IBRASA, 2001.
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: UNESP, 2001.
- DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes**: rebeldes errantes. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- EBERHARDT, Alírio. **A revolução de 30 e os partidos políticos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1979.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Tradução de: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FALCON, Francisco José Calazans. **História cultural**: uma visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Republicano. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977.
- FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira. (Org.) **Mitos e heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FONSECA, Pedro. **Vargas**: a construção do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FONTOURA, João Neves da. **Memórias**. Porto Alegre: Editora Globo, 2 v., 1958 e 1963.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. São Paulo: Polis, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRANCO, Virgílio Alvim de Melo. **Outubro 1930**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.
- FREIXINHO, Nilton. **Instituições em crise**: Dutra e Góes Monteiro, duas vidas paralelas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- FROTA, Guilherme de Andréa. **Uma visão panorâmica da história do Brasil**. Rio de Janeiro: editado pelo próprio autor, 1983.
- GALBRAITH, John Kenneth. **Autonomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1986.
- GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GERALDO, Alcyr Lintz. **1930: o furacão veio do Sul**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GRUZINSKI, Serge. **El poder sin limites**: cuatro respuestas indígenas a la dominación española. México: Instituto Nacional de Antropología e História, 1988.
- GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- HAYES, Robert A. **Nação armada**: a mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- HEYWOOD, Andrew. **Key concepts in politics**. Nova York: St Martin's Press, 2000.
- HILTON, Stanley E. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IANNI, Octavio (Org.). **Homem e sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Editora PUC-Rio, 2006.
- KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1987.
- LANGE, Oskar. **Economia política**. México: F. C. E., 1996.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A verdade sobre a revolução de outubro – 1930**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.
- MACIEL, Ottoni. **Bastidores políticos**. Curitiba, 1925.

MAGALHÃES, João Batista de. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MAIGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MALAN, Alfredo Souto. **Uma escolha, um destino** (vida do Gen Malan d'Angrogne). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações internacionais: cultura e poder**. Brasília: IBRI, 2002.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)**, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEIRELLES, Domingos. **1930: os órfãos da Revolução**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Siciliano, v. 1, 1991.

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

NABUCO, Carolina. **A vida de Virgílio de Melo Franco**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1993.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

PEREIRA, Lúcia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. **Presidente Antônio Carlos, um Andrada da República, o arquiteto da Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIERSON, Christopher. **The modern state**. Londres: Routledge, 1996.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RAMOS, Guerreiro. **Crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RÉMOND, René. (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, t. 3, 1997.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Assembléia Legislativa. Comissão de Assuntos Municipais. **Evolução municipal do Rio Grande do Sul (1809-1996)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa: poder privado X poder instituído**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTA ROSA, Virgínio. *A desordem*. Rio de Janeiro: Ed. Schmidt, 1932.

\_\_\_\_\_. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

\_\_\_\_\_. **Que foi o tenentismo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **64: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SILVA, Hélio. **1930: a revolução traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. *Fim da Primeira República (1927-1930)*. **História da República Brasileira**. São Paulo: Editora Três, 1975.

\_\_\_\_\_. **O poder militar**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas**. São Paulo: Ática, 2002.

**Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: Erus, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo**. Passo Fundo: Editora UPF, 1999.

SWAIN, Tânia Navarro. (Org.) **História no plural**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

TODOROV, Tzvetan. **Em face do extremo**. Campinas: Papyrus, 1995.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. **Toiro Passante III: tempo de República Velha**. Curitiba: Gráfica Editora Rocha, 1990.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30: a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TUCHMAN, Barbara Wertheim. **A prática da história**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: José Olympio: Bibliex, 1995.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial**. São Paulo: Difel, 1978.

VELHO, Gilberto. (Org.) **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **Projeto e metamorfose**: antologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia (Org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun, **A pesquisa em história**. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1990.

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Rio Grande do Sul e a política nacional**: da frente oposicionista gaúcha de 1922 à revolução de 1930. Porto Alegre: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

WEIGLEY, Russell F. (Org.). **Novas dimensões da história militar**. Volume I. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

#### *Artigos e produções acadêmicas:*

AXT, Gunter. O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 29, 2002.

AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo Perspectiva**, v. 15, n. 4, 2001.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. (Anthopos-Homem). Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda-Editora Portuguesa, 1985.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (Dir.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRAUN, João Aloysio. A Revolução em São Luiz Gonzaga. In: **Revista do Globo**. Porto Alegre, número especial, 1931.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURNS, Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Republicano. Tomo III, v. 2, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: **A Revolução de 1930**: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Editora UnB, 1983.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

CAPELLANI, Danielle Zuma. Projeção e negociação de identidades em entrevistas com candidatos à presidência da república nas eleições de 2002. **Dissertação**, Juiz de Fora: ICHL-UFJF, 2004.

CAPRETTINI, Gian Paolo. Imagem. In: **Enciclopédia Einaudi**. (Signo). Vol. 31. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda – Editora Portuguesa, 1994.

CARVALHO, Mércya; FISCHER, Tânia. Escalas de poder e influência, redes sociais urbanas e formação de alianças estratégicas: o caso do Multiplex Iguatemi em Salvador. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia (Org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CERQUEIRA, Eli Diniz; BOSCHI, Renato Raul. Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, n.1, 1977, p. 12 a 31 (anexo à revista **Dados**. Rio de Janeiro: IUPERJ, n.15, 1977).

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: **Revista Estudos Avançados**. V. 11, n 5, São Paulo: Editora da USP, 1991.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FARIA, José Henrique de. Poder e relações de poder nas organizações. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. (Orgs.) **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira. (Org.) **Mitos e heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A crise da República oligárquica no Brasil: as primeiras manifestações tenentistas. In: **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, Nov./dez. 1976.

FRAGOSO, Augusto Tasso. A Revolução de 1930. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 211, abr., maio, jun. 1951.

FRANCO, André Luiz dos Santos. A chama do progresso: cultura santo-angelense e identidade militar. In: **Revista da IX Mostra de Iniciação Científica**: Universidade Regional Integrada das Missões e do Alto Uruguai. Santo Ângelo, ano I, n. 1, 2003.

\_\_\_\_\_. A presença militar no Noroeste gaúcho: uma análise historiográfica da formação social militarizada da região missioneira do Rio Grande do Sul (1754-1929). **Monografia**, Santo Ângelo: URI, 2004.

GOOGLE EARTH 2010. Servidor de mapas e informações geográficas. Desenvolvido pela Google Inc.: Mountain View. <http://earth.google.com>.

HALL, J. R. Cultural meanings and cultural structures in historical explanation. In: **History and Theory**, 39/3, 2000.

HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KILIAN, Eunisia. In: **Tribuna Vip**. Especial. Santo Ângelo, dez. 2000.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 1999.

LEMOS, Higino de Barros. Depoimento. In: **Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná**. 2. ed. ver. e ampl. Curitiba: IHGEP, 1980.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

MEDEIROS, Borges de. In: **A Noite**. Rio de Janeiro, 19 de março de 1930.

MELLO, Henrique Rabello de. Depoimento. **Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná**. 2. ed. ver. e ampl. Curitiba: IHGEP, 1980.

MOMMSEN, Wolfgang. War and culture. In: **Actes de XVIII Congrès des Sciences Historiques**. Montreal: Comitê International de Sciences Historiques, 1995.

MUGGIATI, Gavino. Diário de campanha de um voluntário. In: **Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná**. 2. ed. ver. e ampl. Curitiba: IHGEP, 1980.

NUNES, Karla Leonora Dahse. Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931). **Tese**, Florianópolis: IFCH-UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Dennison de. A cultura dos assuntos públicos: o caso do "custo Brasil". In: **Revista de Sociologia Política**, n.14, 2000.

OLIVEIRA, Heraclides Fontella de. Elementos para a história da Revolução em S. Borja. In: **Revista do Globo**. Porto Alegre, número especial, 1931.

- PARANÁ, Sebastião. Efemérides: revolução de 3 de outubro de 1930 no Estado do Paraná. In: **Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná**. 2. ed. ver. e ampl. Curitiba: IHGEP, 1980.
- RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René René. (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- \_\_\_\_\_. Do político. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: EdiUnB, 1998.
- SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008.
- SILVA, Ângelo José da. A crítica operária à Revolução de 1930: comunistas e trotskistas. **Dissertação**, Campinas: IFCH-UNICAMP, 1996.
- SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. O herói no movimento operário. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira. (Org.) **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: SWAIN, Tânia Navarro. (Org.) **História no plural**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. In: **American Sociological Review**, v. 51, 1986.
- TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. A Revolução de 1930 no Paraná. In: **Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná**. 2. ed. ver. e ampl. Curitiba: IHGEP, 1980.
- TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: economia & política**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1979.
- VIDAL, Germano Seidl. Discurso de posse no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. In: **Revista do IGHMB**. Rio de Janeiro, 1978.
- WIESE, Leopold Von; BECKER, Howard. O contato social. In: IANNI, Octavio et al. (Org.). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- YOUNG, Jordan. Aspectos militares da Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (Coor.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.